

ANA PAULA RAMALHO AMENDOEIRA

**MONSARAZ: ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO URBANA NO SECULO XX**



Dissertação Apresentada Para a Obtenção do Grau de Mestre
Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora

1998 - MARÇO

ANA PAULA RAMALHO AMENDOEIRA

**MONSARAZ: ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO URBANA NO SECULO XX**



92269

Dissertação Apresentada Para a Obtenção do Grau de Mestre
Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora

1998 - MARÇO

ANA PAULA RAMALHO AMENDOEIRA

**MONSARAZ: ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO URBANA NO SÉCULO XX**

1998 - MARÇO

“(...) não há com quem falar. Aqui no largo central o viajante olha as casas discretas e belas, algumas desabitadas, adquiridas por gente de teres que vive longe, vê as frontarias, não os interiores, e entristece-se de pensar que Monsaraz seja sobretudo uma fachada. Há também injustiça nisto: não falta aí quem tenha criado corpo e espírito entre as muralhas deste castelo, nestas empinadas travessas, na sombra fresca ou gelada das casas sem conforto. Em Monsaraz vive o de fora e o de dentro, o que vem repousar de gostos e maus gostos da cidade, o que de gostos conhece pouco mais que o travo das vidas que só para os olhos tem grandes horizontes.”

José Saramago, Viagem a Portugal, p. 349.

INTRODUÇÃO

Se o viajante se entristece “de pensar que Monsaraz seja sobretudo uma fachada” que tristeza não há-de sentir quem ali criou “corpo e espírito” ?

Mesmo que os horizontes sejam só para os olhos, como diz o escritor, eles existem, naquele lugar de excepção com que sempre nos lembramos de conviver.

Monsaraz é um conjunto classificado Monumento Nacional, muito divulgado, muito visitado, muito recuperado, muito vendido, muito explorado. Tem muitos restaurantes, muitos alojamentos, muitas lojas de artesanato, muitas casas de férias, muita poluição visual com sinais e placas de informação turística.

Monsaraz é pouco povoada, tem poucas actividades (e já nenhuma das existentes é tradicional), pouca urbanidade, poucas tradições vivas, poucas crianças.

Será o discurso sobre Monsaraz a crónica de uma morte anunciada ou, ao contrário, o seu sucesso mediático é consequência de qualidade nas intervenções e de conservação integrada? Até que ponto foram aqui tidas em conta as práticas internacionais de conservação urbana? Que valores sustentam a imagem de Monsaraz e a partir de que período se valoriza a vila?

Embora a escala da vila proporcione uma intensificação da análise, não foram produzidos conhecimentos sobre o seu processo de conservação¹.

Apenas conhecemos hoje o ponto de chegada de um percurso que teve início, de forma consciente, na primeira metade do século.

Embora as intervenções não tenham cessado, ao longo de praticamente sessenta anos, não tem havido a necessidade, ou a curiosidade simples, de saber quem e o que estava para trás. As intervenções realizadas, por sua vez, não primam pela informação rigorosa do que foi feito.

Diríamos que há uma estratigrafia de intervenientes e intervenções, dada a inexistência de registos, antes e depois das obras efectuadas (com excepção para a documentação produzida pela DGEMN). É portanto necessária uma abordagem quase arqueológica, no sentido da recolha dos vestígios de um passado, todavia tão recente, e que só lacunarmente pode ser reconstituído e interpretado.

¹ Foi publicado, em 1991, um trabalho sobre Monsaraz (CORREIA, 1991), cujo subtítulo, “Plano de Salvaguarda”, sugere uma abordagem ao tema. Não é feita, no entanto, ao longo do texto, qualquer referência a este processo.

O conhecimento rigoroso do processo não é fácil e não sabemos mesmo se é possível. Não obstante, tentámos esgotar todas as hipóteses de descortinar fragmentos, mesmo os aparentemente insignificantes, para conseguir aceder ao fundamental e perceber, por fim, porque é este, e não outro, o ponto de chegada.

Se este pode ser irreversível em muitos aspectos, perceber o porquê, ajuda-nos na integração dos erros, motiva-nos para continuar nos caminhos certos e, sobretudo, descodifica-nos os nossos valores. “Pensar a cidade é antes de tudo pensar o tempo e encontrar na história processos lógicos de evolução e transformação. (...) Não se trata de os aplicar ao novo, mas de se inspirar a fim de imaginar outros que não sejam pura invenção, e de aproveitar da história como experimentação”².

Se o património serve para inventar o futuro, como diz F. Choay, diremos que ele nos serve para inventar e garantir o nosso futuro local, neste período de crises escatológicas, em que “Deus está no detalhe”.

² PINON, 1995 (A. A. V. V., 1995 a)

I - ANÁLISE GEO-HISTÓRICA

1. Território

Monsaraz é sede de uma das cinco freguesias que constituem o concelho de Reguengos de Monsaraz no distrito de Évora, Alto Alentejo. Dista cerca de 15 Km Nordeste da vila de Reguengos de Monsaraz cerca de 50 Km da capital do distrito.

Pertence à grande unidade geológica do Maciço Hespérico - zona de Ossa-Morena. A freguesia divide-se em duas zonas topograficamente distintas. Uma região plana de terras graníticas com uma altitude que varia entre os 150 m e os 200m - “terras mansas ou campos” - e uma região pouco acidentada de terras de xistos correspondentes à mancha do silúrico - “terras ásperas ou dobradas” - de que se destacam na paisagem as elevações da serra das Pedras (278m) e a vila de Monsaraz (319m).

O rio Guadiana é o elemento geomorfológico de maior destaque, com um percurso bastante sinuoso que apenas sofre um desnível de 20 metros na sua passagem pela área de Monsaraz. Os restantes cursos de água são de importância secundária, mas todos eles apresentam percursos sinuosos.

A geologia da região caracteriza-se, relativamente a depósitos modernos, por aluviões actuais de importância diminuta (Guadiana, Azavel, Azinhal Redondo) constituídos por lodos, com calhaus rolados dispersos; areias e cascalheiras fluviais (Guadiana, moinhos do Campo e dos Clérigos). Identificaram-se formações mais antigas do Plistocénico (depósitos de terraços fluviais), Cenozóico, Devónico e Silúrico. São de referir, pela sua importância na paisagem e na cultura da região, as formações xistosas (deste último período) e granodioríticas (maciço granodiorítico de Reguengos de Monsaraz)³.

A terra não é favorável e juntamente com o clima não permite historicamente uma produção satisfatória em termos das colheitas agrícolas.

³ De referir a este respeito a existência de um conjunto impressionante de monumentos megalíticos nesta região onde o granito é o material de construção preferencial para os grandes blocos maciços que integram a arquitectura das antas, com os seus esteios ao alto e o chapéu ou tampa que serve de fecho de toda aquela estrutura. Ainda relativamente a este tipo de monumentos e à utilização das rochas graníticas na sua construção, salientam-se os monumentos do tipo menir, onde as pedras utilizadas chegam a atingir em monumentos do concelho mais de 5 metros de altura e várias toneladas de peso. Esta é portanto uma rocha marcante na paisagem e nas raízes culturais da região de Monsaraz.

As terras planas ocupam cerca de 30% da área total da freguesia, distribuídas pelas chamadas “terras ásperas” a oeste e a sul da freguesia. A maior parte da área da freguesia é portanto constituída pelas terras de xistos silurianos que apresentam uma camada de solo arável muito mais fina do que as terras planas, de formação granítica.

Monsaraz está incluída na unidade pedológica dos litossolos, categoria dos litossolos êutricos (associados a aluviosolos)⁴. As classes de solos D e E, que se situam preferencialmente na mancha do silúrico, são os predominantes na região de Monsaraz (58,7%) embora também existam as classes de solos complexos (C+D ou E). Os solos de classes A, B e C correspondem aos terrenos graníticos e existem em percentagens baixas (3,4%, 12,6% e 25,3%, respectivamente). Esta classificação da capacidade agrícola dos solos é, como se sabe, relativa à cultura dos cereais, não sendo portanto uma classificação absoluta da aptidão agrícola da terra.

Monsaraz pertence à bacia hidrográfica do Guadiana. Os cursos de água mais importantes, são o rio Guadiana e os seus afluentes da margem direita: o rio Degebe e as ribeiras do Álamo Azavel e Pega. Durante os Invernos chuvosos, o rio e os seus afluentes apresentam caudais elevados. No Verão ficam quase completamente secos. Esta é uma característica que é indicada na etimologia do termo Guadiana (Odiana) cujo prefixo UEDE significa rio seco como os rios do norte de África. De facto esta é uma característica muito comum nos rios do Sul. Nomes como Odeleite, Odeceixe, Odiarche, etc socorrem-se do mesmo prefixo indicador de secura.

O regime irregular destes cursos de água provoca prejuízos, quer no Inverno, pelo arrastamento de camadas superficiais do solo, quer no Verão pela secura extrema.

Em termos de recursos aquíferos subterrâneos, Monsaraz tem uma produtividade média inferior a 50m³/dia (km²) um valor muito baixo relativamente à maior parte das outras regiões do país⁵.

A quantidade de água na rede hidrográfica apresenta em Monsaraz valores médios anuais inferiores a 25 mm⁶.

As características climáticas de uma área maior a que Monsaraz pertence cultural e geograficamente e que determinam em boa medida muito do carácter desta região foram superiormente sintetizadas por Orlando Ribeiro: “Há um clima mediterrânico, a que se liga a

⁴ ATLAS DO AMBIENTE, Carta de Solos, 1971.

⁵ Ibidem, Carta de Recursos Aquíferos Subterrâneos, 1975.

⁶ Ibidem, Escoamento, 1974.

noção de temperatura média elevada, de Verão longo, quente e sem chuva, de Inverno moderado, com um total de precipitações atmosféricas relativamente baixo”⁷.

Segundo dados do período de 1961 a 1990 os valores médios na escala de sensação bioclimática para a região de Monsaraz, são de Janeiro frio, Abril confortável/fresco, Julho muito quente e Outubro confortável, sendo os valores médios anuais da temperatura média do ar para o período de 1931 a 1960 entre 15°C e 17,5°C⁸.

Para o mesmo período a região de Monsaraz apresenta um valor médio anual (hora) superior a 3100 horas de insolação⁹.

Os valores médios anuais do número de dias de geada por ano são para o período 1941-1960 entre 20 e 30 dias o que corresponde a cerca de 1 mês e meio de valores médios anuais da duração da geada no ano agrícola (Outubro a Setembro)¹⁰

Relativamente à precipitação, os valores médios anuais do número de dias no ano de precipitação igual ou superior a 10 mm, são entre 50 e 75 dias para o período de 1931 a 1960, o que dá uma quantidade total de precipitação de 400 a 500 mm¹¹.

Por último, a frequência do rumo e da velocidade do vento apresenta, para o período entre 1951 e 1960, valores médios anuais de velocidade entre 6 km/hora e 21 km/hora, com dominante de NW¹².

Além destes dados que representam principalmente valores médios, é importante referir que a região está sujeita a precipitações muito irregulares, chovendo principalmente nos meses mais frios entre Novembro e Março. Os cereais que foram até há pouco tempo muito importantes para a economia da região são afectados de forma determinante pela irregularidade das precipitações que podem pôr em causa os resultados das colheitas.

O manto vegetal da região apresenta as características do Portugal mediterrânico, caracterizado por Orlando Ribeiro, onde sobressaem a azinheira e a oliveira (dominantes), o sobreiro, o pinheiro manso, a urze, o rododendro e loendro, a esteva, o alecrim, o rosmaninho, a giesta, etc.

O regime de exploração da terra é ainda extensivo e de sequeiro, pois a rentabilidade da terra só é assegurada pela exploração das grandes áreas. As principais culturas foram até há pouco tempo os cereais, embora nos últimos anos o plantio de vinha tenha assumido um

⁷ RIBEIRO, 1987: p.3.

⁸ ATLAS DO AMBIENTE, Índice do Conforto Bioclimático, 1992.

⁹ Ibidem, Insolação, 1974.

¹⁰ Ibidem, Geada, 1974.

¹¹ Ibidem, Precipitação, 1974.

¹² Ibidem, Vento, 1974.

peso importante na economia da região¹³. Contudo, a freguesia de Monsaraz não sofreu grande alteração das culturas cerealíferas relativamente ao resto do concelho.

São ainda importantes a associação da seara com o olival, os montados de sobro e azinho e a azinheira. Esta “promiscuidade” de culturas permite uma variedade de produtos, tão característica da agricultura mediterrânica, que também aqui se verifica¹⁴.

Dentro dos cereais, o trigo assumiu sempre preponderância por razões que se prendem com a protecção à introdução de adubos químicos dada pelo Governo no século XIX, o que provocou um grande aumento do seu cultivo, ajudado pelos apoios aos produtores, concedidos a partir de 1929.

As culturas de regadio assumem importância diminuta na região, existindo apenas em torno das povoações da freguesia uma orla de pequenas courelas onde se cultivam hortas e árvores de fruto, sendo praticamente só aí que se pratica a irrigação artificial.

Não estamos hoje muito longe da expressão de Ruy de Pina que, no século XV, se referia ao sul do país como uma região de aldeias e deserto¹⁵.

Com efeito, tal como acontece em todo o Alentejo, marcado pela grande propriedade, a região de Monsaraz é fracamente povoada, apresentando uma densidade populacional inferior a 20 hab/km²¹⁶.

A freguesia compreende cinco aldeias e inclui-se no tipo de povoamento alentejano, “de aldeias grandes, compactas, muito afastadas e montes”¹⁷, excepção feita a algumas aldeias da freguesia que apenas distam entre si 1 ou 2 km.

O monte, como forma de aglomeração, está cada vez mais a desaparecer devido à saída da sua população tradicional para as aldeias, na sequência de todas as transformações agrícolas das últimas décadas. Assim a grande parte dos montes da freguesia que concentravam até há cerca de 30 anos um número significativo de residentes, estão agora, ou simplesmente abandonados, ou desabitados, ou, em casos esporádicos, guardados por um caseiro. Toda a vida social dos montes, os quais tinham muitas vezes quase os mesmos serviços que existiam nas aldeias, incluindo escola, desapareceu completamente na freguesia, pelo que devemos considerar como aglomeração apenas as aldeias e a vila de Monsaraz. Convém referir que nos últimos anos surgiram em dois antigos e pequenos

¹³ LOURINHO, 1954: 41.

¹⁴ RIBEIRO, 1987a: 14.

¹⁵ Apud RIBEIRO, 1987b.

¹⁶ ATLAS DO AMBIENTE, Densidade da População, 1979.

¹⁷ RIBEIRO, 1987b: 864.

montes projectos de turismo rural, que não consideramos, por razões óbvias, como aglomeração.

A população da freguesia flutuou durante os últimos cem anos, verificando-se um aumento até 1940 (2526 hab.) correspondente ao aumento geral da população portuguesa, e a partir daí um decréscimo que acompanha a introdução da mecanização em grandes herdades, a decadência progressiva da agricultura na região, e a conseqüente emigração. Este decréscimo continuou até aos nossos dias. A tendência actual não aponta de forma nenhuma para uma inversão do processo. Segundo o Recenseamento Geral da População de 1991, a população da freguesia encontra-se assim distribuída: Monsaraz - 154 hab. (Conjunto intramuros - 100; Arrabalde - 54); Total da população da freguesia: 1 192 hab.; População dispersa em montes e herdades - 100 hab

O quadro actual da população da freguesia apresenta, assim, um decréscimo significativo nos últimos anos, se compararmos os dados de 1940 acima referidos com os actuais.

2. História

2.1 As primeiras ocupações

O território que definimos como o antigo termo de Monsaraz¹⁸ apresenta sinais importantes de povoamento desde os períodos mais recentes da pré-história. Trata-se de um território com vestígios materiais de povoações do período neolítico, calcolítico, Bronze e Ferro. Como exemplos mais significativos são de referir os povoados TESP3 (Torre do Esporão), Monte dos Cebolinhos e Monte Novo dos Albardeiros¹⁹. Relativamente ao período do Ferro, é de referir o povoado fortificado do Castelo Velho do Degebe, recentemente destruído²⁰.

É de assinalar também a forte concentração de monumentos megalíticos (cerca de 150 identificados). O importante trabalho que os arqueólogos alemães Georg e Vera Leisner realizaram na década de 40 trouxe ao conhecimento público e científico a importante investigação quase sistemática das antas do concelho²¹.

No que diz respeito aos monumentos do tipo menir, embora não tenham sido considerados no importante trabalho destes arqueólogos, vieram mais tarde a ser identificados e estudados. Com efeito esta tipologia revelou-se também muito importante na pré-história da região. Deve-se em boa parte a José Pires Gonçalves a divulgação dos primeiros menires encontrados no concelho, bem como o empenho no seu estudo e preservação. Monumentos como o menir gravado da Bulhoa, o menir do Outeiro (ambos classificados Monumento Nacional e situados próximo de Monsaraz), o núcleo de menires da Herdade dos Perdigões, etc. atestam a importância e a complexidade do imaginário mágico-religioso dos seus construtores.

A ocupação romana também está documentada no concelho, onde se identificaram algumas villae (unidades de exploração agrícola) como é o caso da Caridade, Arraeira e

¹⁸ Os limites do antigo termo de Monsaraz, fixados em 1276, confrontavam com os termos de Évora, Portel, Terena e Juromenha. A sua área era portanto mais vasta do que o actual concelho de Reguengos de Monsaraz. Cf. Gonçalves, 1963.

¹⁹ GONÇALVES, 1988/89; 1990/91a; 1990/91b.

²⁰ A destruição do que restava desta estação arqueológica foi protagonizada por uma empresa produtora de papel, quando procedeu, em 1993, à plantação de uma grande área de eucaliptos, na Herdade dos Carneirizes, onde se encontrava o povoado.

²¹ LEISNER, 1951.

Azinheira. Nesta última foi encontrado no século passado o conhecido sarcófago com o mesmo nome, que pertence agora ao espólio do Museu Soares dos Reis do Porto²².

Os achados dispersos de elementos arquitectónicos do período paleo-cristão em Monsaraz, não permitem no entanto uma informação segura devido à ausência de estudos relativos a este período²³.

Sobre o período muçulmano também existe pouca informação disponível. Apenas o ensaio monográfico de Pires Gonçalves, onde são referidos os vestígios materiais (a Cuba) e os topónimos e antropónimos relativos a este período, que ainda hoje permanecem na região²⁴. Tudo o resto que é referido sobre este período em Monsaraz são especulações com base em associação de informação relativa a outras regiões neste período, pois não existe nenhum trabalho de investigação sobre a Monsaraz islâmica.

2. 2 Fundação e evolução até ao século XIX

A conquista de Monsaraz verificou-se definitivamente, depois de algumas tentativas falhadas, em meados do século XIII., no reinado de Afonso III.

Em termos de documentação escrita, as informações mais antigas relativas ao povoamento de Monsaraz, datam do período da ocupação muçulmana, a partir do século VIII. O povoado tinha nesta altura alguma importância estratégica devido à sua situação geográfica. Dos vestígios materiais deste período de ocupação que durou, com algumas interrupções, até ao século XIII, pouco se conhece. A atribuição da cuba ou ermida de S. João Baptista (situada entre as duas fortificações) ao período almôada foi recentemente posta em causa por conclusões de investigações arqueológicas que apontam um período bastante mais tardio para a sua construção. Existem no entanto ainda muitos topónimos e antropónimos na região relativos a este período e concretamente em Monsaraz, topónimos como “Porta de Alcoba”, ou o termo “Saris” que estaria na origem do nome “Monsaraz” são significativos desta permanência²⁵.

A Reconquista cristã verificou-se definitivamente em 1270, com Afonso III, auxiliado pela Ordem do Templo. Foi aliás a esta ordem religiosa, a quem o Rei doou a vila,

²² ALLEN, 1887. O sarcófago romano da Herdade da Azinheira foi vendido pelos proprietários da Herdade a um antiquário, que o negociou com o Museu Soares dos Reis. Cf. NOGUEIRA, 1886.

²³ GONÇALVES, 1963.

²⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁵ GONÇALVES, 1968 b

que coube a responsabilidade do seu repovoamento. O Foral de 1272 regulamenta os principais aspectos da vida pública e concede a Monsaraz o título de sede de concelho, que manteria até 1851.

É desta altura, e principalmente do reinado de D.Dinis, que datam as construções dos principais edifícios civis, da fortificação e do traçado viário intramuros.

Consideramos dois períodos fundamentais na formação do núcleo urbano. O primeiro já referido, no período pós-reconquista, e o segundo, nos séculos XVI e XVII, marcado pelo Alcaide Diogo de Azambuja, pelas construções da Igreja Matriz sobre uma outra demolida devido à peste, da Misericórdia, e da obra abaluartada. Edifícios também marcantes no conjunto urbano, como a Igreja de Santiago, a chamada Casa da Inquisição e os novos Paços do Concelho, pertencem já ao século XVIII.

As várias crises cerealíferas sucessivas no século XVI tornaram precária a situação económica do termo de Monsaraz, já bastante afectado por se situar nos eixos dos percursos da grande organização transumante da Mesta Espanhola, que consumia grande parte das pastagens concelhias. Esta situação provocou a primeira reforma agrária da região, feita por D. Manuel, que se traduziu no parcelamento das terras comunais concelhias, situadas em volta da vila. Ainda hoje, em muitos casos estas divisões persistem na paisagem de minifúndio que se pode observar na zona envolvente. Este processo levou, mais tarde, já no século XVII, à abertura do celeiro comum na Rua do Celeiro, seguindo o exemplo do que se passou em Évora no mesmo período.

A importância estratégica regional, ao nível da defesa fronteiriça, que Monsaraz manteve durante muitos anos, teve o seu último momento forte com as Guerras da Restauração, período em que, como já referimos, foi construída uma segunda linha de fortificação do tipo “Vauban”, para operacionalidade da artilharia, bem como toda a rede de atalhias defensivas em pontos estratégicos envolventes.

A perda das funções de defesa e a evolução política e económica ligada às alterações da propriedade e da posse da terra verificadas com a implantação do liberalismo, contribuíram para uma decadência da importância regional de Monsaraz que se acentua consideravelmente no século XIX e que teve como consequência mais significativa a transferência da sede do concelho para a aldeia de Reguengos, processo sobre o qual falaremos adiante.

2.3 O século XIX e a transferência da sede do concelho

A julgar pelos documentos e relatos, o percurso de Monsaraz durante todo o século XIX é descendente, do ponto de vista da sua importância política económica numa região do qual foi o centro ao longo de séculos.

Como em todo o Alentejo, as permanências de estruturas seculares de organização económica, social, administrativa, religiosa, são muito fortes e é justamente neste século que começam a desagregar-se.

O antigo concelho de Monsaraz, com os seus limites fixados no século XIII, teve uma importância considerável no sul do país, devido principalmente à sua localização estratégica na fronteira.

No princípio do século XIX a vila de Monsaraz possuía ainda 2 freguesias paroquiais (S. Tiago e Sta. Maria) que dividiam ao meio o aglomerado urbano²⁶. A sua economia era essencialmente agrícola, embora a população a ela ligada vivesse miseravelmente.

Segundo uma memória anónima, escrita na primeira metade do século XIX, entre 1812 e 1823²⁷ a vila não chegava a ter 100 fogos o que ronda mais ou menos os 300 moradores, contra os 365 fogos contabilizados em 1801²⁸. Nota-se pois um decréscimo súbito do número de fogos e consequentemente dos habitantes de Monsaraz neste período, a confiar no rigor dos números referidos.

Ainda segundo a memória anónima referida, em Monsaraz “todas (*as construções*) são pequenas, todas antigas, muito arruinadas, algumas de todo demolidas, que se não levantam certamente pela dificuldade de condução dos materiais” e mais à frente “o seu Castelo e muralhas denotam muita antiguidade e deixam ver bastantemente a sua ruína (fig. 1). (...) Ainda há pouco tempo deixou de ter governador militar”²⁹. É ainda referida a falta

²⁶ No século XVI Monsaraz dividia-se em quatro paróquias. Em 1758 já só existiam as duas que referimos e em 1836 a freguesia de S. Tiago foi extinta, ficando assim Sta. Maria como a única paróquia da freguesia de Monsaraz.

²⁷ Esta Memória Anónima, intitulada “Descrição Económica e Política da Vila de Monsaraz e seu Termo”, pertencera à Biblioteca do Prof. João Martins da Silva Marques, antigo Director da B.N. e do A.N.T.T. . Foi publicada em 1975, numa edição do Jornal Palavra, com anotações de José Pires Gonçalves. Segundo este autor, o texto terá sido elaborado entre 1812 e 1834, devido a algumas informações que explicita nas suas anotações e que sugerem essa baliza temporal. No entanto, mais tarde, em 1994, Manuela Rocha corrige esse intervalo de tempo, apontando como mais correcta a data de 1823 como limite máximo em que o texto teria sido produzido, facto que comprova no seu trabalho referido nesta bibliografia.

²⁸ SILVEIRA, 1948. Segundo Pinho Leal, Monsaraz teria, em 1757, 170 fogos, o que significa um considerável aumento do número de fogos na segunda metade do século XVIII (LEAL, 1875, p. 431).

²⁹ Descrição..., p.6.

de água dentro das muralhas, à excepção da que existia na cisterna da vila, para cuja ruína se chama também a atenção. Os principais edifícios referidos são as casas da Câmara, a cadeia pública, com a casa de audiências, e “a torre do relógio que se ouve em todas as aldeias do termo”³⁰.

Esta descrição revela com efeito o estado em que se encontrava Monsaraz à época deste relato: quebra de população, ruína quase generalizada do seu parque edificado, incluindo a fortificação e certamente um baixo nível de vida da sua população, constituída na sua grande maioria por trabalhadores agrícolas “miseráveis”. Os outros tipos de ocupação resumem-se aos cargos da justiça ou da ordenança, ou ainda aos eclesiásticos.³¹

Embora a maioria da população estivesse ligada à agricultura é sintomático que não existissem proprietários entre a população de Monsaraz, à excepção de um que, segundo o autor desta memória, merece o nome de rico e poderoso. Os outros seriam relativamente pobres, facto que o autor atribui ao tipo de exploração da terra: “O termo de Monsaraz compreende 170 e tantas herdades de mato e de pão. A maior parte delas são cultivadas de renda, de que procede a pouca riqueza dos lavradores”³².

O regime de exploração da terra é ainda nesta altura muito caracterizado pelas formas indirectas, que fazem dos proprietários praticamente apenas recebedores de foros, tal como os definiu Albert Silbert³³.

Os principais proprietários são, nesta primeira metade do século, a Casa de Bragança³⁴, a nobreza³⁵, as instituições religiosas³⁶, o Cabido de Évora, a Misericórdia e a Câmara.

Existe ainda outro tipo de propriedade que é relativo às terras comuns, geridas pela Câmara, de que a comunidade é usufrutuária: o baldio da Maxoa e a Coutada, que tinha

³⁰ Ibidem, p. 8.

³¹ Uns anos mais tarde, em 1841, Cunha Rivara relata poeticamente o estado de desertificação em que se encontrava Monsaraz: “Só ermas ruas, só desertas praças, a velha Monsaraz nos apresenta” (Cunha Rivara, 1841, p. 59). Esta situação é também referida, em 1875, por Pinho Leal quando diz que em Monsaraz “há muitas casas desertas” (LEAL, 1875, p.433).

³² Descrição..., p. 17.

³³ SILBERT, 1977.

³⁴ Monsaraz era aliás ainda neste período uma das muitas vilas pertencentes à Casa de Bragança, doada, com as suas rendas e direitos, por Nuno Álvares Pereira ao seu neto D.Fernando I (2º duque de Bragança) e integrada na Sereníssima Casa por carta de 4 de Abril de 1422.

³⁵ Eram seis as principais casas nobres proprietárias em Monsaraz: os condes das Galveias e de Sintra, o marquês de Valença, o visconde de Mesquitela, os herdeiros da viscondessa de Sousel e a Casa de Abrantes, sendo esta a que tem uma presença mais significativa no concelho.

³⁶ Os principais proprietários desta categoria são os conventos. Distinguem-se aqui o das Religiosas das Chagas, de Vila Viçosa, o de Santa Mónica, de Évora, o de S.Paulo, de Portel, o de Santa Cruz, de Vila Viçosa, o da Conceição, de Beja, o de Santa Clara, de Évora, o de Santa Catarina, de Évora, o de S. João de Deus, de Montemor-o-Novo e o de S.Bento de Castris, de Évora.

adstrito um grande rossio para uso da população. Estas terras, com 1035 ha e 517 ha, respectivamente, foram doadas ao povo da paróquia pela Casa de Bragança. Nelas os habitantes da freguesia encontravam um importante complemento para a sua subsistência, embora a Câmara, enquanto gestora dos baldios arrecadasse os lucros dos aforamentos feitos nestas terras comuns, os quais representavam uma importante fatia do rendimento municipal. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, numa interessante descrição da vila, refere que “Monsaraz foi um dos concelhos mais ricos do reino em rendimentos municipais, provenientes dos baldios que ainda hoje são importantes”³⁷.

Os proprietários não agrícolas tinham uma importância significativa pela grande concentração de prédios urbanos que possuíam. Em Monsaraz (freguesia de Sta. Maria e de S. Tiago) os proprietários que, na primeira metade do século, recebiam foros sobre propriedades urbanas (casas de habitação) são a Misericórdia (12 prédios), a Câmara (219 prédios), a Casa de Bragança (129 prédios) e o Cabido da Sé de Évora (33 prédios)³⁸. O número de prédios urbanos na posse destes proprietários é impressionante e revelador de que a maior parte do parque edificado da vila pertencia a estas quatro instituições, mesmo tendo em conta que estes números funcionam para a freguesia e não apenas para a vila de Monsaraz.

Esta situação, relativa à propriedade, que se mantém durante centenas de anos de forma praticamente estática, sofre neste século uma profunda transformação que se reflecte em todos os domínios da vida da freguesia. Estamos naturalmente a falar de todas as alterações verificadas na sequência da queda do regime político e económico característico do Antigo Regime, provocada pela revolução liberal.

As transformações que se seguiram ao derrube formal do Antigo Regime, após a Guerra Civil de 1834, muito concretamente as que se relacionaram com o sistema de posse da terra, estiveram na base da estratificação social de Monsaraz vigente até 1974, praticamente.

No fim do século XIX as características do Antigo Regime relativas à posse da terra tinham desaparecido completamente em Monsaraz³⁹. Isto não quer dizer que se tenha

³⁷ CUNHA RIVARA, 184: 59.

³⁸ ROCHA, 1994.

³⁹ Este processo foi demorado. As medidas legislativas do liberalismo não chegaram rapidamente a Monsaraz. Só em 1839 são recebidas as indicações de elaboração das listas das terras das ordens religiosas para serem vendidas em hasta pública. A partilha das terras comunais só se verifica por volta de 1874. Por isso a segunda metade do século é que é determinante na alteração do regime da posse da terra e na formação de uma nova estratificação social em Monsaraz. (ROCHA, 1994).

verificado uma distribuição mais equilibrada deste recurso⁴⁰. De facto, a um grupo de detentores da terra sucedeu outro.

Socialmente, a mudança mais significativa no regime da posse da terra em Monsaraz foi a partilha dos baldios, uma vez que todas as outras alterações neste sector apenas se reflectiram directamente nas camadas superiores da sociedade. De facto a terra mudou de mãos. Às casas nobres e aos conventos sucedeu um grupo de proprietários não aristocráticos. Enquanto que os primeiros se relacionavam com a terra através dos foros e dos arrendamentos, os segundos exploravam-na directamente⁴¹. Para os trabalhadores apenas se verificou uma alteração da entidade patronal e não uma alteração das suas condições de trabalho. O mesmo não se passou com a questão das terras comuns, cujas alterações verificadas no seu regime afectaram drasticamente esta classe.

No fim do Antigo Regime cerca de um sexto das terras de Monsaraz eram comunais, constituídas pelos Baldios da Maxoa e da Coutada. Estes tinham uma importante função social pois asseguravam a subsistência dos habitantes em épocas de crise. Com a sua partilha⁴² esta situação alterou-se substancialmente. Poucos anos depois é referida pela primeira vez a existência de uma crise de trabalho⁴³, facto que se virá a repetir ciclicamente⁴⁴.

A repartição dos baldios em courelas acabou por concentrar estas propriedade nas mãos dos maiores proprietários que já tinham também as terras da Nobreza e das Ordens religiosas, consolidando ainda mais este grupo que já havia beneficiado da desamortização. Este fenómeno é curioso e determinante na constituição do regime de grande propriedade característico do Alentejo e desta região em particular. As grandes herdades formam-se neste período.

⁴⁰ CUTILEIRO, 1975: 10.

⁴¹ Esta situação não se verificava, no entanto, em outros concelhos do Alentejo onde os novos proprietários também arrendavam as suas terras, tal como o anterior grupo detentor da terra. No entanto, as grandes herdades costumavam ser cultivadas num sistema misto de exploração directa e participação nas colheitas dos cereais semeados pelos seareiros.

⁴² A última hasta pública teve lugar em 1873 (Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz, Acta da Junta de Freguesia de 3 de Agosto de 1873). A Junta de Freguesia ficou com o que restou dos antigos baldios, cerca de 60 hectares que manteve até à década de 60 deste século e a Igreja paroquial ficou com a posse de 23 parcelas que totalizam 16 hectares (Cutileiro, 1977: 53).

⁴³ Na Acta da sessão da Câmara de 19 de Outubro de 1879 aparece pela primeira vez uma referência ao desemprego e a preocupação dos proprietários e autoridades locais relativamente à possibilidade de eventual agitação social (Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões da Câmara)

⁴⁴ Este problema, de que falaremos mais adiante, foi mitigado com o lançamento de obras públicas que ocupavam a população desempregada. Grande parte das intervenções da DGEMN em Monsaraz foram realizadas por trabalhadores desempregados, cuja situação era aliás muitas vezes o motivo próximo da frequência e celeridade do início de novas intervenções. (Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz).

No fim do século XIX o número de herdades diminui em Monsaraz, mas a sua área aumenta. Como exemplo deste fenómeno de concentração predial é interessante referir o caso de um proprietário local que possui uma herdade com cerca de 500 ha, cuja área correspondia a 7 antigas herdades diferentes⁴⁵. Existe também a pequena propriedade. Esta é contudo pouco expressiva e concentra-se sobretudo nos arredores formando um anel em volta da vila, para além do qual se estendem então as grandes herdades.

A exploração da terra também se altera. Passa-se a cultivar uma área muito maior de terreno que antes correspondia a grandes extensões de mato e esteva, ou aos baldios. Estes permaneciam na sua grande parte improdutivos, ou utilizados apenas para pastagens. São também reduzidos os períodos de pousio. A introdução de adubos químicos no final do século contribui fortemente para um aumento da produção agrícola.⁴⁶

A cultura cerealífera tradicionalmente praticada em Monsaraz, intensifica neste período a produção de trigo, embora desde sempre a freguesia e o concelho se orgulhassem de ser um dos maiores produtores de trigo do Alentejo⁴⁷.

Este tipo de exploração agrícola necessitava de mão-de-obra, de forma desigual ao longo do ano. Como a maioria da população era constituída por trabalhadores e seareiros sem terra, o facto de os lavradores não terem trabalho para estes assalariados durante todo o ano, provocava crises graves que afectavam praticamente toda a população. Esta situação repetida de forma sistemática acentuava consideravelmente a estratificação social em Monsaraz.

Deve ainda referir-se que, na sequência destas alterações no regime de posse da terra, os grandes proprietários, recentemente enriquecidos, fixaram-se fora de Monsaraz, na então Aldeia dos Reguengos, próspera povoação do concelho ligada à produção de vinha e artesanato laneiro⁴⁸.

A situação não se alterou, assim, substancialmente ao longo do século XIX, no que diz respeito às características socio-económicas dos habitantes de Monsaraz: maioritariamente assalariados, sem terra e pobres, como os descreve anos antes o autor da referida Memória Anónima. Os antigos proprietários eram na sua maioria absentistas (casas

⁴⁵ CUTILEIRO, 1977.

⁴⁶ Esta inovação na agricultura local só foi possível depois da repartição dos baldios, pois a aplicação dos adubos implicava despesas de investimento, impraticáveis na anterior situação. (CUTILEIRO, 1977).

⁴⁷ Monsaraz tinha celeiro municipal instituído em 1685 (Gonçalves, 1963).

⁴⁸ Devido ao facto de ali se concentrar a grande parte das residências dos maiores proprietários da região, saídos deste processo de transferência da posse da terra, a actual vila de Reguengos era na altura conhecida no distrito de Évora pela designação de "Aldeia dos Palácios", pois só em 1840 é elevada à categoria de vila.

nobres e institutos religiosos). Os actuais viviam na nova e dinâmica aldeia de Reguengos mais adequada ao espírito desta classe em ascensão. Por isso se utilizava em Monsaraz com frequência a expressão “os ricos estão em Reguengos” que passou de geração em geração e que se usava até há muito pouco tempo.

Não é só o poder económico que no século XIX se fixa na vila de Reguengos. Também politicamente o centro administrativo do concelho se transfere de Monsaraz para Reguengos. Sede de concelho desde 1270, Monsaraz vê nesta altura a sua secular influência na região diminuir drasticamente⁴⁹. A causa próxima prende-se com a fidelidade ao absolutismo demonstrada pelas elites de Monsaraz durante a guerra civil, enquanto o espírito das classes dirigentes de Reguengos apoiava incondicionalmente os liberais. Este facto pesou obviamente na decisão política de transferir a sede do concelho em 1838⁵⁰. Ainda em 1875 Pinho Leal referia: “têm para si os desta vila que a perda da sua autonomia foi um castigo da sua dedicação ao partido do senhor D. Miguel”⁵¹. No entanto a situação de decadência que caracterizava a vila já na primeira metade do século XIX, a perda de funções defensivas, que se verificou também neste período⁵², contribuíram a longo prazo para que esta situação se desencadeasse, aparentemente apenas por razões ideológicas e políticas.

Se já anteriormente a este processo, Monsaraz entrara no século XIX sob o signo da degradação, esta ainda se acentuou mais a partir da altura em que a sede do concelho se fixou definitivamente em Reguengos, no ano de 1851. Esta nova vila passou a ser naturalmente objecto de maior atenção por parte da Câmara, por razões facilmente compreensíveis, na sequência do que atrás fica escrito.

Monsaraz tornou-se efectivamente uma povoação sem qualquer importância, abandonada pelos poderes político e económico e sobre a qual pesava uma animosidade

⁴⁹ GONÇALVES, 1966.

⁵⁰ O processo de transferência de sede do concelho de Monsaraz para Reguengos foi polémico e demorado. Só em 1851 a sede é fixada definitivamente na vila de Reguengos de Monsaraz. Entre estas duas datas - 1838 e 1851 - o centro da administração concelhia foi várias vezes transferido de Reguengos para Monsaraz e vice-versa, devido a pressões das duas partes junto do poder central e regional.

⁵¹ LEAL, 1875: 434.

⁵² Esta função defensiva só terminou, pelo menos formalmente e segundo as informações de que dispomos, com a Guerra Civil, em 1834.. Segundo a memória anónima que vimos referindo, escrita provavelmente entre 1812 e 1823, o autor refere que Monsaraz “foi noutro tempo praça fortificada e ainda há pouco tempo deixou de ter governador militar” (Descrição..., p.6). Por outro lado, parece que durante a Guerra Civil de 1832-34, os realistas ainda ali colocaram algumas peças de artilharia, de grosso calibre, para que a praça de Monsaraz servisse de ponto de defesa na margem direita do Guadiana (LEAL, 1875: 435). Esta informação prolonga a utilização da praça para funções defensivas até 1834, que aliás é a data limite apontada por este autor para a permanência em Monsaraz de um batalhão de realistas criado em 1828, da Companhia de Ordenanças e dos cargos de Capitão e Juiz de Fora.

entre as duas povoações que disputaram o protagonismo do concelho. Apenas no século XX se esbateu este mal estar entre os habitantes de Reguengos e Monsaraz⁵³. Mesmo assim ainda hoje alguns moradores mais idosos têm a memória desse processo e mantêm uma postura activa contra este facto histórico.

Um dos graves problemas de Monsaraz era, desde o princípio do século XIX, a difícil acessibilidade, o que contribuiu também em grande parte para a diminuição do seu protagonismo regional. Se antes a dificuldade de acesso era uma vantagem, neste século XIX, principalmente depois de terminarem os conflitos, passou a ser um importante obstáculo ao crescimento e desenvolvimento. O seu acesso era de tal forma difícil que apesar de a sua fortificação estar na maior parte destruída, a vila ainda assim era defensável.⁵⁴

O acesso a Monsaraz era feito por quatro calçadas que se dirigiam às quatro portas da fortificação: Porta da Vila, Porta de Évora, Porta de Alcova e Porta do Buraco. No entanto, já no princípio do século, apenas uma, a que entrava na Porta de Vila, era minimamente transitável⁵⁵. Além de ser difícil subir a Monsaraz, a sua localização não fazia dela lugar de passagem. Tal como é referido na Memória Anónima que utilizamos abundantemente neste capítulo pela importância da sua informação, “em torno da montanha passam diferentes estradas que além de se dirigirem a todas as aldeias do termo, dirigem-se também para todas as diferentes vilas que cercam Monsaraz, de maneira que nenhum passageiro tem necessidade de subir à vila senão de propósito e nunca porque por ela possa fazer passagem”⁵⁶. Também neste campo Monsaraz perdia com Reguengos, dada a sua localização privilegiada em zona plana junto à estrada real de Évora para Espanha.

O problema dos acessos é um dos mais dramáticos com que Monsaraz se debate na transição do século. Quer nos documentos oficiais da Câmara, quer na imprensa local, são constantes as referências a esta questão e à urgência de construção de um acesso a Monsaraz.

A estrada é aliás um tema que se põe com acuidade no fim do século, mas que ultrapassa largamente esse período, pois a tão falada “estrada para Monsaraz” de que nos

⁵³ A consciência crescente da beleza e importância patrimonial de Monsaraz muito contribuiu para que o poder municipal visse ali uma possibilidade de prestígio e de desenvolvimento turístico, e tivesse cada vez mais em conta as necessidades daquela vila, provenientes em grande parte do seu prolongado processo de degradação.

⁵⁴ CUNHA RIVARA, 1841: .59.

⁵⁵ O autor da memória anónima que vimos referindo descreve as 4 calçadas como sendo “muito empinadas”, referindo que “apenas uma é mais acessível” (Descrição..., p.5).

⁵⁶ Descrição..., p. 13.

ocuparemos mais adiante, só viria a ficar pronta já na segunda metade do século XX, embora tenha sido iniciada na transição do século.

2.4 Monsaraz na Transição do Século

Como atrás foi referido, a construção da estrada é talvez o problema mais premente no fim do século. As actas das sessões da Câmara são ricas em protestos, pedidos e chamadas de atenção por parte de entidades como o Pároco e o Professor, sobre o estado em que se encontravam não só o acesso, mas também as artérias interiores da vila⁵⁷.

Em 1899 estava em construção o sexto e último lanço de estrada para Monsaraz. Este era difícil de executar, dado o carácter acidentado do terreno e também porque o próprio trajecto obrigava a algumas intervenções de desaterro e demolição.

A Câmara pediu autorização para atravessar com a estrada a zona das fortificações exteriores da vila (século XVII), para o que teve que demolir dois fortes, para construir o último lanço da estrada que termina na porta da vila.⁵⁸ (fig. 2)

Estes trabalhos de construção do último lanço provocaram também alterações devido ao desaterro feito perto da Porta do Buraco (a seguir aos fortes demolidos), uma das entradas da vila de mais difícil acesso, uma vez que se situa perto da cisterna pública, outrora principal fonte de abastecimento de água da população.

Em 1902 o Administrador do Concelho pede providências à Câmara por causa deste aterro que já tinha feito cair três pessoas pois o mesmo se tinha tornado num precipício⁵⁹. Na sequência deste pedido de providências a Câmara mandou ali fazer um corredor paralelo à fortificação medieval para impedir que os trabalhos da estrada se tornassem num perigo para a população. (fig. 3)

Segundo a documentação existente, a transição do século em Monsaraz foi pouco fértil em realizações, intervenções, melhoramentos, etc. que pudessem devolver a esta vila o esplendor de outras épocas. Sem importância política e económica no concelho, apenas se

⁵⁷ Na acta da sessão da Câmara de 8 de Novembro de 1897, é referido um pedido do Pároco e do Professor de Monsaraz para serem arrançadas as ladeiras de Monsaraz que estavam intransitáveis. Estas ladeiras eram os quatro acessos que terminavam nas quatro portas da vila, referidas já na memória anónima que anteriormente referimos.

⁵⁸ Arquivo da Câmara, Acta da sessão de Câmara de 3 de Julho de 1899. Encontrei mais tarde em documentos avulsos a planta indicando os fortes que era necessário demolir para a construção do referido lanço de estrada, cuja cópia consta do volume de anexos.

⁵⁹ *Ibidem*, Índices das Actas das Sessões, 9 de Setembro de 1902, 4ª e 5ª deliberações.

fazia em Monsaraz o estritamente necessário e mesmo assim depois de muitos protestos e pedidos, como atrás já referimos.

A estrada parece ser de facto a obra de maior vulto, por absoluta necessidade, para além de algumas reparações esporádicas nas calçadas das ruas intramuros, também por necessidade extrema e porque na sua maior parte se achavam as mesmas intransitáveis, facto que aliás é referido abundantemente nas actas das sessões.

Existe no entanto outra nota digna de registo no que diz respeito às intervenções feitas em Monsaraz no fim do século XIX. Na sessão da Câmara Municipal de 24 de Julho de 1899 foi deliberado levantar a planta do celeiro d'El-Rei situado na actual rua do Celeiro, “a fim de se cortar parte do dito para alargamento da rua e para se pedir a D. Carlos a cedência do dito celeiro para se realizar esta obra”⁶⁰

Esta intervenção foi de facto executada, embora não disponhamos hoje de qualquer documento escrito ou gráfico, com ela relacionado, nem mesmo da planta do edifício, cujo levantamento foi decidido, como acima referimos. O edifício deve ter sido totalmente demolido e não apenas parcialmente, pois nesta rua não existe nenhum vestígio do que possa ter sido celeiro noutro tempo.

Esta é, segundo a informação disponível, a intervenção intramuros mais relevante no final do século XIX ou princípios do século XX e que se reflecte na estrutura urbana da vila, uma vez que o objectivo da sua demolição foi o alargamento da rua.

A decisão teve certamente a ver com a construção da estrada nova de acesso a Monsaraz. Embora a ligação entre os dois factos não esteja sugerida nos documentos consultados, pensamos que tal suposição faz sentido. Esta rua do Celeiro sai directamente da Porta da Vila e dá acesso à rua Direita, a principal artéria da vila. A estrada começada a construir no fim do século teve como trajecto preferencial aquele que iria desembocar na Porta da Vila. Desta forma a Rua do Celeiro, que deveria ser muito estreita, não servia os interesses de acesso fácil à vila que muitas vezes são referidos, justamente para o transporte dos cereais.

Pensamos pois que esta demolição e a sua coincidência temporal com a construção da estrada estaria directamente ligada a este facto.

É pois em 1899 que se decidem as duas demolições mais significativas de que temos conhecimento na passagem do século: a dos dois fortes da fortificação exterior do século XVII, e a do Celeiro d'El-Rei, situado na ainda hoje denominada rua do Celeiro.

⁶⁰ Ibidem, 24 de Julho de 1899, 4ª deliberação.

II - ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO

1. O Núcleo Urbano. Formação e Consolidação

Monsaraz é uma cidade nova de fronteira, de fundação medieval. Afonso III concedeu-lhe foral em 1276, mas é com D. Dinis que a formação do núcleo urbano se verifica de forma sistemática.

A situação e o sítio onde se encontra edificada têm a ver com as pré - existências culturais relativas a anteriores ocupações (paleocristã e islâmica) das quais existem muito poucos vestígios materiais. Mas a ocupação humana daquele sítio remonta mesmo a períodos culturais pertencentes à pré-história da região e que se relacionam de perto com o espantoso conjunto de monumentos megalíticos e povoados coevos, identificados nos seus arredores e com materiais pre-históricos encontrados no espaço hoje ocupado pela vila.

O “locus” e o seu “genius” pertencem pois a uma temporalidade mais ampla, de ritos conservadores de mitos⁶¹. Esta relação ao mesmo tempo singular e universal que existe entre um local determinado e as construções que o vão povoando conferem ao sítio o seu espírito e determinam também, pelas razões não racionais por que também se rege a formação urbana, a escolha da localização de uma cidade⁶².

As condições defensivas exigidas à situação de uma cidade de fronteira verificam-se neste local como em nenhum outro na região. Situada na maior elevação do actual concelho, perto da fronteira com Espanha, Monsaraz disfruta de uma situação privilegiada em termos defensivos e de controle do território (fig. 4 e 5). A sua formação está intimamente ligada à conquista cristã e ao seu contexto de povoamento do território e de reorganização do sistema urbano⁶³. Fundam-se nesta altura, em Portugal, cidades de fronteira, planeadas segundo um padrão morfológico geométrico, com características urbanas inspiradas nas “bastides” do sul de França, embora a sua construção não seja idêntica à destas, onde a rigidez do geometrismo remete por vezes para as características da

⁶¹ Existe ainda no território de Monsaraz um monumento megalítico (hoje denominada “Rocha dos Namorados” ou “Pedra do Casar”) que continua a ser utilizado em rituais de fertilidade feminina o que mostra neste caso a força da permanência mítica do sítio.

⁶² ROSSI, 1977.

⁶³ TEIXEIRA, 1993.



Fig. 1- Vista de Monsaraz, 1955.

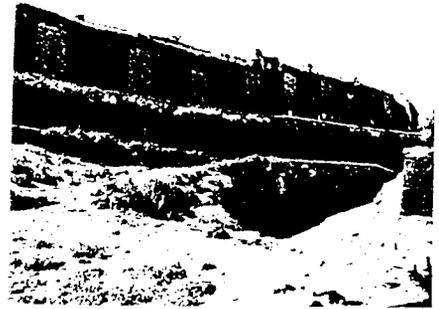


Fig. 3 – Ao longo da muralha pode ver-se o corredor construído no princípio do século

Fig. 2 - "Cópia de parte da planta tecnica para construção do último lanço da estrada municipal n. 38 de Reguengos a Monsaraz, compreendida entre os perfis n.ºs. 82 a 121, na qual se cortam dois fortes próximos à villa de Monsaraz; cuja planta foi aprovada pela Comissão Distrital em 5 de Dezembro de 1898. (Arquivo da Câmara Municipal, Documento avulso)

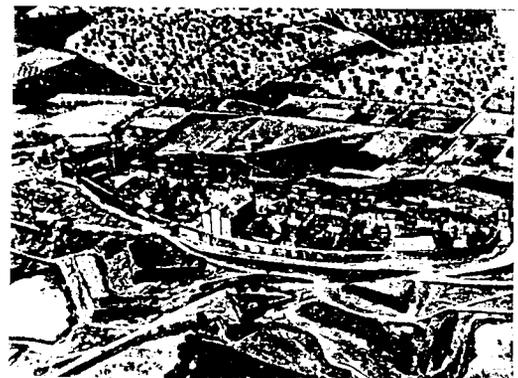
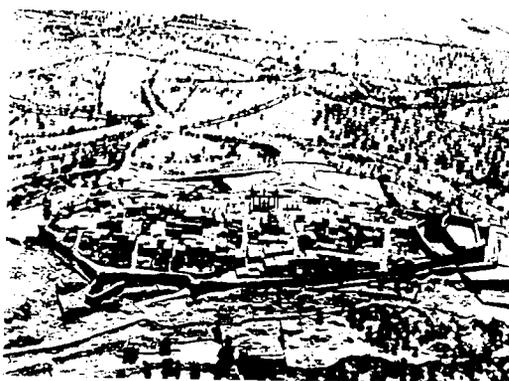
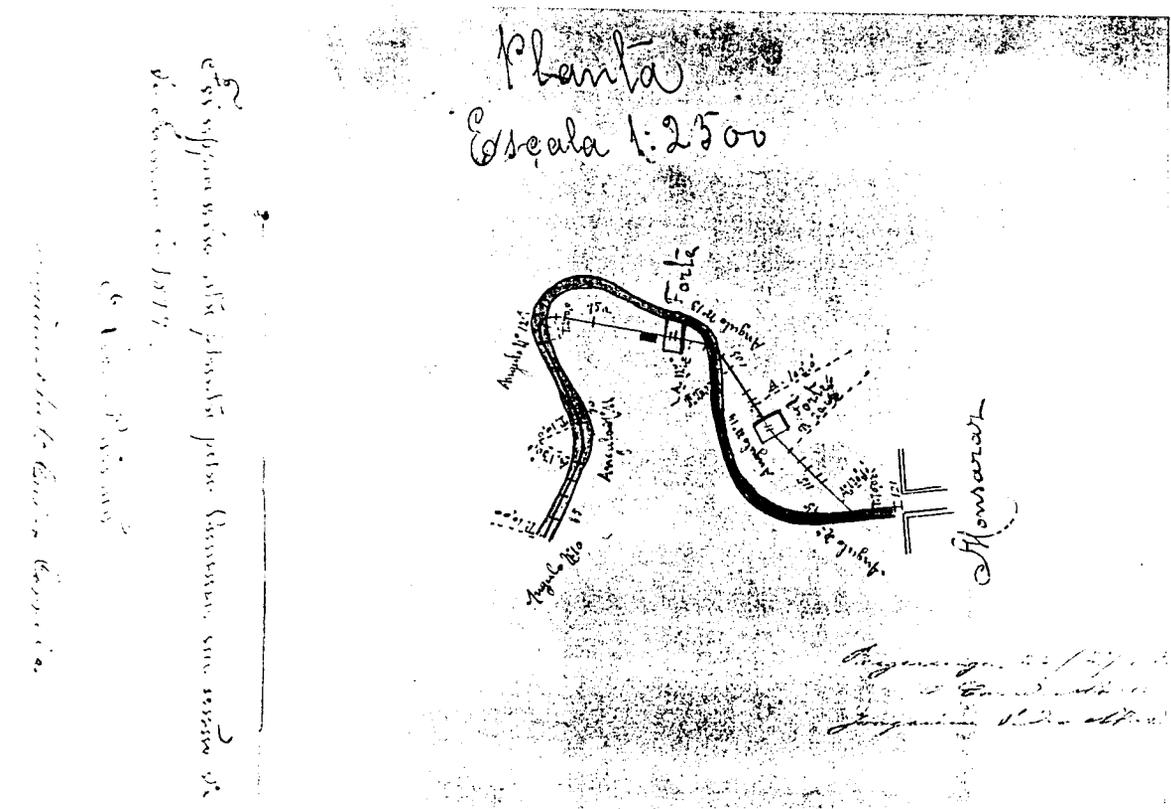


Fig. 4 e 5 – Vistas aéreas de Monsaraz

planta hipodâmica⁶⁴.

Embora a vila já existisse anteriormente, conforme foi referido na breve nota histórica da primeira parte, parece ser com D. Dinis que a estrutura urbana se consolida⁶⁵. É aliás sob domínio deste rei, considerado um “planeador de aglomerações”, que são fundadas muitas das cidades da fronteira e outras sofrem grandes transformações e um considerável desenvolvimento urbano, como parece ter sido o caso de Monsaraz⁶⁶.

Embora não saibamos como foram construídas estas cidades, elas aparecem num contexto de repovoamento, de defesa do território, de atribuição de privilégios aos colonos e muitas vezes, como aconteceu em Monsaraz, de fixação de criminosos⁶⁷.

Não dispomos de informação detalhada sobre a construção, mas o planeamento do traçado geométrico pressupõe um poder com força suficiente para instalar um projecto desta natureza. O reinado de D. Dinis ficou marcado por uma centralização e fortalecimento do poder e por um grande dinamismo nas terras recentemente conquistadas, onde, por isso mesmo, o rei não tinha muita dificuldade em impôr a sua estratégia⁶⁸.

O traçado destas cidades tem uma intencionalidade defensiva clara, não descurando no entanto os aspectos da vida administrativa e religiosa. Para além do castelo e de todo o sistema defensivo, são principalmente marcantes no aglomerado urbano os edifícios religiosos principais e os edifícios afectos à administração.

Monsaraz apresenta um traçado muito regular, apesar de estar situada numa zona topograficamente acidentada. Considerando a sua implantação seria mais natural apresentar ruas tortuosas.

No entanto a sua estrutura identifica-se com a estrutura tipo mais frequente nestas cidades planeadas: um eixo central que liga a entrada principal da fortificação ao castelo,

⁶⁴ A este respeito é importante consultar o artigo “A Morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média” da autoria do Prof. Jorge Gaspar no vol. IV da Revista Finisterra, onde são caracterizadas as plantas de algumas vilas fundadas neste período na parte oriental do Alentejo, entre as quais Monsaraz se inclui.

⁶⁵ Como já foi referido, D. Afonso III concede foral a Monsaraz em 1276, embora segundo José Pires Gonçalves este tenha sido atribuído alguns anos antes, por volta de 1265, uma vez que já é referido em documentos datados deste período, nomeadamente a carta de demarcação do termo de Monsaraz. A justificação apontada por este autor para este desfazamento é a de que talvez o primeiro foral tenha sido reescrito com algumas actualizações e tenha sido destruída a sua primeira versão (GONÇALVES, 1963). Esta informação apenas nos interessa aqui como prova de que a constituição jurídica do termo de Monsaraz é certamente anterior ao reinado de D. Dinis.

⁶⁶ O Prof. Jorge Gaspar cita, no artigo já referido, o cronista Ruy de Pina quando este se refere a D. Dinis, dizendo que “este Rei, em seu tempo, fez quasi de novo todas as vilas e castelos de riba de Odiana”.

⁶⁷ Com o objectivo de atrair moradores e expandir demograficamente a vila, a seguir a graves surtos epidémicos da peste negra e das guerras com Castela, o rei D. João I tentou resolver este problema com a criação, no final do século XIV, de um couro de homiziados em Monsaraz (GONÇALVES, 1966).

⁶⁸ GASPAS, 1969.



situado no ponto mais defensável num dos extremos da elevação⁶⁹. Também ainda dentro deste tipo é comum que este eixo central seja acompanhado de vias paralelas, secundárias e mais estreitas que a principal, como acontece em Monsaraz com a rua de Santiago, a rua das Parreiras e a rua da Porta de Évora, todas paralelas à rua principal, chamada Direita porque estabelece, apenas com uma flexão inicial, uma ligação directa ao castelo a partir da Porta da Vila (Planta IV).

A rua Direita alarga sensivelmente a meio do seu percurso, por necessidades funcionais, para formar o largo onde se encontram os principais edifícios da vila: a Igreja Matriz, o Tribunal e, embora posteriores, os Paços do Concelho, a igreja e hospital da Misericórdia. O largo não é atravessado pela rua. Esta apenas o limita de um dos lados, o que também é característico deste tipo de cidades.

Os eixos principais são cortados por ruas perpendiculares, formando ângulos perto dos 90° que configuram quarteirões de geometria rectangular ou trapezoidal, o que demonstra que de facto se trata de um urbanismo planificado.

A tipologia parcelária caracteriza-se genericamente pela existência de quarteirões com elevado índice de ocupação edificada, podendo agrupar-se em quarteirões centrais cuja construção envolve as áreas de logradouro que ficam no interior; quarteirões laterais com construção ao longo das duas principais artérias e logradouros posteriores; quarteirões sem logradouro, confinados e definidos pela muralha no lado nascente.

A volumetria sofreu alterações nas últimas décadas. Algumas casas aumentaram, de 1 para 2, o número de pisos por edifício, aproveitando as diferenças de cotas e mantendo muitas vezes as fachadas inalteradas, o que dificulta uma percepção imediata deste facto.

Além do conjunto intramuros, a vila de Monsaraz abrange também o arrabalde, de características radiocêntricas. Organizado a partir de um largo, onde existiu uma igreja que chegou a ser sede de freguesia, e uma necrópole (de S. Bartolomeu), todas as artérias partem deste lugar central, embora as ruas de S. António e de S. Bento constituam o eixo dominante (Planta IV).

⁶⁹ Existem muitas semelhanças no traçado urbano de Monsaraz e de outras cidades planificadas neste período, na região do Alentejo, como por exemplo Redondo e Alegrete. Nestes últimos casos, também a porta principal da fortificação, situada num dos extremos, se liga ao castelo por um eixo central principal. Nota-se assim uma adaptação de um plano previamente traçado às condições particulares do terreno escolhido para a implantação da cidade, ou, no caso de Monsaraz, de adaptação da aglomeração já existente ao novo plano. A este respeito, é interessante referir a existência de sepulturas antropomórficas em xisto, encontradas recentemente no largo central de Monsaraz, na sequência de obras realizadas pela autarquia. Embora não tenham sido estudadas, é claro que a sua orientação e a sua localização apontam para uma estrutura urbana anterior, diversa daquela que agora estudamos. É portanto bastante provável que, sendo Monsaraz anterior à fundação dionisiana, com este rei tenha sido operada uma grande transformação na estrutura urbana existente, adaptando-a a um plano previamente estabelecido.

Integrantes também da “forma do território”, enquanto concepção alargada da noção de “forma urbana”⁷⁰ são os espaços públicos do logradouro comum, que por sua vez fazem parte do Rossio de Monsaraz, o chamado Rossio da Coutada. Estes espaços que ainda hoje existem com algumas das antigas funções, situam-se na base da elevação onde a vila está implantada, em direcção ao rio Guadiana.

São espaços públicos que funcionam como complemento de necessidades quotidianas da população e por razões que se prendem com o carácter acidentado da localização da vila, não lhe estão imediatamente contíguos, ficando até a alguma distância da povoação.

Constituem os resquícios deixados pela reforma agrária proveniente do liberalismo, do que eram as terras comunais formadas pelos dois grandes baldios da freguesia: a Maxoa e a Coutada.

Como já explicámos na primeira parte, com a partilha das terras baldias no século XIX, apenas restaram cerca de 60 hectares que ficaram na posse da Junta de Freguesia e que continuaram, na sua maioria, a funcionar como espaço público, designado por Logradouro Comum e Rossio de Monsaraz e também uma parte a ser explorada para rendimento da Junta.

Estes espaços eram ainda intensamente utilizados nas primeiras décadas deste século. Encontrámos alguns pedidos urgentes de obras de canalização no tanque e no chafariz ali existentes. Estes equipamentos eram necessários à população quer para lavadouro público, no caso do tanque, quer para retirar água do chafariz para várias utilizações⁷¹. Registámos também vários pedidos de moradores para fazerem meloais, construções, tirarem terra para fazer alvenaria e eiras, tudo no Logradouro Comum, o que prova a importância económica que este espaço público tinha ainda neste século para os habitantes da vila⁷².

⁷⁰ LAMAS, 1993, p.70.

⁷¹ Arquivo da Câmara, Índice das Actas das Sessões, 3 de Julho de 1911.

⁷² *Ibidem*, 27 de Março, 8 de Maio, 31 de Julho de 1911 e 22 de Setembro de 1913.

2. Intervenções

2.1 Os primeiros 40 anos do século

Este período, que corresponde praticamente à primeira metade do século, pode caracterizar-se por uma continuação da decadência económica e física da vila, mas também pela formação de uma consciência da sua importância histórica e patrimonial. É ainda neste século que começam a ser escritos na imprensa os primeiros artigos de opinião, reivindicando uma maior atenção para Monsaraz, por parte das instituições (Câmara, Governo Civil, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). Em 1937 a Câmara convida o Director dos Monumentos para visitar Monsaraz e apreciar o seu estado de abandono⁷³. A partir desta visita estabelecer-se-á o programa de intervenções deste organismo que analisaremos adiante com maior detalhe.

Relativamente a intervenções de maior significado, são de referir algumas obras da Câmara, executadas depois de muitos pedidos e reivindicações da população, representada quer pelo professor, quer, até 1911, pelo pároco.

A construção da estrada de Reguengos para Monsaraz (fig.6) foi a mais importante pretensão da população neste período. A sua construção arrastou-se desde o fim do século XIX até praticamente meados do século XX. De facto um dos problemas principais em Monsaraz era o isolamento, já referido na memória anónima anteriormente citada. Uma vez que a vila não ficava na passagem para outra povoação, só propositadamente se chegaria lá e com bastante dificuldade, a julgar pelas descrições coevas dos acessos. O isolamento decorrente da sua localização era assim substancialmente agravado pela intransitabilidade dos caminhos precários existentes. Compreende-se assim a importância que a construção de um acesso razoável teria para a população, tanto mais que neste período Monsaraz era ainda o maior produtor de cereais do concelho, elevando-se a mais de um terço a sua produção no cômputo geral concelhio. Este facto era apontado ainda em 1932 como justificativo para a reivindicação do arranjo da estrada de Reguengos a Monsaraz para o transporte de cereais⁷⁴.

⁷³ *Ibidem*, 5 de Junho de 1937 (1ª deliberação).

⁷⁴ *Eco de Reguengos*, II série, ano XXI, nº 29, 23 de Outubro de 1932.

Esta intervenção provocou algumas alterações já apontadas. Foram demolidos dois fortes para que se pudesse cumprir o percurso do sexto e último lanço da nova estrada (fig.2). Para evitar os acidentes verificados com a queda de algumas pessoas devido aos desaterros feitos para a construção da estrada, construiu-se, nos primeiros anos do século, um corredor exterior à muralha medieval, desde a Porta do Buraco até à Porta de Alcova (fig. 3).⁷⁵

Para além do problema dos acessos à vila, fulcral nestes primeiros anos do século, também a circulação intramuros se apresenta bastante difícil nesta altura devido à inexistência de pavimentação nas ruas da vila. São muitos os pedidos que chegam à Câmara feitos pelo pároco e pelo professor, no sentido de serem reparadas ou feitas de novo as calçadas e as ladeiras de Monsaraz⁷⁶.

Ainda dentro das intervenções públicas realizadas em Monsaraz neste período, contam-se as obras realizadas no cemitério⁷⁷ e as reparações do antigo edifício da escola pública, antiga casa da Câmara. No princípio do século chegam vários pedidos do professor para a Câmara, no sentido de ali serem feitas reparações urgentes no pavimento e nas coberturas⁷⁸. Esta situação prolonga-se durante todo este período, pois em 1924 refere-se novamente o mau estado em que se encontrava o edifício da escola, situação que aliás só

⁷⁵ Arquivo da Câmara, Índices das Actas das Sessões, 9 de Setembro (7ª deliberação) e 21 de Outubro de 1902 (5ª deliberação). Nestas duas reuniões, o Administrador do concelho chama repetidamente a atenção “dizendo que tendo estado em Monsaraz um destes dias, ali ouvira dizer que já caíram três pessoas de um aterro que foi feito em 1901 à saída de uma porta que se encontra ao pé da cisterna daquela antiga vila. Acrescentou ainda que esse aterro constitui efectivamente um precipício por não haver ali nem árvore, nem parede de suporte e de resguardo”. Na segunda reunião referida, o Administrador volta a advertir a Câmara para “o precipício que ficou junto à muralha de Monsaraz, próximo da cisterna, proveniente do desaterro que ali foi feito por causa da construção do último lanço da estrada até à porta chamada da Vila. Pediu providências à Câmara, pois já três indivíduos ali caíram e ficaram mal da queda”

⁷⁶ *Ibidem*, 13 de Maio de 1901 (6ª deliberação): “Calçadas em Monsaraz - pediu o prior daquela vila que sejam reparadas as da rua de Santiago e travessa do Sanabre que estão intransitáveis”. Em 10 de Junho de 1901 (4ª deliberação) “foi deliberado reparar as calçadas em Monsaraz (rua de Santiago e travessa do Sanabre) e no ribeiro da Pega, e sendo estas obras urgentes por causa dos transportes dos cereais para dentro da antiga vila, visto que o último lanço da estrada até uma das portas da muralha ainda não se acha concluído”. Dois anos depois, o pároco pediu que fossem feitas algumas reparações de calçadas em Monsaraz, oferecendo a pedra para o efeito (Índice das Actas das Sessões, 13 de Julho de 1903).

⁷⁷ *Ibidem*, 22 de Agosto de 1904 (3ª deliberação). O cemitério de Monsaraz está situado, desde meados do século XIX, num dos baluartes da fortificação seiscentista, perto da Porta de Alcova. Em 1913, por ordem do Administrador do Concelho, secularizou-se o cemitério e retiraram-se as cruces dos portões (Administração do concelho, 6 de Março de 1913), facto que se relaciona com a inexistência de pároco em Monsaraz entre 1911 e 1945.

⁷⁸ *Ibidem*, 22 de Dezembro de 1902 (4ª deliberação). Uns anos mais tarde, em 1911, a seguir portanto à implantação do regime republicano, a escola que antes era apenas do sexo masculino, foi transformada em escola mista, embora ainda tenha sido levantada a hipótese de se criar uma escola feminina (Actas de 6 de Fevereiro e 6 de Março de 1911, 7ª e 9ª deliberações, respectivamente). O lugar de professor na escola de Monsaraz ficou vago durante dois anos por falta de concorrentes.

ficará parcialmente resolvida anos mais tarde, com a construção de uma nova escola, processo que será analisado mais adiante.

É interessante referir, ainda dentro do quadro das intervenções deste período, a autorização dada pela Câmara a um guarda fiscal da aldeia do Telheiro, para demolição da chaminé do edifício da cadeia, antigo tribunal, ficando com os materiais para construção. Os trabalhos de demolição ainda se iniciaram, mas um grupo de mulheres, com o apoio de toda a população, impediu a sua conclusão. Verificaram-se ainda mais duas tentativas de demolição autorizadas pela Câmara, sem qualquer sucesso, dada a firme decisão da população em impedir estes trabalhos. O requerente acabou por desistir desta pretensão oficialmente concedida⁷⁹.

Sabemos também, por referência documental, que o edifício da antiga cadeia estava em ruínas em 1920, a julgar pelo pedido feito por um habitante da vila, morador por cima do edifício referido. Este pede que o mesmo lhe seja vendido ou então concedida autorização para tapar a porta da escada para assim resguardar a sua casa⁸⁰.

Além dos edifícios e espaços públicos apresentarem, como vimos, problemas quanto ao seu estado de conservação, também o restante parque edificado de Monsaraz apresentava nestes anos sinais de decadência e ruína (figs. 7 a 10). Embora não tenhamos uma informação muito detalhada sobre este período, são referidos nas Actas da Câmara frequentemente casos de edifícios em ruína que ameaçavam derrocada eminente e que chegaram a cair, afectando mesmo, em alguns casos, edifícios contíguos.⁸¹

Na primeira metade do século XIX, o autor da memória anónima já citada, refere que as construções arruinadas e demolidas não se “levantam certamente pela dificuldade de condução dos materiais”, daí também o interesse nas demolições para aproveitar os materiais para construção. Também durante o período do século XX a que nos referimos não existe praticamente trabalho de construção.

Apesar de em Monsaraz não se registarem processos de obras organizados antes de 1957, existem contudo, durante a primeira metade do século, os registos nas actas de pedidos de alinhamentos que correspondem às posteriores licenças de obra. Enquanto que para as restantes povoações do concelho os pedidos de alinhamento são vulgares e surgem com regularidade quer na vila de Reguengos, quer nas outras povoações, ao longo desta

⁷⁹ Ibidem, 19 de Julho (6ª deliberação), 26 de Julho (9ª deliberação), 2 de Agosto (8ª deliberação), 9 de Agosto (6ª deliberação) e 6 de Setembro (6ª deliberação) de 1924.

⁸⁰ Ibidem, 20 de Maio de 1920.

⁸¹ Ibidem, 27 de Julho de 1908, 19 de Dezembro de 1910, 26 de Dezembro de 1910 e 20 de Maio de 1920.



Fig. 6 – Estrada de acesso a Monsaraz
construída na primeira metade do século.

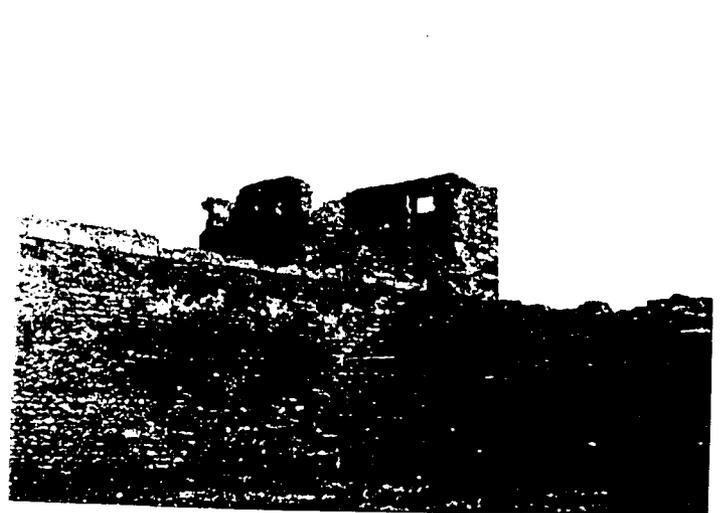
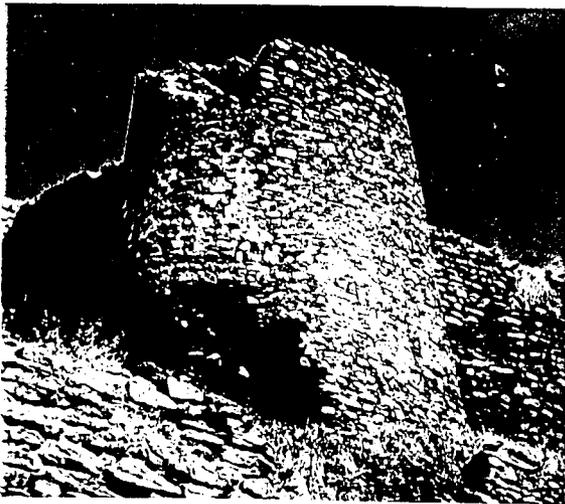
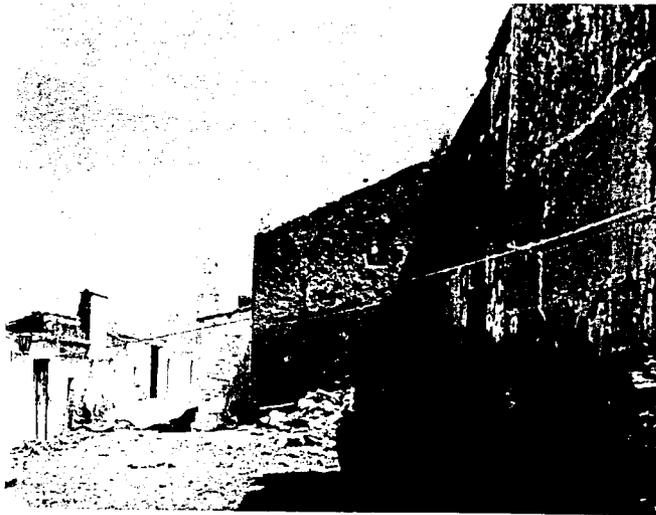


Fig. 7, 8, 9 e 10 – Aspectos do estado de ruína em que se encontrava a vila.

primeira metade do século, em Monsaraz apenas registámos um pedido de alinhamento nos primeiros 57 anos do século XX, para uma construção no Arrabalde⁸². No conjunto intramuros não existe portanto qualquer intervenção particular registada antes de 1957.

Conquanto a apresentação de projecto na Câmara seja obrigatória desde 1920⁸³, só muitos anos mais tarde, na década de 60, estão registados os primeiros no Arquivo Municipal, relativos a Monsaraz. Tal situação deve-se ao facto de a maior parte dos capítulos sobre edificações se referirem apenas à vila de Reguengos e não às restantes povoações do concelho. O mesmo se passa no que diz respeito à obrigatoriedade da caiação e pintura exterior dos edifícios.

Apenas encontrámos legislação municipal nesta matéria, aplicável em todas as povoações do concelho em período anterior à transferência da sede do concelho⁸⁴.

No que diz respeito à relação entre as autoridades locais com instituições nacionais ligadas aos monumentos, só em 1906 encontrámos o primeiro registo de correspondência e pedidos de informação, sem terem contudo qualquer consequência prática.⁸⁵ A situação apenas adquire contornos de maior eficácia quando em 1937 a Câmara resolveu oficiar ao Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais, chamando a atenção para o estado de ruína em que se encontrava o castelo de Monsaraz⁸⁶. Esta decisão foi assinalada com regozijo na imprensa local⁸⁷.

Podemos assim considerar que é na década de 30 que se começa a formar uma opinião crítica e uma consciência da importância histórica dos monumentos de Monsaraz, começando a mesma a ser repetidamente referida em termos prestigiantes por “antiga vila” ou “histórica vila”. Em 1930, num artigo apologético sobre a nova e dinâmica vila de Reguengos, cujo desenvolvimento já explicámos atrás, é já feita uma rápida referência sobre

⁸² Ibidem, 23 de Novembro de 1903.

⁸³ Ibidem, Código de Posturas do concelho de Reguengos de Monsaraz, 1920, Secção I, Capítulo I, “Dos riscos dos edifícios, licenças, alinhamentos e cotas de nível”.

⁸⁴ Ibidem, Disposições Municipais do concelho de Monsaraz, s.d., n.º 26: “Hé prohibido de hoje em diante a todos os moradores fazerem degraus às suas portas, assim como fazerem piaís às suas portas nem pedras às esquinas das suas casas, sob pena de mil e duzentos reis. Contudo é permitido que ponhão nas casas que fazem quina da rua hum poste regular de 4 palmos e meio de alto e dois de largo”.

⁸⁵ Em 1906 a Real Associação dos Arquitectos Civis Portugueses pediu à Câmara para indicar quais os pelourinhos, cruzeiros e qualquer outro monumento do concelho (Arquivo da Câmara, Índice das Actas das Sessões, 15 de Janeiro de 1906). Não conseguimos contudo encontrar a resposta a este pedido. Mais tarde em 1914 a Comissão recomenda à Câmara que “não mande fazer qualquer obra nos monumentos que houver”, sem que o respectivo projecto seja submetido à aprovação da referida Comissão. Esta já tinha também recomendado que se “evitasse desacato aos monumentos de valor histórico artístico ou arqueológico que estiverem a cargo da Câmara” (Ibidem, 15 de Junho de 1914).

⁸⁶ Idem, 5 de Junho de 1937 (1ª deliberação).

⁸⁷ Eco de Reguengos, II série, Ano XXVI, n.º 258, 13 de Junho de 1937. Um longo artigo sobre o estado de abandono do castelo refere a certa altura “foi para salvar esta reliquia da ruína que a Câmara convidou o chefe dos monumentos para incluir o Castelo nas obras de conservação”.

o que é interessante visitar⁸⁸. Em 1932 é feita uma visita sintomática do que referimos. O Governador Civil de Évora desloca-se a Monsaraz, acompanhado do Presidente da Câmara para se inteirar do estado ruinoso e de abandono em que se encontrava a vila e recolher as reivindicações locais, cuja principal foi a reparação da cisterna pública, obra do século XV, e que ainda nesta altura abastecia de água a maior parte da população⁸⁹.

Em 1934 inicia-se um processo que envolve toda a população de Monsaraz, sem contudo obter qualquer sucesso. Tratou-se da forte reivindicação feita para que a projectada linha de caminho de ferro entre Reguengos e Mourão passasse por Monsaraz. Desde a Junta de Freguesia à imprensa local, passando pelos naturais de Monsaraz residentes em Lisboa e sobretudo pela população residente, todos se empenharam activamente nesta pretensão que não se chegou a concretizar. Não porque tivesse sido recusada a passagem por Monsaraz. Chegou mesmo a realizar-se um inquérito económico feito pela Direcção Geral dos Caminhos de Ferro, para decidir o traçado direito para Mourão ou fazendo passagem por Monsaraz⁹⁰. Mas o tão esperado caminho de ferro para Mourão que faria a ligação com Espanha não foi construído.

Em vários artigos publicados na imprensa local sobre este assunto referem-se as principais vantagens de construção da linha do caminho de ferro entre Reguengos e Mourão, passando por Monsaraz: iria atenuar a forte crise de trabalho existente na região, permitiria o transporte eficaz dos géneros, uma vez que, segundo os articulistas, só a produção de trigo da freguesia de Monsaraz daria movimento ao caminho de ferro⁹¹.

Existem abaixo assinados da população, liderada por um natural de Monsaraz residente em Lisboa e com alguma influência política, entregues ao Ministro das Obras Públicas, solicitando a construção do caminho de ferro. Os proprietários da freguesia de Monsaraz decidiram, em reunião de 1 de Março de 1931, ceder gratuitamente os terrenos

⁸⁸ Portugal Ilustrado, Grande Album de Turismo, Lisboa, ed. da Revista Terras de Portugal, ano segundo, nº 2, 1929-1930. No artigo intitulado "Reguengos é o exemplo vivo do que pode o esforço dos homens que amam a sua terra", refere-se a dada altura "(...) há apenas no concelho a velha Monsaraz, antiga praça forte, onde há muito que ver e donde se disfruta um panorama surpreendente".

⁸⁹ Eco de Reguengos, II série, ano XXI, nº 26, Notícia da Visita do Governador Civil de Évora a Monsaraz. Em 1935 na "Resposta da Câmara Municipal de Reguengos ao Inquérito mandado proceder pelo Instituto Nacional de Estatística, de harmonia com a base nº IV da lei nº 1911 de 23 de Maio" é referido, relativamente a nascentes e abastecimento de água à população, que "em Monsaraz há também uma grande cisterna que ainda abastece grande parte da população da freguesia. A outra parte é abastecida por uma fonte muito antiga na aldeia do Telheiro."

⁹⁰ Arquivo da Câmara, Índice das Actas das Sessões da Câmara Municipal, 10 de Novembro de 1934.

⁹¹ Eco de Reguengos, II série, ano XXV, nº 215, 26 de Julho de 1936. Neste artigo são ainda referidas as principais importações feitas na freguesia de Monsaraz que poderiam ser transportadas por comboio: 1400 quilo de sal, 18 000 quilos de sabão, 15 500 quilos de arroz e 2 600 quilos de massas alimentares.

para a passagem do caminho de ferro.⁹² Toda esta movimentação não teve, como referimos, qualquer eficácia, considerando os locais que mais uma vez Monsaraz ficava no isolamento que vinha já do século passado.

O concurso para a Aldeia mais Portuguesa de Portugal em 1938 motivou também artigos na imprensa local sobre a importância da tipicidade, integrada nas concepções de ruralidade do Estado Novo, das povoações do Alentejo em geral e de Monsaraz em particular⁹³. Refere-se no entanto que Monsaraz nunca poderia ser seleccionada para o concurso, devido ao estado de ruína em que se encontravam, não só os edifícios considerados monumentos (castelo, muralhas e igrejas), como também muitas das edificações intramuros, e também porque muita da sua população tinha saído⁹⁴.

Ainda relativamente à consciência generalizada do abandono a que Monsaraz esteve sujeito, um jornal local refere uma notícia do jornal *O Século*, chamando a atenção para o facto de Monsaraz não ter sido incluída na lista dos castelos do país que iriam ser objecto de intervenção da Direcção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. É feito neste artigo um protesto por um natural de Monsaraz residente em Lisboa, que alerta para a ruína do castelo e muralhas.⁹⁵

Este estado de ruína foi ainda agravado por acidentes naturais como o que foi provocado por uma trovoada cujos raios atingiram fortemente a Igreja Matriz, provocando destruição, quer no exterior, quer no interior do edifício. Na sequência deste acidente o edifício foi visitado por técnicos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que aproveitaram também a visita para estudarem a possibilidade de classificação do castelo e do pelourinho como Monumento Nacional, o que se veio a verificar na década seguinte⁹⁶.

⁹² *Jornal de Reguengos*, Ano I, nº 13, 18 de Março de 1931.

⁹³ *Eco de Reguengos*, II série, ano XXVII, nº 317, 7 de Agosto de 1938. Uma notícia sobre esta iniciativa refere que pelo Alentejo foram seleccionadas para o concurso as aldeias de S. Bartolomeu do Outeiro no concelho de Portel, como representante da paisagem acidentada, e a aldeia de Nª Sª da Orada no concelho de Borba, como representante da planície.

⁹⁴ Um artigo sobre Monsaraz publicado no jornal *Eco de Reguengos*, II série, ano XXI, nº 19, 15 de Agosto de 1932, relata o percurso histórico da vila, muito fantasiado no seu passado longínquo, explicando e justificando o estado em que a vila se encontrava: "(...) quando as guerras se tornaram mais raras e a paz se foi acentuando, a vila tornou-se incómoda por ser um sítio muito agreste e de mau acesso, e os habitantes pouco a pouco a foram abandonando".

⁹⁵ *O Eco de Reguengos*, Ano XXVII, II Série, nº 348, 19 de Março de 1939.

⁹⁶ O pelourinho de Monsaraz estava já classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto nº 23.122 de 11 de Outubro de 1933.

2.2 Principais intervenientes e períodos de actuação

2.2.1 Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criada em 1929⁹⁷, foi o grande organismo criado pelo Estado Novo, com o objectivo de restaurar todo o “Património Artístico Monumental”. O seu primeiro Director, o eng^o Henrique Gomes da Silva manteve-se em funções entre 1929 e 1960 e marcou substancialmente a orientação deste organismo, no que diz respeito às concepções de conservação e restauro que pautaram durante décadas a acção da DGEMN em todo o país.

Sendo um organismo com uma grande carga ideológica ligada ao regime político que lhe deu origem, a sua intervenção nos monumentos de todo o país obedeceu a uma metodologia e a uma filosofia de actuação cujo conhecimento e compreensão nos parece fundamental.

Poucos anos após a sua criação o Director Geral explica de forma clara, numa comunicação apresentada ao primeiro Congresso da União Nacional, quais os princípios que iriam presidir à política de restauro do Estado Novo, concretizada na acção da DGEMN.⁹⁸

Os exemplos apontados neste texto para justificar a qualidade das intervenções feitas nos principais monumentos são elucidativos dos critérios que presidiam às obras de restauro, corrigindo o que de errado fora feito anteriormente⁹⁹.

⁹⁷ Decreto n^o 16 791, de 25 de Abril. Esta Direcção-Geral pertencia ao então Ministério do comércio e Comunicações que em 1944 passou a ter a designação de Ministério das Obras Públicas, pelo Decreto-Lei n^o 36 061, de 27 de Dezembro. A sua criação extinguiu a Repartição dos Monumentos Nacionais da Direcção - Geral das Belas Artes, cujas atribuições, fixadas em 1924 e 1926, pela Lei n^o 1700, de 18 de Dezembro e pelo Decreto n^o 11 445, de 13 de Fevereiro, respectivamente, transitaram para a nova Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

⁹⁸ O eng. Henrique Gomes da Silva apresentou uma comunicação ao primeiro Congresso da União Nacional em 1934, publicada no primeiro Boletim da DGEMN, em 1935, no Porto, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, sob o título “Monumentos Nacionais - Orientação técnica a seguir no seu restauro”, pp. 9-20. Nesse texto afirma que um dos objectivos da acção da DGEMN era o de devolver aos monumentos a “pureza da sua traça primitiva” e refazer “o nosso Património Artístico e Monumental (...) dos atentados que contra êle foram cometidos nos séculos XVII e XVIII. A quasi totalidade dos nossos Monumentos estava irreconhecível” (p.9).

⁹⁹ Relativamente ao restauro da Sé de Lisboa, por exemplo, é referido, no mesmo artigo, o seguinte: “Será ainda demolida a cachorrada das torres de modo que as ameias fiquem à face como paramento das paredes, como era de uso fazer-se no coroamento das muralhas, visto que somente no princípio do século XIV a cachorrada de cantaria veio a aparecer. O interior da Sé de Lisboa estava também completamente deturpado, com as paredes e as colunas cobertas de estuques e talhas sem valor. Tudo está sendo reconstituído carinhosamente” (p.13).

As três conclusões finais do artigo que vimos referindo são paradigmáticas e resumem as opções teóricas, ideológicas e metodológicas que ao longo de várias décadas nortearam a postura deste organismo que personificou o restauro em Portugal¹⁰⁰.

As instituições do Estado Novo relacionadas com a protecção do património não agiram de forma inovadora, relativamente aos anteriores regimes da Monarquia Constitucional, e da Primeira República, embora em termos de legislação este período se tenha distinguido claramente dos anteriores, pela quantidade de documentos produzidos.¹⁰¹

Do ponto de vista dos princípios orientadores da sua intervenção, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais identificou-se claramente com os conceitos do século XIX. Neste século o período medieval representava o modelo de restauro estilístico, no percurso do pensamento de Viollet-le-Duc que preconizava o purismo arquitectónico na sua teoria do restauro dos monumentos. Tal era também a filosofia da Direcção-Geral que, um século depois, se revia ainda nas teorias românticas do restauro estilístico medieval desenvolvidas entre nós principalmente por Alexandre Herculano¹⁰².

Convém no entanto lembrar que este anacronismo expresso na adopção dos conceitos e teorias do século passado se deveu a questões de natureza política e ideológica às quais a técnica estava subordinada. É esta a principal razão de ser dos princípios da Direcção-Geral que já referimos.

O projecto de renovação nacional do Estado Novo assentava na identidade do país com o período original da sua fundação. Este foi o suporte ideológico fundamental de um programa que teve o seu ponto alto na exposição do Mundo Português e na comemoração do duplo centenário de conquista de nacionalidade. A acção da DGEMN, através do restauro de castelos e outros monumentos medievais, foi fundamental para este projecto.

¹⁰⁰ Dada a sua importância teórica e ideológica, penso que é interessante reproduzir aqui as conclusões referidas: “1) - Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica, os nossos monumentos nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais de beleza artística, eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da pátria e da arte; 2) - O critério a presidir a essas delicadas obras de restauro não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens; 3) - Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos.” (pp. 19 e 20).

¹⁰¹ Sobre este assunto é importante consultar o trabalho de José de Sá Nogueira Saraiva, Regime Jurídico do Património Monumental da Nação, publicado pelo Ministério de Educação e Cultura, no programa Acções em Defesa do Património, s.d. (1971), onde é feita a sistematização e organização de toda a produção legislativa do Estado Novo sobre esta matéria.

¹⁰² CUSTÓDIO, 1993:56.

Esta instituição, criada em 1929, conseguiu estabelecer uma actividade sistemática iniciando um programa de restauro com suporte teórico e ideológico constante que ao longo de várias décadas se foi constituindo na grande escola de restauro dos monumentos. A informação recolhida, organizada e em muitos casos publicada, quer em monografias, quer no seu Boletim, ainda hoje é decisiva no estudo do restauro da maior parte dos nossos monumentos. No caso de Monsaraz, cuja maior parte da informação estava ainda inédita quando iniciámos esta investigação, revelou-se fundamental para compreender um período longo e importante da história urbana da vila e do restauro dos seus edifícios.

Como já referimos, em 1937 a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pediu ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que fossem tomadas providências em relação ao estado de ruína em que se encontrava o castelo de Monsaraz. Na sequência desse pedido, os técnicos da DGEMN visitaram Monsaraz e elaboraram uma informação sobre o estado do Castelo¹⁰³. Com base nessa informação foi elaborado o plano de obras a realizar que orientou as intervenções da DGEMN até praticamente ao fim da década de setenta.

A primeira informação de 1938 considera necessárias as seguintes obras: consolidação em vários pontos das muralhas e torres; reparação geral das várias escadas de pedra incluindo a substituição dos degraus partidos; reparação dos vários pavimentos das torres; construção de ameias segundo as existentes; demolição de várias construções posteriormente feitas; construção de portas.¹⁰⁴

Em 12 de Novembro do mesmo ano o Director manda elaborar a estimativa para as obras seguintes: consolidação e restauro das muralhas e escadas de acesso; consolidação e coroamento das torres incluindo pavimentos e cobertura; demolição de várias construções posteriormente adossadas junto das muralhas.; limpeza e reparação geral incluindo remoção de entulho, terras, lixos, etc.¹⁰⁵

¹⁰³ Em 6 de Maio de 1938 é feita uma informação do arquitecto chefe da 3ª secção (Évora) para o arquitecto director em Lisboa, dizendo que “o Castelo de Monsaraz encontra-se em precário estado de conservação; conserva ainda as suas torres e muralhas bem dignas de serem restauradas”. Relativamente ao estado do pelourinho é referido na mesma informação que está razoavelmente conservado e que “necessita de ser apeado e novamente assente na coluna que sustenta a esfera, não só por apresentar desaprumo bastante acentuado, como também por se encontrar mutilada a parte inferior do fuste e que coloca em precárias condições de estabilidade” (Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, 1938). Relativamente ao Pelourinho, não foi feita até hoje nenhuma intervenção.

¹⁰⁴ Ibidem, Procº S 07 11 03/002 Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, informação de 16 de Junho de 1938.

¹⁰⁵ As obras são estimadas em cento e noventa mil e trezentos escudos (Ibidem, informação de 6 de Dezembro de 1938).

Na sequência da elaboração da estimativa do custo das obras previstas, foi feito um plano de restauro. A sua concretização só viria contudo a iniciar-se, com carácter sistemático, em 1955, quase vinte anos depois do pedido de intervenção feito pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.¹⁰⁶ Antes fizeram-se algumas intervenções pontuais infelizmente muito pouco documentadas.¹⁰⁷

A partir desta data (1955) as intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em Monsaraz são regulares, havendo mesmo alguns períodos em que se realizam anualmente. Na década de oitenta as intervenções são bastante esporádicas e nos últimos anos, mesmo inexistentes, devido a conflitos entretanto surgidos entre a Direcção Regional dos Monumentos do Sul e a Câmara Municipal, de que mais adiante falaremos.

2.2.2 Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

A intervenção da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pode dividir-se globalmente em três fases principais. A primeira corresponde genericamente aos primeiros quarenta anos do século, como atrás referimos. Nesta fase não existe, sobretudo nos primeiros anos, uma grande consciência por parte desta instituição, relativamente à importância de Monsaraz do ponto de vista histórico e principalmente como potencial de desenvolvimento turístico do concelho. A sua actuação pauta-se por intervenções pontuais que se verificavam muitas vezes quando a situação era já de alguma forma insustentável, como aconteceu com o pedido feito pela Câmara à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1937, no sentido de restaurar o castelo e muralhas da vila que nesta altura estavam completamente em ruínas.

¹⁰⁶ O processo de obras deste ano refere que “as obras previstas no corrente ano e que a seguir se discriminam fazem parte de um plano de restauro previamente estudado para o Castelo e Muralhas de Monsaraz, e julgam-se como as mais necessárias para a continuação dos trabalhos já efectuados anteriormente, e para evitar maiores prejuízos, causados pela degradação de pedras e possíveis derrocadas em troços de muralha em pior estado. Dentro deste critério e depois de se ter evitado a perda dos referidos troços de muralha, prosseguir-se-ia em anos sucessivos à execução das obras julgadas necessárias (Ibidem, Obras de reconstrução e reparação, 1955).

¹⁰⁷ Sobre estas intervenções anteriores conseguimos a informação do início das obras através da imprensa local: “Iniciaram-se no passado dia 1 as obras do restauro das muralhas desta histórica vila, tendo vindo de Évora acompanhada por diversas pessoas o sr. Arq. Humberto Reis chefe da 3ª secção da Direcção dos Monumentos Nacionais, a fim de verificar os trabalhos. Foi encarregado de dirigir os trabalhos o sr. Zeferino Coelho que tão proficuamente se tem orientado”, O Eco de Reguengos, 1 de Julho de 1945, II Série, nº 649, Ano XXXIV. Também no Arquivo da DREMS existe um registo de despesas com obras de restauro que refere os primeiros gastos com obras em Monsaraz, no ano de 1943, 1944 e 1945. Não existe, contudo, mais documentação que possa informar-nos do que foi exactamente feito nessas campanhas. (Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz).

A década de quarenta marca de facto o início de uma nova atitude da Câmara. Começa a esboçar uma preocupação expressa relativamente à importância histórica e monumental da vila e do que ela poderia significar turisticamente. Pensamos que esta atitude tem muito a ver com o início dos trabalhos de restauro da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1945, e com o crescente interesse por Monsaraz, manifestado quer pela imprensa local, quer por alguns visitantes abastados e “cultos” que descobriram nesta altura a beleza e a tipicidade deste conjunto urbano e que uns anos mais tarde se tornariam os seus principais proprietários.

Estes factores contribuíram para uma reacção positiva da Câmara Municipal, que começa também a interessar-se de forma mais sistemática pela “histórica vila de Monsaraz” como é abundantemente referido nas actas das sessões. Este interesse traduz-se em algumas intervenções significativas que visavam na sua maior parte melhorar as condições da vila para o turismo.

As Câmaras Municipais durante o Estado Novo eram órgãos de poder muito limitados, com muito pouca autonomia relativamente ao poder central e regional. Assim, é natural que se reflectisse na actuação da Câmara o interesse do Estado no restauro de um certo tipo de monumentos, onde castelos e muralhas tinham efectivamente lugar garantido.

O exercício do poder local democrático depois da revolução de 1974 determina um novo papel para as Câmaras Municipais que tem a partir desta altura um acréscimo de competências e responsabilidade na administração do território. Os planos de actividades próprios e a autonomia orçamental provocaram uma mudança efectiva na sua intervenção. A existência de património monumental nos concelhos passa a ser assumidamente um factor de prestígio para as autarquias, e o seu aproveitamento turístico um objectivo a atingir, através da promoção, da animação, da recuperação, etc..

A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz segue também este percurso, embora a sua intervenção regular na área do património e concretamente em Monsaraz se verifique mais tarde, na década de oitenta, cerca de dez anos após as primeiras eleições para as autarquias locais em 1976.

É a partir da década de oitenta que são feitos os maiores investimentos na valorização do património tendo em vista o desenvolvimento turístico da vila, o que deu origem ao aumento de equipamentos turísticos ou complementares dessa actividade.

A Câmara Municipal assume-se neste período como a entidade responsável pelo conjunto patrimonial de Monsaraz, substituindo-se muitas vezes aos organismos de tutela.

Tal aconteceu por exemplo com o grande projecto de recuperação das fortificações exteriores e a sua adaptação a parques de estacionamento, obra cujo custo se saldou em várias centenas de milhares de contos. Esta intervenção, a que nos referiremos pormenorizadamente, realizou-se sem a participação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entidade oficialmente responsável pelas fortificações. Este facto provocou um afastamento institucional entre os dois organismos, cuja consequência é visível na ausência de intervenções da Direcção Geral em Monsaraz nos últimos anos.

O Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico também não teve nos últimos anos grande protagonismo nas intervenções realizadas, limitando-se algumas vezes à aprovação tácita de projectos.

2.2.3 Junta de Freguesia de Monsaraz

A Junta de Freguesia, enquanto autarquia mais próxima da população, deveria ter um papel importante a desempenhar na vida de uma pequena vila como Monsaraz. No entanto, durante o período que estudamos, apercebemo-nos claramente que o seu desempenho é cada vez mais relegado para um secundaríssimo plano com uma importância inversamente proporcional à passagem dos anos e ao suposto aumento de progresso e de desenvolvimento.

Efectivamente a Junta de Freguesia nunca teve muito poder nem influência, os quais, mesmo assim, têm sido substancialmente reduzidos pelo quase completo esvaziamento de funções a que, neste caso, a Câmara Municipal e a própria legislação sujeita este órgão democrático da administração do território.

Por incrível que possa parecer, a Junta de Freguesia de Monsaraz teve um papel mais activo, determinado e independente quer no princípio do século, quer durante o Estado Novo, do que no quadro do poder local democrático onde o seu acesso directo aos órgãos de poder regional e central é bastante mais difícil.

Ao longo deste período, e até à revolução de 1974, encontramos documentação vária produzida pela Junta na defesa dos interesses da vila. Existem várias cartas da Junta para a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais solicitando obras e alertando para o estado da povoação. Em carta de 13 de Maio de 1949 enviada ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o Presidente da Junta faz mesmo uma proposta de colaboração: “Não tem beneficiado esta vila nos últimos anos (à excepção de umas pequenas obras até 1946) de quaisquer reparações nas suas muralhas e castelo, o que põe

em risco de se perder esta preciosidade histórica. Solicitamos obras de restauro(...) e oferecemos a colaboração da Junta para recrutar o pessoal e orientar os serviços sob a direcção técnica dessa Direcção Geral”¹⁰⁸. Na sequência desta proposta, a Junta de Freguesia colaborou algumas vezes no recrutamento do pessoal para as intervenções programadas pela Direcção Geral nos anos que se seguiram.

Em 1950 a Junta de Freguesia de Monsaraz solicitou à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais “a cessão a título precário, dos fortes situados fora da antiga fortificação da Praça daquela vila que estão afectos à Câmara Municipal, com destino a serem arborizados e o encargo de cuidar da sua defesa e conservação”. A razão deste pedido relacionava-se com o abandono e a ruína em que se encontravam os baluartes da fortificação seiscentista, que não eram considerados habitualmente como monumento, em oposição ao que acontecia com a fortificação medieval, classificada desde os anos quarenta como Monumento Nacional.

A Câmara Municipal reagiu a este pedido e à forte possibilidade de o mesmo ser satisfeito pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Dirige assim o seguinte pedido irónico de esclarecimento: “Gostava que V^a.Exa. me dissesse se esta Câmara ainda fica com jurisdição sobre alguma parte da fortificação da antiga Praça de Monsaraz, dado que a cedência à respectiva Junta de Freguesia é apenas de todos os fortes situados fora dessa antiga Fortificação. E como tinha ideia de em tempos nos ter sido entregue alguma coisa mais do estes fortes, daí a minha dúvida. - Que o interesse, devo dizê-lo a V^a Ex^a, não é nenhum.”¹⁰⁹ A Direcção Geral da Fazenda Pública decidiu no ano seguinte considerar o pedido da Junta quando estivesse terminado o estudo de fixação da zona de protecção das muralhas.

Também em 1950 o Presidente da Junta faz praticamente um ultimato à Secção de Évora dos Monumentos para que fossem realizadas obras de restauro nas muralhas, responsabilizando a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais se algum desastre ocorresse pelo facto de as muralhas em ruínas estarem ligadas a casas de habitação, e o seu iminente desmoronamento provocar a derrocada das casa anexas.¹¹⁰

O interesse destes factos reside evidentemente no que diz respeito à quota de participação da Junta de Freguesia nos assuntos respeitantes à vila, que lhe permitia tomar

¹⁰⁸ Arquivo da DREMS, Proc° S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Carta da Junta de Freguesia de Monsaraz para o Director Geral, de 13 de Maio de 1949.

¹⁰⁹ Ibidem, Carta enviada ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 18 de Maio de 1950.

¹¹⁰ Ibidem, Carta de 14 de Outubro de 1950.

iniciativas deste género para melhor garantir a protecção dos seus habitantes e a conservação do seu património. Esta actuação é neste momento quase impossível, pois a Câmara centraliza todo o protagonismo da gestão, enquanto que à Junta são reservadas atribuições rotineiras como a limpeza, a conservação e gestão dos cemitérios da freguesia, etc..

Na década de sessenta e início da década de setenta o então secretário da Junta desenvolveu mesmo um protagonismo nacional quando denunciou publicamente o processo da compra de casas em Monsaraz por proprietários não residentes.

Mais tarde, em 1975, ainda esta autarquia desenvolveu algum protagonismo quando tentou aplicar sem sucesso a lei dos fogos devolutos às casas fechadas de Monsaraz, para ali alojar pessoas da região que não possuíam habitação condigna.¹¹¹

A última tentativa de intervenção da Junta de Freguesia data de 1980 e resume-se a um pedido de informação para a Direcção Regional de Monumentos do Sul sobre o montante da verba anual gasta em Monsaraz e qual a autonomia de que disporia a Junta para intervir em Monsaraz. Esta informação não foi facultada e a partir deste ano não encontramos sinais de intervenção da Junta a nível regional ou central.¹¹²

2.2.4 Paróquia de Monsaraz.

Como referimos na primeira parte, Monsaraz não teve Pároco entre 1911 e 1945¹¹³. A partir desta data é designado um sacerdote para exercer as funções religiosas na paróquia de Monsaraz que correspondia sensivelmente à área da freguesia do mesmo nome. A sua actuação foi muito além das normais obrigações religiosas. Tornou-se num interveniente activo e determinado em conseguir os seus objectivos. O estudo do papel desempenhado pela paróquia de Monsaraz é portanto necessária nesta nossa abordagem.

Desde que iniciou as suas funções o pároco assumiu também uma preocupação pública sobre o estado de abandono em que encontrou a vila de Monsaraz. Em 1947 envia a sua primeira carta para a Secção de Évora da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais dando conta do estado em que se encontrava a povoação, referindo no final da sua comunicação: “(...) esta vila é muito visitada por turistas e admiradores mas todos

¹¹¹ Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz, Correspondência Expedida, 1975.

¹¹² Arquivo da DREMS, Proc° S 07 11 03/002 Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Ofício da Junta de Freguesia de Monsaraz, 15 de Julho de 1980.

¹¹³ Durante este período não houve portanto qualquer intervenção por parte da Igreja, tendo-se verificado até a total profanação, roubo e destruição do recheio da Igreja de Santiago intra-muros que já tinha sofrido graves danos com o terramoto de 1755, o mesmo acontecendo à ermida de S. Bento, no Arrabalde.

lamentam a maneira desprezível a que foi votada. Nesta altura que há tanta falta de trabalho não seria possível despender alguma verba para tal efeito?”¹¹⁴. Poucos dias mais tarde envia novamente para o mesmo organismo uma carta solicitando obras de reparação na igreja do Convento da Orada, igreja de Santiago (figs. 11 e 12), capelas de Santa Catarina, S. Lázaro e S. Bento (fig.13) “esta última situada num ponto encantador donde se disfruta um vasto panorama (...). Todas estas capelas são muito antigas e dignas de restauro”. Pede também informação sobre a melhor forma de colocar o túmulo da Igreja Matriz e de como poderia adquirir um subsídio do Estado para o efeito. Manifesta ainda o seu protesto pelo facto de pouco ou nada ter sido feito em Monsaraz no plano nacional de obras de restauro. A resposta refere que os pedidos de obras nas igrejas e capelas diziam respeito a imóveis não classificados e como tal indevidamente dirigidos àquela Secção¹¹⁵.

No ano seguinte o pároco propõe a criação de uma “estalagem de turismo” em Monsaraz para a qual sugere o nome de “Estalagem do Condestável Nuno Álvares Pereira” em razão das tradições da terra e em memória da passagem de Álvares Pereira por Monsaraz¹¹⁶. Refere ainda que já dispunha de um edifício para o efeito¹¹⁷ (fig. 14). Necessitava de grandes obras mas tinha várias portas góticas, janelas geminadas e ficava situado dentro das muralhas que apresentavam ainda o seu aspecto antigo e medieval, embora muito danificadas. Na sua opinião o Ministro das Obras Públicas encontraria aqui onde utilmente desempenhar a sua patriótica missão. Conclui a proposta referindo que com a nova estrada macadamizada em construção de acesso àquela “histórica vila” qualquer carro a motor poderia ir até Monsaraz¹¹⁸.

Todas estas solicitações e propostas tiveram uma informação interna do arquitecto chefe da Secção de Évora dos Monumentos. Relativamente ao túmulo da igreja matriz foi informado que ele deveria ser colocado num altar lateral, local onde ainda hoje se encontra.

¹¹⁴ Arquivo da DREMS, Proc° S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz (14 de Outubro de 1947).

¹¹⁵ Ibidem, 18 de Outubro de 1947.

¹¹⁶ A permanência de Nuno Álvares Pereira por Monsaraz é um dos mitos criados para a promoção da imagem da vila e que se insere num processo de invenção da história que caracteriza o período que estamos a estudar. Com efeito não há nenhuma comprovação histórica do facto e muito menos da ideia abundantemente divulgada de que o Condestável teria residido em Monsaraz. O pároco chegou mesmo ao ponto de identificar a sua casa e de lá instalar, no fim dos anos quarenta, um painel em azulejos com a figura de Nuno Álvares Pereira que ainda lá permanece. Esta casa, propriedade da Paróquia e residência do pároco, foi nos anos oitenta transformada, através de um acordo entre a Igreja e a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, numa unidade de Turismo de Habitação, a que decidiram dar o nome de Casa do Condestável. Os visitantes menos informados acham interessante passar uma noite num quarto do século XVII/XVIII, onde uns séculos antes terá dormido Nuno Álvares Pereira...

¹¹⁷ O edifício referido era a chamada casa do Juiz de Fora ou casa dos Alcaldes, que naquele período pertencia a um grande proprietário de Reguengos de Monsaraz. Mais tarde, e uma vez que este projecto não se concretizou, a casa foi doada e é neste momento propriedade da Universidade de Évora que aí executou nos anos oitenta grandes obras de remodelação para alojar convidados e investigadores.

¹¹⁸ Arquivo da DREMS, Proc° S 07 11 03/002 Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz.

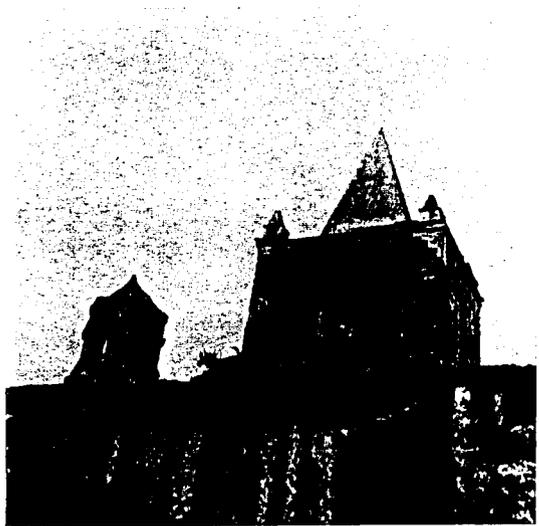


Fig. 11 e 12 – Igreja de Santiago



Fig. 13 – Capela de S. Bento

Quanto ao protesto sobre a falta de cumprimento do plano nacional de obras de restauro a informação refere que as muralhas “já sofreram pequenos trabalhos de restauro e encontram-se presentemente em precário estado de conservação. A Junta de Freguesia admite, com a ajuda de um benemérito local, reparar pequenos tramos de muralha em risco de iminente ruína”. Sobre a criação de uma estalagem considera a informação que “a moradia proposta está em completo estado de ruína, devendo prever-se o seu completo apeamento no caso de adaptação. A moradia tem alguns motivos decorativos apreciáveis, como janelas geminadas, portas romano-góticas, degraus e cantarias que poderão ser aproveitados. Será uma adaptação bastante dispendiosa que não se sabe se terá compensação turística. A vila de Monsaraz não possui ainda água canalizada (...). Parece-nos que se deveria aguardar a instalação de água e luz na vila para se realizarem as obras solicitadas”.¹¹⁹

Em 1948 a Paróquia decide abrir um pequeno Museu, no piso superior da Igreja Matriz¹²⁰. Pretendia-se concentrar em Monsaraz o conjunto de peças provenientes de vários locais da freguesia e sobretudo peças encontradas na vila, para além de valiosas peças de arte sacra, propriedade da Paróquia. O espólio do museu era portanto bastante heterogéneo. Machados pre-históricos de pedra polida, capiteis visigóticos, paramentos religiosos, o antigo estandarte da vila, cerâmica neolítica, sigilatas romanas, cerâmica medieval e moderna, moedas, ânforas, etc. formavam mais um depósito do que um museu, com acesso público muito seleccionado. De qualquer forma foi um esforço para evitar que os materiais saíssem do concelho para sempre. Por isso em 1949 o pároco protesta novamente para a Secção de Évora dos Monumentos contra a saída das peças provenientes da escavação das antas do concelho feita pelos arqueólogos alemães Georg e Vera Leisner, uma vez que em Monsaraz existia um pequeno museu onde poderiam ser guardadas¹²¹. Pede também

¹¹⁹ Ibidem, Informação de 31 de Maio de 1948.

¹²⁰ O Eco de Reguengos, II série, nº 774, 4 de Setembro de 1949.

A importante colecção de Arte Sacra que integrou nos anos quarenta este pequeno museu, formou em 1991 o Museu de Arte Sacra de Monsaraz que funciona desde esta altura nos antigos Paços da Audiência, devido a um protocolo estabelecido entre a Câmara e a Igreja a que nos referiremos com mais detalhe. (Arquivo da Câmara, Actas das Sessões da Câmara, 9 de Janeiro de 1991, p.4).

¹²¹ As centenas de peças provenientes destas escavações (cerca de 135 monumentos) não ficaram nunca no concelho e ainda hoje repousam armazenadas no Museu Nacional de Arqueologia, sem terem sido alguma vez mostradas à população do concelho, aos proprietários das herdades que deram todas as facilidades aos trabalhos, etc. Isto prova a justeza dos receios do pároco. Também poucos anos antes um dos quadros da via Sacra da Igreja da Misericórdia saiu misteriosamente de Monsaraz alegadamente para restauro no Museu das Janelas Verdes. Só depois de anos de pedidos e inclusivamente utilização de influência política foi possível o seu regresso a Monsaraz (informação foi obtida pela recolha oral e entrevistas realizadas entre Março e Setembro de 1996).

providências para as destruições de antas praticadas pelos lavradores para a construção de marcos de delimitação das propriedades¹²².

Como vimos, os pedidos, protestos, sugestões do Pároco eram frequentes e continuaram com a mesma intensidade até ao fim do seu exercício religioso, na década de setenta.¹²³ Os seus sucessores não foram de maneira nenhuma tão activos naquilo que pensavam ser a defesa dos monumentos para o desenvolvimento turístico da vila. Em 1985 a Paróquia de Monsaraz chegou mesmo a pôr à venda os seus bens, prédios urbanos e rústicos, devido à incapacidade de reabilitar todo este património que se encontrava na mais completa ruína. A intenção de venda abrangia várias igrejas, capelas e ermidas (igreja de Santiago, intra-muros, ermidas de S. Bento e S. João, no Arrabalde, ermidas de S. Cristóvão e S. Lázaro, fora do perímetro urbano da vila). Este processo foi anulado pela Câmara Municipal após o activo protesto da população¹²⁴

2.2.5 Comissão Municipal de Arte e Arqueologia

A Comissão Municipal de Arte e Arqueologia de Reguengos de Monsaraz foi criada em 1965¹²⁵. Estas Comissões Municipais eram órgãos consultivos das Câmaras Municipais criados oficialmente pelo Estado para os concelhos em que existissem monumentos naturais, artísticos, históricos ou arqueológicos. A sua formação era obrigatória nos concelhos urbanos e facultativa nos concelhos rurais. As Comissões eram presididas por um dos vereadores da Câmara designado pelo Presidente e os restantes membros, os vogais, deveriam ser o director do museu da sede do concelho, no caso de existir, por um professor oficial do ensino primário, técnico ou liceal nomeado pelo Ministro da Educação Nacional, por um representante das associações ou grupos de amigos dos monumentos ou museus do

¹²² Arquivo da DREMS Procº S 07 11 03/002 Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Carta de 5 de Janeiro de 1949.

¹²³ A correspondência do Pároco para os Monumentos é, a partir do fim dos anos quarenta, mais dedicada aos pedidos de obras de restauro para a Igreja Matriz que apresentava muitos problemas de infiltrações devido ao estado das coberturas. Chega mesmo, em 1963, a dirigir-se directamente ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, argumentando que os cada vez mais turistas que visitavam Monsaraz ("só num dia vieram 18 camionetas de 40 passageiros") ficavam escandalizados relativamente ao estado do imóvel. (Ibidem, Carta de 18 de Abril de 1963).

Foi também devido aos seus pedidos que se instalaram pára-raios em Monsaraz que frequentemente era e ainda é afectada por fortes trovoadas que já tinham danificado alguns imóveis como a Igreja Matriz, a Torre do Relógio (construída sobre a Porta da Vila), a Torre do Castelo, a Igreja da Misericórdia e vários troços da muralha medieval. (Ibidem, Carta de 24 de Agosto de 1967).

¹²⁴ Arquivo da Câmara, Actas das Sessões da Câmara Municipal, 11 de Setembro de 1985, p.6.

¹²⁵ Arquivo da Câmara, Actas das Sessões, Livro nº 73, 19 de Maio de 1965, fls 172 e 172 vº.

concelho e por um sacerdote indicado pelo bispo.¹²⁶

Em Reguengos de Monsaraz a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia foi constituída, tal como o previsto na lei, pelo Presidente (o vereador nomeado pelo Presidente da Câmara) e por três vogais (o Presidente do Grupo dos Amigos de Monsaraz, um professor do ensino primário de Reguengos de Monsaraz e o pároco de Reguengos de Monsaraz). As suas reuniões decorreram sempre num regime de grande irregularidade e a última verificou-se em 20 de Fevereiro de 1974. Só conseguimos encontrar, e em documentos avulsos, actas das reuniões até 1969, data da sétima reunião¹²⁷

As principais acções levadas a cabo pela Comissão foram a elaboração, em 1966, de uma Postura Municipal sobre a conservação e defesa dos valores monumentais, históricos, artísticos, e naturais existentes no concelho e classificados como de “interesse municipal”¹²⁸. Através desta postura, ficou a Comissão incumbida de elaborar o reconhecimento e arrolamento de todos os valores monumentais, históricos, artísticos e naturais do concelho, cuja classificação de interesse municipal proporia depois à Câmara¹²⁹.

¹²⁶ As funções destas Comissões foram assim definidas no Decreto n° 20 985 que introduz oficialmente estes organismos: “Procurou-se interessar na execução destes serviços todo o País, por intermédio dos seus elementos mais cultos e mais dedicados. Deles depende o êxito desta iniciativa e por isso neles confia o Governo para a sua realização. As Comissões Municipais de Arte e Arqueologia têm por finalidade prestar assistência ao exercício das funções da Câmara, competindo-lhe em especial: a) dar parecer sobre a parte do plano de urbanização e expansão relativa à conservação e valorização dos monumentos artísticos, históricos, naturais e arqueológicos; b) dar parecer sobre quaisquer projectos de construção, reintegração ou valorização de monumentos a respeito dos quais seja consultada pela Câmara ou seu Presidente; c) sugerir à Câmara o que entender conveniente ao embelezamento das povoações, à preservação, defesa e aproveitamento dos monumentos e da paisagem e ao desenvolvimento turístico. Além dessas funções, compete (...) colaborar com os órgãos da administração central na defesa dos interesses artísticos, progresso da cultura e educação do gosto popular, exercendo as seguintes atribuições: a) organizar grupos de amigos dos monumentos dos museus do concelho; b) promover a angariação de fundos, pelas receitas dos grupos de amigos dos monumentos ou de quaisquer outras entidades particulares, par custear as reparações, restaurações ou reintegrações dos monumentos do concelho, de harmonia com os pareceres aprovados pelas entidades competentes; c) promover exposições e conferências; d) propor anualmente as obras a realizar nos monumentos do concelho; e) organizar, de acordo com a Academia Nacional de Belas Artes, o inventário - índice de todos os monumentos, obras de arte, quadros, esculturas e mobiliários existentes no concelho que sejam pertença do Estado ou das autarquias locais; f) dar parecer sobre os assuntos em que forem superiormente consultadas. (SARAIVA, 1971: 109-111).

¹²⁷ Arquivo Municipal de Reguengos de Monsaraz, Documentos avulsos, Actas da sessões da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia. Num registo manuscrito, também avulso, de 2 de Novembro de 1965 refere-se que as reuniões da Comissão seriam mensais, devendo realizar-se na primeira segunda-feira de cada mês, o que nunca se verificou.

¹²⁸ Anexo 9.

¹²⁹ *Ibidem*, Acta da reunião da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, de 5 de Fevereiro de 1966. A expressão “interesse municipal” corresponde em rigor a “valor concelho”, única figura legal para este tipo de classificações (Lei n° 2032 de 11 de Junho de 1949). Esta classificação não dependia apenas da Câmara, embora tal não seja referido. Com efeito em 1965 o Regimento da Junta Nacional de Educação, decreto n° 46 349 de 22 de Maio, o parágrafo 1° do artigo 19° refere que mesmo as classificações de valores concelhos obrigam a uma audiência da Junta Nacional de Educação sobre cujo parecer recairá a decisão ministerial. A licença camarária para obras nos imóveis assim classificados dependia também dos pareceres das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia respectivas.

À parte esta iniciativa que não chegou a concretizar-se, pois a Câmara não promoveu de facto a classificação da lista de valores monumentais arrolados como valores concelhios, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia apenas emitiu quatro pareceres durante o seu período de funcionamento. Dois desses pareceres foram emitidos relativamente a obras realizadas em Monsaraz, um intramuros e outro no arrabalde. Os pareceres revelam uma ausência de critérios e de coerência na apreciação e alguma permissividade, a que não era certamente estranha a identidade dos donos das obras¹³⁰. São dados em função da bondade das intenções dos proprietários e não através de uma apreciação crítica, baseada em critérios previamente estabelecidos integrados numa filosofia de intervenção.

Além do que já referimos sobre a actividade da Comissão, não temos registo de qualquer outra iniciativa ou trabalho produzido. As funções que lhe estavam atribuídas por lei também não foram, na sua maior parte, desempenhadas. Referimo-nos particularmente a algumas atribuições mais significativas e que não dependiam da iniciativa da Câmara como no caso dos pedidos de pareceres que de facto só poderiam ser dados quando solicitados superiormente. Mas outras funções de que destacamos a organização do inventário de todos os monumentos e obras de arte do concelho¹³¹ e a proposta anual de obras a realizar nos monumentos não foram de facto cumpridas, nem sequer iniciadas.

¹³⁰ Os dois pareceres sobre projectos de obras em Monsaraz foram emitidos pela Comissão em 11 de Dezembro de 1968 e 7 de Maio de 1969, respectivamente. Devido ao significado do seu conteúdo, pensamos que vale a pena transcrevê-los: 1- “A Comissão Municipal de Arte e Arqueologia em face da Memória descritiva e das respectivas plantas da residência que o Excelentíssimo Senhor Jean Manzon pretende construir em Monsaraz, louva o esclarecido critério que presidiu à sua elaboração, respeitando em absoluto o ambiente inconfundível da velha povoação, nada deixando entrever, através dos seus alçados assimétricos, o conforto introduzido no interior, onde aliás se respeita tanto quanto possível, a traça das velhas casas solarengas. De realçar e louvar a ideia da conservação da adega com os característico potes fabricados na vizinha Aldeia do Mato. O remate das chaminés laterais não está suficientemente definido na planta, mas crê-se que não fugirá às características locais. Esteticamente o seu perfil ganharia reduzindo-as um tanto na altura, se isso não brigar com a função a que se destinam”. 2- “Com ansiedade e impaciência aguardou esta Comissão de Arte e Arqueologia, por demorado tempo, a conclusão do processo referente à Pousada de S. Bartolomeu, no arrabalde de Monsaraz, que é propriedade do Exmo. Senhor Oscar Bustorff Gião, de Évora. O cuidado do processo referente a esta Pousada (...) merece a todos os títulos e sobre todos os aspectos, a inteira e completa aprovação desta Comissão. Injustiça será que aqui não deixássemos registada uma palavra de aplauso e louvor ao Exmo. Senhor Óscar Bustorff Gião pelo interesse e carinho com que ele tem vindo a consagrar a esta obra e pela vibrante paixão montessarense de que deu provas com tão arrojado empreendimento ao serviço do desenvolvimento e da propaganda turística de Monsaraz. Nada nos impede também de propormos à Câmara de Reguengos de Monsaraz, que o Exmo. Sr. Óscar Bustorff Gião seja concedida no dia da inauguração desta Pousada a medalha Municipal pelos serviços distintos por ele dispensados em prol dos interesses e do apetrechamento turístico do concelho” (Ibidem, Actas da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia).

¹³¹ O trabalho de inventário do concelho foi mais tarde realizado por Túlio Espanca e publicado pela Academia Nacional de Belas Artes em 1978 no volume relativo ao distrito de Évora.

O período de actividade da Comissão coincidiu com o surto de compra de prédios em Monsaraz e conseqüentemente com os anos em que começaram as obras particulares que introduziram profundas alterações tipológicas. Por isso se estranha que das dezenas de processos de obras particulares ocorridas na década de sessenta e setenta, como veremos adiante com mais pormenor, apenas duas obras tenham merecido o pedido de parecer à Comissão.

2.2.6 Grupo dos Amigos de Monsaraz

Este Grupo foi criado em 1964 com o objectivo de “promover a propaganda de Monsaraz e do seu termo, utilizando para tal efeito todos os meios que se lhe afigurem pertinentes”¹³². Tratava-se de uma associação de promoção da vila cuja conservação era encarada como um meio para atingir o principal fim, a promoção turística.

O grande impulsionador da criação deste grupo foi José Pires Gonçalves, médico em Reguengos de Monsaraz, desde cedo interessado nas questões da história e arqueologia da região e empenhado na promoção e desenvolvimento turístico da vila, através do estudo da sua história e preservação da tipicidade do seu carácter .

O contexto em que surge esta associação de figuras prestigiadas no concelho é o de um grande entusiasmo e unanimidade que uma classe “esclarecida”, “cultura” e endinheirada reunia relativamente à excelência de Monsaraz, uma povoação que tinha parado no tempo. Por isso era propícia a uma visão romântica muito ligada ao conceito de pitoresco e de típico, referindo-se várias vezes neste período o seu “ambiente medieval” que era necessário preservar para ser fruído por um público tipo que se tentava aliciar através da promoção da vila.

Foi neste cenário de descoberta, de uns que chegavam ao “paraíso” e de outros que perceberam o potencial de desenvolvimento e prestígio que representava a vinda dos primeiros, que José Pires Gonçalves criou o Grupo dos Amigos de Monsaraz a que pertenciam as principais e mais abastadas personalidades do concelho. Foi no entanto Pires

¹³² De acordo com os estatutos do Grupo eram os seguintes os meios para conseguir o objectivo da propaganda de Monsaraz: “a) promover a defesa e conservação dos monumentos e locais típicos e fundamentais da vila, intramuros, bem como os monumentos e aspectos paisagísticos da sua periferia; b) promover a valorização urbanística da vila e seu termo dentro das suas típicas características históricas; c) proteger e restaurar os costumes, tradições e festas, feiras e romarias tipicamente locais; d) promover a criação de uma biblioteca, museu e arquivo histórico regional deligenciando a publicação de um Boletim privativo para propaganda dos monumentos e história de Monsaraz, e divulgação turísticas; e) auxiliar os organismos oficiais em todas as iniciativas que possam contribuir para o engrandecimento e bom nome de Monsaraz (Arquivo da Câmara, Estatutos do Grupo dos Amigos de Monsaraz, documentos avulsos não classificados), Anexo 8.

Gonçalves que definiu a filosofia e a atitude do Grupo e que orientou sempre o seu percurso, dado o prestígio científico de que gozava regionalmente e em certos casos a nível nacional.

Esta referência especial que fazemos à figura de José Pires Gonçalves justifica-se pelo facto de se tratar, sem qualquer dúvida neste contexto que estamos a abordar, de uma personalidade cuja actuação é, independentemente de qualquer juízo de valor, fundamental para a compreensão da história de Monsaraz nesta última metade do século.

Os cargos que ocupou (Presidente do Grupo dos Amigos de Monsaraz, Presidente da Junta de Turismo de Monsaraz, no seu início, e vogal da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, por inerência do primeiro cargo) conferiram-lhe uma influência junto das autoridades regionais e concelhias directamente relacionada com muitas decisões sobre a vila tomadas durante vários anos

A sua influência e prestígio advinha do facto de ter dedicado vários anos da sua vida ao estudo e investigação histórica e arqueológica do concelho, em particular de Monsaraz, de cuja história foi simultaneamente durante muitos anos o maior conhecedor e fantasiador. As suas obras são ainda hoje uma referência para o estudo da vila e do concelho¹³³. Desde os anos quarenta começou a interessar-se pela região, tendo nessa década acompanhado de perto os trabalhos arqueológicos do casal alemão Georg e Vera Leisner que durante a segunda Guerra Mundial, numa estada em Portugal devido a razões de natureza política, identificaram e estudaram no concelho cerca de centena e meia de monumentos megalíticos do tipo anta. A divulgação desse património a nível nacional contou com a colaboração de Pires Gonçalves que começou neste período a criar uma consciência da importância cultural e turística do património concelhio, aspecto em que foi efectivamente pioneiro, pois as suas pretensões da altura, cujo significado não vamos agora apreciar, foram mais tarde seguidas, como inovação, pelos organismos de promoção turística da região.

O seu envolvimento em várias polémicas sobre as opções de restauros seguidos em Monsaraz nomeadamente pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, concederam-lhe um estatuto de especialista na área da conservação, com grande influência nas decisões da Câmara e um relacionamento conflituoso com a Secção de Évora dos Monumentos. Estas divergências deviam-se também, a julgar pelos documentos

¹³³ A mais importante das suas obras foi sem dúvida o ensaio monográfico “Monsaraz e o seu termo”, publicado no Boletim da Junta Distrital de Évora, em 1963. Neste trabalho, de características muito académicas, o autor faz a história de Monsaraz, com especial relevo para o período da sua fundação e toda a Idade Média.

consultados, a um protagonismo desejado e nunca consentido pelos responsáveis daquela Direcção Geral¹³⁴

A sua influência tornou-se assim notória nas autoridades concelhias, criando junto dos poderes a ideia da grande qualidade e do enorme privilégio que representava possuir no seu território um património como Monsaraz, o qual deveria ser aproveitado para promover o concelho e daí retirar dividendos que contribuíssem para o seu desenvolvimento e prestígio.

Esta pedagogia, que durante muitos anos utilizou, começou a dar os seus frutos na década de sessenta quando várias figuras do mundo intelectual e financeiro descobriram a vila e aí resolvem adquirir residências para férias ou fins de semana. Este facto, por si só obrigou a uma resposta das entidades e mesmo da sociedade. Promoveram-se alguns melhoramentos para os turistas e novos proprietários. Foi criado o Grupo de Amigos de Monsaraz que representava um suporte intelectual na imagem de Monsaraz. A Câmara Municipal reconheceu o Grupo como órgão consultivo e concedeu-lhe em 1968 uma sede em Monsaraz para as reuniões e recepção de convidados e visitantes¹³⁵.

Segundo a documentação disponível, a actividade deste Grupo não primou pelo dinamismo nem pela resolução de problemas, e não podemos dizer que tenha sido na prática muito significativa a não ser no sentido em que se identificava totalmente com o processo de transformação vigente e do qual era um dos principais impulsionadores. Em termos de intervenção apenas temos notícia de algumas propostas feitas à Câmara. Uma delas sobre a arborização das estradas de acesso a Monsaraz, sugerindo que se solicitasse a colaboração dos Serviços Florestais para determinar as espécies a plantar¹³⁶. Outra, relativa à existência de chiqueiros dentro das muralhas propondo a sua demolição¹³⁷.

Como já foi referido, esta associação, que se identificava com as profundas transformações que nos anos sessenta se verificaram em Monsaraz, tinha também como um dos seus principais e prestigiados membros o maior proprietário da vila, António Bustorff Silva, influente advogado de Lisboa. Este facto explica muitas das tomadas de posição do

¹³⁴ Arquivo da DREMS, Proc°. S 07 11 03/002 Fortificações e todo o Conjunto intramuros de Monsaraz e Anexos 10, 11 e 15.

¹³⁵ Antes a sede do Grupo funcionava também em Monsaraz, em edifício cedido por um grande proprietário do concelho. Em 1968 a Câmara celebrou com o Grupo um contrato de arrendamento simbólico de um edifício para sede (Arquivo da Câmara, Actas das Sessões da Câmara, Livro 75, 24 de Janeiro de 1968, fls 189 a 191). Este contrato fez parte de um processo mais complexo de troca e cedência de imóveis em que estiveram envolvidos a Câmara Municipal, a Paróquia de Monsaraz, o Grupo dos Amigos de Monsaraz e um proprietário particular a que adiante nos referiremos.

¹³⁶ *Ibidem*, Livro 73, 28 de Julho de 1965, fl. 194.

¹³⁷ *Ibidem*, Livro 75, 13 de Julho de 1967, fl. 52.

Grupo dos Amigos de Monsaraz que durante quase toda a sua existência esteve dependente de favores directos ou indirectos deste poderoso proprietário. Mais adiante serão tratados estes factos quando as intervenções particulares forem abordadas.

2.2.7 Junta de Turismo de Monsaraz

A criação de uma zona ou região de turismo em Monsaraz foi várias vezes reivindicada desde os anos quarenta pela imprensa local, pelo pároco de Monsaraz pelo Grupo dos Amigos de Monsaraz e, um pouco por arrastamento, pela Câmara Municipal.

As Zonas de Turismo eram uma instituição local que poderia ser criada em concelhos em que existissem “praias, estâncias de vilegiatura ou monumentos e lugares de nomeada”¹³⁸. As Zonas de Turismo que coincidissem com a sede do município eram administradas pela Câmara Municipal respectiva, através de uma Comissão Municipal de Turismo. Em caso contrário seriam administradas por uma Junta de Turismo a quem pertencia, entre outras atribuições, “deliberar sobre o inventário das riquezas naturais, arqueológicas e históricas da zona e sobre propaganda das belezas naturais e artísticas da região”¹³⁹.

O financiamento das actividades de valorização turística do país poderia ser assegurado pelas disponibilidades do Fundo de Turismo que se destinava a assegurar o fomento do turismo, em especial auxiliar e estimular o desenvolvimento da indústria hoteleira¹⁴⁰.

Como foi referido, o processo de criação de um organismo de valorização turística do concelho foi muito demorado, pois embora fosse reivindicado desde os anos quarenta, apenas na década de sessenta se começam a desenvolver esforços mais concretos para o seu aparecimento¹⁴¹. A primeira decisão oficial que foi tomada nesta matéria data de 1962, relativamente a uma proposta da Câmara para se criar em Monsaraz uma Zona de Turismo. Foi decidido não se criar em Monsaraz uma Zona de Turismo, mas unicamente um posto

¹³⁸ Artº 127º do Antigo Código Administrativo. Quando se justificasse a promoção e valorização turística a nível regional pela coordenação de esforços de duas ou mais zonas de turismo, ou independentemente da sua existência, o Governo poderia criar regiões de Turismo (lei nº 2082, de 4 de Junho de 1956 e Decreto nº 41 035, de 20 de Março de 1957).

¹³⁹ SARAIVA, 1971: 108.

¹⁴⁰ Base XVI da Lei nº 2082, de 4 de Junho de 1956. O Fundo poderia aplicar as suas receitas na construção, ampliação, adaptação ou apetrechamento de estabelecimentos hoteleiros ou similares ou de quaisquer outros empreendimentos de interesse turístico. Os financiamentos do Fundo de Turismo podiam cumular-se com os do Fundo de Desemprego, por despacho conjunto do Ministro das Obras Públicas e do Secretário de Estado da Informação e Turismo. (SARAIVA, 1971: 109).

¹⁴¹ Anexo 14.

de recepção mista para receber turistas e fazer distribuição de “propaganda”, decisão que teve o total acordo da Câmara¹⁴².

Mais tarde, em 1967, a Câmara aprova uma nova proposta de criação de uma região de turismo, mas desta vez em conjunto com todos os municípios do distrito de Évora, num processo coordenado pelo Governo Civil¹⁴³. Esta pretensão também não é satisfeita, mas em 1972, e após quase trinta anos de insistência, é criada uma Zona de Turismo abrangendo todo o concelho de Reguengos de Monsaraz, com sede na vila de Monsaraz¹⁴⁴. A Zona de Turismo de Monsaraz passou a ser administrada, tal como previsto na lei, por uma Junta de Turismo, cujo primeiro Presidente, José Pires Gonçalves, se manteve pouco tempo em funções, tendo sido substituído por Demóstenes Espanca que desempenhou o cargo até à criação da Região de Turismo de Évora, no início dos anos noventa¹⁴⁵. Em 1977 ainda a Câmara tentou que a Junta fosse transformada em Comissão de Turismo, com sede na vila de Reguengos de Monsaraz com o objectivo de melhorar o seu funcionamento uma vez que ficaria directamente ligado aos serviços municipais. A proposta não teve no entanto qualquer acolhimento¹⁴⁶.

A Junta de Turismo de Monsaraz só iniciou o primeiro mandato em 1974. O seu primeiro plano de actividades¹⁴⁷ e o único de que temos conhecimento foi elaborado em 1973 para entrar em vigor no ano seguinte. Trata-se de um documento onde, para além das actividades a desenvolver directamente pela Junta, são apontadas uma série de medidas de fundo que deveriam ser tomadas para permitir o início de um efectivo desenvolvimento turístico da zona de Monsaraz.

O conjunto de actividades programadas para o primeiro mandato da Junta previa a admissão de um guia e de um funcionário administrativo, a publicação de um desdobrável e de um guia turístico, a criação em Monsaraz de um Posto de Vendas de produtos da região, a montagem de um espectáculo nocturno, de inspiração medieval, no castelo, a montagem

¹⁴² Arquivo da Câmara, Actas das Sessões da Câmara Municipal, Livro 72, 29 de Agosto de 1962, fls. 21 e 21 vº.

¹⁴³ Ibidem, Livro 75, 13 de Julho de 1967, fls. 53 a 54 vº.

¹⁴⁴ Decreto nº 269/72 de 2 de Agosto (Arquivo da DREMS, Proc.º S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz)

Arquivo da Câmara, Actas das Sessões da Câmara Municipal, Livro 78, 4 de Agosto de 1972, fl. 20 e 21 vº.

¹⁴⁵ A Junta de Turismo viu o seu primeiro plano de actividades aprovado em Fevereiro de 1974 pouco antes da Revolução de 25 de Abril. Depois de um período conturbado devido às alterações operadas na sociedade portuguesa, o Presidente deixou de exercer funções e a Câmara decidiu nomear o vogal Demóstenes Espanca para Presidente da referida Junta (Ibidem, Actas das Sessões da Câmara, 2 de Abril de 1975, p. 3). A Zona de Turismo de Monsaraz foi automaticamente extinta com a criação da Região de Turismo de Évora.

¹⁴⁶ Ibidem, Actas das Sessões da Câmara, 2 de Fevereiro de 1977, p. 3.

¹⁴⁷ Anexo 16.

de exposições e a promoção de “sessões culturais adequadas ao ambiente”. De todas as actividades previstas para o ano de 1974, nenhuma foi realizada, nem neste ano nem nos anos seguintes até à extinção da Junta, apenas com a excepção do desdobrável cujo texto foi elaborado por Túlio Espanca, editado em quatro línguas, com fotografias a cores de Demóstenes Espanca. Divulgado apenas no fim dos anos setenta, este constituiu o primeiro documento de promoção turística sobre a vila de Monsaraz¹⁴⁸.

Relativamente às medidas de fundo propostas como indispensáveis para o desenvolvimento turístico da vila, só muito mais tarde começaram a ser executadas. Embora este programa fosse completamente desconhecido do executivo municipal saído das primeiras eleições autárquicas democráticas, é curiosa a convergência total de ideias que vários anos mais tarde viriam a ser apresentadas como objectivos principais do trabalho a desenvolver em Monsaraz e das quais muitas foram recentemente executadas. Referimo-nos por exemplo à eliminação de antenas de televisão, de estábulos e chiqueiros, ao abastecimento de água, à instalação da rede de esgotos, iluminação exterior das fortificações e dos principais monumentos, valorização do espaço envolvente da ermida de São João Baptista (também conhecida por Cuba), instalação de condutores subterrâneos da instalação eléctrica, sinalização turística dos monumentos, construção de acessos aos principais monumentos megalíticos situados na zona envolvente de Monsaraz. Todas estas medidas só começaram a ser tomadas no início dos anos noventa, embora tenham sido apresentadas mais de vinte anos antes num período em que a ausência de meios financeiros era quase incontornável. Apesar da semelhança de objectivos, não há actualmente qualquer ligação assumida entre estes dois momentos onde é claramente visível o interesse na valorização turística de Monsaraz.

A Junta de Turismo de Monsaraz foi assim um projecto que embora muito desejado se saldou globalmente por uma ineficácia do ponto de vista daquilo que os seus responsáveis preconizavam e das expectativas criadas. Com efeito antes da sua criação a Junta de Turismo era apontada pelos líderes culturais da região como a panaceia para os problemas da vila. Os fracos e muitas vezes inexistentes recursos financeiros remeteram este organismo para uma posição de total dependência e sem capacidade de execução de um plano de actividades próprio e portanto com uma importância efectiva neste processo pouco significativa.

¹⁴⁸ Idem.

2.2.8 Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz (A.D.I.M)

Esta Associação surgiu em 1988¹⁴⁹, como colectividade de carácter sócio-cultural e educativo, sem fins lucrativos. Embora não tenha tido nestes anos uma grande intervenção, julgamos importante referi-la pois a sua criação decorre de uma atitude de descontentamento no que diz respeito à qualidade de vida da população e ao crescimento não planeado do turismo. Devemos referir que na prática esta atitude não deu grandes frutos em termos de mudança das políticas seguidas. No entanto alguns debates e protestos foram feitos, o que consideramos significativo¹⁵⁰.

A Associação organiza anualmente os seus encontros temáticos. Estes já abordaram em diversas edições a problemática da conservação do património, face ao turismo e à animação. As preocupações relativamente à situação actual da vila são evidentes em qualquer destas manifestações.

Além da organização dos “Encontros de Monsaraz”, a Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz publicou durante um curto período o Boletim informativo “Porta da Vila”, neste momento com publicação interrompida, sobre as actividades da Associação. O envolvimento em programas comunitários de desenvolvimento rural incluiu Monsaraz nos programas LEADER e LEDA. Foi criado em 1994 um Telecentro Rural, com algum equipamento à disposição da população (fotocopiadores, telefone e fax, computadores), bem como a realização de cursos de informática (processamento de texto) dirigido à população da freguesia.

A fraca capacidade financeira e também os poucos apoios fazem com que não sejam por vezes cumpridos objectivamente os seus objectivos iniciais. Os conflitos quase tácitos que desde sempre existiram com a Autarquia também não contribuí para um melhor desempenho, integrado e em colaboração efectiva com os principais agentes no terreno.

Algumas tomadas de posição desta Associação, relativamente aos interesses da população foram importantes, como foi o caso das alterações no trânsito e estacionamento intramuros em 1991, que referiremos adiante, e em que esta Associação contribuiu

¹⁴⁹ “A Associação tem por fim a defesa dos interesses sócio-culturais da freguesia de Monsaraz, nas suas componentes histórica, económica, patrimonial e museológica. A intervenção da Associação far-se-á através dos meios legais ao seu alcance e concretizar-se-á, nomeadamente, em: a) Acções de divulgação e promoção; b) Participação nas actividades e realizações de interesse público da freguesia; c) Realização de cursos, seminários, trabalhos de pesquisa e exposições.” (Estatutos e Regulamento Interno da A.D.I.M, Monsaraz, 1991, p.3.)

¹⁵⁰ A Associação organiza anualmente, desde 1990, os “Encontros de Monsaraz”. Em cada edição é abordado um tema relacionado com os problemas da vila e da freguesia. Alguns debates interessantes foram realizados sobre turismo cultural, centros históricos fortificados, desenvolvimento local, etc..

significativamente para uma reacção negativa relativamente às medidas tomadas unilateralmente pela Câmara Municipal.

2.2.9 Intervenções particulares

O primeiro registo de obras particulares em Monsaraz é de 1957¹⁵¹. Antes de 1940 existem, como já referimos, poucos pedidos de autorização de obras, o que contrasta com o que se passa nas restantes povoações do concelho. Durante a primeira metade do século as intervenções particulares não são portanto significativas e as constantes referências ao estado de ruína da vila confirmam que as obras privadas não foram de facto frequentes antes deste período.

Esta situação altera-se substancialmente a partir do início da década de sessenta. As crises de trabalho, cuja génese já explicámos, e as difíceis condições de vida da população associadas a uma ausência de investimentos básicos e à decadência física da vila, provocaram um natural desejo de abandono.

Foi esta genericamente a causa remota do surto de obras particulares em Monsaraz. A necessidade de procurar melhores condições de vida provocou uma grande disponibilidade para venda de imóveis.

Referir-nos-emos com maior detalhe ao processo de transferência de propriedade urbana para um grupo com grandes recursos financeiros. Este processo provocou alterações significativas, pois a partir deste período e durante as décadas seguintes praticamente todo o parque edificado foi sujeito a intervenções que alteraram as tipologias. As décadas de sessenta e setenta marcam um período de intervenções lideradas por um gosto característico do novo grupo de proprietários que introduz novos elementos na imagem da vila.

Os processos de obras são muito claros quanto à ausência de critérios e elementos de apreciação quer pela Câmara, quer mais tarde pela Secção de Évora da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Durante estas duas décadas todos os pedidos de obras foram autorizados, independentemente do tipo de obras a realizar. Na maior parte dos casos não existem projectos e as obras foram autorizadas apenas com base em requerimentos que na sua maioria não especificam sequer o que se vai realizar. Com um requerimento solicitando autorização para uma simples reparação de coberturas o edifício é totalmente alterado, o que pode ser confirmado consultando os processos de obras

¹⁵¹ Arquivo da Câmara, Processos de Obras Particulares, 1957.



Fig. 14 – Antiga Casa do Juiz de Fora , actualmente propriedade da Universidade de Évora

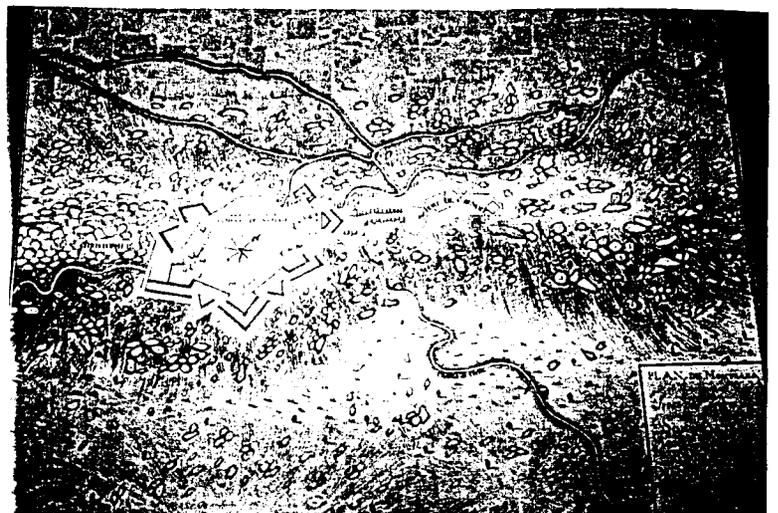
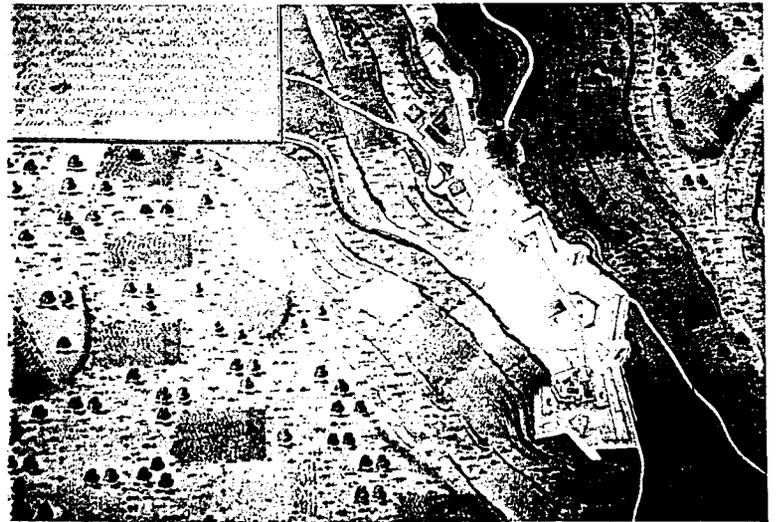


Fig. 15 e 16 – Plantas de Monsaraz do século XVIII onde é visível a fortificação abaluartada.

particulares no Arquivo da Câmara Municipal e comparando o que efectivamente foi feito nos prédios em questão¹⁵².

Algum tempo após a revolução de 1974, a apresentação de projectos passa a ter maior regularidade e a partir do início dos anos oitenta tornou-se mesmo uma condição incontornável. Contudo este facto não significou em nossa opinião uma melhoria na qualidade das intervenções realizadas, uma vez que, não obstante pareceres claramente contrários, praticamente todos os projectos deste período foram executados, contribuindo para a cada vez maior descaracterização do interior dos edificios, de forma bastante mais agressiva do que as intervenções dos anos sessenta¹⁵³.

2.3 Fortificações

Embora a povoação tenha tido provavelmente sistemas defensivos anteriores, a actual fortificação pertence na sua maior parte ao período dionisiano. Iniciada no reinado de Afonso III (que concedeu foral a Monsaraz em 1276) a construção da fortificação teve o seu principal momento com D. Dinis. Sofreu importantes obras de restauro mandadas realizar por Nuno Álvares Pereira, por D. Manuel (que concedeu novo foral à vila em 1514) e por D. João IV que durante a Guerra da Restauração mandou restaurar a fortaleza medieval e construir a nova fortificação exterior, de tipo abaluartado (figs. 15 e 16)¹⁵⁴. O conjunto passou a constituir uma forte praça defensiva que, depois de terminada a guerra, não teve grande protagonismo nas suas funções militares. A sua decadência era já uma realidade no século XVIII, a julgar pelos poucos documentos coevos.

Apenas se identificaram três documentos com informações relativas ao estado da praça nos períodos seguintes à guerra da Restauração¹⁵⁵. Dois estão datados de 1762 e 1774 respectivamente e o terceiro, sem data, deve pertencer a um período posterior, uma vez que a descrição feita sobre a fortificação de Monsaraz deixa mais do que uma vez claro que a mesma já praticamente não funcionava¹⁵⁶.

¹⁵² Apêndice III.

¹⁵³ *Ibidem*, Processos de Obras Particulares, 1957 - 1996.

¹⁵⁴ O projecto da obra abaluartada foi elaborado pelo francês Nicolau de Langres que em 1646 visitou Monsaraz.

¹⁵⁵ Anexos 1, 2 e 3.

¹⁵⁶ Anexos 2 e 3.

Qualquer dos três documentos refere claramente o estado arruinado da fortificação. A maior parte das torres estavam já no século XVIII arruinadas até à altura da muralha, e algumas até à sapata, muitos lanços de muralha estavam arruinados desde a sapata até à altura do parapeito. Os edifícios do castelo encontravam-se também em completa ruína¹⁵⁷. Praticamente todas as escadas e parapeitos estavam destruídos. A fortificação abaluartada do século XVII estava, segundo a descrição, em melhor estado, mas a maior parte dos parapeitos estavam arruinados ou já nem existiam.

A informação de 1774 refere a derrocada de um lanço de muralha que afectou a cisterna da vila (junto à porta do Buraco). Refere ainda a mesma informação que “as obras entriores do castello se acham in total royna e da mesma forma as da circunvalação exterior”¹⁵⁸. O documento de 1762, um ofício sobre munições e apetrechos de guerra existentes, tem uma referência ao estado da praça, dizendo que a mesma “se acha em miserável estado por demolida”. Tendo o responsável da praça dado superiormente conta desta situação sem obter qualquer resposta, decidiu o mesmo utilizar a Companhia de Ordenanças para executar algumas obras mínimas como a reparação de muralhas e o tapamento de todas as portas da muralha com “pedra e barro” à excepção de uma, a chamada porta da vila, tendo sido necessário cortar uma árvore para reparar a porta de madeira para que se pudesse fechar todas as noites. Por razões de segurança apenas por esta porta se saía e entrava na praça.¹⁵⁹

São também referidos três corpos de guarda bastante arruinados, um no revelim da Porta da Vila e dois no castelo, com capacidade para 40, 45 e 36 soldados, respectivamente.¹⁶⁰

Como se acaba de referir, os documentos estudados são muito claros quanto ao estado de conservação da fortificação de Monsaraz no século XVIII. Mais tarde, embora não tão pormenorizadamente, a referência que Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara faz em 1841, bem como a “Descrição económica e política da vila de Monsaraz e seu termo”, texto anónimo da primeira metade do século XIX, são claros relativamente ao estado arruinado da fortificação.

¹⁵⁷ “no castelo veem-se as paredes de 4 grandes casas, as quais são próprias para armazéns, uma delas parece ter servido de cavalaria e é capaz de contar 40 cavalos, em cima destas casas se encontram vestígios de quartéis, com capacidade para alojar 120 soldados; tem mais a ruína de um grande edificio que pertence à Alcaidaria-mor, ou Governador” Descrição do estado da praça, Anexo 1).

¹⁵⁸ Informação sobre o Estado da Praça de Monsaraz, 1774 (Anexo 2)

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Descrição do estado da praça (Anexo 1)

Além da referência feita no documento de 1762, sobre reparações mínimas em algumas zonas da muralha, não há notícia de qualquer intervenção no Castelo e muralhas realizada nos séculos XVIII e XIX.

A fortificação medieval foi sempre considerada o *ex-libris* da vila. Profundamente ligadas ao modelo de cidade e à forma urbana, as muralhas têm um papel fundamental, para além da estrita função defensiva¹⁶¹. “Apesar de terem caído há muito tempo as muralhas e as portas, a sua recordação ainda dá voltas nas nossas cabeças”¹⁶². Esta afirmação de um professor de urbanismo da Bauhaus, crítico de Le Corbusier, publicada pela primeira vez em 1927, refere a consciência colectiva relativa à necessidade da protecção das muralhas, não apenas física, mas sobretudo mágica e simbólica. As muralhas representam efectivamente valores fundamentais para a vida da cidade. Em primeiro lugar têm um valor ritual fundacional na origem e na razão de ser da cidade. A fundação ritual do espaço urbano supõe necessariamente a sua delimitação.

Não há dúvida de que o significado das muralhas no mundo antigo se relaciona com os ritos fundacionais da cidade¹⁶³. A cidade celestial de Jerusalém descrita na visão de Ezequiel e no Apocalipse, é também uma cidade que apresenta fortes muralhas que simbolizam mais os limites do espaço sagrado do que as suas defesas ante inimigos reais.

Outro valor fundamental das muralhas é o figurativo, a imagem da cidade. É constante a utilização da muralha para representar a cidade. Há casos em que apenas aparece o recinto murado como suficiente para identificar a cidade. Outra função importante das muralhas é a de delimitar o espaço da cidade para efeitos jurídicos, administrativos e fiscais. Esta função permanece para além da perda de funções defensivas das muralhas.

As muralhas possuem assim todas as condições para serem paradigma monumental: documentam e comemoram o passado, mantêm, apesar de ultrapassada a sua função primogénita, um papel urbano saliente e um especial significado que faz com que, apesar do

¹⁶¹ A importância das muralhas está bem patente em algumas definições, desde Afonso X até aos Enciclopedistas, que em períodos diferentes, definem cidade como um recinto cercado por muralhas (ISAC, 1996). Anteriormente também Vitruvius no seu Livro Primeiro fala das muralhas e só com elas entende e concebe uma cidade (VITRÚVIO, 1987:44-65).

¹⁶² HILBERSEIMER, 1979

¹⁶³ Os ritos de fundação da cidade antiga estabeleciam um limite, que no ritual etrusco é designado pelo *sulcus primigenius* e que era executado com um arado de bronze, (RYCKWERT, 1985). Este *sulco* tinha de facto um valor simbólico fundamental patente na obra de Plutarco sobre a Vida de Rómulo. Quando se refere o ritual fundacional de Roma, conta-se a morte de Remo ao saltar desrespeitosamente sobre o sulco em que Rómulo trabalhava para levantar as muralhas da cidade, (ISAC, 1996).

elevado custo da sua manutenção e da aparente inutilidade social imediata, a população as estime e conserve.

Classificada em 1946 como Monumento Nacional¹⁶⁴, a jurisdição do castelo e muralhas de Monsaraz foi confiada à Câmara Municipal através do auto de cessão realizado entre a Direcção Geral da Fazenda Pública e a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em 1941¹⁶⁵ que designa a utilização do Castelo para logradouro público da vila, utilização que ainda hoje se mantém.

Se a fortificação medieval sempre representou, como atrás fica dito, um papel simbólico importante nas referências históricas da vila, não se pode dizer o mesmo da fortificação seiscentista, sistematicamente omitida de todas as alusões, vindas do exterior, à importância patrimonial de Monsaraz. Em 1948 desencadeia-se mesmo um processo de compra da mesma por um particular para posterior demolição.

Efectivamente um natural e residente na freguesia de Monsaraz faz um requerimento para adquirir por compra “todos os fortes situados fora das muralhas da antiga fortificação da Praça de Monsaraz”.¹⁶⁶ Este requerimento recebeu a informação favorável da secção de Évora da D.G.E.M.N., justificada com a falta de interesse artístico dos mesmos: “pensa esta secção que em virtude dos citados fortes estarem completamente arruinados e não possuírem qualquer interesse artístico, seria de admitir a venda do seu material para demolição, ficando completamente o terreno limpo e na posse do Estado”.¹⁶⁷ Esta informação teve a concordância superior da D.G.E.M.N. que desenvolveu ainda a informação anterior e adiantou os projectos que se poderiam realizar naquele espaço depois de liberto das ruínas¹⁶⁸.

¹⁶⁴ Decreto n.º 35 443, de 2 de Janeiro de 1946, classificação da Fortificação da Praça de Monsaraz como Monumento Nacional. A zona de protecção foi publicada no Diário do Governo, II série, n.º 187 de 14 de Agosto de 1951.

¹⁶⁵ Cf. Anexo 4.

¹⁶⁶ De notar que apenas a fortificação medieval estava classificada como monumento nacional e ainda não tinha sido definida e publicada a zona de protecção respectiva, o que só se verificou em 1951 (Diário do Governo II série n.º 187 de 14 de Agosto).

¹⁶⁷ Arquivo da DREMS, Proc.º S 07 11 03/002, Fortificação e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Informação do Arquitecto Chefe da Secção de Évora, 30 de Setembro de 1948.

¹⁶⁸ A resposta à informação do arquitecto chefe da Secção de Évora é significativa e por isso se considera interessante a sua transcrição: “(...) concorda com a demolição de alguns fortins exteriores às muralhas (do século XVII) e portanto bastante posteriores à fortificação da vila e em adiantada ruína. Essa demolição é de aconselhar por ser difícil e onerosa a sua restauração, e só vem beneficiar o conjunto da povoação, pois assim é possível um racional arranjo urbanístico de acesso à vila, com arborização e miradouro adequado. Estas fortificações foram já bastante adulteradas e destruídas pela Câmara Municipal para construção da estrada e do cemitério. Deve ser chamada a atenção da Junta de Freguesia para as construções e arranjos que constituem verdadeiras calamidades e adulteram o valioso conjunto, como é o caso do arranjo do acesso para o cemitério, infeliz, executado sem a nossa autorização e que não se conjuga com o local.” (Ibidem, Resposta à informação do Arquitecto chefe da Secção de Évora, 4 de Fevereiro de 1949).

De facto esta fortificação já tinha sido alvo de algumas destruições parciais. A construção do cemitério da vila num dos baluartes seiscentistas, na entrada da Porta de Alcova, por exemplo, destruiu consideravelmente devido aos arranjos e acessos ao cemitério construídos pela Junta de Freguesia no primeiro terço deste século.

A intenção de compra dos fortes para demolição não chegou a concretizar-se devido à indignação de praticamente toda a população. Este é um exemplo interessante em que se regista a concordância das entidades de tutela, é deferido um requerimento e a única parte não directamente envolvida e não consultada, se manifesta em bloco no sentido de impedir a destruição de parte da sua história e da sua identidade. Efectivamente, sem qualquer hipótese de anulação desta decisão, a população resolve, como último recurso para impedir a destruição da sua fortificação, enviar um pedido ao então Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, assinada pelas autoridades civis e religiosas e por todos os chefes de família da vila, solicitando ao 1º Ministro o impedimento da decisão de venda para posterior demolição dos fortes do século XVII.¹⁶⁹

O protesto da população chamou a atenção para a importância dos fortes e o processo de venda foi cancelado por despacho superior do ministro das Obras Públicas.¹⁷⁰

Mais tarde, em 1950, a Junta de Freguesia de Monsaraz solicitou à DGEMN a cessão, a título precário, dos “fortes situados fora da antiga fortificação da praça da vila que estão afectos à Câmara Municipal, com destino a serem arborizados e o encargo de cuidar da sua defesa e conservação”.¹⁷¹ O vivo protesto da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz impediu a decisão de cessão à Junta. Os fortes ficaram portanto sob tutela da Câmara Municipal.

As intenções da Junta de os arborizar e cuidar da sua conservação ficaram assim adiadas. A Câmara não teve de facto qualquer intervenção na sua conservação. A degradação que foram sofrendo ao longo dos anos, sem qualquer intervenção, bem como a instalação nesses espaços de chiqueiros e lixeiras públicas fizeram com que chegassem aos nossos dias num estado muito adiantado de ruína e completo abandono.

O processo de requerimento de compra dos fortes, o conseqüente protesto da população e a anulação da decisão de venda, não colocaram contudo esta fortificação num lugar de prestígio no contexto monumental da vila, uma vez que o seu total abandono foi-se

¹⁶⁹ Ver Anexo 7. Este documento, produzido por um grupo de naturais de Monsaraz, reflecte um entendimento funcional deste sistema defensivo, referindo que, “na engenharia militar antiga (os fortes) eram as defesas avançadas da fortificação”.

¹⁷⁰ Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz.

¹⁷¹ *Ibidem*, Carta da Junta de Freguesia de Monsaraz de 18 de Maio de 1950.

acentuando sistematicamente depois de terminado esse processo e nem os técnicos da DGEMN consideravam estas construções como integrantes dos seus planos anuais de obras de restauro na vila, ao contrário da fortificação medieval, objectivo principal das intervenções desta instituição.

O simbolismo da fortaleza medieval, em especial o castelo, foi sempre muito mais marcante para os responsáveis. Já referimos a importância das fortalezas medievais e do seu restauro para a ideologia do Estado Novo, patente nas opções de restauros levadas a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

No início da década de 40 realizou-se no castelo de Monsaraz um acampamento da Mocidade Portuguesa para manobras militares de “ocupação e velada do Castelo”, integrado no plano das festas comemorativas do 28 de Maio. A praça de armas foi decorada e iluminada com dois mil archotes colocados nas ameias, fornecidos por um conhecido e importante proprietário da região. As referências a esta realização na imprensa local são significativas da força simbólica e ideológica que as autoridades reconheciam a este monumento histórico de Monsaraz.¹⁷²

A especial importância do castelo de Monsaraz, quer para a população, quer para as autoridades, faz com que em 1948 a Câmara aprove uma postura municipal para evitar os actos de vandalismo que, ao longo de anos vinham degradando o Castelo “essa velha relíquia que nos compete guardar e conservar”.¹⁷³

Na sequência da criação desta postura, e uma vez que várias opiniões se revelaram descrentes da sua eficácia, a Câmara solicita à DGEMN a demarcação da zona de protecção do Castelo, para que pudessem “regressar à posse da fortaleza todos os terrenos que muitos habitantes de Monsaraz abusivamente exploram há muito tempo”.¹⁷⁴

¹⁷² Eco de Reguengos, nº 716, II série, Ano XXXVI, 25 de Maio 1943: “Uma Jornada Patriótica de recordação histórica - enquadrado no plano das festas comemorativas do 28 de Maio, um contingente de filiados da Mocidade Portuguesa, da Ala nº6, de Reguengos, na força de um castelo, deslocou-se à velha fortaleza de Monsaraz, aonde na noite de 29 para 30 de Maio findo, fez a ocupação simbólica e a velada do vetusto Castelo, esse monumento histórico, que altaneiro se ergue no cume de abrupta montanha, atestando às gerações novas, como se fora um marco milenário, um feito heroico da nossa soberania nacional, mantida através dos séculos, e argamassada com o sangue generoso de nossos antepassados (...). Se isto sempre tiverdes na lembrança, se fordes sempre dignos desses portugueses enormes que avultam pelos séculos, sereis sempre fortes e Forte continuará a ser Portugal. E por esses adarves e cubelos por onde esta noite ides velar, alevantar-se-à o espírito de Tantos que antes de vós aqui velaram e caíram pela mesma Fé que vos alumia, e orgulhosos, d’além tûmulo, gritar-vos-hão também: PRESENTE.”

¹⁷³ Arquivo da Câmara, Actas das Sessões da Câmara Municipal, 5 de Fevereiro de 1948 (Anexo 6).

¹⁷⁴ Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Carta da Câmara de 2 de Setembro de 1948. Na sequência deste pedido da Câmara, é mandada fazer a planta topográfica da vila, adjudicada em 1949.

Esta situação só recentemente foi alterada, pois mesmo após a demarcação da zona de protecção em 1951 os terrenos envolventes continuaram a ser utilizados por particulares e para lixeiras públicas até ao fim da década de oitenta. Só neste período, quando a Câmara iniciou as intervenções nas fortificações exteriores, é que os terrenos referidos foram desocupados, limpos e se tornaram de acesso e usufruto público, a maior parte deles em percursos pedonais.

2.3.1 Intervenções da D.G.E.M.N.

Ao longo do período estudado, as intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foram as mais significativas no que se refere às muralhas e praça de armas.

Como já foi referido, as intervenções da DGEMN iniciaram-se em 1938 na sequência de um pedido da Câmara Municipal. O plano de obras feito nesta altura, quase exclusivamente centrado neste monumento (o único classificado) foi praticamente cumprido ao longo dos anos seguintes.

Entre as obras previstas neste plano para a praça de armas estava a demolição de todas as construções ali feitas no século XIX para adaptação do recinto a praça de touros¹⁷⁵. Pretendia-se recuperar o estado original da praça de armas, que por sua vez já tinha sofrido grandes transformações no século XVII. Não há nenhuma referência sobre não execução deste ponto do plano e, por isso, não sabemos hoje as razões desta alteração de intenções. Hoje continuam a realizar-se ali as touradas anuais da festa religiosa da vila.

Existem no entanto algumas falhas de informação organizada, relativamente aos anos compreendidos entre 1938 e 1955. Nos planos de obras oficiais da DREMS e no lançamento de empreitadas apenas é referido o plano geral de restauro elaborado em 1938 e logo a seguir um outro plano de obras e orçamento respectivo, elaborado em 1955.

Através de informação cruzada entre o processo administrativo relativo a Monsaraz no arquivo da DREMS, o arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e a imprensa local, pode concluir-se que se realizaram de facto intervenções da DGEMN em Monsaraz durante este período para o qual não existe informação no plano geral de

¹⁷⁵ Apêndice I.

obras.¹⁷⁶

Desta forma o Apêndice I foi elaborado com base nas informações dos planos de obras, empreitadas e orçamentos da DREMS, não constando por isso as intervenções realizadas entre 1938 e 1955, uma vez que não estão especificadas em nenhum documento.

Embora se tenham realizado algumas intervenções durante este período (1938-1955) elas foram certamente pouco significativas, a julgar pelas verbas envolvidas, cerca de cento e cinquenta mil escudos, e pelas constantes chamadas de atenção, principalmente por parte da Junta de Freguesia de Monsaraz e do Pároco para o estado de abandono da vila e dos seus monumentos o que no entender da Junta chegava mesmo a pôr em causa a segurança dos habitantes.¹⁷⁷ Devido a esta situação houve a necessidade de desalojar os habitantes de duas casas que ameaçavam ruir, junto à Porta do Buraco. Em 1952 foi proposta pelo arquitecto chefe da Secção de Évora a verba de vinte mil escudos para uma consolidação de emergência no troço de muralha que ameaçava as duas habitações referidas.

Em 1954 a secção de Évora informa que é necessária a verba de noventa mil escudos para execução de trabalhos mais urgentes em Monsaraz: reconstrução das muralhas arruinadas e substituição da inestética porta em folha, existente no Castelo, por outra em madeira. Desta forma “completava-se a consolidação de emergência efectivada há dois anos

¹⁷⁶ De acordo com estas informações, foram realizadas intervenções em Monsaraz nos anos de 1943 (19 de Abril: autorização para dispêndio de dez mil escudos nas obras de restauro, listagem visada pelo Tribunal de Contas; 1 de Maio: comparticipação de dez mil escudos do Comissariado do Desemprego com a obrigatoriedade de contratar pessoal do Fundo de Desemprego para trabalhar nas obras. 16 de Outubro: informação sobre a suspensão das obras de restauro no castelo por se ter esgotado a verba concedida), 1944 (29 de Fevereiro: concedida a verba de dez mil escudos pelo Fundo de Desemprego para obras de restauro no Castelo; 12 de Fevereiro: autorização de dez mil escudos do orçamento para as obras do Castelo), 1945 (10 de Março: comparticipação de dez mil escudos do Fundo de Desemprego; 9 de Agosto: informação de suspensão dos trabalhos no dia 4 por se ter esgotado a verba), 1949 (11 de Maio: autorização para ser deduzida a verba de cinquenta mil escudos à dotação concedida ao Palácio D. Manuel em Évora, para empregar no restauro das muralhas de Monsaraz) 1952 (25 de Junho: dez mil e quinhentos escudos concedidos pelo Fundo de Desemprego), 1954 (30 de Outubro: obras de quarenta e sete mil escudos adjudicadas para reconstruir e consolidar a obra de 1952 e montar uma porta nova no Castelo). Existem ainda, nas Actas das Sessões da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, referências às obras realizadas nestes anos, infelizmente sem detalhes de informação que permitam precisar o que foi feito exactamente (Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz; Arquivo da Câmara, Actas das Sessões da Câmara dos anos 1938 a 1955).

¹⁷⁷ *Ibidem*, Carta do Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz de 14 de Outubro de 1950. A carta dá conta do estado de abandono em que se encontra “a fortificação e os monumentos de Monsaraz que corre o risco de se perder. Para além dos monumentos, agora é também a vida dos habitantes que está em jogo, pois como as muralhas aqui constituem também um muro de resguardo para as pessoas devido à situação geográfica da povoação, e como há muitas casas de habitação ligadas às muralhas, estando estas muito arruinadas, estamos na contingência de qualquer dia assistir ao seu completo desmoronamento, que ocasionará ao mesmo tempo o desmoronamento das casas que lhe estão anexas. Solicita-se a realização de obras de restauro para evitar um tal desastre”.

num troço de muralha, reconstruíam-se dois troços arruinados e colocava-se uma porta que correspondesse à categoria do Castelo de Monsaraz.”¹⁷⁸

Na sequência desta informação, a Direcção Geral solicita o plano de obras para a quantia de cinquenta mil escudos e o trabalho acaba por ser adjudicado por quarenta e sete mil escudos em 20 de Outubro do mesmo ano, tal como foi já referido.

O plano sistemático de obras só foi elaborado em 1955 e é a partir daí que a informação é mais detalhada relativamente a todas as empreitadas feitas no castelo de Monsaraz.

Na sequência de alguma pressão por parte da Junta de Freguesia e da Câmara, para que se realizassem obras em Monsaraz, o Ministro das Obras Públicas elabora um despacho em 14 de Março de 1955 no sentido de se iniciarem as obras de restauro¹⁷⁹.

Para cumprimento do despacho ministerial a Secção de Évora estimou em mil e duzentos contos o total do custo das obras de restauro a realizar em Monsaraz e sugere que anualmente se reserve a verba de duzentos mil escudos para esse fim¹⁸⁰. No entanto, em Junho do mesmo ano, foram solicitadas propostas até ao limite de apenas trinta mil escudos para os trabalhos de consolidação e restauro do Castelo, abrangendo a “reconstrução de muralhas”, a “reparação e consolidação de muralha”, a “reconstrução de um troço de muralha numa das torres do castelo”, e a “consolidação de um outro troço de muralha junto à entrada do Castelo” (figs. 17 a 24).

Em 1957 o Presidente da Câmara Municipal solicita que, em virtude de existir um plano de obras para Monsaraz, se iniciem as obras relativas a esse ano o mais rapidamente possível.¹⁸¹ Neste ano não foram no entanto realizadas as obras previstas por falta de verba.

As intervenções da DGEMN só continuaram em 1960, embora as mesmas se tenham centrado principalmente nas capelas de S. João Baptista (também chamada Cuba ou capela de S. João da Muralha) e de S. Bento, ambas extra muros.

Em 1961 inicia-se um período de intervenções anuais na fortificação, praticamente ininterrupto durante mais de vinte anos, até 1986. A seguir a esta data as intervenções

¹⁷⁸ Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz Informação de 25 de Junho de 1954.

¹⁷⁹ “(...) torna-se necessário passar desde já à fase de obras de restauro. Elabore a DGEMN um programa de escalonamento anual e orçamento correspondente à parte a realizar no ano corrente e estude a forma de assegurar o necessário cabimento no plano em vigor. Considere-se urgente.” (Ibidem, Descrição do Despacho do Ministro Arantes e Oliveira sobre Monsaraz).

¹⁸⁰ As obras consideradas neste orçamento são as que constavam já no plano geral de intervenções a realizar em Monsaraz, elaborado em 1938 (Cf. Apêndice I).

¹⁸¹ Arquivo DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Carta do Presidente da Câmara de 8 de Agosto de 1957.

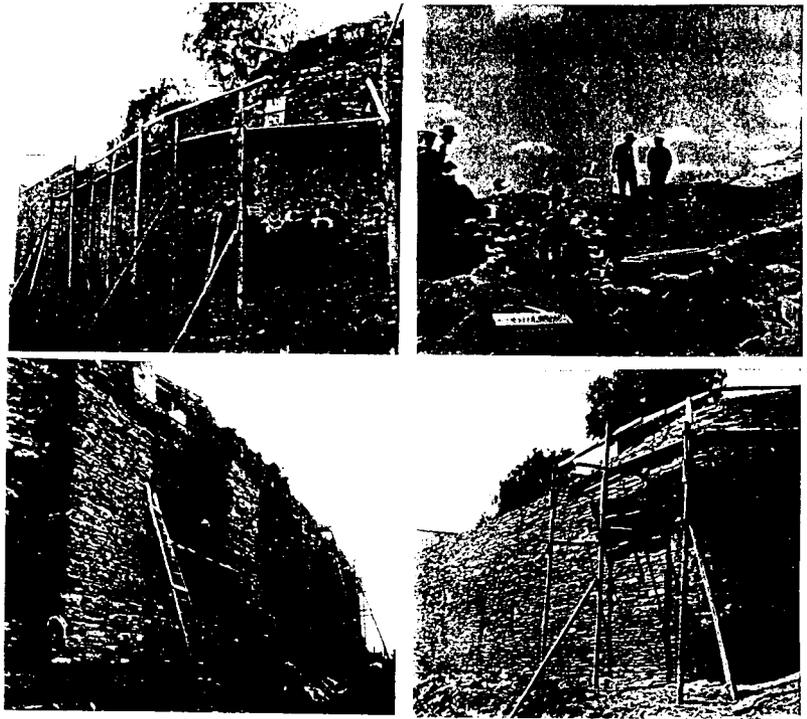


Fig. 17 a 20 – Aspectos das obras de “reparação, consolidação e reconstrução” das fortificações.

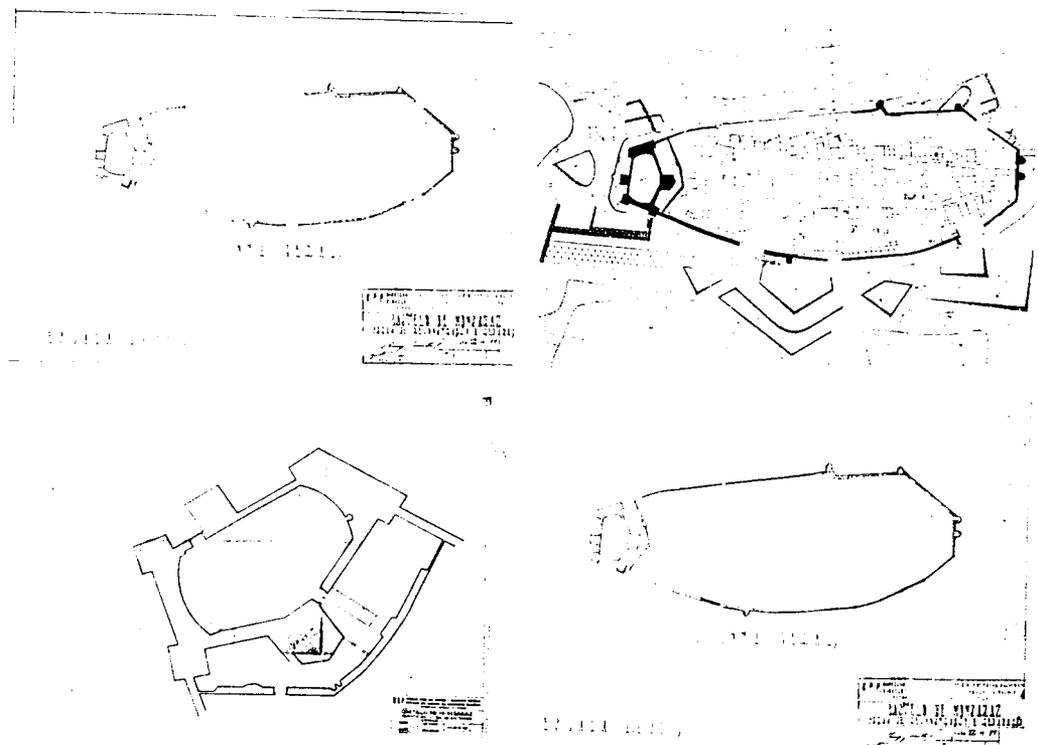


Fig. 21 a 24 – Plantas da DGEMN com indicação de “vermelhos” e amarelos” das obras a executar.

foram pontuais, causadas por danos temporais. A última intervenção da DGEMN em Monsaraz data de 1990¹⁸².

2.3.2 Intervenções da Câmara Municipal

Na segunda metade do século, a Câmara Municipal só teve intervenção significativa nas fortificações no fim dos anos oitenta. Anteriormente a este período, apenas se registou uma intervenção da iniciativa e responsabilidade da Câmara, em 1972, de arranjo da muralha junto da rua de acesso à estalagem, no arrabalde¹⁸³. Esta decisão da Câmara relaciona-se com a abertura da estalagem de turismo em Monsaraz, na altura considerada um importantíssimo equipamento para o desenvolvimento da vila.

A partir de 1987, no âmbito de um curso de formação profissional¹⁸⁴, foram realizadas algumas obras na fortificação medieval: consolidação de alguns troços da muralha e adaptação de uma torre a miradouro (fig. 25 e Planta III). Quando os cursos se iniciaram, a Câmara informou a DREMS dos projectos e solicitou autorização e acompanhamento a esta Direcção Regional.¹⁸⁵ Embora a resposta da DREMS tenha sido bastante clara quanto à sua responsabilidade em qualquer intervenção em Monsaraz, principalmente na fortificação, devido a tratar-se de uma área classificada, as intervenções decorrentes destes cursos não foram realizadas em coordenação com a DREMS.¹⁸⁶

¹⁸² Em 18 de Dezembro de 1989 o Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz informa a Direcção Regional dos danos causados pelo mau tempo: “Na zona da Porta do Buraco junto à cisterna caiu uma porção de muralha, que danificou uma casa, o que causou o impedimento de passagem na rua das Videiras. Na rua de S. João em Arrabalde caiu outra porção de muralha que impede também a passagem pela rua”. As obras de recuperação das zonas danificadas foram estimadas em três mil contos e decorreram no ano de 1990. (Ibidem)

¹⁸³ Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões, Livro nº78, fl.3vº,7 de Julho de 1972.

¹⁸⁴ Este curso, designado “Conservação do Património Cultural”, foi promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, pelo Instituto Português do Património Cultural, tendo a Câmara Municipal como “entidade hospedeira”. O curso geral, que se centrou nas técnicas tradicionais de construção, foi subdividido em quatro áreas de intervenção, entre as quais as muralhas da fortificação medieval. O curso teve portanto uma grande componente prática, orientada por um monitor e um professor extraordinário.

¹⁸⁵ Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Ofício de 31 de Dezembro de 1986 do Presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz, “informando que com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional e Fundo Social Europeu vão dar-se início a 4 projectos de Conservação do Património Cultural, através de cursos de formação profissional de incentivo ao emprego que começarão a funcionar no dia 5 de Janeiro de 1987. Estes projectos irão desenvolver-se na Igreja de Santiago, Casa Paroquial (também chamada de Nuno Álvares Pereira), Muralhas de Monsaraz e Monumentos Megalíticos do concelho. Solicita-se autorização e acompanhamento dos serviços da DREMS”.

¹⁸⁶ Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Despacho de 11 de Março de 1987: “Quanto à área classificada, propriedade do Estado, as intervenções são da directa responsabilidade de condução pela D.G.E.M.N. que dela não pode abdicar. Nada impede o desenvolvimento dos estudos e a sua proposta de aprovação pelo I.P.P.C. e a obtenção da nossa concordância para a execução que poderá, eventualmente afastar-se do esquema normal de financiamento e adjudicação. Mas a condução dos trabalhos terá de ser incumbência dos nossos serviços. Quanto à parte arqueológica, além da responsabilidade do Departamento de Arqueologia da Zona Sul, a nossa acção será apenas de acompanhamento, o que se verificará também quanto a imóveis classificados, não propriedade do estado. Nestas condições, convém que VªExª obtenha a aprovação dos estudos e projectos por parte do I.P.P.C.”

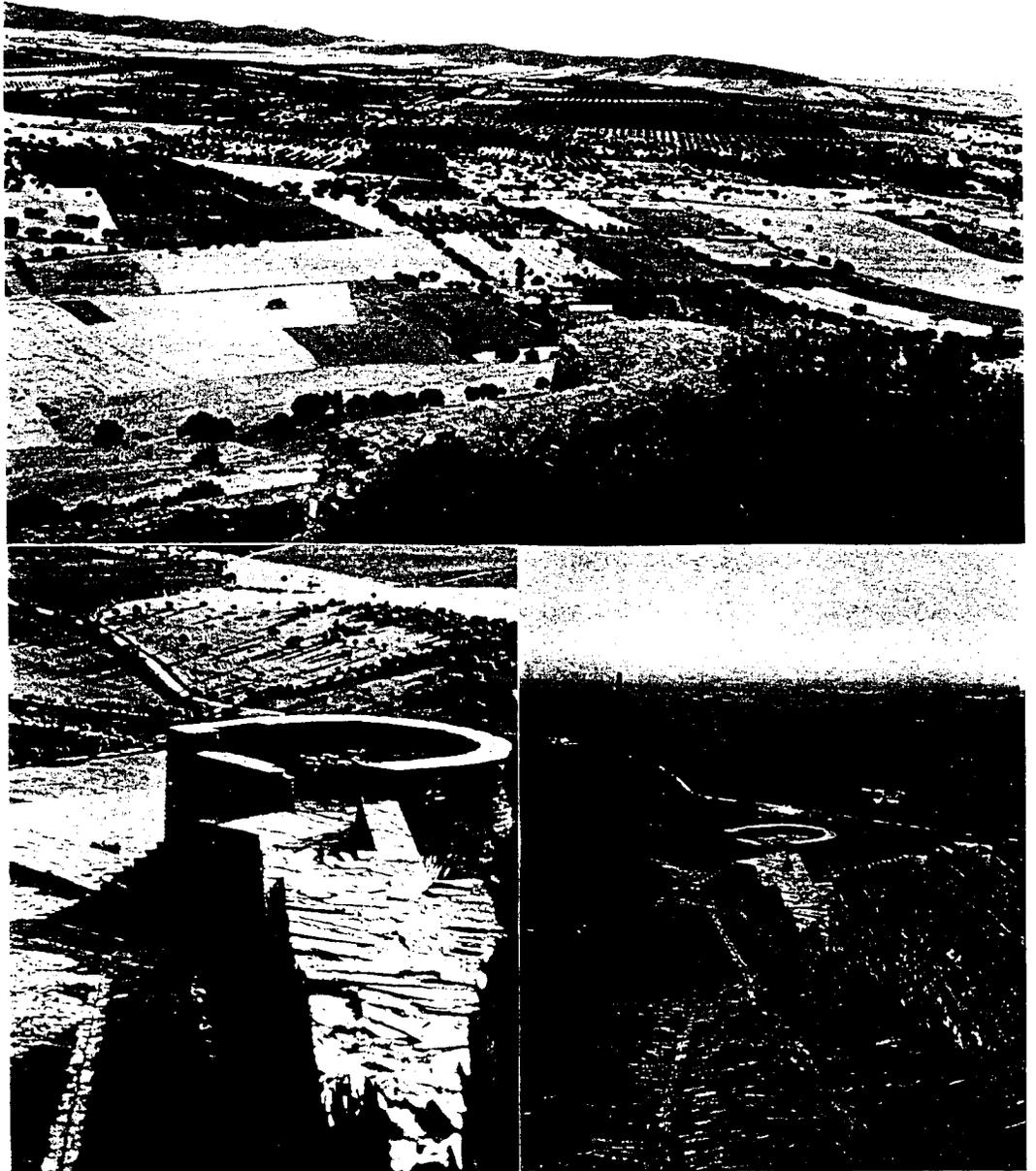


Fig. 25 - Aspecto da torre antes e depois de construido o miradouro.

Em 1988 a DGEMN pede mesmo um esclarecimento à Câmara sobre as intervenções nas muralhas de Monsaraz, “sobre as quais não foi dada qualquer informação no âmbito do projecto C.P.C. (Conservação do Património Cultural)”¹⁸⁷.

As intervenções mais significativas da Autarquia nas fortificações iniciaram-se em 1989. Estas centraram-se na fortificação abaluartada do século XVII. O projecto começou por ser relativo aos arranjos exteriores da fortificação de Monsaraz. Mais tarde a intervenção desenvolveu-se consideravelmente, incluindo também a recuperação da fortificação abaluartada do século XVII e a sua adaptação a parques de estacionamento.

Já em 1961, a Câmara da altura tinha oficiado à DGEMN no sentido de se adaptar o forte da Porta da Vila a parque estacionamento automóvel, para utilização especial de camionetas de carreira e de excursões turísticas. Foram então feitas, em 1962, pela DGEMN, obras de terraplanagem, bem como o alteamento das muralhas do referido forte. Este parque, tão reclamado pela Câmara, permitiu efectivamente o funcionamento de carreiras de camionetas até Monsaraz, o que antes não acontecia.¹⁸⁸

Enquanto esta adaptação do forte da Porta da Vila a parque de estacionamento foi feita pela DGEMN, a pedido da Câmara, as intervenções de fins de 1989 e dos anos noventa foram decididas e realizadas integralmente pela Câmara Municipal, sem qualquer participação da DGEMN, entidade responsável pela conservação do monumento em questão.¹⁸⁹

O projecto “Enquadramento Paisagístico da Vila de Monsaraz, Parques de Estacionamento e Acessos” foi feito pelo Gabinete de Apoio Técnico de Évora (G.A.T.) e candidatado pela Câmara aos financiamentos europeus em 1989.

O objectivo desta intervenção foi simultaneamente a recuperação das obras abaluartadas, na sua maior parte arruinadas, e a resolução dos problemas da circulação automóvel dentro da vila. Com a proibição do trânsito intramuros, excepto para cargas e descargas, tornava-se necessário um conjunto de lugares de estacionamento que tornassem possível esta medida.

¹⁸⁷ *Ibidem*, ofício de 11 de Janeiro de 1988.

¹⁸⁸ *Ibidem*, ofícios de 11 de Novembro de 1961 e de 25 de Junho de 1962; Arquivo da Câmara, Actas das Sessões, Liv.71, fl. 136 vº, 8 de Novembro de 1961.

¹⁸⁹ Em 24 de Janeiro de 1990 a DREMS pedia à Câmara um esclarecimento “sobre os três novos parques de estacionamento a nascente do revelim das muralhas de Monsaraz. Como desconhecemos o projecto a que obedeceram, solicitamos que este nos seja facultado, bem como a respectiva autorização, para complemento dos nossos ficheiros”. Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz.

Foi portando decidido, de forma unilateral, refuncionalizar a fortificação seiscentista, transformando alguns dos seus fortes e revelins em parques de estacionamento automóvel (figs. 26 e 27).

Como o projecto referido visava sobretudo o arranjo de espaços exteriores e só depois foi alargado à utilização dos fortes, não se encontra nele qualquer suporte teórico na área da conservação. Deve referir-se que a intervenção realizada até agora, e ainda não concluída, ultrapassou em muito o projecto inicial (figs. 28 a 33).

Os fortes e revelins onde se realizou a intervenção foram limpos de todos os chiqueiros e lixeiras lá existentes. Os pisos foram regularizados e pavimentados com o tipo de calçada de xisto em cutelo, sempre designada por “calçada medieval”, utilizada inicialmente nas artérias principais da vila e considerada como o pavimento autêntico de Monsaraz (figs 34 e 35).

Este tipo de intervenção destruiu o fosso da obra abaluartada, anulando assim a leitura do sistema defensivo¹⁹⁰ (figs. 36 a 40).

Foram ainda executadas terraplanagens e regularização de pisos em volta da fortificação medieval com o objectivo de construir um caminho pedonal para futuros percursos de visita (fig. 41). Estes percursos pedonais previstos e executados em volta da fortificação medieval não são utilizados habitualmente. Não se criou o hábito do uso destes caminhos refeitos ou criados. Não houve auscultação prévia sobre a sua necessidade entre a população, de modo que os percursos surgem desintegrados de qualquer tradição cultural.

O projecto da iluminação artística de todo o conjunto monumental foi também executado na sequência da intervenção na fortificação seiscentista. Sem qualquer estudo sobre iluminação de monumentos ou conjuntos urbanos esta intervenção caracterizou-se pela cenarização total do conjunto para o exterior. A excessiva intensidade de luz provocada por dezenas de grandes projectores instalados em todos os panos de muralha, fortes, baluartes, revelins, castelo cria uma imagem nocturna de Monsaraz de domínio de todo o território circundante, de uma presença ostensiva de cenário montado para o exterior. A moda de colocar potentes projectores faz perder todo o poder de evocação

¹⁹⁰ A existência deste elemento na fortificação era aliás totalmente desconhecida dos responsáveis pela intervenção, razão pela qual nunca poderiam evitar a sua destruição. A total ausência de investigação associada à intervenção provocou ao longo do processo várias situações desta natureza. Neste caso a simples leitura do documento que transcrevemos em anexo com a descrição da praça de Monsaraz poderia ter evitado este erro praticado apenas por ignorância do funcionamento daquele sistema defensivo.

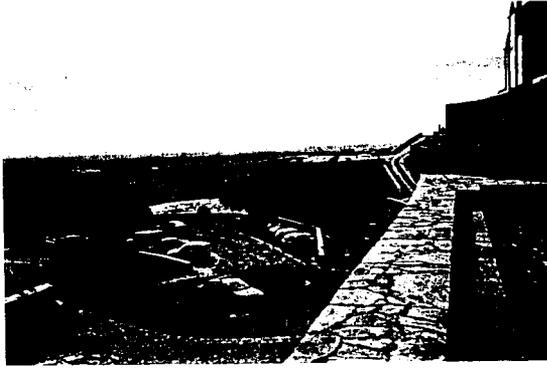


Fig. 26 e 27- Vista de alguns dos parques de estacionamento
construídos a partir das fortificações seiscentistas.

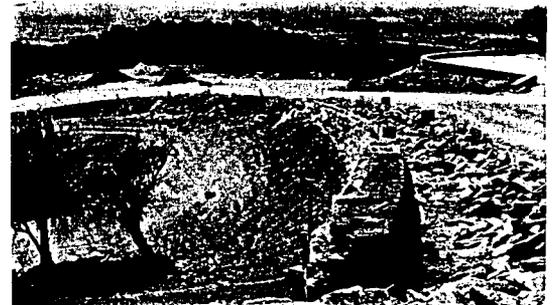


Fig. 28 a 33 – Aspectos de terraplanagens e aterros na zona do
sistema defensivo abaluartado onde são visíveis as fundações
para construção de muralha nova. Este tipo de trabalhos destruíram
o fosso e todos os vestígios materiais existentes.

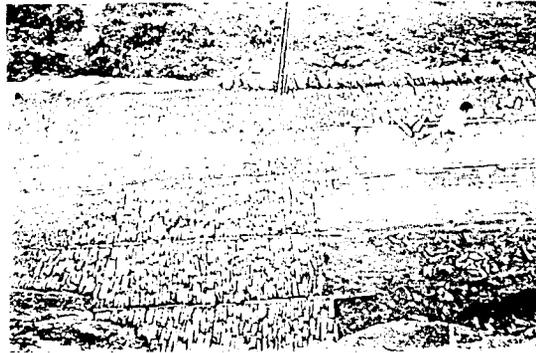


Fig. 34 e 35 – Aspectos do pavimento de xisto em cutelo.

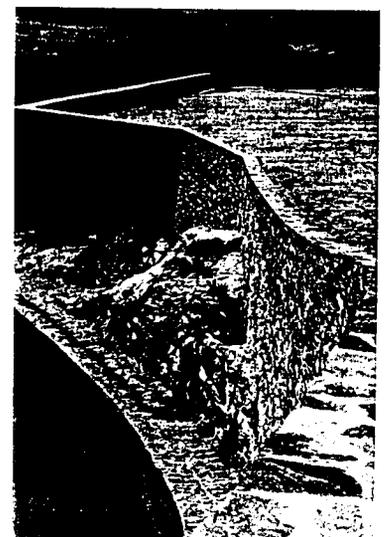


Fig. 36, 37 e 38 – Vista do forte e revelim da Porta de Alcova antes e depois da intervenção, onde é visível a construção de muralha nova.

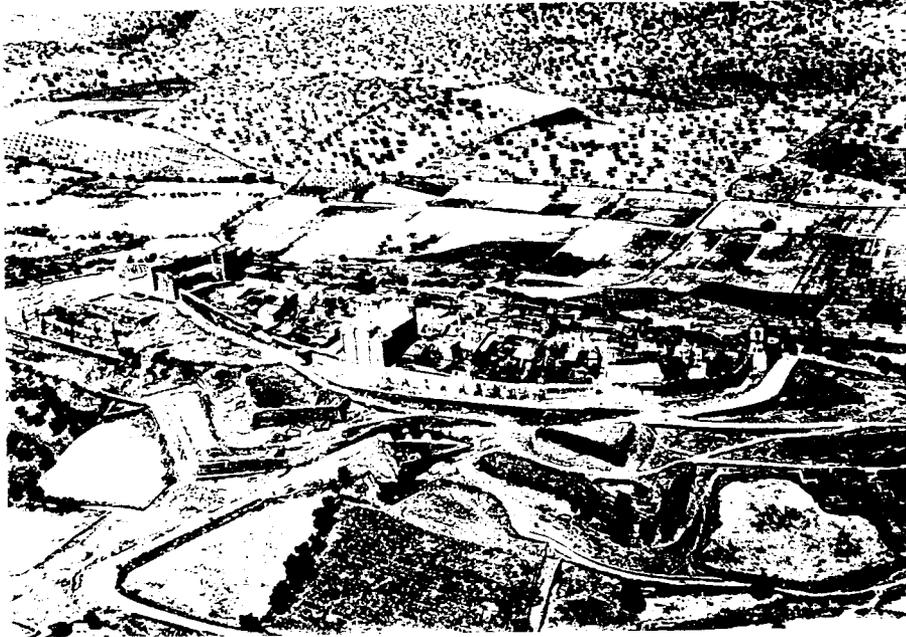
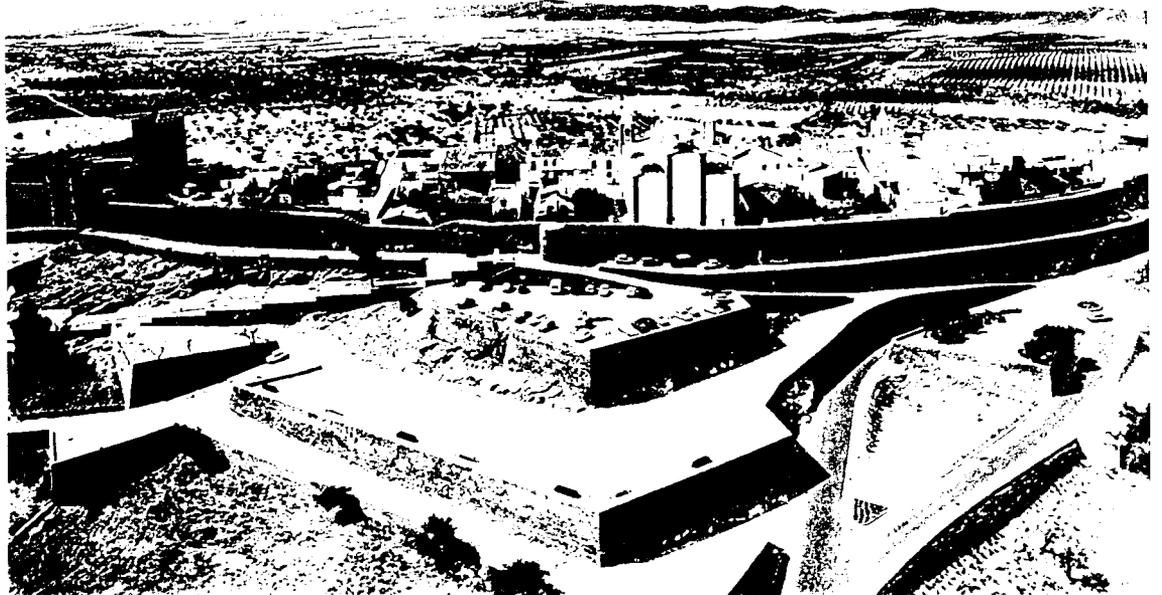


Fig. 39 e 40 – Fotografias aéreas de Monsaraz antes e depois da adaptação da obra abaluartada a parques de estacionamento. A comparação entre as duas imagens permite ver as adulterações introduzidas no sistema defensivo.



destas arquitecturas¹⁹¹ (figs 42 a 45).

A repercussão deste sistema de iluminação no interior da vila é de grande incomodidade para os moradores. Altera completamente a tranquilidade do ambiente nocturno intramuros dado pelas lanternas de iluminação pública instaladas nos anos cinquenta. A grande intensidade de luz dada pelos projectores directamente apontados a muitas habitações provoca especialmente no Verão a atracção de insectos o que impossibilita a prática, tradicional no Alentejo, de abrir as janelas durante a noite para refrescar as casas.

Mais recentemente, em 1994, e com a designação de Recuperação de Muralhas de Monsaraz, 2ª fase, a Câmara candidatou ao PRAUD os fortes que não tinham sido incluídos no anterior programa. As intervenções ainda não totalmente concluídas centraram-se principalmente no forte e revelim de S. João, o primeiro sem qualquer função especial e bastante descaracterizado quanto à sua função original (figs. 46 e 47) e o segundo, onde se encontra a Cuba, será ocupado pelo projecto de valorização das estruturas arqueológicas ali identificadas e também como parque de estacionamento.

Ao longo do período estudado assistimos a duas atitudes diferentes relativamente à conservação das muralhas: conservar e restaurar para contemplar e restaurar para usar. A primeira, que pautou as intervenções da DGEMN, assenta no valor simbólico, considerando as muralhas como um dos modelos mais genuínos de monumento, um autêntico paradigma monumental¹⁹². A segunda atitude, mais característica da acção da Câmara, afectou profundamente a autenticidade das muralhas e da obra abaluartada nos seus aspectos funcionais.

2.4 Conjunto Intramuros

O conjunto intramuros sofreu ao longo de mais de dois séculos um significativo processo de degradação que se prolongou pelo século XX e que foi responsável por um

¹⁹¹ “A iluminação de um recinto amuralhado deve estar condicionada a um atento estudo das características arquitectónicas, o exame das características físicas dos materiais de construção, a selecção do tipo de lâmpadas e projectores, a determinação dos níveis de iluminação e do número de projectores. Todos estes requisitos técnicos estão submetidos às exigências estéticas que são primordiais no caso da iluminação das sugestivas imagens das muralhas”, (BRUNI, 1994, p.214). No caso que estamos a estudar apenas imperou o objectivo de iluminar o mais fortemente possível o recinto amuralhado.

¹⁹² GONZÁLEZ, 1996 a.

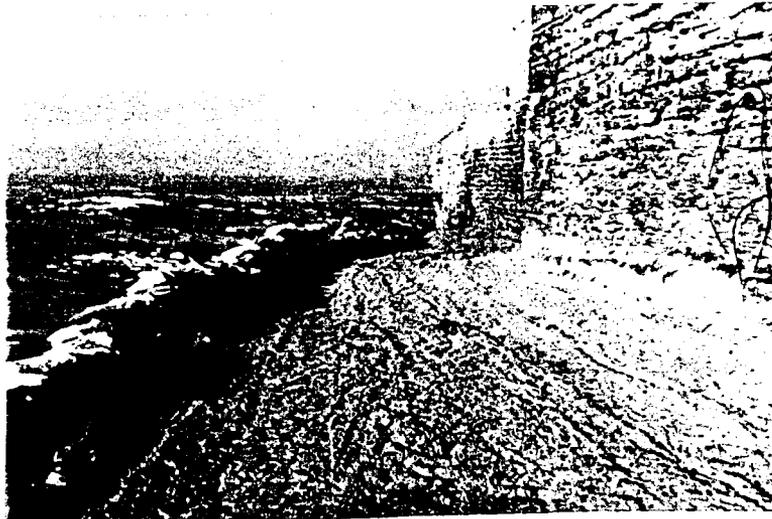


Fig. 41 – Aspecto da regularização dos terrenos para implementação dos percursos pedonais.

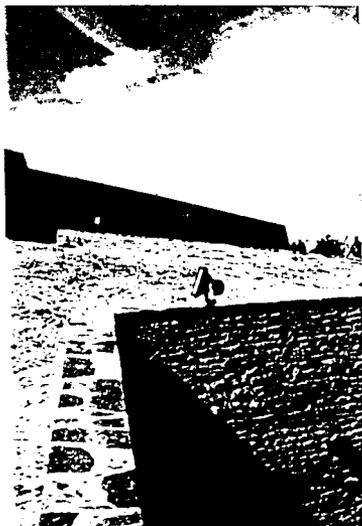


Fig. 42 a 45 – Alguns exemplos do tipo de projectores e dos locais escolhidos para a sua colocação.

lado pela imagem, atrás referida, de abandono e decadência descrita por Cunha Rivara em 1841, e por outro lado pela “paragem no tempo” tão valorizada a partir dos anos quarenta deste século. Esta imagem foi aliás usada até ao completo desgaste em artigos de imprensa ao longo das últimas décadas, como será referido na última parte deste trabalho.

As infraestruturas básicas não existiram em Monsaraz praticamente até aos anos oitenta e algumas até aos anos noventa.¹⁹³ Houve tentativas de suprir essas carências mas as mais importantes não foram em definitivo resolvidas antes deste período. O abastecimento de água, a iluminação pública, o saneamento, os serviços de comunicações (correio e telefones), os transportes públicos e a estrada de acesso para veículos automóveis eram necessidades cuja satisfação foi reivindicada pela população e autoridades locais ao longo de mais de metade deste século.

Esta ausência de serviços e equipamentos fundamentais contribuiu para a conservação do modo de vida e do quotidiano da vila tão ligado ao passado e ao atrazo económico e social característico da interioridade durante o Estado Novo, mas ao mesmo tempo terreno fértil para suscitar a romântica nostalgia do passado junto do grupo que “descobriu” Monsaraz durante os anos sessenta.

Efectivamente, a tão celebrada “paragem no tempo” que dava a Monsaraz a imagem de “burgo medieval” é um pouco mais antiga e terá mais a ver com um abandono no tempo por razões que se prendem, não só com a perda da função defensiva, mas principalmente com a dificuldade de habitar aquele espaço relativamente às condições muito mais favoráveis do resto da região. Ainda hoje se utiliza com frequência a expressão “em Monsaraz tudo é mais difícil” que está certamente relacionada com outros tempos, ainda recentes é certo, mas que apesar de tudo actualmente já não fazem parte do dia a dia da população.

A solução de alguns destes problemas deve-se ao facto de Monsaraz ser considerada desde muito cedo como um pólo turístico com grandes potencialidades no Alentejo¹⁹⁴ e de ter sido descoberta por um grupo culturalmente homogéneo, com hábitos de qualidade de

¹⁹³ O abastecimento domiciliário de água só foi concluído depois da revolução de 1974, no princípio da década de oitenta. O saneamento básico foi iniciado na segunda metade da década de oitenta e terminado nos primeiros anos da década seguinte.

¹⁹⁴ O jornal local *O Eco de Reguengos* de 1 de Julho de 1945, II série, nº649, ano XXXIV, refere: “Todos lamentam a falta de uma boa estrada para esta vila, que se podia tornar centro de turismo pelas antiguidades e gloriosas tradições da História Pátria. (...) As estradas que dão acesso à vila têm cada barranco e tão profundos que os próprios animais mesmo descarregados dificilmente conseguem tirar os carros. Só verificando in loco se pode dar crédito.” O mesmo jornal informava no ano anterior, em 19 de Novembro de 1944, nº 621: (...)em breve teremos a ligação de uma boa estrada Reguengos-Monsaraz, aonde os turistas venham visitar os seus monumentos e apreciar o seu panorama para além do país vizinho.”

vida que não contemplavam de forma alguma a falta de abastecimento domiciliário de água, de iluminação pública de telefones e correio e de uma estrada razoável para garantir o acesso às respectivas habitações de fim de semana dentro da vila.

Por isso se encontram na documentação consultada reparos sobre o que “vergonhosamente” faltava em Monsaraz. Quer a imprensa local e regional, quer os apelos da Câmara e do pároco referem com frequência a impossibilidade de Monsaraz continuar sem estes serviços ao mesmo tempo que queria tornar-se num pólo de atracção turística.

Das várias entidades que intervieram neste processo, a Câmara Municipal foi a que naturalmente mais se destacou no que diz respeito à construção da rede de abastecimento de água, da instalação da iluminação pública, do estabelecimento de carreiras de transportes públicos entre Reguengos e Monsaraz, da instalação de rede telefónica e também da pavimentação das artérias da vila.

Alguns destes equipamentos foram parcial ou totalmente financiados por um dos mais importantes proprietários de prédios urbanos na vila e a mais destacada figura neste processo de transferência da propriedade urbana.

Embora, como se disse, várias entidades e também particulares estejam ligados a este processo de construção de equipamentos e infraestruturas, ele será tratado no ponto referente às intervenções da Câmara Municipal no conjunto intra muros, uma vez que foi a Câmara que oficialmente¹⁹⁵ liderou todo o processo. Nas intervenções da Câmara serão também naturalmente incluídas os restauros e reconstruções de alguns edificios e a pavimentação das principais artérias da vila.

A actuação da Câmara Municipal foi dividida nesta abordagem em dois momentos distintos, antes e depois da revolução de Abril de 1974 e da criação do poder local democrático, porque o tipo de competências, poder e influência da Câmara Municipal é completamente diferente nos dois períodos, como diferente é o conteúdo e a natureza das respectivas intervenções.

A Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais também teve intervenção significativa no conjunto intramuros, com a conservação e restauro de alguns edificios, e a

¹⁹⁵ No que diz respeito à iluminação pública e ao abastecimento de água, só oficialmente a Câmara conduziu o processo, uma vez que as razões que levaram as estas obras tinham relação directa com as necessidades do proprietário que as custeou praticamente na sua totalidade.

importante participação em algumas polémicas sobre opções tomadas pela Câmara e outras entidades o que será também tratado especificamente.

O que de mais significativo aconteceu no conjunto intramuros, durante o período estudado, foi concertiza o processo de transferência da propriedade urbana e as consequentes intervenções levadas a cabo principalmente pelos novos proprietários. Este processo é complexo, porquanto não existe informação documental exaustiva que comprove com rigor muito do que é referido pelos habitantes de Monsaraz que têm a memória deste período fundamental para a história recente da vila. Socorremo-nos por essa razão, por vezes, de informação oral, recolhida entre os habitantes, cruzada sempre que possível com os dados da investigação documental realizada.

A documentação utilizada para investigar este processo de intervenções particulares baseia-se sobretudo nos processos de obras particulares do Arquivo Municipal, nos pareceres das instituições de tutela e nas informações sobre o direito de preferência na compra das casas, embora este processo só tenha tido o seu início no fim da década de 70, quando uma grande parte dos prédios já tinha sido transaccionada.

2.4.1 Intervenções da DGEMN

Igreja Matriz

As intervenções da DGEMN no conjunto intramuros iniciaram-se em 1961 (Planta I). Neste ano, e depois de várias solicitações do pároco, foi programada a primeira intervenção na Igreja Matriz, edifício do fim do século XVI do tipo igreja salão, que apresentava já há algum tempo problemas de conservação. Desde os anos quarenta que os pedidos de obras para este monumento eram sucessivamente feitos pelo pároco. No entanto só após a fixação da zona de protecção das fortificações classificadas, em 1951, se começou a ponderar a realização de obras intramuros.

Os principais problemas do edifício situavam-se ao nível das coberturas, com grandes infiltrações e dos impulsos das abóbadas que estavam a provocar a abertura de fendas na parte posterior do edifício¹⁹⁶. Foi instalada uma cinta em betão armado no

¹⁹⁶Em carta enviada pelo pároco à DGEMN em 27 de Janeiro de 1958 são apontadas as principais obras a realizar "(...) esta igreja tão rica de preciosidades necessita de duas linhas de ferro na capela mor porque tem duas grandes fendas na parede; reparação num grande quadro de tela e das paredes exteriores todas picadas e rebocadas, por causa da infiltração das águas e para que não venha a ruir. (...) quanto aos telhados já foram arrançados, com ripas novas, por minha conta própria, embora houvesse toda a conveniência em colocar telha 'marseilha de campo' para evitar que os pardais todos os anos o estraguem com os ninhos sendo a causa das águas das chuvas se infiltrarem nas abóbadas, arruinando-as". (Arquivo da DREMS, Procº nº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz).

arranque das abóbadas na parte mais afectada do edifício ¹⁹⁷. As restantes intervenções na Igreja foram realizadas em 1980, 1981 e 1985. Em 1980/81 foi feita uma grande reparação das coberturas e dos telhados da Igreja¹⁹⁸. Em 1985 a intervenção foi também de reparação dos telhados e de reconstrução de rebocos salitrosos na fachada da Igreja.

Projecto de Escola Primária

Após uma visita oficial a Monsaraz feita em 1962, o Ministro das Obras Públicas fez um despacho para a DGEMN no sentido de se elaborar um projecto para construção de uma escola primária na vila. O edifício onde funcionava a escola não tinha as condições requeridas e portanto foi determinado superiormente construir um novo edifício no local onde existiam umas ruínas, adossadas ao edifício onde funcionava a escola. A secção de Évora da DGEMN fez o projecto que no entanto não chegou a executar-se¹⁹⁹.

Antigos Paços da Audiência

O edifício dos antigos Paços da Audiência de Monsaraz, cuja época construção se atribui ao século XIV²⁰⁰, é um dos imóveis de maior valor histórico e patrimonial da vila. Não só porque está fortemente ligado à história política e administrativa deste conjunto urbano, mas porque encerra um grande simbolismo para a população e uma convivência harmónica entre a qualidade arquitectónica das suas diferentes fases de construção.

Originalmente apenas de um só piso, o edifício foi, a partir do século XVI, objecto de algumas alterações sendo a mais significativa a construção de um segundo piso, para funcionamento de cadeia manuelina, com acesso por uma escada exterior. No século XVIII foi acrescentado um anexo posterior de apoio logístico dos guardas da cadeia²⁰¹. A escada, construída na fachada do edifício, transformou a entrada principal do antigo tribunal em porta interior, e criou uma nova entrada, transformando duas janelas geminadas em porta de acesso directo ao primeiro piso. O edifício sofreu alguma destruição com o terramoto de

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Em 1980 o estado de conservação da igreja motivou alguns artigos na imprensa regional denunciando a situação (Jornais A Defesa, nº 2965, p. 3; Palavra, nº156, p.8 e nº 157, p. 10).

¹⁹⁹O edifício construído, e onde actualmente ainda funciona a escola, não foi o que estava projectado, mas outro, sem projecto e clandestino, devido a negociações paralelas entre o maior proprietário da vila, muito influente junto do poder político nacional da altura, a Câmara Municipal, a Paróquia de Monsaraz e o Grupo dos Amigos de Monsaraz. Este facto será abordado pormenorizadamente no ponto relativo à transferência da propriedade urbana e intervenções particulares.

²⁰⁰ A primeira referência que se conhece ao edifício data de 1362, relativa a um caso que ali foi julgado sobre a demanda da posse da Defesa da Pedra Alçada (ANTT, Odiana, Livº VIII, fl. 52 vº).

²⁰¹ Neste local, agora totalmente descaracterizado, foram instalados os sanitários públicos, em 1979, que referiremos com mais detalhe. Mais recentemente, em espaço contíguo, propriedade da Junta de Freguesia, foi construída a instalação para a central de controle do sistema de televisão por cabo.

1755. No princípio do século, como referimos na primeira parte, a cadeia estava bastante destruída e a ameaçar desabamento.

Em 1958, na sequência de obras feitas pela Junta de Freguesia²⁰², foi identificada uma importante pintura mural a fresco, de temática laica, alusiva ao exercício da justiça²⁰³. A importância histórica e artística desta obra de arte contribuiu muito para promover o nome de Monsaraz junto dos círculos intelectuais e académicos do país e de alguns investigadores estrangeiros. O restauro da pintura foi muito demorado tendo ficado concluído apenas em 1969, cerca de dez anos depois da sua identificação²⁰⁴.

O restauro do edifício iniciou-se em 1970. As principais intervenções realizadas consistiram na recuperação da primitiva porta principal. No vão da escada exterior da fachada foi aberta uma nova porta por onde é agora feita a entrada e que, através de um pequeno corredor, conduz à primitiva porta do edifício. As duas janelas geminadas, onde antes tinha sido rasgada uma outra porta de entrada no primeiro piso, foram reconstruídas²⁰⁵ (figs. 48 a 50).

Esta intervenção foi, entre todas as realizadas, a única em torno da qual se produziram textos teóricos de justificação das opções feitas, integrando as orientações internacionais no campo da conservação e restauro consignadas com a divulgação da chamada Carta de Veneza, de 1963.

²⁰² As obras executadas pela Junta de Freguesia, principalmente de manutenção do edifício, incluíram também a transformação em porta ogival, com arcaria de granito, da entrada para o primeiro piso feita a partir das duas janelas geminadas. Esta intervenção viria a ser objecto de uma severa crítica por parte do Grupo dos Amigos de Monsaraz, conforme referiremos adiante.

²⁰³ De características claramente góticas e com uma composição na linha da iluminura, o painel representa uma cena geminada em que as figuras dominantes são dois juizes, o “Bom e o Mau Juiz”. Este último está representado com duas faces, como símbolo de corrupção. A pintura apresenta ainda outros elementos iconográficos alusivos à dualidade da justiça íntegra e corrupta. A raridade e o simbolismo do tratamento do tema, a sua datação (finais do século XV), a qualidade técnica da execução e a sua espectacularidade estética e plástica para o que muito concorre um cromatismo forte e atraente fazem desta pintura uma referência obrigatória na história da pintura mural portuguesa. (MOURA, 1961).

²⁰⁴ Alguns meses após a descoberta do fresco, foi concedido, em 1960, um subsídio para o seu restauro (Arquivo da Câmara, Actas das Sessões, Livro nº 71, 12 de Outubro de 1960, fl. 45). Durante alguns anos estiveram montados andaimes para o restauro, sem que o mesmo fosse concluído. Só em 1968 há uma informação do pintor Abel Moura, do Instituto José de Figueiredo, sobre a brigada que viria proximamente concluir o trabalho (Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, informação de 17 de Outubro de 1968). Esta excessiva demora no tratamento da pintura mural foi entendida por alguns sectores como abandono da valiosa obra de arte. O Grupo dos Amigos de Monsaraz denunciou duramente a situação no seu relatório de gerência de 1967, e fez publicar, até ao início das obras de restauro, vários artigos na imprensa regional criticando a situação (Arquivo da Câmara, Correspondência Recebida, 1967 e 1968; Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz; Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz, Jornal Palavra de 13 de Junho de 1968).

²⁰⁵ Cf. Apêndice I.

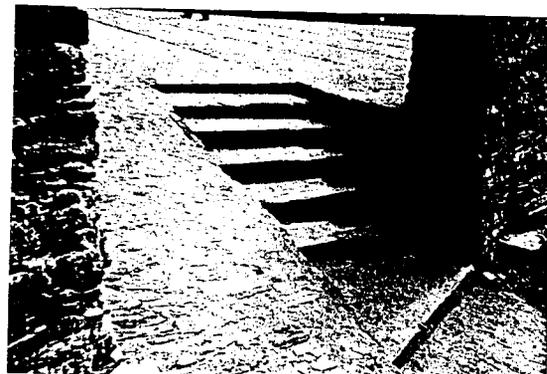
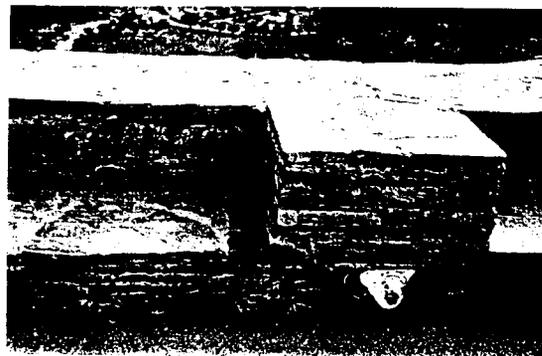


Fig. 46 e 47 – Forte de S. João depois de recuperado.



Fig. 48 – Aspecto actual do edificio dos Antigos Paços da Audiência.



Fig. 50 – Aspecto geral do edificio dos Antigos Paços da Audiência antes do restauro. Embora com dificuldade consegue ver-se aqui a antiga janela que existia no sítio onde está agora a porta de entrada do edificio.

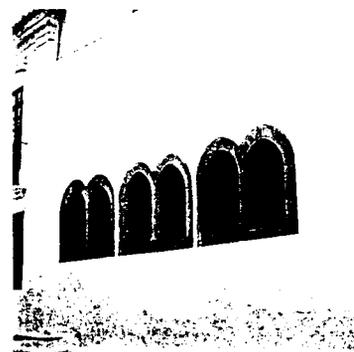


Fig. 49 – Pormenor das janelas geminadas depois do restauro que substituiu uma antiga porta pela janela central.

A situação foi provocada pelas críticas apontadas pelo Grupo dos Amigos de Monsaraz, mais propriamente pelo seu Presidente, ao restauro efectuado. José Pires Gonçalves preconizava para o edifício em causa um restauro integral e estilístico, utilizando como modelo o edifício dos Paços de Estremoz. A existência de um alpendre no edifício estremocense levou este historiador a propor para o restauro do tribunal de Monsaraz a reconstrução de um hipotético alpendre que ali poderia ter existido e a supressão pura e simples da escada exterior, “irrisória e de fresca cronologia”²⁰⁶, para libertar a fachada original do edifício.

Esta proposta que, segundo o seu autor, valorizaria e dignificaria o monumento, foi fundamentadamente contrariada pela DGEMN. Efectivamente, socorrendo-se dos princípios teóricos internacionais sobre conservação e restauro sedimentados com a Carta de Veneza, a resposta da DGEMN constitui como dissemos o único texto sobre filosofia do restauro, produzido para explicar e sustentar intervenções feitas em Monsaraz ao longo de todo o período estudado.

As justificações do Arquitecto Director de Serviços dos Edifícios e Monumentos Nacionais sobre as opções feitas referem que, de acordo com a evolução internacional da teoria da conservação e restauro, “às românticas e quase sempre fantasiosas reconstruções integrais (...) sucederam prudentes, sensatos, criteriosos e coerentes princípios científicos orientados, mediante uma sistemática observação e atenta análise dos edifícios, com vista à conservação de todos os elementos arqueológicos e arquitectónicos definidores das variadas épocas que neles se apontam (...). No caso concreto dos antigos Paços da Audiência de Monsaraz verifica-se precisamente todo este complexo panorama que resulta de sucessivas ampliações sofridas pelo edifício”(Anexo 10).

Conclui-se portanto que a opção seguida no restauro em causa foi ponderada após uma criteriosa análise do edifício, procurando valorizar a qualidade e o equilíbrio entre as várias intervenções sofridas ao longo da sua história. Podemos assim hoje perceber, neste caso, o percurso que levou a seguir determinado critério ainda que discutível.

Não pode infelizmente concluir-se o mesmo em relação a praticamente todas as obras de conservação e restauro levadas a cabo em Monsaraz, na sua maior parte determinadas, por motivações aleatórias, pontuais e inconsequentes, tal como temos vindo a registar. Mais um exemplo desta situação ocorreu neste mesmo edifício, nos anexos

²⁰⁶ Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Carta enviada por José Pires Gonçalves ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 1 de Maio de 1972, p. 2. Cf. Anexo 10.

posteriores setecentistas já referidos. Estes estão hoje completamente descaracterizados devido às intervenções que sofreram nos últimos anos. A primeira verificou-se em 1979 com a construção dos sanitários públicos pela Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano (fig. 51). Apesar de não caber nesta altura à DGEMN a aprovação do projecto, mas à Direcção Geral do Património Cultural, o arquitecto da Secção de Évora da DGEMN informou aquela Direcção Geral “que a localização de sanitários públicos numa dependência que faz parte do conjunto da antiga Sala de Audiências de Monsaraz, não parece a mais conveniente, assim como as modificações introduzidas na fachada, não se integram no conjunto”²⁰⁷. Não obstante esta chamada de atenção, não temos qualquer documento sobre a posição da Direcção Geral do Património Cultural tendo o projecto sido executado.

Mais recentemente, em 1997, foi também instalada, em espaço do mesmo anexo, a central de controle do sistema de televisão por cabo, sem que o projecto respectivo, ao que julgamos inexistente, tenha sido submetido a qualquer aprovação (fig. 52).

Demolições

Apesar de se registarem referências a demolições intramuros integradas no plano de restauro das muralhas e praça de armas, apenas uma demolição está documentada (Planta I).

Um dos princípios da actuação da DGEMN no restauro das muralhas era o da sua libertação, sempre que possível, de edificios que lhes estivessem adossados. Desta forma, poder-se-ia, segundo esta perspectiva, chegar à sua imagem autêntica e devolver-lhe a sua dignidade de grande monumento.

Embora este facto levantasse mais problemas quando as construções se situavam adossadas do lado exterior das muralhas, no caso de Monsaraz, se as construções intramuros que confinavam com as muralhas não foram alvo de demolições, o mesmo não aconteceu relativamente às construções que obstruíam a visibilidade da barbacã. Como era de todo impossível libertar totalmente a barbacã, pois isso implicaria a supressão de uma das ruas da vila (travessa do Quebra Costas) e a demolição de vários edificios na sua quase totalidade habitados, a DGEMN demoliu em 1973 um edificio em cuja compra exerceu direito de preferência, situado onde actualmente existe um espaço vazio que já foi parque infantil junto à entrada do Castelo. Este espaço é agora pontualmente ocupado por bares ali

²⁰⁷ Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz.

instalados nos dias em que se verifica qualquer tipo de animação (festas, touradas, espectáculos, etc)²⁰⁸.

Em 1983 a DGEMN deu parecer negativo na venda de um imóvel junto ao castelo, uma vez que o mesmo obstruía um troço de muralha com seteiras e por isso deveria ser adquirido pelo Estado para posterior demolição. O IPPC deu parecer contrário fundamentado no facto de o mesmo edifício aparecer já representado na planta de Jacob do século XVIII, contribuindo por isso para a história urbana da vila, sendo errada a decisão de o demolir²⁰⁹.

Casa chamada da Inquisição

O edifício conhecido pela imprópria designação de Casa da Inquisição²¹⁰ situa-se na Travessa do Quebra Costas, confinando o seu logradouro com a barbacã do castelo, na zona onde se encontra ainda uma porta gótica que antes era pública. A construção, de dois pisos, é atribuída aos finais do século XVII e apresenta na fachada um painel azulejar, elemento referencial na vila, que se pensa ter sido executado no princípio do século XVIII na fábrica de António Oliveira Bernardes²¹¹ (Fig. 53).

Em 1980 o estado de conservação do edifício era já de tal forma precário que o proprietário do prédio contíguo alertou a Câmara para o perigo de desmoronamento. Na sequência deste aviso, a DGEMN realizou obras em 1982, tendo a Câmara tomado posse administrativa da casa para o efeito, uma vez que os vários proprietários não estavam interessados na sua recuperação.

Os trabalhos executaram-se apenas ao nível das coberturas e foram os seguintes: apeamento de telhado em estado de ruínas; construção de cintas de travação em betão armado; construção de lage de esteira em cobertura; isolamento de lage de esteira em cobertura; reconstrução do telhado²¹². Como não foram feitas mais obras o edifício continuou a degradar-se estando neste momento em estado de ruína.

²⁰⁸ Ibidem. Quando o espaço estava ocupado pelo parque infantil era necessário, uma ou duas vezes por ano quando havia festas, desmontar as peças onde as crianças brincavam, para montar um bar no mesmo local. Há cerca de quatro anos foi decidido não voltar a montar as peças do parque infantil, deixando o espaço permanentemente disponível para outras utilizações. Não foi, no entanto, utilizado outro local para parque infantil. As poucas crianças ali existentes ficaram assim sem o único equipamento que lhes era destinado, à excepção do edifício da escola.

²⁰⁹ Cf. Apêndice II.

²¹⁰ Apesar de infundada documentalmente, existe uma tradição segundo a qual o edifício teria servido de pousada ao Tribunal do Santo Ofício de Évora.

²¹¹ ESPANCA, 1978: 402.

²¹² Arquivo da DREMS, Proc° S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, informação de 15 de Março de 1982.

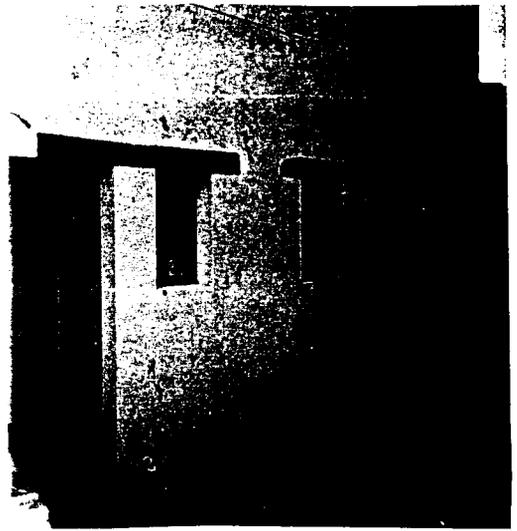


Fig. 51 – Instalações sanitárias construídas em 1979 no mesmo edifício.

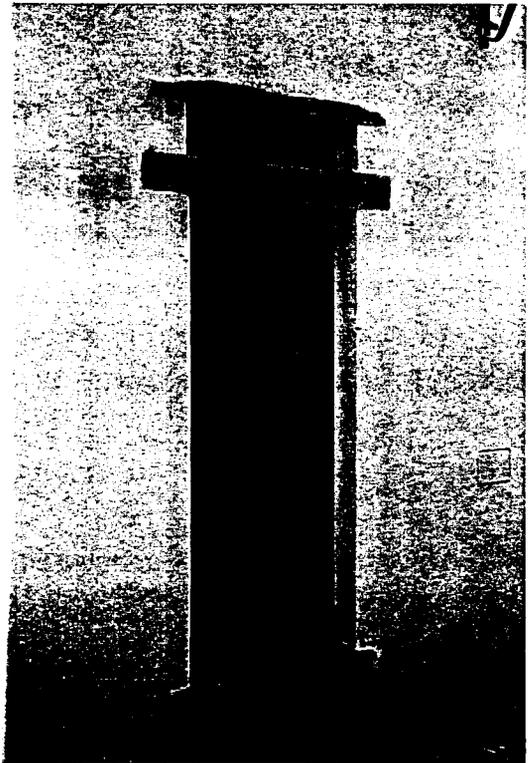


Fig. 52 – Central de controle do sistema de televisão por cabo, construída no mesmo edifício em 1997.



Fig. 53 – Casa chamada da Inquisição.

Em 1990 a Câmara Municipal adquiriu o imóvel para ali realizar obras de recuperação. Em 1994 candidatou o projecto ao PRAUD para financiamento, mas a proposta de construção de um novo edifício para fins recreativos no espaço de logradouro do prédio não foi aprovada pelo IPPAR. Até este momento, e desde 1982, não houve, portanto qualquer intervenção neste edifício, nem está definida a utilização a dar futuramente ao imóvel. Muitos elementos arquitectónicos e decorativos do edifício vão-se perdendo, como é o caso dos esgrafitos cujos vestígios são cada vez mais raros.

2.4.2 O processo de transferência da propriedade urbana e as intervenções particulares

Como temos vindo a referir, um dos factos mais significativos no processo em estudo foi o da transferência massiva, concentrada num período de tempo relativamente curto, da propriedade urbana.

Só conseguimos documentar este processo a partir 1963²¹³, embora saibamos através de informação oral de alguns habitantes da vila e de referências marginais em documentos relativos a outros assuntos, que as primeiras casas foram vendidas uns anos antes, pelo menos em 1960.

Efectivamente a década de sessenta marca uma forte intervenção na identidade da vila, provocando alterações violentas e irreversíveis. A descoberta de Monsaraz nesta altura principalmente por um importante e influente advogado de Lisboa acabou por atrair um grupo homogéneo social e economicamente, mas sem qualquer afinidade com a homogeneidade da população residente.

Embora várias pessoas tenham adquirido prédios em Monsaraz durante este período, o processo tem nos anos sessenta um protagonista inequívoco. António Bustorff Silva comprou ao longo desta década vários prédios. Conseguimos documentar doze aquisições em seu nome, mas a maior parte delas dizem respeito a mais do que um prédio (comprou mais do que uma vez dois ou mais prédios contíguos para os transformar numa só habitação). Se além disso tivermos em conta que os prédios por si adquiridos antes de 1963 não estão documentados, não será certamente exagerado estimar em cerca de vinte as casas compradas por este conhecido advogado ao longo de cerca de nove anos.

Este número pode não parecer significativo se considerado em termos absolutos, mas analisado à escala de Monsaraz, e tendo em conta que este foi apenas o mais ostensivo,

²¹³ Cf. Apêndice II.

mas não o único comprador neste período, é de facto relevante e dificilmente um conjunto como este, absorve, sem consequências, um fenómeno desta natureza.

Cada prédio adquirido correspondia na prática à expulsão de habitantes de Monsaraz, porque não havia casas disponíveis para que as pessoas que vendiam aí continuassem. A maior parte dos habitantes que venderam casas neste período foram viver para outras aldeias do concelho ou de concelhos limítrofes, ou ainda para Lisboa e para o estrangeiro. Uma relação dos proprietários da vila elaborada quando do estabelecimento da Zona de Protecção, mostra a origem dos proprietários de prédios urbanos da vila, praticamente todos de Monsaraz, situação que se alterou substancialmente neste período²¹⁴.

As pessoas venderam as suas casas porque o valor oferecido era bastante compensador e num período de grandes dificuldades económicas como foi o da década de sessenta para o Alentejo, esta era de facto uma oportunidade de receber algum dinheiro que não podia ser desperdiçada. Para além do mais, e como já referimos várias vezes, as condições de vida em Monsaraz eram ainda mais difíceis do que no resto do concelho e o tecido urbano estava bastante degradado, facto que terá contribuído também na decisão dos habitantes que venderam. Outro factor a ter em conta é a pressão, exercida por testas de ferro do comprador, sobre alguns habitantes, no sentido de acabarem por vender, mesmo que inicialmente não fosse essa a sua intenção²¹⁵.

Havia, com efeito, um projecto na base desta compra desenfreada de prédios especialmente por parte de uma pessoa numa povoação tão pequena. Embora não confessada de forma explícita, existia a intenção de comprar o maior número possível de casas (para distribuir pelos descendentes), deixando as restantes para os habitantes que ficariam ao seu serviço. O objectivo não seria assim comprar algumas casas, mas “comprar Monsaraz”²¹⁶.

Este facto, por mais absurdo que pareça, é não só verídico, como conseguiu agregar à sua volta as elites locais. Sustentados nos argumentos da valorização do património, da grande importância do património de Monsaraz e da sua classificação “monumento nacional”, estes líderes de opinião não só apoiavam incondicionalmente a situação como se

²¹⁴ Anexo 5.

²¹⁵ Esta informação, impossível de recolher em documentos oficiais, resulta de conversas que mantivemos, durante o trabalho de campo efectuado de Março a Dezembro de 1996, com pessoas que viveram esse período com alguma intensidade e que têm ainda presente a forma como todo o processo se desenrolou.

²¹⁶ Conta-se ainda hoje em Monsaraz que este novo proprietário tinha também a intenção de fechar as portas da vila para que não se pudesse ali entrar livremente depois de cumprido o seu objectivo. Cf. RAMOS, 1992.

referiam às pessoas envolvidas nas aquisições como sendo beneméritos para a vila de Monsaraz²¹⁷.

Esta atitude, considerada pelas elites locais como superiormente culta, era portanto a panaceia para os problemas de Monsaraz e recuperação do seu património. As casas antes degradadas estavam agora recuperadas com um “bom gosto culto”, graças a estes novos proprietários.

Se nos detemos um pouco longamente neste episódio é porque o consideramos fundamental para entender a história recente de Monsaraz e muitos dos problemas que hoje se colocam.

Houve no entanto um travão que impediu a concretização do projecto de Bustorff Silva de conseguir “comprar a vila”. Já referimos o papel da Junta de Freguesia, que foi neste período bastante mais interveniente do que agora, e que neste caso teve mesmo um papel determinante através do seu secretário, Teófilo Peixoto. Em 1971 este funcionário denunciou sozinho no programa “Ensaio” da Radiotelevisão portuguesa a situação “escandalosa” que se passava em Monsaraz de expulsão dos seus habitantes, o que terminaria com a vida da vila, bem como as modificações introduzidas no interior das casas que descaracterizavam completamente a arquitectura tradicional.

Esta denúncia provocou uma onda tão mediática quanto possível naquele período, que envolveu a televisão, alguns jornais nacionais e muitos regionais que fizeram reportagens sobre o assunto. Como se tratava de um ataque a uma figura com muito poder económico e político, por parte de um funcionário anónimo de uma Junta de Freguesia, foi accionado um processo em tribunal contra Teófilo Peixoto por injúria e difamação²¹⁸. Através de pressões exercidas junto do então presidente da Radiotelevisão portuguesa, foi realizado um outro programa “Ensaio” para desmentir tudo o que tinha sido afirmado no anterior. Depois de ter perdido o processo em tribunal Teófilo Peixoto foi forçado a

²¹⁷ Este facto já referido, relaciona-se principalmente com o pagamento de uma parte do sistema de abastecimento de água à vila e das respectivas bombas elevatórias. Também a cedência de uma sede para o Grupo dos Amigos de Monsaraz foi considerado um gesto de benemerência. Convém no entanto recordar que este Grupo do qual era membro honorário apenas se formou depois e devido à sua chegada a Monsaraz e cuja atitude foi sempre totalmente acrítica relativamente às intervenções realizadas por qualquer dos novos proprietários.

²¹⁸ Não era contudo a primeira vez que se denunciava publicamente esta situação. Já em 1965 o jornal Democracia do Sul publicara um artigo intitulado “Monsaraz em leilão” sobre a questão acusando fortemente os envolvidos. Não houve no entanto qualquer reacção da parte dos visados. Parece que desta vez a gravidade não estava no tipo de acusação feita, mas a maneira e o local onde era feita, ou seja, a televisão. Cf. Anexo 13.

contradizer publicamente as afirmações proferidas²¹⁹.

As consequências deste processo foram muito significativas e determinaram em boa medida a evolução urbana de Monsaraz nos anos que se seguiram. Além das aquisições feitas pelo proprietário que preferencialmente vimos referindo, registámos ainda mais seis transacções de prédios durante os anos sessenta, por parte de outros proprietários isolados, de Évora, Lisboa e Brasil²²⁰. Estas vendas correspondem a um número superior pois, ao menos duas delas, são também relativas a vários prédios contíguos, adquiridos para serem transformados num só.

Não há qualquer informação ou parecer sobre a compra de prédios e muito menos sobre a compra concentrada de casas pelo mesma pessoa. Nenhum organismo se manifestou relativamente a este facto. O primeiro parecer que encontrámos data de 1969 e é relativo à compra feita por um francês residente no Brasil. O arquitecto da 3ª Secção de Évora da DGEMN dá parecer favorável à compra mas chama a atenção para o facto de o comprador ser de nacionalidade estrangeira o que poderia não ser positivo se se viessem a verificar muitas compras de prédios por parte de estrangeiros²²¹.

Devemos aliás referir que não existe, em todo este processo, um único parecer desfavorável à compra de casas por não residentes, estrangeiros ou não, à excepção do caso já referido quando abordámos as demolições levadas a cabo no conjunto intramuros pela DGEMN, em que este organismo usou do direito de preferência na compra para depois

²¹⁹ Cf. Anexo 13. Dos vários artigos publicados na imprensa da época sobre o polémico caso das “Casas de Monsaraz”, destacamos um, publicado em 1972 no Diário Popular, da autoria do jornalista e escritor Mário Ventura Henriques, porque é em nossa opinião o que aborda com mais profundidade todos os aspectos do problema, razão pela qual o transcrevemos na íntegra, em anexo deste trabalho. Após a publicação deste artigo o seu autor sofreu também algumas pressões e “esclarecimentos” sobre a verdade dos factos que não tiveram qualquer consequência nas posições que sobre este caso o jornalista assumiu publicamente. Agradecemos a Mário Ventura as informações sobre este processo que em muito contribuíram para a sua reconstituição.

Ainda sobre este caso, no que se refere ao segundo programa televisivo e à situação a que foi sujeito o secretário da Junta, tendo que negar tudo aquilo por que se tinha batido, encontrámos no Arquivo da Câmara um manuscrito avulso, anónimo, criticando em verso o sucedido e retratando a solidariedade que a população de Monsaraz sempre manifestou a Teófilo Peixoto. Este texto foi motivado pela realização do segundo programa televisivo e por um artigo publicado no Diário de Lisboa intitulado “O estranho Caso da Compra das Casas em Monsaraz” que referia o facto do programa não ter passado genérico o que impossibilitava a atribuição de responsabilidades. É interessante a associação feita no texto entre este caso e a pintura a fresco dos Paços da Audiência no qual figura como símbolo de corrupção um juiz com duas caras. Cf. Anexo 12

²²⁰ A primeira aquisição de prédios de que temos registo data de 1963 e é relativa a vários prédios comprados no Arrabalde pela mesma pessoa, residente em Évora, com o objectivo de ali construir a “Estalagem de Turismo”, tão almejada pelos líderes locais como a Câmara, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, o Grupo dos Amigos de Monsaraz, a Junta de Turismo, o Pároco e que foi inaugurada no primeiro ano da década seguinte. Cf. Apêndice II.

²²¹ Cf. Apêndice II. Os pareceres dados nos anos seguintes pela DGEMN sobre compradores estrangeiros chamam sempre a atenção para o facto, apesar de serem favoráveis.

demolir o edifício. Este caso relaciona-se, por isso, com outra ordem de razões. Não houve assim, ao menos oficialmente, qualquer chamada de atenção para a gravidade da situação, tendo em conta que tudo se passava num período em que Monsaraz estava há muito classificada Monumento Nacional (as fortificações), com zona de protecção fixada há mais de dez anos.

A população residente diminuiu drasticamente, pois os que saíram por terem vendido as suas casas não foram substituídos por outros, uma vez que os prédios adquiridos permaneceram fechados. As obras realizadas nas casas adquiridas provocaram alterações tipológicas e estéticas irreversíveis; as áreas de construção aumentaram com prejuízo das áreas de logradouro. O grupo recém chegado introduziu elementos decorativos novos (a maior parte comprados em antiquários ou trazidos de outras regiões), uma utilização dos materiais subordinada a um gosto específico, muito ligado a valores que projectam uma ruralidade ideal e que pretendem alcançar o estado “típico” e “rústico”, paradigmas eleitos por unanimidade por estes novos protagonistas da vida da vila (figs. 54 a 60).

Para diferentes hábitos, diferentes lugares. A ‘casa’ de Monsaraz não era de todo a ‘casa’ destes forasteiros em busca do paraíso perdido. Neste caso o paraíso, para o ser, teve que sofrer alterações profundas para corresponder aos hábitos culturais, sociais e económicos em causa. As grandes salas para estar e conviver eram inexistentes nas casas compradas; os jardins, os terraços, as salas para comer, os quartos com casa de banho, também. A comunicação labiríntica interna, artificialmente construída em muitas destas casas depois das intervenções, cria a sensação errada de caos e de ausência de lógica na concepção da arquitectura tradicional. A moda, alimentada especialmente por este grupo, da utilização exclusiva do branco na pintura dos edifícios também contribuiu muito para alterar a imagem urbana da vila (fig. 61).

As alterações que estamos a referir são impossíveis de registar com rigor pois em cerca de cento e vinte requerimentos de obras que deram entrada na Câmara entre 1960 e 1969 apenas existem dois projectos de arquitectura, nenhum por sinal relativo a obras de Bustorff Silva ou da sua família, as quais foram todas realizadas sem projecto, e em grande parte clandestinas²²².

²²²Cf. Apêndice III. Os projectos existentes são de obras realizadas em 1964 e 1969, respectivamente de um arquitecto e de um realizador cinematográfico francês. Este último tem um parecer curioso do Grupo dos Amigos de Monsaraz já referido no ponto relativo a esta associação.

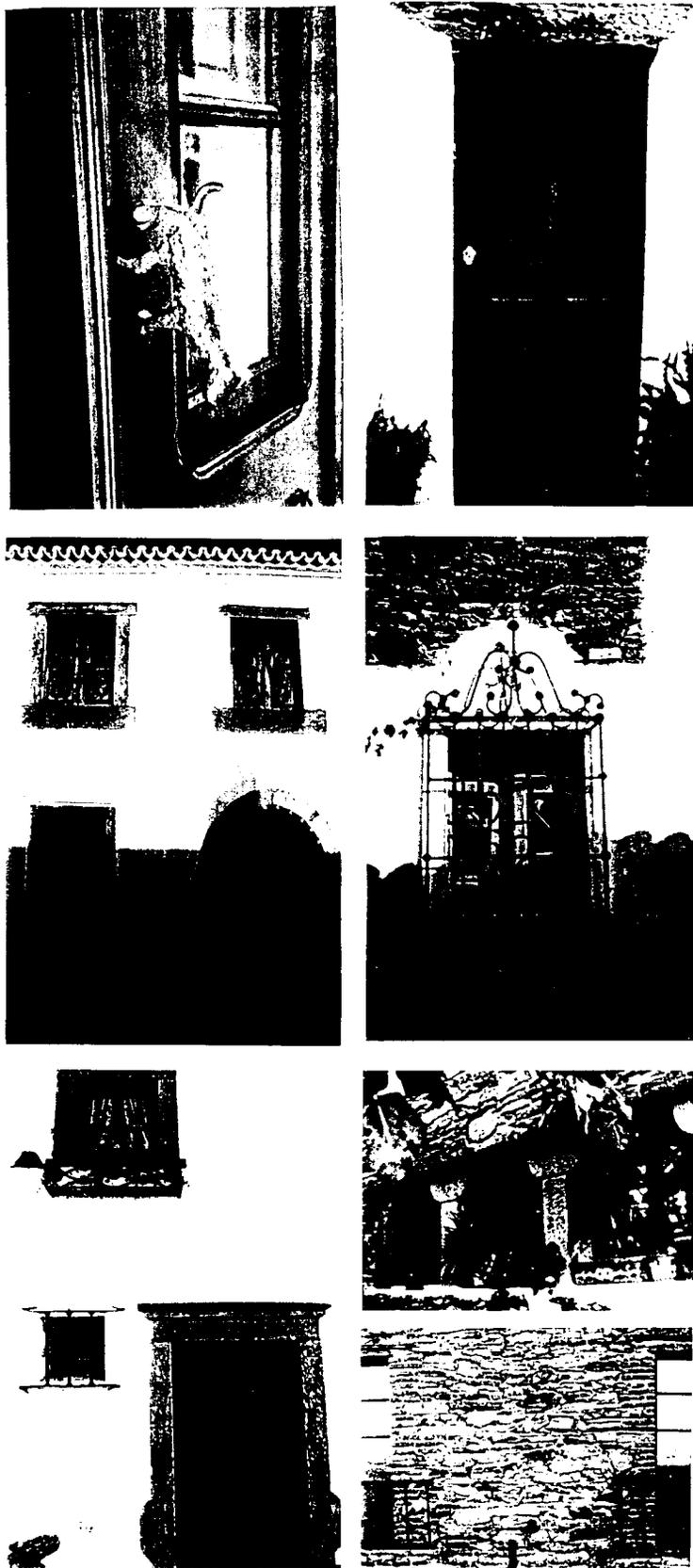


Fig. 54 a 60 – Alguns exemplos elucidativos do gosto introduzido pelas intervenções particulares dos anos sessenta que mais tarde seria objecto de um mimetismo sem qualquer fundamento cultural.

Toda a publicidade e polémica em torno desta questão apenas teve como resultado a paragem da compra de casas pela mesma pessoa, mas apenas por decisão pessoal do potencial comprador e não por alguma medida tomada para o efeito. Não encontramos uma linha escrita sobre este assunto, quer pela DGEMN, quer pela Câmara, ou outro qualquer organismo. Ao contrário, nas décadas seguintes e até ao presente as casas de Monsaraz continuaram a ser compradas, transformadas e fechadas, funcionando como as outras apenas em fins de semana, nas férias ou mais raramente, ou, pura e simplesmente, transformadas em estabelecimentos turísticos e hoteleiros.

Além dos prédios comprados por forasteiros não residentes durante a década de sessenta, registámos mais cerca de trinta casas compradas, também por forasteiros (em muitos casos estrangeiros), ao longo dos anos setenta, oitenta e noventa sem qualquer tipo de reacção.

Falamos portanto de números na ordem das cinquenta casas, propriedades de não residentes, numa povoação que tem pouco mais de oitenta fogos.

Num total de 199 intervenções em Monsaraz documentadas na Câmara desde 1957 a 1996, apenas 17 têm projecto²²³. Através de um requerimento para uma simples reparação de telhado transformaram-se habitações inteiras sem que hoje tenhamos infelizmente qualquer registo do que foi feito.

O caso da construção da escola primária é paradigmático de todo este processo. Como referimos, a Secção de Évora da DGEMN elaborou em 1962 um projecto para o novo edifício da escola primária que funcionava em más condições numa sala do primeiro andar no edifício dos antigos Paços do Concelho²²⁴ (fig. 62). A nova escola, contígua à anterior, deveria ser construída a partir da “reconstituição de ruínas existentes”²²⁵. Embora não existam referências sobre a natureza deste edifício em ruínas, pensamos tratar-se de uma antiga igreja, conforme bilhete postal dos anos vinte, único registo de imagem do edifício que conseguimos identificar (fig. 63).

O estudo para a escola feito pela DGEMN não teve qualquer consequência prática. Não encontramos qualquer referência documental às razões subjacentes a este facto. Apenas sabemos que em 1967 foi construída, no mesmo local, uma nova escola, clandestina e sem projecto, custeada integralmente por António Bustorff Silva (fig. 64 e 65). Enquanto

²²³ Cf. Apêndice III.

²²⁴ A sala, de acesso directo pela rua, era e é a única dependência pública do edifício, pois todo o imóvel foi adquirido no início dos anos sessenta pelo Dr. Bustorff Silva.

²²⁵ DREMS, Proc° S 07 11 03/002 Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Ordem de Serviço de 30 de Abril de 1962.



Fig. 61 – Imagem do fim dos anos sessenta quando a cor das fachadas já tinha sido praticamente retirada. A chaminé que se vê à esquerda permaneceu durante muitos anos a única peça pintada (de azul) e só em 1987, no decorrer das intervenções da Câmara lhe foi retirada a cor.



Fig. 62 – Edifício dos Antigos Paços do Concelho, onde funcionou a escola, desde o início do século até 1967/68.

18 – Portugal – Monsarás.
Antigos Paços do Concelho e Pelourinho



Fig. 63 – Bilhete postal dos anos vinte onde pode ver-se ao lado do edifício dos Antigos Paços do Concelho o edifício em ruínas, em cujos terrenos foi construído, em 1967, o novo edifício da escola.



Fig. 64 e 65 –Edifício da nova escola, construída em 1967.
Interior da sala de aula, onde por vezes se realizam reuniões,
e entrada exterior do edifício.

o projecto previa a construção de um edifício de dois pisos, seguindo a volumetria do existente, com a sala de aula (mista) no primeiro andar e o recreio no piso térreo (figs. 66 a 68), a escola construída, tem um só piso com a sala de aula e um terraço, sem qualquer segurança, para o recreio. Este recreio não é aliás utilizado pelas crianças pelo perigo que representa. A diferença de qualidade entre o projecto e o edifício construído é óbvia, para além de a escola construída ocupar uma área inferior à projectada inicialmente pela DGEMN e que correspondia à área dos terrenos reservados para o efeito.

As razões que presidiram a esta mudança quanto à construção do edifício escolar prendem-se naturalmente com os interesses privados do proprietário que custeou a obra em terrenos que, segundo a Junta de Freguesia de Monsaraz, foram usurpados pela Igreja a um particular²²⁶. Todos os edifícios em torno da escola eram sua propriedade. Num deles estava a ser construído um terraço avançado, coberto que iria ficar prejudicado se o edifício da escola tivesse dois pisos como estava projectado. A reconstrução de outro desses prédios invadiu com construção nova os terrenos previstos para a escola²²⁷ (figs. 69 e 70).

Além disso, este proprietário tinha intenção de conseguir integrar a sala onde funcionava a antiga escola, no prédio contíguo, também propriedade sua. Desta forma através de uma engenharia de cedências de imóveis e contratos de arrendamento e com a colaboração do Pároco (que era também o seu procurador em Monsaraz), da Câmara e do Grupo dos Amigos de Monsaraz tentou-se criar as condições para conseguir esse objectivo o qual não foi atingido devido à pressão da Junta que começou por requerer a posse do edifício onde funcionava a escola e manifestar o seu desacordo com a situação criada²²⁸.

²²⁶ Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz, Carta do Presidente da Junta de Freguesia para o Presidente da Câmara, 12 de Março de 1968: “Relativamente à casa que o Dr. António Bustorff Silva mandou construir para escola, não em terrenos pertencentes à Igreja, como se diz, mas sim pertencentes a um particular e já oficialmente destinados à construção de uma escola pública.”

²²⁷ Em 20 de Abril a Junta de Freguesia informava a Câmara, embora sem qualquer resposta, do seguinte: “(...) No local previsto para a construção da nova escola de Monsaraz, que ficaria, e muito bem, anexa à actual escola, está a ser construída, por conta do Sr. Dr. António Júdice Bustorff Silva, uma casa que ocupa parte do referido local e que impedirá a construção da futura escola tal como está delineada (Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz).

²²⁸ Na mesma carta o Presidente da Junta refere: “esta Junta pretende, com a concordância dessa Câmara Municipal, legalizar de direito a posse que tem de facto sobre o imóvel onde tem funcionado a Escola Primária desta vila, com salvaguarda das coisas públicas de Monsaraz (...) relativamente à escola nada queremos dizer senão que, segundo as condições impostas por aquele senhor (Bustorff Silva), Monsaraz continua a ficar sem escola própria, visto que a cedência que propõe é a título de empréstimo e em troca do imóvel que justamente pertence a esta Junta. Em contrapartida se não tivesse sido autorizada a cedência dos aludidos terrenos para construções de um particular, contrariamente ao que já estava determinado, Monsaraz viria a ter a sua Escola a sério, cuja planta e projecto já se encontravam elaborados e aprovados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pois o Estado nunca deixou de fazer escolas onde elas se tornem necessárias, e para esta até havia sido ordenada a feitura da planta e do projecto por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, mesmo no próprio local. (...)”. Mais tarde, em 1975, foi mesmo reconhecida à Junta a propriedade do imóvel (Arquivo da Câmara, Actas das Sessões, 22 de Janeiro de 1975, fl. 4). Em 1977 a Junta de Freguesia cedeu estas instalações para ali funcionar a Junta de Turismo de Monsaraz. Com a extinção da Junta de Turismo, as instalações foram cedidas à Região de Turismo de Évora que ali mantém um posto de informação turística desde 1991.

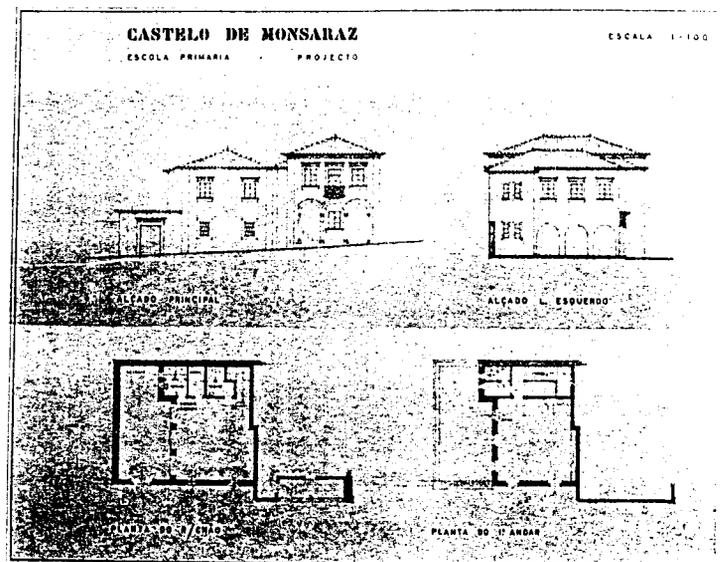
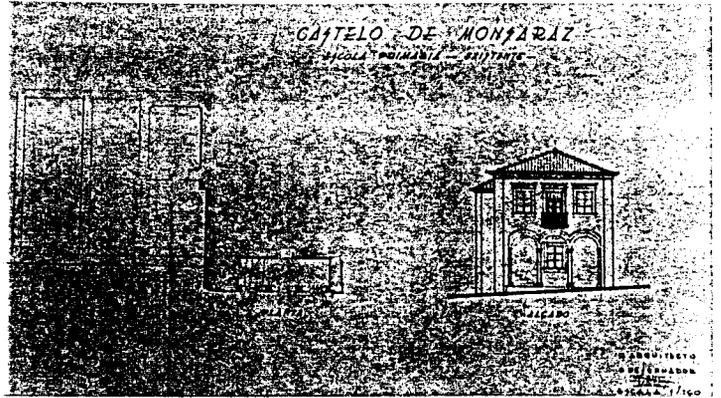


Fig. 66 a 68 - Projecto da DGEMN para a escola primária de Monsaraz, datado de 1962, e que não chegou a ser executado.



Fig. 69 – Terreno onde foi construída a escola antes de ter sido invadido com a construção do prédio contíguo.



Fig. 70 – Escola depois de construída, ocupando um espaço consideravelmente mais pequeno do que o previsto inicialmente.

Embora a Junta não tivesse conseguido logo nesta altura a propriedade plena do imóvel, dificultou a condução do processo que acabou por adquirir contornos mais púdicos, escamoteando um pouco o que antes era quase ostensivo, tendo ficado oficialmente resolvido como segue:

A paróquia cedeu o espaço da ruína a Bustorff Silva para construção da escola. Mais tarde arrendou a escola à Câmara. A Câmara, por sua vez cedeu à paróquia a sala onde funcionava a antiga escola, com a obrigatoriedade de aí funcionar o museu de arte sacra existente na igreja matriz. Na mesma sessão de Câmara em que foi decidido ceder aquele espaço à Paróquia de Monsaraz, é também aprovado o contrato de arrendamento do mesmo espaço ao Grupo dos Amigos de Monsaraz, para lá funcionar a sua sede...

A renda que o Grupo deveria pagar à Câmara pelo espaço, era deduzida na renda que a Câmara deveria pagar à paróquia pelo arrendamento da escola primária, ou seja era a Paróquia quem acabava por ceder o espaço ao Grupo²²⁹. O Grupo dos Amigos de Monsaraz praticamente não utilizou a sala²³⁰.

A aparente ausência de lógica em todo este processo era na prática um interesse privado devido ao qual deixou de ser construída uma escola com condições muito superiores à que acabou por ser “oferecida” à população de Monsaraz²³¹.

Apesar da chamada de atenção do arquitecto Rui Couto da Secção de Évora da DGEMN sobre a ilegalidade do processo e a falta de qualidade da escola construída não houve sequer uma resposta à preocupação oficialmente manifestada por aquele técnico aos seus superiores.

Naturalmente que o caso em si não é infelizmente raro. Se o referimos com tanto detalhe justamente quando falamos das intervenções particulares, é porque o consideramos elucidativo da importância e do poder que os novos proprietários tiveram na história urbana e social da vila.

Houve uma tentativa feita pela Junta de Freguesia relativamente às casas desabitadas, mas que não surtiu qualquer efeito prático, dado o período conturbado em que

²²⁹ Ibidem, 27 de Dezembro de 1967, fl 96 vº; 24 de Setembro de 1968, fls 105 a 106 vº e fls. 187 a 191. Carta de António Bustorff Silva para o Presidente da Câmara, acertando os pormenores relativos aos contratos de arrendamento referidos, 8 de Junho de 1968 Documento avulso, não classificado).

²³⁰ Ibidem. Na mesma Sessão em que é concedida a propriedade do edifício à Junta de Freguesia, em 1975, a Câmara deliberou “solicitar ao Presidente do Grupo dos Amigos de Monsaraz a entrega da chave do mesmo, pois segundo se julga havia sido cedido a este Grupo que no entanto não o utilizou”.

²³¹ Embora não tenhamos conseguido localizar o documento a Junta de Freguesia refere um relatório da Junta Nacional de Educação sobre a falta de condições da nova escola para uma boa prática pedagógica (Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz, ofício de 21 de Janeiro de 1972).

aconteceu. Em 1975, a Junta de Freguesia incluiu os prédios pertencentes a não residentes na relação dos fogos devolutos em Monsaraz para serem ocupados por pessoas sem habitação²³². O principal proprietário afectado valeu-se da legislação em vigor, que não considerava fogos devolutos as habitações de férias, as quais, pela sua própria natureza, não são habitadas em permanência²³³.

Relativamente aos poucos projectos existentes, e à excepção dos dois já referidos para a década de sessenta, foram todos apresentados nos anos oitenta e noventa. Paradoxalmente, a regularidade de apresentação de projectos não correspondeu, em nossa opinião, a uma melhoria na qualidade das intervenções realizadas. Através da análise feita aos processos respectivos, verificamos que a grande maioria dos projectos foram executados, não obstante os pareceres condicionais, desfavoráveis ou mesmo negativos dos organismos consultivos, como o G.A.T de Évora, e de organismos de tutela como o IPPC e o IPPAR.

Enquanto que no período anterior a quase totalidade das intervenções mais significativas eram feitas em casas para uso privado, neste período aparecem projectos para equipamentos turísticos (alojamentos, restaurantes e lojas de artesanato) que introduzem ainda modificações mais profundas, devido à alteração de uso dos imóveis. Outro factor importante é a densidade da construção que aumenta cada vez mais. Este aspecto verifica-se principalmente nos projectos de unidades de alojamento turístico, que alteram completamente o edifício. A construção de um grande número de quartos e casas de banho respectivas e de grandes salas, pressupõe um aumento considerável dos volumes.

²³² De acordo com o disposto no nº 5 do artº 7º do Decreto-Lei 198 - A/75 de 14 de Abril, a Junta de Freguesia publicou um edital com a relação dos fogos devolutos na freguesia na qual constavam 13 casas na vila de Monsaraz intramuros (Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz), Anexo 17.

²³³ Em longo requerimento feito à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz manifesta a sua indignação relativamente à forma como a população e a Junta se comportaram perante o “desinteresse com que a família Bustorff Silva se tem comportado com Monsaraz, sem dali colher o menor, - mas o menor! - benefício material pessoal e, antes, investindo dezenas, centenas de milhares de escudos na construção do edifício da escola, na instituição da Sopa dos Pobres, na compra das bombas para elevação das águas que abastecem a Vila, etc. etc. etc.. Monsaraz, onde superabundavam ruínas vergonhosas, ostenta hoje como um centro de turismo, dotado de uma série de residências que concitam a admiração e o elogio incondicional de quantos têm tido oportunidade de as admirar. E têm sido tantas... É essa obra que se pretende destruir, considerando devolutas as casas tão cobiçadas, que constituem complexos do maior interesse para os atractivos turísticos da região (...) Serão estes os superiores interesses de Monsaraz? (...) Até agora fez-se passar e instalar em Monsaraz uma autêntica plêiade de Personalidades das mais distintas do Grande Mundo Português: ali habitaram Almada Negreiros, Martins Barata, Abel Manta, Carlos Botelho, o grande escultor Mestre Leopoldo de Almeida...O propósito de se prosseguir nessa orientação manter-se-à íntegro. As casas adornadas e mobiladas como estão, continuarão sendo o enlevo e o centro de atracção de um Vila que merece melhor sorte.”(Arquivo da Câmara Municipal, documentos avulso, não classificado, s.d.)

Um dos casos mais exemplares é o da adaptação de uma residência para Turismo de Habitação na rua do Castelo. Este edifício é referido no Inventário Artístico de Portugal, elaborado por Túlio Espanca. Era a antiga botica de Monsaraz e apresentava por isso características próprias, como a sala de atendimento público, por exemplo. O edifício foi completamente alterado e descaracterizado nos seus elementos identitários. O processo, iniciado em 1983, arrastou-se ao longo de oito anos e apesar de todos os pareceres serem altamente negativos a obra foi construída clandestinamente, na rua central da vila, sem que houvesse qualquer impedimento, até que por fim foi legalizado com a justificação do “facto consumado”²³⁴ (fig. 71).

Nos últimos anos tem sido também utilizado um artifício para aumentar a densidade de construção, que é a figura do destaque. Alguns residentes têm o logradouro nas construções junto à muralha, afastado da sua habitação e por isso tentam vender parte desse espaço, usando a figura do destaque, que não constitui operação de loteamento, depois de terem construído apartamentos do tipo T0 através de um pedido para construção de arrecadações²³⁵.

A grande parte das intervenções recentes destinam-se à rentabilização turística dos imóveis ou a residências ocasionais. Nos últimos oito anos apenas uma intervenção se destinou exclusivamente a habitação efectiva e permanente.

Na sua quase totalidade, as intervenções mais recentes caracterizam-se por um desconhecimento técnico e funcional na aplicação dos materiais onde é notória a ausência de um gosto coerente e uma intenção mimética relativamente às intervenções dos anos sessenta que marcaram fortemente a imagem da vila (figs. 72 a 75).

2.4.3 Intervenções da Câmara Municipal

Pavimentação das ruas

²³⁴ Arquivo da Câmara, Processos de Obras Particulares, Procº C-69. Os pareceres e informações ao longo destes anos são unânimes em recomendar à Câmara maior exigência na qualidade e a elaboração de um Plano de Salvaguarda para melhor se poder actuar em Monsaraz. Este documento fundamental ainda não está elaborado. A título de exemplo citamos apenas um excerto do primeiro parecer, sobre este projecto, elaborado pelo G.A.T. de Évora: “(...) Este projecto não deve ser aprovado, também porque, sendo Monsaraz um conjunto classificado, qualquer tipo de intervenção sobre o património edificado deve ser muito cuidadosa, de forma a não comprometer a coerência do conjunto. Não é este o caso pois o grande aumento de volume na parte posterior, altera e compromete a imagem da estrutura urbana existente, nomeadamente pontos de vista tais como a torre do castelo, ou do exterior das muralhas na estrada que dá acesso a Monsaraz. Este edifício tem uma sala de entrada, descrita no Inventário Artístico de Portugal (...), que o projecto propõe desfazer completamente”, Idem, Ibidem.

²³⁵ Arquivo da Câmara, Processos de Obras Particulares, Procº 3.4.3/241, 1995.cf. Apêndice III.



Fig. 71 – Aspecto final do edifício adaptado a Turismo de habitação, onde funcionava a antiga botica de Monsaraz. Vista do jardim.



Fig. 72 a 75 – Aspectos característicos das intervenções recentes onde é claro o mimetismo do gosto das intervenções anteriores.

A necessidade de pavimentos em Monsaraz colocou-se muito cedo. A grande inclinação das ladeiras de acesso à vila dificultaram desde sempre o acesso, o que levou os seus habitantes a solicitarem ao Rei Afonso V, através dos seus procuradores às cortes de Santarém, a terça de dois anos para as poderem pavimentar, argumentando que a vila era “fragosa e de má serventia” ou “esquiva e de más servidões”²³⁶. Sabemos assim que as calçadas de acesso a Monsaraz são pavimentadas desde o período quinhentista. Não só porque os documentos o registam como também porque em recentes escavações arqueológicas no revelim seiscentista de São João foi identificado um troço de calçada original numa das ladeiras de acesso a Monsaraz²³⁷ (fig. 76).

Esta autorização régia de calcetamento destinou-se apenas aos acessos à vila (fig. 77). Não está documentada a antiguidade dos pavimentos das artérias interiores da vila que, a julgar pelas referências documentais, eram inexistentes até ao princípio deste século.

Desde os primeiros anos de novecentos que se registam, conforme já foi referido, as queixas dos habitantes relativas à intransitabilidade das artérias da vila, principalmente durante o período das chuvas.

É no entanto só na segunda metade do século que se verifica a iniciativa de pavimentar as ruas de Monsaraz de forma sistemática²³⁸.

Desde o princípio da década de cinquenta que existia um projecto para a reparação das ruas principais de Monsaraz executado pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, na sequência da conclusão da estrada de macadame até à entrada da vila, no fim da década de quarenta. O projecto referido previa o calcetamento das ruas com “paralelos” de granito, facto que provocou discordância por parte dos “estudiosos de Monsaraz e amadores do antigo”.

Em 9 de Dezembro de 1953 o Presidente da Câmara envia um pedido de aconselhamento ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sobre qual a mais adequada decisão a tomar: se a proposta da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização,

²³⁶ ANTT, Odiana, Livro III, fl. 26. O carácter acidentado da vila era de tal maneira prejudicial à população que a mesma se despovoava por dificuldade de comunicações e porque ali morria muita gente por falta de assistência (“sangrias para os doentes que às vezes perecem por mingoa de lhes não acorrerem”) Também por isso nas cortes de Lisboa Diogo Lourenço, procurador do concelho pedia ao rei não só as calçadas mas também a dispensa de pagamento de peitas ou tributos não só para os cristãos como também para os judeus e para os mouros para fomentar o repovoamento, Idem, Ibidem, fl. 126.

²³⁷ Estas sondagens foram realizadas em 1996 pela Fundação do Convento da Orada, integradas no projecto de recuperação da ermida de São João Baptista também designada por Cuba ou por ermida de São João da Muralha. Este monumento fica situada extra muros, envolvido por um revelim seiscentista que está a ser objecto de intervenção no âmbito do PRAUD.

²³⁸ Os primeiros documentos deste processo datam do princípio de 1953 (Arquivos da Câmara Municipal e DREMS).

se a proposta dos especialistas em história e arqueologia que propunham a calçada com lages de xisto em cunha tal como era a calçada medieval da vila²³⁹. Tal como mostra o documento referido, a Câmara Municipal não tinha propriamente um grande empenhamento na decisão final, quer por desconhecimento, óbvio até na confusão estabelecida entre a cronologia cultural dos períodos históricos e os séculos respectivos, quer também pela falta de sensibilidade para estas questões que na altura ainda não estavam na moda. O interesse da Câmara era mais o de acautelar que, à modificação do projecto inicial, correspondesse também uma revisão do orçamento previsto para a obra, a qual encareceria substancialmente com a solução das lages em cunha devido à maior necessidade de mão de obra.

A informação da Secção de Évora da DGEMN sobre o pedido da Câmara considera o calcetamento em lages de xisto na horizontal como a melhor solução²⁴⁰.

Alterações na Câmara, nomeadamente a mudança de presidente, contribuíram para adiar o processo. A obra de calcetamento das ruas de Monsaraz só viria a iniciar-se três anos mais tarde, em Maio de 1956, tendo a Câmara decidido, ao invés da informação dada três anos antes pela DGEMN (Secção de Évora), calcetar com lages em cunha. Esta decisão relaciona-se directamente com um parecer solicitado pela Câmara a José Pires Gonçalves, médico e historiador local já referido anteriormente. O facto de o pavimento com lages deitadas ser menos durável e dificultar o trânsito de carros puxados por animais ferrados, também contribuiu para alterar a decisão da Câmara²⁴¹.

²³⁹ Este ofício do Presidente da Câmara pedindo aconselhamento à DGEMN é interessante pela forma como coloca a questão, o que justifica a transcrição das passagens mais significativas: “(...)o projecto (da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização) fala em calcetamento com cubos ou coisa parecida - facto, que, ao ser conhecido de algumas pessoas fortes em assuntos medievais e em pavimentação de ruas de Praças Fortes com lages em cunha, ou, extrema concessão, lages deitadas, mas nunca calçada como as das ruas das pobres terras sem passado... - levou-as a olhar com desprezo (sic) para o engenheiro autor do projecto, que, pobre técnico, ignorava que devia manter-se o cunho medieval, puro século XVIII ou mesmo séculos anteriores, no pavimento das ruas: lages em cunhas!. (...) Tendo que fazer a vontade aos amadores do antigo, o que é hoje sintoma de chiquismo, preferia lages deitadas, com tamanhos diferentes como sucede em tantas terras espanholas, como Santiago de Compostela, por exemplo. Para mim (...) nenhuma diferença me fazia o calcetamento a cubos, pois apenas me preocupa o bem estar dos habitantes da Vila e uma pavimentação macia nas ruas da histórica povoação. Lages em cunha, como há séculos a calcetaram, tínhamos mão de obra para muito tempo, tal o despacho que dá uma forma tão medieval de pavimentação. aguardo a opinião de V^ªEx^ª (...)”, Arquivo da Câmara Municipal, Correspondência Expedida.

²⁴⁰ “(...) a pavimentação das ruas deve ser reparada de forma a manter-se em lages irregulares, embora deitadas. Isto a fim de se evitar uma maior despesa que se verificaria com lages em cunha. Desta forma mantém-se o ambiente urbano. Quanto à pavimentação em cubos, entendo que de forma nenhuma deve ser admitida esta solução”, DREMS, Proc^o n^o S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz.

²⁴¹ DREMS, Proc^o n^o 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz.

O parecer responsável pela decisão da Câmara desenvolve-se um pouco paradoxalmente. Refere que na documentação sobre a história de Monsaraz a iconografia é praticamente inexistente, nada permitindo reconstituir com rigor os antigos pavimentos e que qualquer exercício nesse sentido seria pura fantasia que retiraria toda a autenticidade ao processo. Conclui, peremptória e inexplicavelmente, depois de propôr a aplicação em Monsaraz do princípio da “anastilose”, que os pavimentos das ruas intramuros só poderiam ser executados com lages em cunha, a calçada medieval típica de Monsaraz²⁴². Embora este parecer fosse diferente da informação dada pela Secção de Évora da DGEMN, o Presidente da Câmara obteve o acordo do Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais²⁴³

A obra “Calçetamento de várias ruas na vila de Monsaraz” iniciou-se em Junho de 1956 por empreitada adjudicada a um empreiteiro de Évora. A Direcção Geral dos Serviços de Urbanização e o Fundo de Desemprego participaram financeiramente a intervenção. Como o abastecimento de água à vila era também um projecto da Câmara, o calçetamento ficou dependente das pesquisas de água, uma vez que as ruas por onde passariam as canalizações (rua Direita e rua de Santiago) não poderiam ser calçetadas antes de efectuada a canalização. Por essa razão a obra do calçetamento foi diversas vezes interrompida e acabou, por proposta da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, sendo dividida em duas fases. A primeira, de escavações, regularização das plataformas das ruas e calçetamento das ruas transversais. A segunda de calçetamento das ruas Direita e de Santiago, após a instalação da canalização referida²⁴⁴.

²⁴² O texto do parecer diz mesmo a certa altura: “Penso que V^a Ex^a Sr. Presidente da Câmara não pretende restaurar as calçadas de Monsaraz com aquele espírito falso e alquimista com que o famoso arquitecto francês Eugénio Violet-le-Duc restaurou em França o castelo medieval de Pierrefonds. É certo que (...) realizou um autêntica obra de arte, maravilhosa, rica, opulenta mas não é menos certo que essa obra resultou numa verdadeira mistificação e falsificação da arte francesa e um atentado à história de França. E nós temos o dever de respeitar o passado histórico de Monsaraz através dos seus elementos arquitectónicos e monumentais. Precisamos mesmo impedir que espíritos fantasistas e românticos venham exercitar os seus delírios românticos, as suas alucinações sentimentais, e aplicar a Monsaraz os seus galos de prata ou os seus passarinhos de iluminura ridícula. Pessoalmente entendo que devemos aplicar a Monsaraz aquele alto e nobre princípio hoje internacionalmente conhecido na Arqueologia pelo nome de ‘anastilose’(...).Retirar autenticidade a qualquer obra de restauro é traiçoar uma missão pública e social e falsear a biografia dos monumentos é atentar contra a mais elementar pureza dos princípios éticos da Arqueologia e da História. Em conclusão: A pavimentação das ruas de Monsaraz deve ser efectuada com xisto talhado e empinado segundo a técnica quinhentista que ali se seguiu.” Arquivo da Câmara Municipal, Documentos avulsos não classificados.

²⁴³ Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões, Livro n^o69, fl 124 v^o, 13 de Junho de 1956: “Calçadas em Monsaraz - O Senhor Presidente informou que tinha conferenciado directamente com o Director Geral e que este lhe tinha dito que houvera um mal entendido quanto ao calçetamento das ruas de Monsaraz; assim considerava que a razão estava com a Câmara que até elogiou pela sua acção de defesa dos pergaminhos e tradições de Monsaraz e que portanto as calçadas deviam fazer-se com lages compridas”

²⁴⁴ Arquivo da Câmara Municipal, Proc^o 0-9 1956-58.

Em 1956 foram feitos os trabalhos de escavação e regularização da plataforma das ruas, em 1957 o calcetamento das ruas transversais e em 1958 o calcetamento das ruas principais (rua Direita e Rua de Santiago) e dos largos (do Castelo e da Igreja).

Os trabalhos executados, referidos no orçamento da obra, principalmente na primeira fase de escavação e regularização não tiveram acompanhamento técnico. Os antigos pavimentos que ainda existiam em algumas ruas foram retirados.²⁴⁵ Foi feita a escavação em rocha dura à barra e cunha junto a casas e muros para alargamento da plataforma da rua de Santiago, demolidos e reconstruídos muros de alvenaria para alargamento da mesma rua. Na rua Direita e Largos foi feita a escavação em rocha branda à barra e cunha, para abertura, alargamento de um cotovelo e regularização da plataforma da Rua e dos Largos²⁴⁶.

Esta obra, cuja conclusão estava prevista para 1958, ainda continuava por terminar em 1963. Os atrasos sucessivos motivados quer por falta de verba, quer pela instalação da canalização para abastecimento de água à vila, quer ainda por falta de mão de obra que no período dos trabalhos agrícolas mais importantes ia trabalhar para o campo²⁴⁷, fizeram com que esta intervenção se arrastasse ao longo de quase uma década.²⁴⁸

Abastecimento de Água à vila

Monsaraz não teve até ao fim da década de sessenta abastecimento público de água. Só no fim dos anos cinquenta se iniciou o trabalho de canalização nas ruas principais para criar um sistema de abastecimento público através de marcos fontanários, considerada uma obra fundamental para a vila principalmente para o seu desenvolvimento turístico.

²⁴⁵ Arquivo da DREMS, Proc° S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz. O arquitecto chefe da Secção de Évora informa a Direcção Geral, em 22 de Maio de 1956, que “os pavimentos antigos das ruas foram retirados quase todos no dia 19 de Maio”. Em 14 do mesmo mês a mesma Secção de Évora tinha solicitado que o projecto de calcetamento das ruas fosse apresentado à Junta Nacional de Educação para emissão de parecer, facto que não chegou a verificar-se.

²⁴⁶ Arquivo da Câmara Municipal, Proc° 0-9 1956-58.

²⁴⁷ Como já foi referido, a maior parte da mão de obra utilizada nas obras dos monumentos eram desempregados. As obras em causa sempre tiveram até ao 25 de Abril uma participação anual do Fundo de Desemprego. Por isso quando chegava o período em que havia trabalho no campo os trabalhadores abandonavam as obras em Monsaraz para só regressarem na próxima crise de trabalho. Esta é uma situação que se verifica com regularidade ao longo deste período.

²⁴⁸ Arquivo da DREMS, Proc° S 07 11 03/002, Fortificações e todos o conjunto intramuros de Monsaraz, Informação de 7 de Setembro de 1963. Nesta informação é referido que os pavimentos “já executados estão de acordo com as indicações dadas e respeitam os elementos existentes”. Não encontramos no entanto documentação sobre as orientações dadas pela DGEMN relativamente a esta obra. Apenas, como já foi referido, estão registados os pedidos do projecto e a referência de que a obra tinha começado sem apreciação da DGEMN.

O processo inicialmente promovido pela Junta de Freguesia de Monsaraz começou no princípio da década de cinquenta, com os estudos de pesquisa respectivos²⁴⁹. A vila era subsidiária da povoação do Telheiro no abastecimento de água e tornava-se necessário abrir um poço e construir em Monsaraz um depósito. O projecto do depósito foi insistentemente solicitado à Câmara pela Secção de Évora da DGEMN para apreciação²⁵⁰. Nunca foi apresentado qualquer projecto e o depósito também não foi construído. A Câmara e a DGEMN optaram por instalar a reserva de água numa das torres da fortificação medieval, concretamente a torre Este da Porta da Vila que ainda hoje mantém a mesma função, embora o sistema de abastecimento tenha sido nos últimos anos completamente modernizado.

O projecto de abastecimento de água foi assim aprovado pela DGEMN em 1958, apenas condicionado à alteração do desenho dos bebedouros e marcos fontanários a construir dentro da vila²⁵¹ (figs. 78 a 80 e Planta II).

As obras foram inauguradas em 1961²⁵², embora tivesse havido vários problemas com o sistema de abastecimento de água nos anos seguintes. Só no final da década o problema se resolveu, por intervenção directa de um dos novos proprietários que, principalmente por interesse próprio, custeou grande parte da obra²⁵³.

Electrificação/Iluminação pública

A electrificação da freguesia e a iluminação pública da vila de Monsaraz, teve início nos primeiros anos da década de sessenta²⁵⁴. De acordo com os documentos consultados, em 1960 já um projecto de iluminação pública da vila tinha tido informação negativa da Secção de Évora da DGEMN.

O projecto apresentado pela CEAL previa a instalação de cabos aéreos o que motivou o parecer desfavorável. A Secção de Évora da DGEMN propôs que, no cumprimento dos decretos 18.123 e 20.985 na altura em vigor, o projecto fosse alterado prevendo cabos subterrâneos e a restante instalação disfarçada nas paredes dos edifícios, para que a rede fosse montada “com o menor prejuízo possível para o aspecto da vila

²⁴⁹ Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz, Correspondência Expedida, 1951.

²⁵⁰ Arquivo da DREMS, Procº S 07 11 03/002.

²⁵¹ Ibidem.

²⁵² Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões, Livro nº 71, fl. 103 vº. A inauguração foi feita pelos Ministros do Interior e das Obras Públicas que no dia 21 de Junho de 1961 visitaram Monsaraz.

²⁵³ O Dr. António Bustorff Silva, maior proprietário da vila, custeou grande parte da obra de abastecimento de água.

²⁵⁴ Até 1914 quem assegurava exclusivamente a iluminação pública da vila era a Confraria do Santíssimo Sacramento de Monsaraz. A partir deste período continuou a fazê-lo até cerca de 1920, mas com o suporte financeiro da Câmara (Arquivo da Câmara, Índice das Actas das Sessões, 21 de Setembro de 1914, 12ª deliberação).



Fig. 76 – troço de calçada identificado nas escavações arqueológicas efectuadas no revelim de S. João.

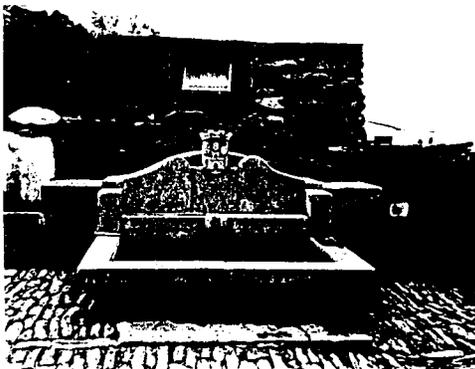
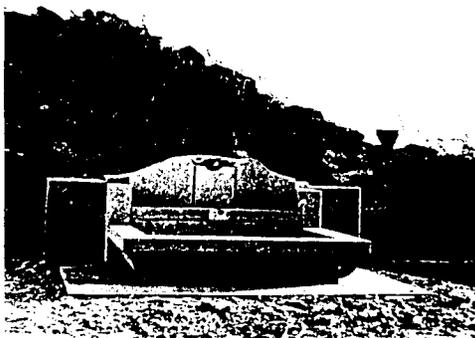
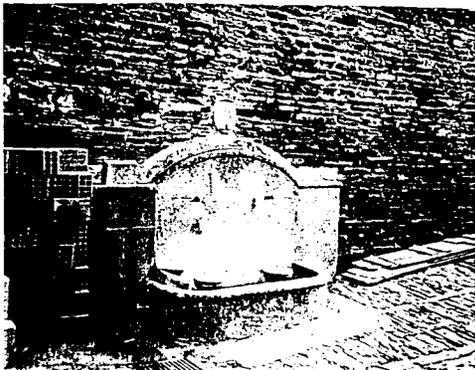


Fig. 78 a 80 – Marcos fontanários construídos para abastecimento de água à vila. A figura 80 mostra o aspecto actual do marco fontanário da Porta da Vila depois da instalação da iluminação artística das fortificações, tendo sido alterado o perfil do muro para colocação do projector.

16 – Portugal – Monsarás, Portas de Évora



Fig. 77 – Bilhete postal dos anos vinte com a ladeira da Porta de Évora.

classificada”. A informação referia ainda que as lanternas de iluminação pública deveriam ser desenhadas por aquela Secção. Foram desenhados dois tipos de lanternas para a iluminação pública, 7 do tipo de coluna e 29 do tipo de consola para parede²⁵⁵ (fig. 81). O desenho das peças reproduziu o modelo das antigas lanternas existentes em Monsaraz²⁵⁶. Embora a obra tenha começado em 1961, em 1963 apenas estava concluída a iluminação do Castelo. Não obstante, a inauguração simbólica da iluminação pública foi feita neste mesmo ano pelo Presidente da República²⁵⁷.

Não houve posteriormente alterações substanciais na iluminação do conjunto intramuros nem foi colocada a questão sobre a bondade da iluminação pública existente nas ruas da vila. Contudo, como referimos atrás, a desadequada e excessiva iluminação das fortificações provoca um desequilíbrio óbvio entre a feérica luz das lanternas de iluminação pública e os fortíssimos projectores da fortificação cuja luz invade o interior da vila, anulando em muitos casos a iluminação já existente.

Comunicações e transportes

Outras intervenções não directamente da responsabilidade da Câmara Municipal, mas em que tanto esta como a Junta de Freguesia estiveram envolvidas são também referidas neste ponto, como é o caso dos transportes e comunicações.

A instalação da rede telefónica em Monsaraz começou também em finais da década de cinquenta²⁵⁸. Ao contrário da instalação eléctrica, feita segundo as alterações propostas pela DGEMN ao projecto inicial, esta intervenção foi fortemente criticada pela Secção de Évora da DGEMN por não terem sido seguidos os mesmos critérios da instalação eléctrica²⁵⁹.

²⁵⁵ DREMS, Procº nº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz. Esta alteração provocou naturalmente um aumento do orçamento da obra, tornando os custos inoportáveis para a Câmara Municipal. A Direcção Geral dos Serviços Eléctricos participou em 60% a pedido da Câmara e o Fundo de Desemprego disponibilizou também, em 1963, uma verba de 20 mil escudos. Em visita oficial a Monsaraz em 1962, o Ministro das Obras Públicas anunciou o pagamento integral do custo das lanternas. Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões, Livro nº 71, fls. 27 vº, 44 vº, 188 e 188 vº.

²⁵⁶ Ibidem. A decisão que atribuiu à DGEMN o encargo de desenhar as lanternas foi tomada directamente pelo Ministro das Obras Públicas, na visita já referida, bem como o modelo que deveria ser seguido.

²⁵⁷ Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões, Livro nº 72, fl. 105, 5 de Junho de 1963. Por ocasião desta visita do Presidente da República foi organizada uma cerimónia e uma festa que contou com a presença de todos os Presidentes de Câmara do Distrito, em virtude do grande prestígio de Monsaraz.

²⁵⁸ Ibidem, Livro nº 69, fl. 178, 12 de Junho de 1957.

²⁵⁹ DREMS, Procº nº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz. Devido à informação do Arquitecto da Secção de Évora da DGEMN, o Director Geral mandou organizar, em 20 de Setembro de 1963 um dossier fotográfico das instalações eléctrica e telefónica de Monsaraz, de modo a salientar as diferenças de critérios, reprovando a instalação aérea feita pelos C.T.T.

A montagem de uma rede telefónica permitiu a abertura de um posto telefónico público instalado num dos dois cafés existentes na altura.

O serviço de correio prestado em Monsaraz foi até ao início da década de sessenta de qualidade inferior ao prestado no resto do concelho. Em 1955 não apareceram sequer concorrentes para a condução das malas do correio entre Monsaraz e a aldeia do Telheiro. A carreira de transporte público apenas chegava até esta última povoação situada a cerca de 2 Km de Monsaraz. O correio de e para Monsaraz tinha que ser por isso transportado até esta aldeia para seguir depois na carreira pública para a vila de Reguengos. Como se tratava de uma distância pequena, o preço a pagar pelo serviço de condução de malas não era rentável e daí a dificuldade em arranjar concorrentes²⁶⁰.

Já por diversas vezes, desde 1950, a Junta de Freguesia tinha solicitado que a carreira de transporte público chegasse a Monsaraz. A última vez que insiste neste pedido, ele é justificado, entre outras razões, pelo facto de Monsaraz ter nesta altura cerca de 500 habitantes a quem não era prestado qualquer serviço de transporte²⁶¹.

A Câmara Municipal também participou nesta reivindicação, um pouco por arrastamento das posições da Junta e porque a importância turística crescente de Monsaraz justificava o serviço de transporte público. Tal como já foi referido no ponto relativo às intervenções na fortificação, a Câmara solicitou em 1961 à Secção de Évora da DGEMN que fossem realizadas obras de adaptação a parque de estacionamento no forte da Porta da Vila, justamente para utilização dos autocarros de turismo e também para permitir o estacionamento dos autocarros da carreira que se pretendia criar. As obras iniciaram-se em 1962 e logo após a sua conclusão foi criada a carreira de transporte.

Intervenções da Câmara Municipal após o estabelecimento do poder local democrático

Nos primeiros anos a Câmara não teve uma intervenção significativa em Monsaraz. A julgar pela documentação consultada, os primeiros executivos democráticos não tinham efectivamente a conservação de Monsaraz como prioridade. Revelavam até menos sensibilidade para as questões do património do que as últimas Câmaras que geriram o concelho até 1974.

²⁶⁰ Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz, Correspondência Expedida, Ofício de 9 de Julho de 1955.

²⁶¹ Ibidem, Ofício de 19 de Julho de 1962. A Junta de Freguesia faz novamente um pedido ao Director Geral dos Serviços de Viação. A empresa concessionária do transporte adiou sucessivamente a criação de carreiras até Monsaraz, o que só viria a acontecer no fim de 1962.

As intervenções da Câmara Municipal constituída após a revolução de 1974 foram praticamente inexistentes nos primeiros anos. O saneamento básico, o abastecimento domiciliário de água, o reforço da rede eléctrica, são obras que tardaram durante muitos anos. As condições de vida da população residente em Monsaraz deixavam de facto muito a desejar e assim continuaram durante alguns anos mesmo depois da instalação das autarquias democráticas. Como já foi referido, este processo do poder local democrático é significativo no estudo em causa porque corresponde a uma autonomia financeira e a competências até aí inexistentes. A partir deste período a Câmara tem de facto maior possibilidade e capacidade de intervenção e também maior responsabilidade na gestão urbana e patrimonial.

Só no terceiro mandato, iniciado em 1985, começaram as primeiras intervenções lideradas pela Câmara (PLANTA III).

Em Outubro de 1986 um técnico da UNESCO visitou Monsaraz, acompanhado por representantes do IPPC e da Comissão Nacional da UNESCO. A visita que se realizou a convite da Câmara Municipal tinha como objectivo uma apreciação prévia das possibilidades de êxito que poderia ter uma candidatura a Património Mundial.²⁶²

Não foi encontrado, no entanto, no decorrer da investigação feita para este trabalho, qualquer documento sobre o resultado da visita em causa. Apenas uma referência sobre uma proposta, que não se concretizou, de realizar um “workshop” internacional sobre Monsaraz. Nesse sentido, os cursos de formação profissional realizados no ano seguinte, tinham também o objectivo, referido aliás em sessão camarária, de preparação para essa grande reunião que não chegou a realizar-se.

A partir deste período a ideia da inscrição de Monsaraz na Lista do Património Mundial tornou-se um importante objectivo a atingir. As intervenções iniciaram-se logo no ano seguinte e têm continuado sucessivamente, representando hoje um investimento importantíssimo da autarquia neste sector.

Conservação do Património Cultural - Formação Profissional (Recuperação da Casa Paroquial, Igreja de Santiago e zona envolvente

Em 1987 como já foi referido relativamente às fortificações, a Câmara iniciou em conjunto com o Instituto do Emprego e Formação Profissional quatro cursos de Formação

²⁶² Anexo 18.

Profissional em técnicas tradicionais de construção²⁶³ Os cursos foram candidatados e aprovados em 1986. A descrição pormenorizada do seu funcionamento está feita na Acta em que o projecto foi aprovado pela Câmara. Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões, 12.12.1986, pgs. 7 e 8.

Foi decidido que em cada curso seria recuperado um imóvel ou grupos de monumentos²⁶³. Assim, dos três cursos que funcionaram em Monsaraz, dois centraram-se respectivamente na recuperação da Casa Paroquial e da Igreja de Santiago²⁶⁴ (fig. 82 a 85). A Casa Paroquial, habitação de tradição barroca, situada na rua Direita, foi, até 1830, residência do sargento-mor de ordenanças de Monsaraz, Francisco Pedro Sobrinho de Sousa, que reformou profundamente o edifício no último quartel do século XVIII. Actualmente é propriedade da Paróquia de Monsaraz e funcionou durante muitos anos como residência do pároco²⁶⁵. À data do início da intervenção encontrava-se desabitada e em muito mau estado de conservação. A obra começou sem autorização do I.P.P.C., com base num ante projecto elaborado pelo G.A.T. de Évora que propunha a transformação da habitação existente em duas habitações. O parecer do I.P.P.C foi aliás emitido muito depois do início das obras²⁶⁶. Ao contrário do previsto no ante projecto, o edifício não foi transformado em duas habitações, mas sim em unidade de alojamento turístico, a explorar pela Paróquia, relativamente ao qual não foi apresentado nenhum projecto.

²⁶³ Os cursos foram candidatados e aprovados em 1986. A descrição pormenorizada do seu funcionamento está feita na Acta em que o projecto foi aprovado pela Câmara. Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões, 12.12.1986, pgs. 7 e 8.

²⁶³ Um dos cursos foi dedicado a recuperar um conjunto de monumentos megalíticos do concelho. Os outros três cursos decorreram em Monsaraz. A um deles já se fez referência no ponto relativo às intervenções na fortificação.

²⁶⁴ O terceiro curso, já referido no ponto relativo às fortificações, teve como objecto de intervenção as muralhas da vila.

²⁶⁵ O pároco, em 1961, mandou instalar na frontaria do edifício uma painel de azulejos coma figura de Nuno Álvares Pereira, para comemorar o sexto centenário do nascimento do Condestável. Este facto criou, como já referimos, uma invenção da história que classifica o edifício como residência de Nuno Álvares Pereira. A partir de 1990 passou mesmo a chamar-se oficialmente Casa do Condestável.

²⁶⁶ O parecer do I.P.P.C. enviado à DGEMN refere: "(...) A obra insere-se no grupo de trabalhos práticos propostos pela Câmara para o 'projecto de formação profissional de incentivo ao emprego' e que é suportado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e Fundo Social Europeu. Em visita ao edifício em 3.7.87 verificou-se que a obra está em adiantada execução e teve início em Março corrente. Está a ser assistido por um monitor/arquitecto. Embora se tenha constatado a preocupação duma recuperação cuidada com o respeito pela salvaguarda das áreas degradadas, designadamente cobertura, (...) caixilharias, o mesmo não se verificou relativamente ao restauro dos frescos existentes nos tectos de 2 salas. Assim muito embora sejam válidas as iniciativas de defesa e valorização do património do concelho, julga-se não se apresentar suficientemente clarificada a viabilidade de êxito sobretudo se atendermos aos objectivos do projecto de formação", Arquivo da DREMS, Procº nº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz.

Fig. 81 – Exemplo das lanternas do tipo de consola para parede, que foram desenhadas no início dos anos sessenta.

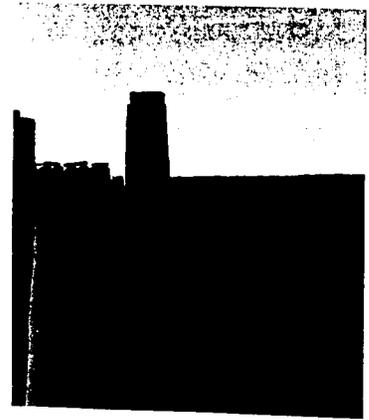


Fig. 82 e 83 – Intervenções realizadas na sequência dos cursos de formação profissional. Instalação camuflada de equipamento eléctrico na praça de armas.

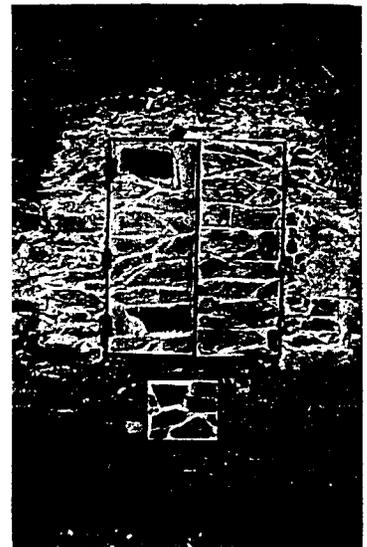
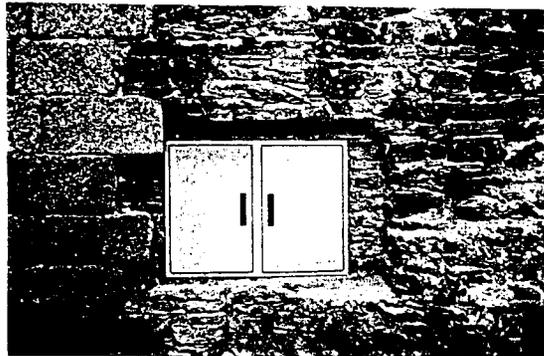


Fig. 84 e 85 – Intervenções realizadas na sequência dos cursos de formação profissional. Casa Paroquial e Igreja de Santiago.

O curso que funcionou na Igreja de Santiago, teve como objectivo recuperar o imóvel e adaptá-lo a Casa de Cultura, com base também num ante projecto elaborado pelo G.A.T. de Évora.

A Igreja de Santiago é um edifício do século XVIII, de uma só nave abobadada e planta rectangular. Construída no final do reinado de D. José no local onde antes existiu uma primitiva igreja medieval, foi sede de freguesia paroquial até 1849, embora tenha conservado o culto sagrado nos anos seguintes²⁶⁷. A partir de 1919, com o desabamento das abóbadas, deu-se o conseqüente profanamento. A igreja foi secularizada, neste ano, no âmbito da portaria nº 1777 e o que restou do seu espólio foi entregue à Comissão Central da Execução da Lei da Separação das Igrejas e do Estado. A inexistência de qualquer cobertura desde a data em que as abóbadas ruíram acelerou a degradação do imóvel (figs. 86 e 87). A enorme vegetação que foi crescendo dentro do edifício destruiu completamente os pavimentos. As várias pinturas a fresco que existiam nos altares²⁶⁸ ficaram praticamente irrecuperáveis (figs. 88 e 89), o coro alto e o púlpito completamente destruídos. Quando se iniciou a intervenção o imóvel estava em completa ruína.

Antes de 1987 já tinha havido outras tentativas de recuperação do imóvel, embora sem qualquer êxito²⁶⁹.

A obra de recuperação iniciou-se, tal como a da Casa Paroquial, sem autorização. O parecer do I.P.P.C. foi também elaborado bastante depois de começados os trabalhos²⁷⁰.

²⁶⁷ Arquivo Distrital de Évora, Livros paroquiais de Santiago de Monsaraz, 1853.

²⁶⁸ ESPANCA, 1978: 375.

²⁶⁹ Em 1968 o pároco solicitou à DGEMN uma intervenção na igreja. Ainda foi elaborado um orçamento para incluir no plano de obras do ano seguinte, mas por falta de verba não chegaram a realizar-se as obras. Mais tarde, em 1975, foi elaborado novamente um orçamento para as obras necessárias (reconstrução de paredes de alvenaria, abóbadas, telhados, pavimentos, rebocos, portas e caixilhos, sinos e altar) mas sem qualquer consequência. (Arquivo da DREMS, Proc. nº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz - Informações de 22 de Julho de 1968 e de 7 de Outubro de 1975).

²⁷⁰ O parecer do I.P.P.C. enviado à DGEMN refere: "(...) em visita à obra, efectuada em 3.7.87, constatou-se que a obra está em execução adiantada, não obstante o ante projecto em apreciação. Não foi possível identificar a responsabilidade técnica da estabilidade e execução da obra na área de estruturas, bem como se será possível garantir a conclusão da obra dentro do limite do curso. Não pondo em causa orientações válidas de defesa e valorização de monumentos do concelho, julga-se não estarem suficientemente clarificadas as condições que envolvem o equacionar da viabilidade de êxito, sobretudo se atendermos os objectivos do projecto de formação. Da análise restrita do ante projecto apresentado, a 9ª Secção do Conselho Consultivo, propôs a viabilização da proposta que embora contendo um conjunto válido de preocupações de intervenção acompanhado de especificação de materiais adequados, não fundamenta validamente a simultaneidade de utilização para o exterior das instalações sanitárias em cave, conseguidas através de desaterro em zona de rocha. Considera-se ainda que no eventual projecto definitivo de execução a apreciar, deverá ser identificada a metodologia de salvaguarda de elementos válidos da construção existente, bem como a garantia da responsabilidade técnica de programação e execução das diferentes áreas de atribuição necessárias. O restauro e protecção dos restos de pinturas existentes deverá ser assistido e executado por especialistas do Instituto José de Figueiredo" (Arquivo da DREMS, Procº nº S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz).



Fig. 86 e 87 – Igreja de Santiago antes da intervenção.

Embora este parecer fizesse algumas recomendações importantes para o projecto definitivo, este nunca chegou a existir (fig. 90). Nenhuma das duas obras ficou concluída dentro do prazo de duração dos cursos, que terminaram em Dezembro de 1987. Os trabalhos estiveram por diversas vezes interrompidos e foram executados por administração directa da Câmara Municipal.

A Casa Paroquial (depois denominada Casa do Condestável) entrou em funcionamento como alojamento turístico no fim da década de oitenta, sem estar ainda totalmente concluída. A alteração na decisão de uso do imóvel, de habitação particular para alojamento turístico, não foi acompanhada de alteração de projecto pelo que a falta das condições exigidas levou a novas obras de remodelação do imóvel feitas, desta vez com projecto aprovado pelo IPPAR, em 1995.

A Igreja de Santiago, embora tenha sido utilizada para exposições e conferências a partir de 1990, só ficou concluída em 1993.

O restauro e a valorização de alguns elementos, tal como era recomendado no parecer, não se verificou. A regularização total do pavimento da Igreja destruiu o existente que integrava com equilíbrio os afloramentos rochosos sobre os quais o edifício se implantou. Foram ainda construídos sob a sacristia e aproveitando o desnível existente, outros sanitários públicos além dos já existentes no edifício dos Paços da Audiência,

Relacionado com a recuperação da Igreja está a intervenção feita na sua zona envolvente, nomeadamente a reabertura ao público da antiga rua do Bispo, uma pequena rua turtuosa que acompanha a fachada nascente da Igreja, ligando as duas principais ruas da vila: a rua Direita e a rua de Santiago. A rua do Bispo deve a sua origem toponímica à presença do bispo de Évora Dom Durando Pais em Monsaraz, a quem se atribui a iniciativa de construção da primitiva igreja de Santiago, no século XIII (figs. 91 e 92).

Não se sabe a partir de que período a rua foi apropriada pelos moradores. Os actuais habitantes de Monsaraz sempre conheceram aquele espaço utilizado como logradouro dos moradores da rua. Existia mesmo um portão na rua Direita que fechava o acesso público à rua do Bispo. No outro extremo da rua que termina no adro da Igreja de Santiago, algumas arrecadações e galinheiros impediam também a circulação pública.

A antiga rua foi limpa, desimpedida nos seus acessos e pavimentada. Todos os objectos e construções particulares do único morador, e portanto o único ocupante daquele



Fig. 88 e 89 – Pinturas a fresco depois do restauro do imóvel.



Fig. 90 – Sacristia. Aspecto de uma das abobadilhas construídas.

espaço, foram retirados e a rua devolvida à circulação pública em 1993²⁷¹.

Embora como já foi referido, a intervenção na Igreja de Santiago e zona envolvente se tenha prolongado por vários anos e evoluído de forma um pouco aleatória, este imóvel é hoje um equipamento importante no programa de animação da vila e da sua promoção turística²⁷². Relativamente à Casa Paroquial também objecto de intervenção no âmbito dos cursos referidos e muito para além da sua duração, constitui hoje um dos equipamentos turísticos na área do alojamento, cuja gestão é feita pela Paróquia de Monsaraz.

As soluções encontradas para qualquer dos casos são obviamente muito discutíveis, tanto mais que foram aplicadas de forma aleatória sem ter na base qualquer estudo rigoroso, ou mesmo um projecto definitivo, consequente com o uso pretendido para os edifícios.

Infra-estruturas

Outra área importante da intervenção da Câmara Municipal neste período recente é a da construção de infra-estruturas. Em 1988 foi candidatado, no âmbito da Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano (OID/NA), o projecto “Rede de Distribuição de Água e Colectores Residuais em Monsaraz”. Apesar de já existir distribuição de água na vila, havia muitos trabalhos para realizar nas redes de distribuição de água potável, de forma a cobrir toda a população com este serviço. A deficiência da pressão no fornecimento de água à vila colocava também a necessidade de construção de uma estação para hidropressores.

No que diz respeito à drenagem de águas residuais, não existia ainda nenhum trabalho. Todo o saneamento era feito através de fossas, quando na quase totalidade do concelho as obras de saneamento básico estavam concluídas e em funcionamento. Esta situação tem a ver com as características da povoação, com ruas muito estreitas, solos xistosos muito duros, por vezes com planos de clivagem adversos, o que conduz a preços muito elevados relativamente ao custo verificado nas outras povoações do concelho.

²⁷¹ Alguma da privacidade deste habitante foi retirada, uma vez que depois de aberta à circulação pública, esta rua é frequentemente procurada pelos turistas para fotografar a tipicidade quer da rua, quer do morador.

²⁷² Convém aqui referir que a recuperação desta Igreja foi ao princípio muito desejada pela população que pretendia um espaço público onde pudessem ser realizadas as suas festas tradicionais e familiares como os bailes do Cortiço e da Pinha, festas de casamento, baptizados, convívios entre a população, etc, o que ainda se verificou enquanto a obra não estava concluída. Depois foi decidido que o espaço da antiga igreja seria utilizado para fins culturais com vista à promoção turística da vila. Realizam-se regularmente durante todo o ano exposições de artes plásticas. Mais esporadicamente algumas conferências e colóquios, pequenos concertos, algumas peças de teatro, principalmente durante a semana cultural “Monsaraz Museu Aberto” de realização anual.

O crescimento turístico de Monsaraz tornava cada vez mais inoportável esta situação de inexistência de infra-estruturas básicas que garantissem qualidade ao serviço prestado no sector hoteleiro²⁷³.

A obra iniciou-se em 1991 e terminou em 1992²⁷⁴. Em todas as artérias da vila foram levantados os pavimentos e abertas valas profundas para instalação das tubagens (figs. 93 a 95). Entre os vários trabalhos descritos no orçamento podem referir-se como os mais significativos a demolição de muros de vedações de quintais, abertura de roços e o atravessamento da muralha para instalação de tubagens. Relativamente à construção da estação para hidropressores, o local escolhido para a sua instalação foi o interior da muralha medieval, junto da torre Norte da Porta da Vila onde já desde os anos sessenta estava instalado o reservatório de água cuja câmara de manobras foi redimensionada para a instalação do novo equipamento²⁷⁵.

Paralelamente a estes trabalhos foi também feito o reforço de instalação eléctrica da vila que era já insuficiente principalmente para a realização dos grandes espectáculos que desde 1986 se realizam no castelo. Foi construído, sem projecto, um posto de transformação intramuros, perto da Porta de Évora. A construção feita em tijolo furado foi depois concluída com um revestimento exterior de xisto para reproduzir a aparência das construções com técnicas tradicionais.

Como houve necessidade de levantar os pavimentos para a realização dos trabalhos, quando foram concluídas as obras todas as ruas foram de novo calcetadas com xisto colocado em cunha. Além das ruas que antes já estavam pavimentadas, foram também

²⁷³ O processo de candidatura deste projecto à OID/NA (Operação Integrada de Desenvolvimento Norte Alentejo), refere: “(...) A população de Monsaraz (...) irá usufruir permanentemente desta melhoria de condições de salubridade e ambientais. O número de turistas que visitam a vila medieval classificada também irão usufruir deste projecto tão importante para o desenvolvimento turístico de Monsaraz, da região e do Alentejo e para o desenvolvimento social e cultural, garantindo as necessidades básicas da população”. Arquivo da Câmara Municipal, Processo OID/NA, (Rede de Distribuição de Água e Colectores de águas residuais em Monsaraz e Estação para Hidropressores em Monsaraz).

²⁷⁴ A candidatura e execução deste projecto coincidiu com as intervenções, já referidas anteriormente, que a Câmara desenvolveu nas fortificações. Todo o processo de abertura de valas se fez não só no interior como no exterior da muralha para instalação de todas as infraestruturas necessárias, também para o projecto de iluminação artística da vila.

²⁷⁵ O projecto refere, na sua memória descritiva: “Por questões de ordem arquitectónica houve que criar um espaço interior a escavar na muralha da vila, junto da torre Norte, mais precisamente ampliando o actual nicho que serve de câmara de manobras ao actual reservatório. (...) localiza-se por debaixo do depósito em nicho escavado para o efeito (...) a escolha deste local deve-se a dois factores: o primeiro de ordem hidráulica cuja localização é a ideal e o segundo de ordem arquitectónica não mexendo com a estrutura global da vila, preservando o seu valor histórico e cultural.” Entre os trabalhos previstos salientam-se “demolição manual da muralha para ampliação do actual nicho por forma a criar um espaço para a instalação do equipamento; regularização das paredes com argamassa de cimento e areia ao traço 1:3,; pavimentação de toda a zona da estação, incluindo revestimento da caleira com betonilha; porta de acesso à estação, em ferro devidamente metalizada e pintada”.

calçadados, da mesma forma, todos os espaços públicos quer intramuros quer nos espaços circundantes e interiores das fortificações (fig. 96).

Todos estes trabalhos se realizaram sem consulta aos organismos de tutela (IPPAR e DGEMN). Também não houve acompanhamento dos trabalhos de escavação e abertura de valas o que é negativamente significativo relativamente aos vestígios que certamente foram destruídos e que um acompanhamento de arqueologia urbana poderia recuperar através do registo e contribuir para um melhor conhecimento da história urbana da vila.

O projecto “Remodelação de Infra-estruturas em Monsaraz - TV por Cabo” foi candidatado ao Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) em 1994 e concluído em 1997. Este projecto pretendia remodelar infra-estruturas de modo a instalar a rede telefónica subterrânea e a televisão por cabo, com o objectivo de retirar todos os elementos visualmente dissonantes e perturbadores da fruição estética da vila, como as antenas de televisão²⁷⁶ (figs. 97 e 98) e a instalação telefónica aérea que aliás já tinha merecido vivas críticas, por parte da DGEMN, quando da sua instalação nos anos sessenta.

Foram novamente levantados os pavimentos das ruas da vila para a abertura das valas. Embora este projecto tenha sido apresentado ao IPPAR para apreciação, as recomendações, no sentido de estes trabalhos terem acompanhamento arqueológico, e de que todo o equipamento a montar no exterior fosse objecto de apreciação, não foram seguidas. Os vestígios de estruturas anteriores no interior da vila foram destruídos.

Alterações no trânsito e estacionamento da vila

O problema do trânsito e estacionamento em Monsaraz foi-se avolumando à medida que se foram criando picos de animação turística que concentram algumas centenas de automóveis. Estes acontecimentos criaram durante a década de oitenta situações verdadeiramente caóticas nos acessos, trânsito e estacionamento num conjunto urbano cuja escala é completamente desajustada desta realidade.

²⁷⁶ A Memória Descritiva do projecto justifica desta forma a necessidade da instalação da TV por cabo: “Devido à proliferação de antenas de televisão, alterando de modo significativo e dissonante, a silhueta das coberturas dos edifícios, verificando-se uma desadaptação funcional entre o edificado e a tecnologia. Torna-se imperativa a reabilitação no campo da remodelação espacial, que consiste essencialmente na adaptação das habitações às novas exigências de espaço para novos equipamentos audiovisuais. Por isso vão suprimir-se todas as antenas, substituindo-as por uma única antena (terrestre) e duas parabólicas”.

Fig. 91 e 92 – Rua do Bispo depois da intervenção e da sua abertura ao público. Vista da entrada da rua pela rua Direita, onde antes estava um portão e aspecto do troço da rua que envolve parte da Igreja de Santiago.

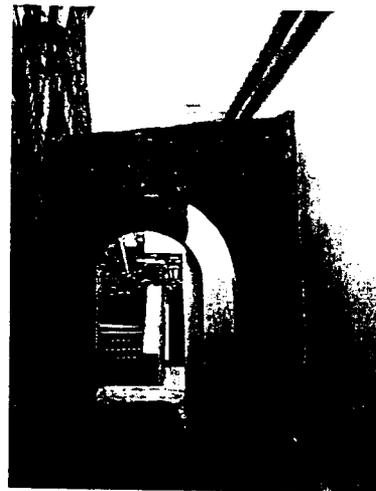


Fig. 93 a 95 –Levantamento de pavimentos e abertura de valas para instalação de infra estruturas.

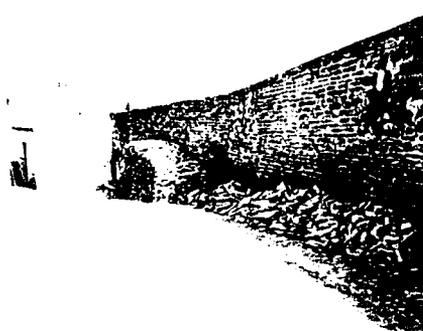


Fig. 96 – Porta de Évora. Exemplo das “soluções” encontradas no calçetamento das ruas da vila.

Fora destes períodos o trânsito automóvel dentro da vila levantava também já muitos problemas, especialmente aos fins de semana quando o número de visitantes aumenta consideravelmente.

Quando a Câmara Municipal iniciou os trabalhos de recuperação das fortificações seiscentistas e a sua transformação em parques de estacionamento, foi decidido, em 1990, proibir o trânsito automóvel dentro da vila.²⁷⁷ Esta decisão unilateral provocou o protesto generalizado da população que tomou conhecimento da proibição por comunicado, sem ter sido consultada ou participado no processo. Todos estavam descontentes, em especial os proprietários de estabelecimentos hoteleiros que temiam o prejuízo que esta medida lhes traria. A restante população estava também em desacordo não tanto com a decisão em si mas com a forma como tinha sido tomada e anunciada.

Depois de uma reunião entre a Câmara e a população, realizada na sequência dos protestos referidos, saiu um documento com as normas experimentais onde algumas cedências eram feitas relativamente à primeira decisão.²⁷⁸ Esta alteração foi aceite e a situação normalizou com a participação da população na elaboração das normas. O estacionamento extramuros e a ausência da circulação automóvel dentro da vila, excepto para os casos previstos, fazem agora parte da rotina dos moradores (fig. 99).

Criação do Gabinete Técnico Local

O Gabinete Técnico Local de Monsaraz (GTL) foi criado em Setembro de 1993. O principal objectivo da sua constituição era a elaboração do Plano de Salvaguarda e valorização da vila, para além do acompanhamento técnico das obras a realizar na vila, bem como a apreciação prévia dos projectos particulares. No âmbito das funções do GTL foram apresentadas as candidaturas ao PRAUD para a instalação da TV por cabo, já referida, para a recuperação das muralhas (2ª fase) e Ermida de S. João Baptista (Cuba) e para a recuperação da chamada Casa da Inquisição, propriedade da Câmara. O primeiro projecto

²⁷⁷ Esta decisão foi tomada em Sessão de Câmara de 18 de Julho de 1990, tendo sido também decidido emitir um comunicado à população, informando que a proibição entraria em vigor no dia 23 do mesmo mês. Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões, 18.07.1990, p.6

²⁷⁸ Em termos gerais estas normas experimentais, que sessenta dias depois de afixadas como edital se tornaram definitivas, proibem todo o trânsito automóvel dentro da vila, excepto cargas e descargas e acesso de veículos aos estabelecimentos hoteleiros, apenas pelo tempo estritamente necessário para a entrada e saída de passageiros. Nestes casos a circulação obrigatória tem entrada na Porta da Vila e saída pela Porta de Alcova. Apenas os residentes e os visitantes ali hospedados podem estacionar os seus veículo dentro da vila durante a noite (na Primavera e Verão este período vai das 21 horas até às 9 horas; no Outono e Inverno, das 18 horas às 9 horas). Uma zona dos parques (a de mais fácil acesso e mais próximo da vila, junto à Porta de Alcova) está reservada aos residentes, cujos veículos são, para o efeito, inscritos na Câmara Municipal. Arquivo da Câmara Municipal, Actas das Sessões, 01.08.1990, p. 5.

está concluído, o segundo está ainda a decorrer, tendo terminado a fase das sondagens arqueológicas na zona da Cuba. O terceiro, relativo à chamada Casa da Inquisição, não chegou a iniciar-se por razões que se prendem com a aprovação do projecto que previa a construção de um novo edifício no espaço de logradouro, proposta que foi recusada pelo IPPAR.

O Plano de Salvaguarda de Monsaraz não está ainda concluído, embora o GTL tenha cessado funções em 1996. Continua assim a não existir em Monsaraz nenhum documento de referência relativamente à sua conservação.

2.5 Arrabalde

O Arrabalde de Monsaraz estende-se a Norte entre a Porta da Vila e o outeiro de S. Bento onde existe uma ermida com o mesmo nome actualmente em ruínas (fig. 100). Não há muita informação sobre a origem histórica desta expansão extramuros, mas a sua existência no período medieval foi recentemente confirmada na sequência de escavações arqueológicas na zona da ermida de São João Baptista²⁷⁹ e terá sido uma zona de expansão da vila bem maior do que actualmente, a julgar pelos templos ali existentes (a antiga igreja de S. Bartolomeu - hoje completamente descaracterizada e transformada em casa de habitação -, a de São João Baptista e a de S. Bento) e pela área abrangida anteriormente, muito maior do que a actual. Segundo as recentes escavações arqueológicas existiu ali uma estalagem com acomodações para animais. Estas características urbanas são aliás comuns em muitas cidades e vilas: “Quer tivesse a forma alongada de prolongamento de uma artéria que vinha do interior da muralha, quer se desdobrasse por um dédalo de ruas e ruelas, o arrabalde precedia quase todas as vilas e cidades. Alguns recém-chegados julgar-se-iam

²⁷⁹ Como já referimos, a recuperação desta ermida, também chamada cuba islâmica, foi objecto de candidatura ao PRAUD, pela Câmara Municipal. Nesse âmbito, e por sugestão do parecer do IPPAR, foram feitas escavações arqueológicas, dirigidas pelo Arq. Mário Varela Gomes, na área que irá ser intervencionada, o revelim de São João. Foram identificadas no decorrer destes trabalhos as estruturas medievais, funerárias, religiosas e civis, anteriores à obra abaluartada e sobre as quais esta foi construída. A conclusão apontada para a evolução histórica daquele conjunto é a de que terá sido bastante afectado pela peste no século XVI, de tal forma que o primitivo templo de São João teria sido destruído, hipótese comprovada com a identificação das estruturas de um antigo templo no decorrer das escavações referidas, e construído o actual, muito próximo do anterior (Arquivo da Câmara, Relatório final da escavação, 1997). A atribuição da actual ermida de São Baptista ao período árabe perde sentido depois destas conclusões recentes. Aquela zona terá sido assim abandonada e aproveitada mais tarde para a construção da obra abaluartada.



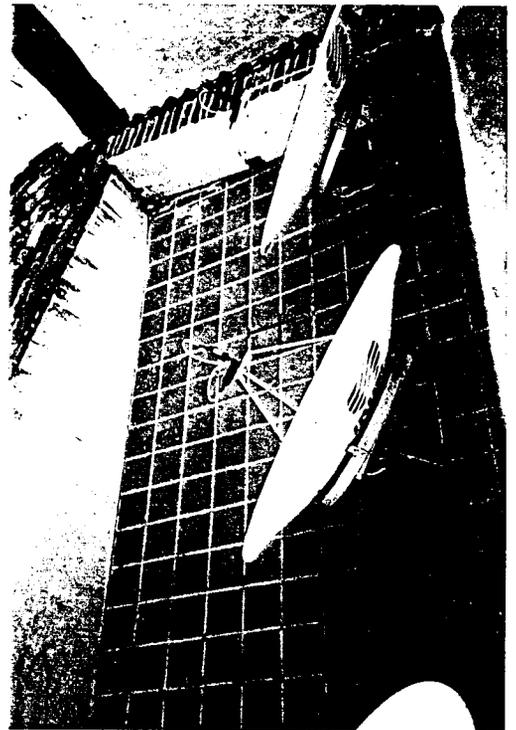


Fig. 97 e 98 - Cerimónia do retirar da última antena de televisão e aspecto das novas antenas instaladas para substituir as antigas.



Fig. 100 - Arrabalde. Vista geral.



Fig. 99 - Aspecto da sinalética introduzida, que agora faz parte da imagem da vila.

mesmo em pleno núcleo urbano. Não tinham os arrabaldes de Santarém igreja paroquial, hospital, açougues e estalagem?”²⁸⁰.

O centro deste núcleo é o largo de S. Bartolomeu, para onde convergem todas as ruas do Arrabalde, e a artéria de ligação ao interior da muralha. Era no Arrabalde que estava a Casa da Roda para deposição das crianças abandonadas, depois acolhidas pela Misericórdia de Monsaraz, criada em 1521. Este edifício, muito pobre e em ruínas ainda existe numa das ruas com menor visibilidade do Arrabalde, à saída para a Azinhaga do Telheiro²⁸¹.

Este lugar sempre foi um pouco marginalizado e ainda hoje é sinónimo, embora de forma cada vez mais ligeira, de menor importância social. É mais importante socialmente morar dentro das muralhas, é lá que estão as melhores casas e os monumentos, é lá que se realizam preferencialmente as obras públicas, ou pelo menos é sempre ali que têm o seu início. Os preços dos prédios são consideravelmente mais baixos no Arrabalde do que intramuros.

O Arrabalde não está classificado, apenas é abrangido pela Zona de Protecção das muralhas.

Foi no entanto no Arrabalde que foi feita a primeira compra de casas de que temos conhecimento, em 1963²⁸², e que seriam transformadas no primeiro equipamento turístico de Monsaraz. A Estalagem abriu em 1972 (fig. 101), e neste ano, em que também havia muitos conflitos em Monsaraz, mas que foi também o ano da criação da Zona de Turismo, aproveitou-se este facto para promover os forasteiros que traziam o progresso para Monsaraz. A Estalagem de turismo era um ideal para o escol local. Já nos anos quarenta, como referimos, o pároco solicitava a sua construção e esta pretensão não parou nos anos seguintes.

A sua existência era condição *sine qua non* para o desenvolvimento do turismo²⁸³ e foi durante muitos anos o único alojamento turístico existente em Monsaraz. Depois de

²⁸⁰ ANDRADE, 1988: 77.

²⁸¹ A Misericórdia de Monsaraz teve até ao princípio do século um importante papel no apoio aos expostos, principalmente no pagamento às amas que criavam as crianças. A Casa também chamada do Enjeitado ou do Berço estava em 1970 já “em estado deplorável” e já nesta altura a Câmara decidiu averiguar das possibilidades de ali realizar obras para evitar que ruísse (Arquivo da Câmara, Actas das Sessões, Livº nº 76, de 22 de Abril de 1970, fl 162 vº). As obras não chegaram a realizar-se e cada vez é mais plausível que se perca este vestígio material de uma prática secular tão ligada à história social e económica da vila.

²⁸² Neste ano foram comprados vários prédios que depois foram completamente alterados e transformados no que hoje é a estalagem de Monsaraz.

²⁸³ Diário do Sul, de 28 de Fevereiro de 1972.

construída, foi até demolido um arco na rua de entrada no Arrabalde, para permitir que os autocarros com turistas pudessem chegar até à Estalagem²⁸⁴.

As intervenções institucionais no Arrabalde não são significativas, à excepção das realizadas na Cuba/ermida de São João Baptista e capela de S. Bento, pela DGEMN.

As obras nestes edifícios começaram em 1960 com a reparação e isolamento das abóbadas das duas capelas, colocação de portas e tapamento de alguns vãos com panos de tijolo. Em 1962 foi construída a cobertura do telhado, na capela de S. João. Em 1967 foram ainda realizadas escavações e remoção das terras que entaipavam a ermida. Em 1968 foi efectuada a reparação da muralha envolvente, a reconstrução de um murete de pedra solta junto à ermida e ainda uma pequena sondagem de cerca de um metro quadrado no interior, junto à porta de entrada e junto ao altar que, segundo o registo, não revelaram qualquer interesse especial²⁸⁵ (figs. 102 a 104).

A capela de S. Bento não teve mais intervenções²⁸⁶, ao contrário da capela de S. João Baptista. Em 1975 foram ali realizados novamente trabalhos de reparação, com a impermeabilização da cúpula, a desobstrução da capela e de um vão²⁸⁷. A ermida de S. João Baptista é também designada por Cuba, principalmente depois do trabalho publicado por José Pires Gonçalves que, erradamente, lhe atribui origem islâmica apontando o período almôada para a sua construção. Devido a essa convicção criada, estas últimas obras da DGEMN orientaram-se com base nesse princípio e, por essa razão foi impermeabilizada a cúpula para ficar à vista, sem qualquer cobertura, numa atitude de fidelidade às supostas influências islâmicas na construção do imóvel.

Estas obras de recuperação não foram concluídas, pelo menos no que diz respeito ao restauro dos frescos existentes no interior da ermida. Desde 1975 que o Instituto José de Figueiredo alertou para os perigos existentes na conservação destes frescos, devido à concentração de humidade dentro do imóvel, aconselhando um arejamento conveniente do edifício²⁸⁸. Em 1987 um segundo aviso daquele Instituto chama a atenção para o perigo da deterioração irreversível dos frescos, pois ainda nada tinha sido feito²⁸⁹. Neste momento, e

²⁸⁴ Arquivo da Câmara, Actas das Sessões, 10 de Julho de 1972.

²⁸⁵ Cf. Apêndice I

²⁸⁶ A capela de S. Bento encontra-se agora em estado de ruína, em risco de desmoronamento

²⁸⁷ Cf. Apêndice I.

²⁸⁸ Arquivo da DREMS, Proc° S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz, Informação de 3 de Julho de 1975.

²⁸⁹ *Ibidem*, Ofício de 3 de Novembro de 1987.



Fig. 101 – Estalagem de Monsaraz. Aspecto actual.

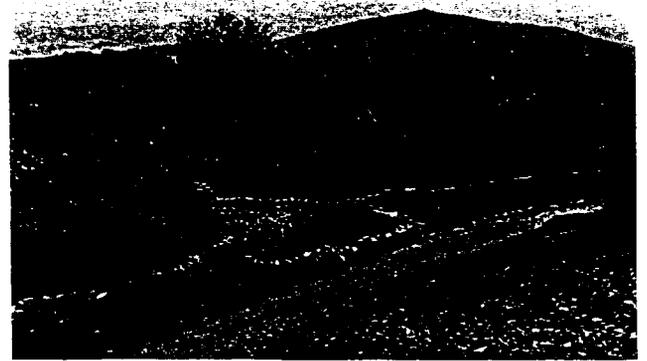


Fig. 102 e 103 - Capela de S. João, antes do restauro.

Fig. 104 – Restauro da Capela de S. João, campanha de 1962.



como já foi referido, está em curso um projecto de valorização da capela, estando também previsto o restauro das pinturas.

Além da DGEMN também José Pires Gonçalves foi autorizado a estudar, em 1967, a capela de S. João Baptista, através da realização de escavações arqueológicas, em colaboração com Henrique Leonor Pina e Martim Velho²⁹⁰. Do início destes trabalhos e das suas conclusões não foi dado conhecimento à DGEMN²⁹¹. Não temos assim qualquer informação sobre os vestígios identificados.

No largo de S. Bartolomeu existe também uma necrópole rupestre com sepulturas antropomórficas, estudada já nos anos noventa pela Fundação do Convento da Orada mas sobre cujos resultados não conseguimos infelizmente qualquer informação.

Relativamente à construção das infra-estruturas, embora não tivessem uma simultaneidade de execução com o conjunto intramuros, neste momento todas estão feitas, à excepção da rede de televisão por cabo cuja construção irá iniciar-se brevemente.

No que diz respeito às intervenções particulares, elas seguiram basicamente a mesma evolução verificada no conjunto intramuros, embora a um ritmo menos acelerado e mais tardio, uma vez que a procura de casas no Arrabalde não foi tão forte e, conseqüentemente, o número de intervenções também não foi tão elevado. No entanto, nos últimos anos verificaram-se obras significativas e até uma construção clandestina de um edifício de dois pisos. Este edifício que acabou por ser demolido pela Câmara Municipal em 1987, constitui até hoje o único caso de demolição registado em Monsaraz devido à clandestinidade de construção, embora não seja infelizmente o único caso de ilegalidade, conforme vimos referindo.

²⁹⁰ Ibidem, Ofício da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, de 24 de Junho de 1967.

²⁹¹ Em torno do restauro e do estudo deste imóvel decorreu um dos conflitos mais extremados do processo de conservação que vimos estudando e que merece referência para ilustrar o clima difícil que sempre tem pautado o relacionamento entre os intervenientes neste processo e cujas conseqüências têm afectado consideravelmente a qualidade na conservação do conjunto. Na sequência das sondagens nos pavimentos realizadas no interior da capela em 1968 pela DGEMN, a seguir portanto às escavações dirigidas por José Pires Gonçalves, este apresentou uma queixa em tribunal sobre assalto à ermida ou trabalhos mal executados em 1971. Na sequência desta queixa o responsável da 3ª Secção de Évora da DGEMN (Arq. Rui Couto) foi chamado a prestar declarações em tribunal. Em visita ao monumento ficou provado não haver indícios de qualquer assalto ao monumento. Foi também provado em tribunal que em 1971 não se realizaram obras na ermida.

III - TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA

O processo de conservação e restauro de Monsaraz, motivado pelo reconhecimento oficial e público da sua importância monumental, primeiro apenas das fortificações e mais tarde de todo o conjunto intramuros, teve consequências inequívocas que estão na base da transformação urbana que hoje podemos verificar na vila. Apontamos aqui as alterações que consideramos mais marcantes e que mais directamente afectam a vida da cidade que o mesmo é dizer a vida das pessoas.

1. População

“Quando nasce uma criança em ‘Vila Velha’ nascem uma alma e um fôlego novos à comunidade”²⁹². Esta afirmação é cada vez mais verdadeira em Monsaraz. Para além das razões válidas para todo o Alentejo quando falamos da evolução demográfica, em Monsaraz existe ainda outra razão, produto de uma intervenção concreta, que fez acelerar consideravelmente a diminuição da população. Referimo-nos à transferência da propriedade urbana verificada nas últimas décadas e à ausência de medidas para inverter a situação.

A vila passou de 347 habitantes em 1960 para 145 habitantes em 1995, sendo que apenas cerca de 110 vivem no conjunto intramuros²⁹³. A estrutura etária é também reveladora: cerca de 50 pessoas têm mais de sessenta anos, as crianças não chegam a uma dezena. As crianças em idade escolar diminuem de ano para ano. Neste momento nem sequer funcionam na escola primária os quatro primeiros níveis do ensino básico por falta de alunos que, ao todo, não chegam a uma escassa meia dúzia. No ano lectivo de 1967/68, quando foi construída a nova escola, havia 30 crianças entre os 6 e os 12 anos que frequentavam a escola²⁹⁴. Dez anos mais tarde ainda existiam 28 crianças entre 0 e 10

²⁹² RAMOS, 1992: 111.

²⁹³ Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz, Dados estatísticos sobre a Freguesia; CUTILEIRO, 1977; RAMOS, 1992. Segundo estas informações, a evolução da população de Monsaraz e Arrabalde foi a seguinte: 1960: 347 hab.; 1965: 292 hab.; 1970: 235 hab.; 1977: 226 hab.; 1978: 219 hab. 1981: 164 hab.; 1989: 159 hab.; 1991: 154 hab.; 1995: 145 hab.

²⁹⁴ Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz, Relação das crianças pertencentes ao núcleo escolar da Vila de Monsaraz, no ano lectivo de 1967/68.

anos²⁹⁵. Em 1972 o número de crianças que previsivelmente frequentariam o parque infantil era ainda de 55²⁹⁶. Como já referimos, agora já nem existe sequer parque infantil.

O Ministério da Educação tentou em várias ocasiões, desde 1985/86 encerrar a escola pelo facto de ter menos do que 10 alunos, fazendo por isso parte do grupo das chamadas “escolas isoladas” que por lei devem ser encerradas e as crianças transferidas para a escola mais próxima. A pressão da Câmara evitou que a escola fechasse e, em 1992 a Câmara Municipal conseguiu mesmo resolver definitivamente a questão, tendo acordado com o Ministério que, dadas as características particulares de Monsaraz, a escola continuaria em funcionamento, independentemente do número de alunos que a frequentem²⁹⁷.

Podemos assim dizer que em Monsaraz a escola é artificialmente mantida não porque se esteja a fazer algum trabalho para ali fixar população mas porque se trata de uma vila turística, classificada e, como tal, deve ser excepcionalmente considerada. Não se pensa nas vantagens ou desvantagens que o facto possa ter para as crianças em causa. Segundo alguns técnicos de educação pode ser bastante prejudicial para uma criança passar os seus primeiros quatro anos de escolaridade sem colegas, sem um grupo, fundamental para a troca de experiências, para a aprendizagem e para o crescimento saudável.

Com este cenário não é portanto de admirar que o nascimento de uma criança represente uma alegria colectiva e não apenas familiar. Aliás a amputação a vários níveis que caracteriza esta comunidade torna compreensível que os grandes momentos da vida comunitária actual sejam o nascimento, a morte e a festa²⁹⁸. O nascimento, por razões já referidas, a morte, porque é um acontecimento frequente, dado o envelhecimento da população (o aparatoso ritual associado a este acontecimento em Monsaraz mostra bem o peso que representa no cenário social). A festa representa um esforço de renovação e um corte com a prática quotidiana, agora pendularmente pautada pelo fluxo turístico.

Acontecimentos outrora tão importantes, quando Cutileiro fez o seu trabalho de campo na década de sessenta, como o casamento, a competição ou as colheitas, por exemplo, perderam significado ao longo do processo descrito. Restaram os verdadeiros

²⁹⁵ *Ibidem*, Dados estatísticos referentes a Monsaraz e Arrabalde, 1977 e 1978.

²⁹⁶ *Ibidem*, “Terrenos de que esta Junta pode dispor para construção dos parques infantis”, 21 de Novembro de 1972.

²⁹⁷ Arquivo da Câmara, Proc° 5.3.4, Pareceres sobre o eventual encerramento da escola de Monsaraz, 1990, 1991, 1992. Os pareceres da Câmara apontavam como principal justificação o facto de a escola ser a única manifestação de vitalidade em Monsaraz e, encerrando a escola, a vila perderia um elemento importante no seu valor como conjunto classificado...

²⁹⁸ RAMOS, 1992:110.



Fig. 105 – Café de Monsaraz.



Fig. 106 e 107 - Porta do Buraco e porta da vila, espaços preferenciais de sociabilidade da população masculina.



Fig. 108 – A placa “Proibido fotografar”, evidencia um distanciamento dos visitantes para manutenção de alguma privacidade.



Fig. 109 – Manifestação de desagrado de uma habitante ao ser fotografada.



pilares que ainda simbolizam a identificação colectiva em torno de valores fundamentais. É no nascimento, na morte e na festa que a população de Monsaraz consegue o seu maior grau de privacidade colectiva e em que é de facto protagonista do que se passa na sua terra. Digamos que esta trilogia é o ponto de recuo cultural da população de Monsaraz.

Os lugares de sociabilidade da população ainda se dividem, como nas comunidades tradicionais, entre espaços masculinos e femininos. As mulheres usam a rua para saídas fugazes e com objectivo determinado. O seu espaço privilegiado é a casa, a janela e a porta da rua, onde é organizado o convívio feminino. Esta prática é mantida à margem da frequência turística que transforma a rua em “avenida de forasteiros”²⁹⁹.

Os homens que, tradicionalmente no Alentejo, usam a rua e a taberna como lugares privilegiados de sociabilidade vêem cada vez mais invadido o seu espaço tradicional. Enquanto nas outras povoações do concelho este esquema da sociabilidade masculina continua a funcionar, em Monsaraz o modelo teve que ser “adaptado” em função das alterações verificadas. As tabernas foram transformadas em restaurantes. Alguns deles mantiveram um espaço de café, na antecâmara, que a população masculina usa como se fosse o antigo lugar de convívio (fig.105). Estes espaços estão muito claramente divididos da sala do restaurante destinada aos turistas.

A natureza distinta de cada um destes espaços, marcada pelo público diferente a que se destinam, é visível até na decoração que cada um deles apresenta: o restaurante é geralmente decorado com objectos considerados típicos, mas que, em rigor, nunca fizeram parte do recheio tradicional de uma taberna, como é por exemplo o caso de alfaias agrícolas a enfeitar paredes. O espaço do café, utilizado pela população, tem uma decoração identificada com as pessoas que o frequentam mas que representa ao mesmo tempo um certo “desvio” do “estado puro” que os forasteiros esperam encontrar nestas paragens.

Relativamente aos espaços exteriores, os lugares preferenciais são a Porta da Vila e a Porta do Buraco, sítios de domínio da paisagem circundante e de maior conforto climático³⁰⁰ (figs. 106 e 107). Os espaços de sociabilidade da população de Monsaraz são ainda, embora com algumas alterações, claramente diversos dos lugares públicos frequentados pelos visitantes.

²⁹⁹ RAMOS, 1992:109.

³⁰⁰ Existem períodos do dia próprios para frequentar estes sítios consoante o grau de conforto que eles oferecem e que se medem em função da sombra e do fresco, no Verão, e na “soalheira” abrigada do vento durante as estações mais frias.

O turismo acarreta com efeito um forte contributo para a morte da sociabilidade local. Naturalmente que a continuidade socio-cultural não é um processo de sentido único em que a tradição se opõe à mudança de modo linear. Ela é feita de contribuições de sinais contrários e assimiláveis. O que se verifica aqui é que a tendência se orienta no sentido da inovação e que cada vez menos existe massa crítica suficiente para manter referências tradicionais. Ao longo do processo que estudamos, não foi tido em consideração que nas cidades históricas “o âmbito da conservação não é apenas um conjunto de objectos físicos (...) mas sim um organismo habitado, aquilo que resta da cidade pré-industrial com a sua população tradicional”³⁰¹

Embora grande parte da população activa de Monsaraz desenvolva a sua actividade no sector turístico, os habitantes da vila mantêm apesar de todas as dificuldades um sábio distanciamento quotidiano naquilo em que necessariamente os seus hábitos são afectados (fig. 108). Contudo, em entrevistas realizadas durante o nosso trabalho de campo, todas as pessoas consideram o turismo como uma actividade importante porque cria postos de trabalho.

De uma forma geral a população tem a consciência de que as exigências de qualidade e conforto que a indústria turística acarreta lhe têm trazido indirectamente alguns benefícios e privilégios relativamente a outras povoações do concelho que de outra forma certamente não teriam. A TV por cabo é um bom exemplo disso: “por causa dos turistas não verem as antenas nos telhados, agora tenho 19 canais de televisão em casa!” Este comentário de um habitante é revelador da consciência das pessoas sobre quem são os primeiros destinatários dos grandes investimentos, feitos especialmente na última década.

Por outro lado observamos muitas vezes o cansaço dos residentes relativamente à exploração a que o turismo sujeita a sua própria imagem. Já em 1969 um habitante de Monsaraz dizia: “Quem ganha mais é essa gente do cinema e das fotografias que vai por esse mundo contar a vida da gente”³⁰². Fotografar o habitante típico é uma tentação a que quase ninguém resiste e que coloca a população numa constante cenarização em que é sempre figurante no filme dos outros. Esta situação que se verifica sistematicamente provoca muitas vezes características reacções de desagrado (fig. 109).

³⁰¹ Benévolo, 1989:159.

³⁰² “Como se vive numa aldeia pre-histórica”, in *O Século Ilustrado*, nº 1639, 31. Maio . 1969, pp. 62-69.

2. Actividades sociais e animação turística

As actividades sociais e festivas que tradicional e ciclicamente renovavam o tempo desta comunidade foram sendo substituídas pelas actividades da chamada “animação cultural” para a promoção turística.

O calendário tradicional de festas incluía realizações como os bailes da Pinha e do Cortiço, a festa da Santa Cruz, a festa de S. Bento e do Senhor Jesus dos Passos, a maior parte delas de natureza pagã, depois integradas pela Igreja Católica e transformadas em festas religiosas.

Algumas destas manifestações tradicionais ainda se realizaram, embora sem a regularidade habitual, até ao início dos anos noventa. Actualmente, apenas se celebra a festa do Senhor Jesus dos Passos, a mais importante de todas as actividades colectivas da população de Monsaraz. É neste período (segunda semana de Setembro) que todos os naturais não residentes visitam a sua terra para participar em dois acontecimentos fundamentais da festa. A procissão e a tourada são de facto dois momentos altos desta festa, aguardados ao longo do ano. A tourada tem ainda a particularidade da morte do touro fazer parte integrante do espectáculo, com claras influências da proximidade com a fronteira.

O cerimonial, os rituais e de uma forma geral toda a imagem que estas manifestações transmitem são fundamentalmente diferentes das características das manifestações de e para alienígenas que desde meados dos anos oitenta ali se iniciaram (figs. 110 a 120).

A animação está muito ligada à encenação do conjunto. Este é apresentado como um espectáculo. A iluminação nocturna transforma a povoação quase numa divindade em glória, eliminando os aspectos reais da arquitectura. Com a animação cultural e turística, cujo objectivo anunciado pelos organizadores é a valorização do património, o conjunto histórico “entra em concorrência com os espectáculos e os eventos que lhe são impostos (...) Exposições, concertos óperas, representações dramáticas, desfiles de moda, associam-se a um património que os valoriza e que eles podem, por sua vez, devido a esta estranha relação antagónica, valorizar, menosprezar ou reduzir a nada.”³⁰³

Como referimos, as festas tradicionais deixaram de se realizar e passou a cumprir-se um programa de “manifestações culturais” promovidas ou apoiadas na sua maior parte pela

³⁰³ CHOAY, 1992:168.

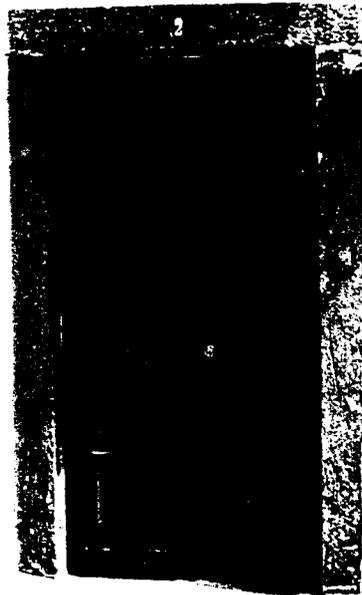


Fig. 110 a 112 - Festa da Santa Cruz.



Fig. 113 a 118 - Procissão do Senhor Jesus dos Passos, que percorre toda a vila e arrabalde.



Fig. 119 e 120 - Tourada da festa do Senhor Jesus dos Passos.

Autarquia. Esta promove uma animação turística de picos que concentra pontualmente em Monsaraz alguns milhares de pessoas, criando situações de caos a vários níveis. Efectivamente a vila não está dimensionada para responder cabalmente a esta situação e mesmo os restaurantes desmontáveis que ali se fixam neste período não conseguem satisfazer todas as necessidades.

Desde 1986 que anualmente se realiza uma “semana cultural” denominada Monsaraz Museu Aberto cujo objectivo é a “promoção das potencialidades turísticas” de Monsaraz. Um modelo eclético caracteriza esta semana, uma vez que inclui espectáculos de teatro, dança, música popular e erudita, torneios medievais, espectáculos com grupos rock, exposições de pintura, escultura, fotografia, feira de artesanato, etc. Não há qualquer linha de orientação com vista a um objectivo específico. Os critérios que presidem à selecção dos espectáculos e exposições são inexistentes. Tanto é possível assistir a manifestações de grande qualidade do ponto de vista da execução e da interpretação, como a espectáculos menores com uma grande falta de qualidade artística e técnica (figs.121 e 122). Para além da qualidade ou da falta dela, o facto de esta realização não ter qualquer intencionalidade concreta, não fazer parte de um plano de actuação mais vasto e não se identificar minimamente a nenhum nível com a população residente põe claramente em causa a necessidade ou a bondade da sua existência.³⁰⁴

Outro tipo de realizações mais isoladas revelam também a inexistência de planeamento a este nível e a promoção “não se sabe bem de quê para não se sabe bem quem”.

O Monsaraz Megarock, 1º (e único) Festival de Música Moderna que se realizou durante dois dias em Maio de 1995 propunha-se “ocupar lugar de destaque no panorama musical português, servindo para dinamizar a vila medieval dando a conhecer a sua beleza e riqueza patrimonial e as condições fantásticas que o castelo da vila oferece para a produção de concertos”³⁰⁵.

Tal como era previsível, a objectiva falta de qualidade do evento e os comportamentos dos protagonistas e espectadores agrediram mais do que o suportável os hábitos da população residente e os protestos que se seguiram deverão ter contribuído para a não realização da segunda edição anunciada.

³⁰⁴ Este tipo de iniciativas têm algumas vantagens para a população em termos económicos, pois a vinda de milhares de pessoas a Monsaraz representa um ganho efectivo para os empresários de hotelaria.

³⁰⁵ Arquivo da Câmara, Actas das Sessões, 8 de Fevereiro de 1995

A autorização para a realização de uma “Rave Party” no castelo de Monsaraz em 1996 provocou também uma onda de indignação.

Numa povoação com a dimensão de Monsaraz é quase impossível ficar à margem de um acontecimento como este e é claro que mais uma vez a população protestou contra o desrespeito com que tinha sido tratada .

A vontade, a tranquilidade e até o gosto da população são frequentemente ignorados nas iniciativas impostas do exterior.

Uma comunidade (ainda) tradicionalmente organizada como esta não pode ser gratuitamente agredida com práticas comportamentais totalmente distintas das suas, apenas por razões que têm a ver com a fruição estética de um cenário.

3. Actividades económicas e estrutura profissional

A diversidade das actividades económicas da população diminuiu consideravelmente nas últimas décadas, facto que se reflectiu naturalmente na estrutura profissional. A principal actividade era, até finais da década de sessenta, o trabalho assalariado na agricultura. Pelas razões que já referimos na primeira parte, não havia em Monsaraz grandes proprietários fundiários. A população era quase exclusivamente assalariada e desenvolvia paralelamente actividades agrícolas de subsistência em pequenas courelas residuais dos antigos baldios. A pesca no rio Guadiana era também uma actividade complementar importante. A partir dos fins dos anos sessenta a instalação de uma unidade industrial de pasta de papel no concelho limítrofe de Mourão, absorveu parte importante da população activa da vila que não via grande futuro na agricultura sem terra. Havia contudo uma série de pequenas actividades na área dos serviços que decorriam das necessidades quotidianas da população. Pequenas lojas de natureza variada satisfaziam diariamente essas necessidades. Para as grandes compras havia a feira de Santa Maria, realizada no Rossio da Coutada (parte de um dos antigos baldios), e as visitas dos almocreves, que agora ainda visitam regularmente a vila com o nome de vendedores ambulantes, portadores das principais novidades.

Com a instalação dos novos frequentadores da vila e todo o crescimento turístico subsequente, as actividades económicas sofreram grandes alterações. As pequenas tabernas foram, como dissemos, transformadas em restaurantes e abriram ao longo das últimas três décadas vários estabelecimentos hoteleiros e lojas de artesanato.

Através de uma investigação feita a partir do recenseamento dos chefes de família com direito a voto em 1950, chegamos à conclusão que existiam cerca de 24 profissões diferentes em Monsaraz, cujos profissionais residiam na vila. Actualmente o número de profissões existentes na vila são 6, sendo que 3 estão ligadas à actividade turística³⁰⁶ (fig. 123).

Profissões que hoje continuam a existir nas outras povoações do concelho e a ter o seu papel no quotidiano, como o sapateiro e o barbeiro, por exemplo, desapareceram

³⁰⁶ Arquivo Municipal, Recenseamento dos Cidadãos da Vila de Monsaraz (1843-1950). As profissões identificadas para o ano de 1950 foram as seguintes: Jornaleiro, Sapateiro, Carpinteiro, Pároco, Seareiro, Oficial de Escritório, Guarda Fiscal, Moleiro, Encarregado de Estação Postal, Fiscal de Impostos, Barbeiro, Pedreiro, Professor, Taberneiro, Farmacêutico, Enfermeiro, Médico, Cabreiro, Porqueiro, Pastor, Abegão, Coveiro, Alfaiate, Sacristão. As profissões actualmente existentes são: Empregado de Hotelaria (restaurantes e alojamentos), Empregado de Comércio (lojas de artesanato), Empresário de hotelaria, Professor, Operário Fabril, Funcionário Público.

completamente. Mesmo o Pároco, que durante muitos anos ali residiu, viu a sua residência transformada em alojamento turístico.

A autenticidade cultural das vivências é também afectada por uma cada vez menor diversidade de actividades económicas. O desequilíbrio já referido entre as profissões existentes em 1950 e actualmente é revelador e repercute-se em sinais visíveis como a sinalética. As placas indicadoras de restaurantes, quartos e lojas de artesanato, sugerem imediatamente a monotonia e a unicidade das actividades da população (figs. 124 a 130).

Algumas actividades paralelas de subsistência, que não podem propriamente considerar-se profissionais, foram proibidas. Um aspecto da especificidade dos hábitos da comunidade, era a matança do porco que, por razões de falta de espaço no interior das habitações, sempre foi feita na rua. Era um acontecimento colectivo, pois devido ao curto período do ano em que eram realizadas as matanças, muitas famílias se juntavam para no mesmo dia fazerem a sua matança. Agora não é permitido e as poucas pessoas que ainda continuam esta prática fazem-no em terrenos bastante afastados da vila para não incomodar os visitantes com o “espectáculo macabro” do sangue e dos grunhidos do animal.

Por outro lado, nas unidades de turismo rural circundantes, uma das principais atracções do Inverno é a “Matança do Porco”, divulgada como uma espectacular “tradição típica”, pelo qual os turistas pagam. Só que desta vez não é uma atitude típica de uma cadeia alimentar ecológica. O que acontece é uma matança sem necessidade, apenas movida pela mesma razão que leva à proibição da actividade autêntica: o turismo. Enquanto que a principal razão para a importância do porco na cultura da região, é a possibilidade de um aproveitamento multifacetado que dura praticamente ao longo de todo o ano, nestas matanças turísticas o porco é totalmente consumido numa grande festa com entradas pagas...

A criação de animais domésticos fazia-se habitualmente entre as fortificações medieval e seiscentista. Quando foram feitas as intervenções nas muralhas, foram demolidos, por razões estéticas, todos os chiqueiros existentes e a maior parte dos habitantes que não tinha outro espaço próximo para continuar a criar os animais, deixou de praticar essa actividade fundamental para a sua subsistência, alterando forçosamente os seus hábitos alimentares e o seu já precário rendimento.

Também no que diz respeito ao contexto territorial de Monsaraz e ao seu sistema produtivo tradicional, as alterações têm tido significado particular. Já referimos na primeira parte a origem e as características fundiárias locais. Estas criaram um tipo de paisagem



Fig. 124 a 130 – Exemplos da sinalética existente que evidencia a ausência de diversidade das actividades económicas da população.

especial que está em extinção. A diminuição de importância da agricultura no contexto regional e nacional provoca uma transferência da propriedade para os novos proprietários urbanos, que quebram a continuidade tradicional do uso. A concretização do grande projecto de Alqueva também contribuirá para a profunda alteração das actividades económicas, devido às actividades turísticas náuticas e aos campos de golfe que estão previstos para a região.

IV - TRANSFORMAÇÃO E MITIFICAÇÃO URBANA

1. O turismo como unicidade funcional

O turismo é agora praticamente a única actividade profissional da população activa da vila, à excepção dos postos de trabalho ligados à Função Pública (Junta de Freguesia, escola e centro médico). A criação aleatória de unidades de alojamento turístico, de restaurantes e lojas de artesanato, motivada pela realização de actividades não direccionadas anulou completamente a diversidade na vila de Monsaraz. Tudo é feito em função da “promoção turística e cultural” mas de uma forma não estudada e não programada.

Todos, quase sem excepção, consideram que o futuro de Monsaraz está no turismo. Poucos se apercebem da delicadeza, instabilidade e carácter predador e corrosivo que o turismo significa, quando considerado como única actividade a contribuir para o desenvolvimento de qualquer localidade.

Neste momento, Monsaraz já não tem capacidade de carga para resistir à pressão do fenómeno turístico. Tem-se olhado o turismo como uma actividade essencialmente económica e não foram tidos em consideração outros aspectos importantes ligados à vida quotidiana da população, ao seu equilíbrio ecológico e social e à salvaguarda da sua privacidade.

Através de uma observação mais atenta sobre a evolução da ocupação do parque edificado ao longo das últimas décadas podemos verificar a importância crescente da actividade turística em Monsaraz. Desde a década de setenta que os equipamentos turísticos não param de crescer no conjunto intramuros. Se a isto juntarmos o número das habitações fechadas (casas de férias) o espaço residencial permanente fica de facto bastante reduzido (figs. 131 a 136). Mais de 50% do parque habitacional corresponde a casas fechadas; cerca de 30% da área construída (excluindo os edificios públicos) está afectada a equipamentos turísticos; o conjunto dos equipamentos turísticos e da habitação permanente é três vezes superior ao da área de habitação efectiva. É cada vez mais difícil a fixação de famílias, quer pela escassez de espaço habitacional, quer pela especulação imobiliária. Todos os (poucos) casais jovens são forçados a residir numa das outras aldeias da freguesia ou do concelho.

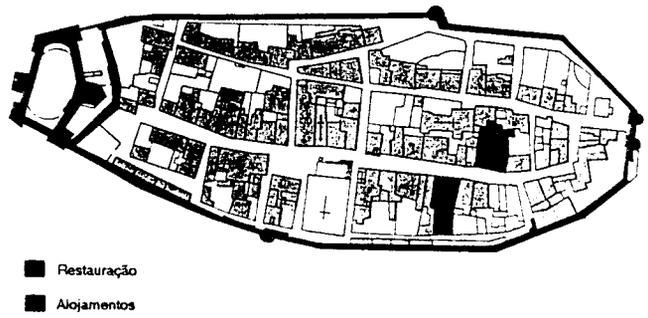


Fig. 131 – Os equipamentos turísticos na década de setenta.

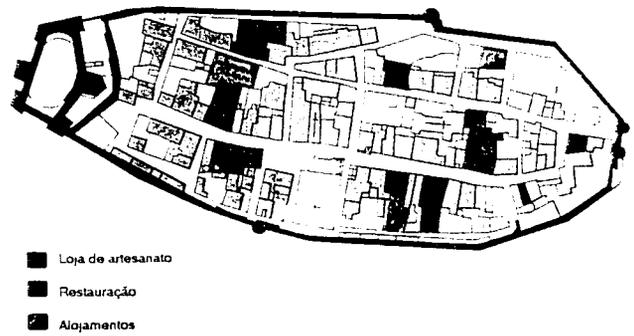


Fig. 132 – Os equipamentos turísticos na década de oitenta.

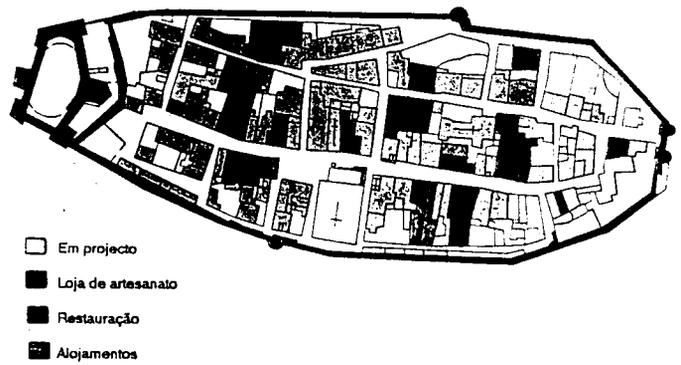
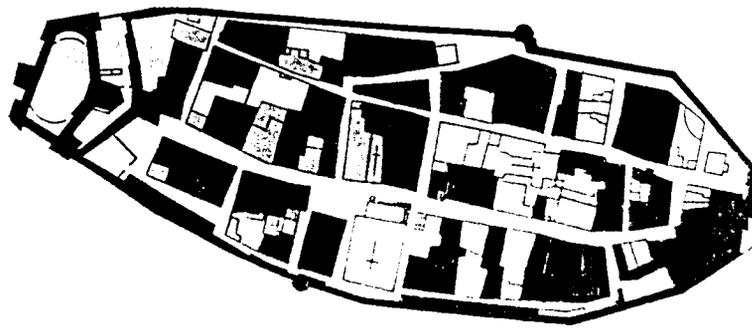
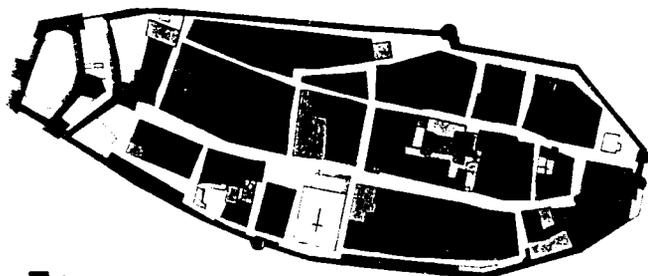


Fig. 133 – Os equipamentos turísticos em 1996.



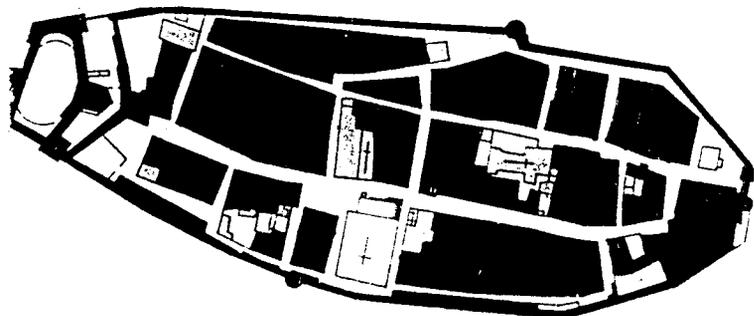
- Residência ocasional/Desocupada
- Residência Permanente

Fig. 134 –Relação entre as áreas de residência permanente e não permanente.



- Espaço residencial
- Equipamento turístico
- Edifícios públicos

Fig. 135 – Relação entre os espaços residencial, turístico e público.



- Habitação permanente
- Equipamento turístico/Residência ocasional/Desocupada

Fig. 136 – Relação entre as áreas habitadas e não habitadas.

O turismo é de facto uma realidade irreversível nas nossas sociedades. Deve ser encarado como tal e retirar daí todas as vantagens possíveis (que podem ser muitas), tentando reduzir ao mínimo os óbvios prejuízos e desvantagens de todos conhecidas. Esse objectivo não se consegue certamente abandonando o fenómeno turístico aos mecanismos da oferta e da procura como acontece em Monsaraz³⁰⁷.

A Carta do Turismo Cultural do ICOMOS considera como um dos objectivos principais da conservação do património cultural, a transmissão ao público do significado do lugar. O rápido e não controlado crescimento do turismo pode gerar desequilíbrios insustentáveis³⁰⁸.

A Declaração de Sófia, documento produzido no âmbito do congresso sobre Património e Mudanças Sociais, chama a atenção para esta problemática, referindo que “antes de rentabilizar ao extremo as actividades turísticas, arriscando transformá-las numa ameaça à integridade do património cultural, tem de se ter em conta cada vez mais a relação entre o património e a comunidade que o herdou. As actividades turísticas só podem pretender fazer uso do património, desde que assegurem o respeito ao seu significado e à sua mensagem. Este procedimento é o único que pode melhorar as condições de vida dos habitantes, preservando a ecologia social, respeitando as referencias e valores culturais, isto é, as condições para um desenvolvimento duradouro e sustentado.”³⁰⁹

Um lugar, tal como refere a Carta do Turismo Cultural, é memória e identidade, é um espaço cultivado na medida em que sofreu determinada acção humana. É por isso que um lugar se distingue exactamente pelo seu carácter local. Se o lugar deixa de se identificar com a sua história, deixa de ser “aquele” lugar e a transmissão do seu significado ficará irremediavelmente comprometida.³¹⁰

³⁰⁷ SILVA, 1995:80.

³¹⁰ Carta do Turismo Cultural do ICOMOS, Projecto para a terceira revisão, 1997.

³⁰⁹ Declaração de Sofia, 1996 XVI Assembleia Geral do ICOMOS, Sofia.

³¹⁰ NORBERG-SCHULTZ, 1987.

2. A cor e a imagem urbana

Associar hoje a cor à imagem urbana de Monsaraz não faz aparentemente qualquer sentido. Efectivamente, a monocromia do branco, alimentada e oficializada nas últimas décadas como “imagem de marca” do conjunto, permite que falemos hoje de uma arqueologia da cor em Monsaraz.

O uso massificado do branco na pintura das fachadas foi considerado, desde a década de sessenta, fundamental para devolver tipicidade à vila, integrando-a na monumentalidade da cal e da pedra.

Anulou-se assim toda a diversidade cromática própria da vida e da alma do conjunto urbano. Através de algumas imagens fotográficas anteriores a este processo podemos ter uma ideia do número de casas com rodapé ou mesmo com as fachadas totalmente pintadas com as cores tradicionalmente usadas no Alentejo (figs. 137 e 138).

Algumas sondagens realizadas revelaram-nos uma proliferação cromática, onde identificámos o almagre, a oca, o roxo rei e o negro de fumo (“pó de sapato”), cores produzidas a partir de pigmentos naturais (terras, pigmentos metálicos e orgânicos) adicionados à cal depois de extinta com água (figs. 139 a 147).

A fraca durabilidade da pintura com cal está na base do ritual das caições, geralmente mais do que uma vez por ano. Era frequente a alteração da cor nos rodapés e em fachadas, não só por pura renovação cíclica da imagem, mas também na sequência de reparações de edificios se applicava uma cor mais escura para camuflar as cicatrizes da intervenção³¹¹. As fachadas possuem, portanto, uma estratigrafia das várias pinturas diferentes, tal como observámos em pequenas sondagens efectuadas, o que poderá permitir fazer a história cromática de alguns edificios.

Outra razão que é fundamental para a utilização da cor, reside na necessidade de individualização dos edificios. É muito difícil encontrar duas casas contíguas, cujos rodapés estejam pintados com a mesma cor. Este facto permite assim uma identificação rápida de um edificio numa rua.

Hoje, em Monsaraz, a enorme mancha monótona do branco impede essa identificação à distância e anula o realce artístico e arquitectónico de uns edificios

³¹¹ AGUIAR, 1994



Fig. 137 e 138 – Imagens do início dos anos sessenta onde ainda são visíveis as fachadas pintadas, integralmente e com rodapé, e uma das várias chaminés que eram também habitualmente pintadas.



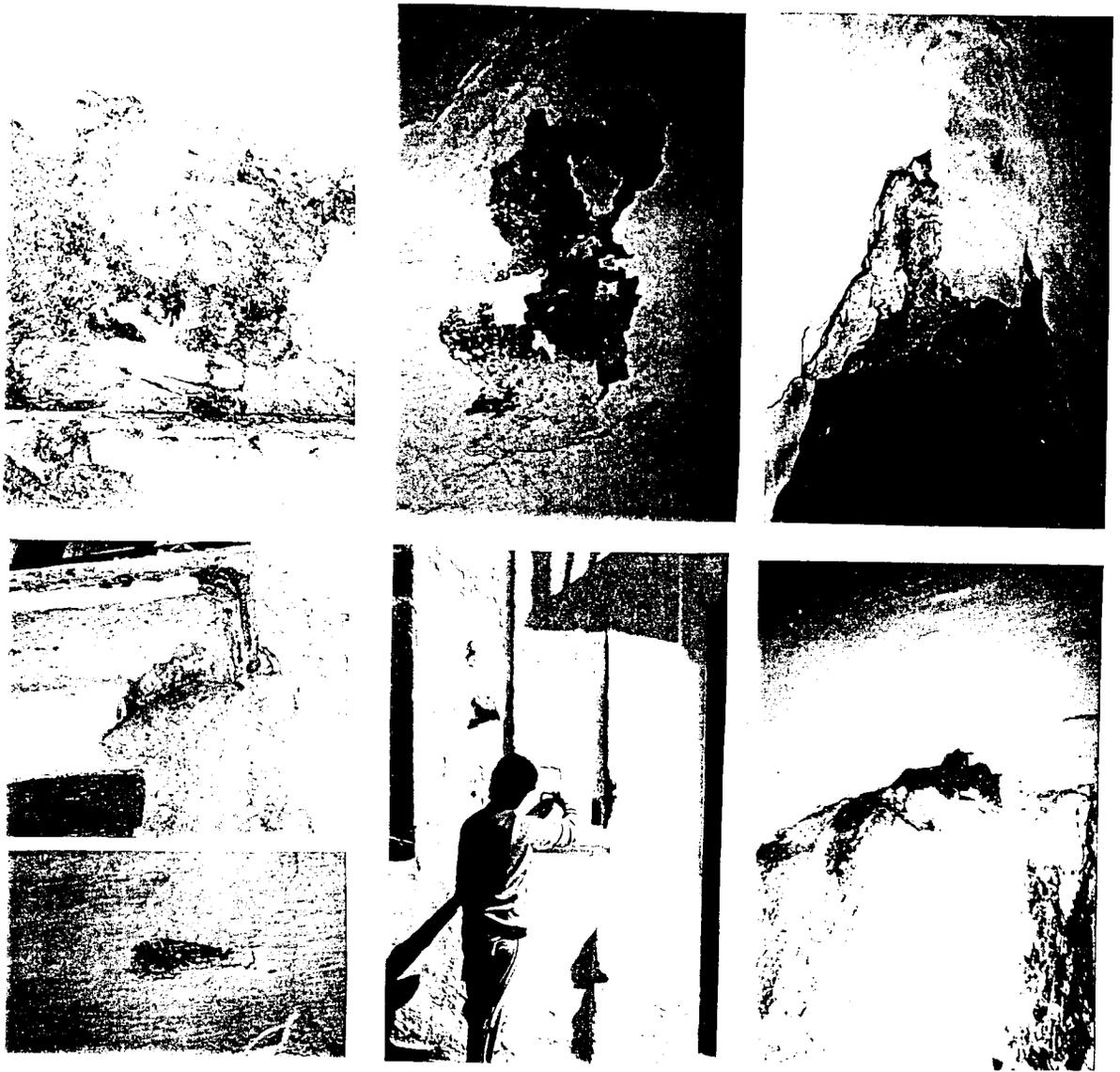


Fig. 139 a 147 – Sondagens com vestígios de várias cores nas fachadas.



relativamente a outros, de tal modo que se confundem limites de edifícios religiosos e públicos com os de habitações particulares (figs. 148 e 149).

Ao contrário do que hoje possa parecer, a cor era um elemento fundamental, não só nas fachadas como também nos interiores. Existem ainda algumas provas disso em edifícios onde foram mantidas as pinturas interiores (fig. 150).

A memória da cor ainda existe na população residente, embora nenhum habitante ouse descaracterizar a imagem da terra, pintando de cor a fachada da sua casa. Actualmente é um dado unanimemente aceite que uma das características “autênticas” de Monsaraz é a homogeneidade do branco.

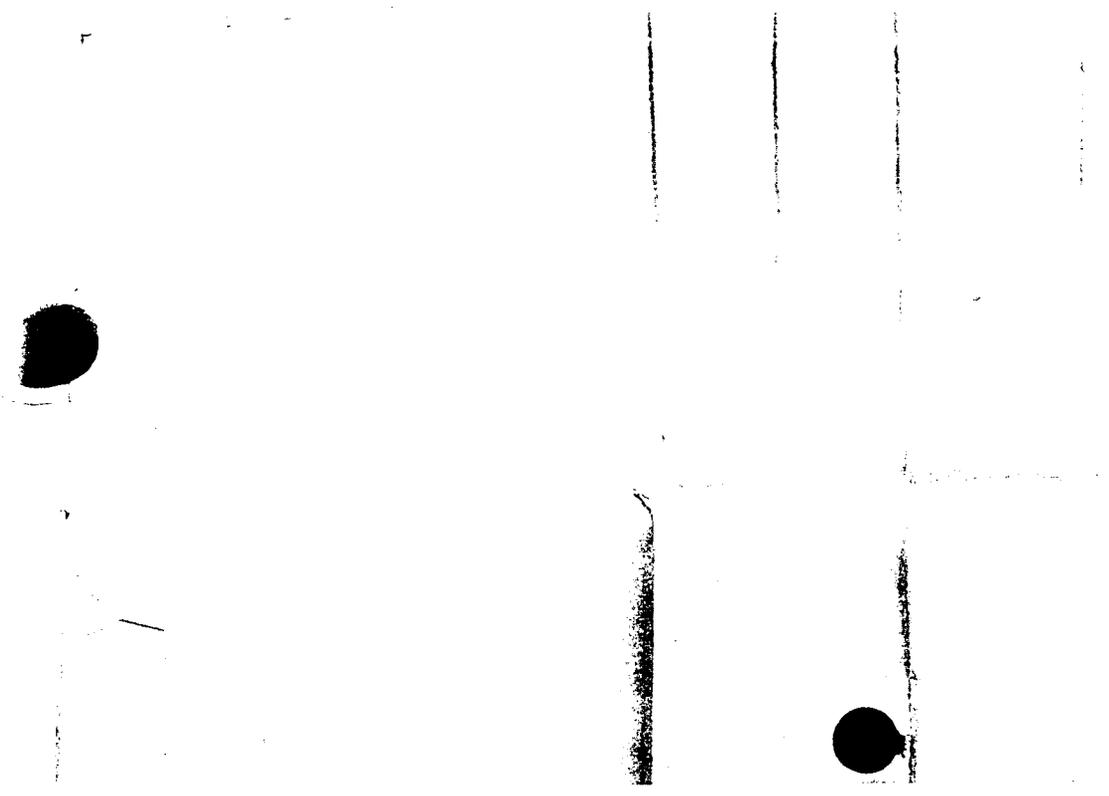
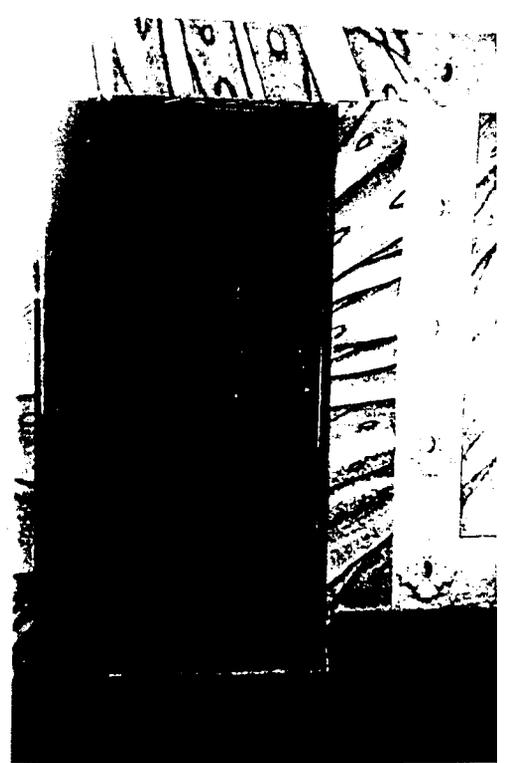


Fig. 148 e 149 – Exemplos de elementos decorativos de pilastras em fachadas, que eram habitualmente pintados com cor.

Fig. 150 – Exemplo de pintura interior de um edifício com decoração naturalista e fingidos.



3. Autenticidade

“Nas sociedades onde não se rompeu o nexu com o passado, muitos sítios ‘vivem’ através de séculos de uso contínuo. Em qualquer sociedade, os sítios e os monumentos contribuem para uma apreciação e compreensão do passado e para um sentido de continuidade histórica”.³¹²

A ausência deste “nexu com o passado” impede uma continuidade usual dos sítios dentro da sua especificidade cultural. É este o principal problema que se põe quando falamos de autenticidade de um lugar.

O rompimento com o passado leva a que esse passado seja considerado como uma globalidade completa e distante e o seu conhecimento histórico não garante por si só a continuidade cultural, tradicionalmente assegurada nas sociedades pré-industriais.

A quebra dessa tradição provocou por sua vez, a par do conhecimento científico, uma nostalgia do passado, muito ligada a atitudes românticas, ao historicismo e aos nacionalismos, responsáveis por vários renascimentos.

Actualmente os princípios gerais da Conservação, universalmente aceites embora muitas vezes não respeitados, podem resumir-se em quatro pontos principais: as decisões sobre conservação pressupõem um conhecimento completo do objecto em causa; qualquer intervenção ou tratamento deve ser mínimo e reversível; a Conservação torna-se parte da história do objecto. Por isso o conservador deve estar consciente de que a sua intervenção altera o objecto e actuar com respeito, conhecimento e humildade; a manutenção é fundamental. É a sua ausência que conduz à necessidade de conservar. Uma prática de longo prazo deve reparar os efeitos da degradação do passado e prevenir activamente a nova degradação.³¹³

Além destes princípios existem outros aspectos específicos de aplicação mais problemática. Os critérios de autenticidade, por exemplo, revestem-se de particular dificuldade no campo da sua aplicação prática devido ao carácter relativo e muitas vezes subjectivo de um conceito que não é ainda operatório.³¹⁴

³¹² Instituto GETTY de Conservação, 1992.

³¹³ PHILIPPOT, 1973.

³¹⁴ CHOAY, 1994. Segundo esta autora a Conservação, enquanto disciplina, só progredirá se abandonar a retórica da autenticidade, inventariando e analisando todas as noções complexas e frequentemente ambivalentes, assimiladas ou associadas a este termo (original, conservação, reprodução...) e elaborando uma casuística e uma bateria de conceitos operatórios.

O Documento de Nara considera que a compreensão da autenticidade tem um papel fundamental nos estudos científicos sobre o património cultural e nos planos de conservação e restauro. Refere também que “a nossa capacidade para compreender os valores que atribuímos ao património em todas as suas formas e períodos históricos depende em parte da credibilidade das fontes de informação sobre esses valores”. Por fontes de informação considera todo o material, “escrito, oral e figurativo que torne possível o conhecimento da natureza, especificidade, significado e história do património cultural”³¹⁵.

Quando falamos de autenticidade no conjunto histórico de Monsaraz temos naturalmente que ter todos estes aspectos em conta. O processo que estudámos não seguiu praticamente em nenhum momento qualquer dos princípios básicos sobre Conservação acima referidos. É portanto natural que não tenham sido aplicados critérios de autenticidade, tal como eles são definidos, ainda que genericamente, no documento que estamos a citar. Não foram tidas em conta as fontes de informação de que fala o Documento de Nara. Em todos os aspectos passíveis de serem objecto do “teste de autenticidade” existem graves falhas de conhecimento, compreensão e informação para um entendimento dos valores próprios deste conjunto.

Se falamos de forma e design, uso e função, materiais, tradições e técnicas, espírito e expressão não encontramos ao longo do processo estudado, salvo raras excepções, qualquer trabalho feito no sentido de descrever o conjunto nas suas “dimensões específicas”.

Não é só um problema de desconhecimento histórico, mas também e sobretudo da ausência de estudo e incorporação da memória, enquanto factor de identidade de um lugar. A sinonímia estabelecida entre história e memória, entre monumento histórico e monumento, leva a que Monsaraz, enquanto lugar de memória, não tenha já uma virtude identificadora.

Não existe uma memória viva. Impera a regra do “parecer”, não do “ser” (fig. 151 a 161). O “parecer” pode atenuar as nossas crises de identidade, mas não tem poder fundador. “Só a memória viva pode, em matéria patrimonial, garantir um uso legítimo à noção de autenticidade”.³¹⁶

A beleza, referida por todos quantos visitam a vila como uma das suas principais características, é um conceito estético que explica a atracção e o fascínio que este conjunto

³¹⁵ Documento de Nara sobre Autenticidade, 1994.

³¹⁶ CHOAY, 1994.

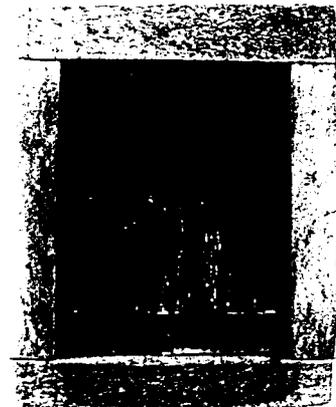
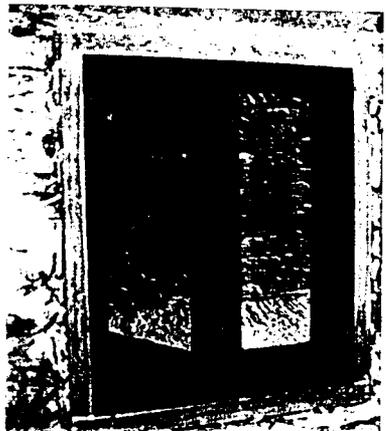
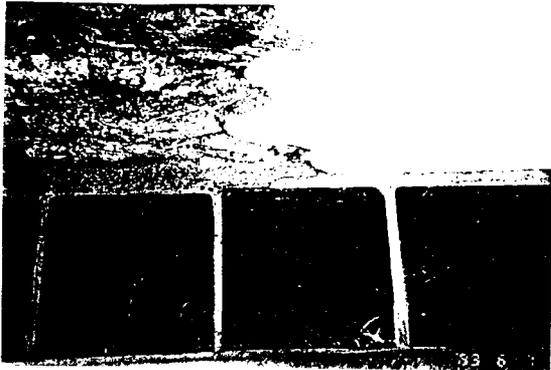
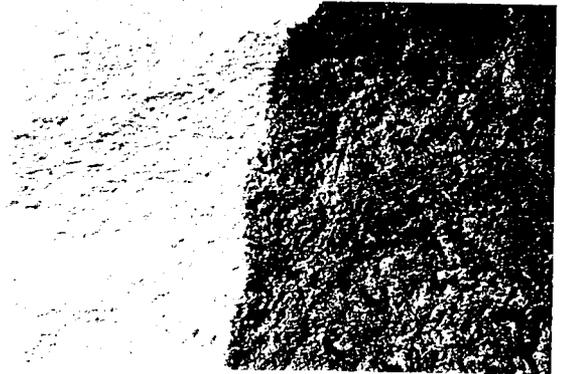
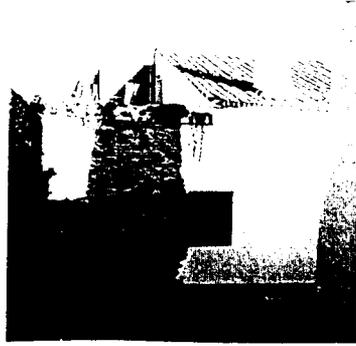


Fig. 151 a 160 - Na coluna da esquerda, exemplos de atitudes de incompreensão e desconhecimento do significado dos valores culturais. Na coluna da direita, exemplos de atitudes e situações reveladoras de continuidade temporal e cultural.

exerce de um modo geral nos turistas. Efectivamente a vila de Monsaraz (ainda) é bonita. Possui um espírito de lugar contagiante. A sua excepcional implantação sugere uma integração inata na paisagem, como se aquele espaço nunca tivesse sido de outra forma. Tem um equilíbrio que nos dificulta perceber as alterações. Duas imagens aéreas da vila com uma distância temporal de 30 anos entre si, não transmitem, se observadas de forma ligeira, grandes alterações ou adulterações, do ponto de vista formal. A morfologia urbana mantém-se, aparentemente, quase inalterada. A escala humana das construções confere um equilíbrio e uma tranquilidade que o visitante necessariamente tem que apreciar.

Contudo, se falarmos de urbanidade, de vida, de alma, de diversidade, não podemos utilizar os conceitos estéticos. Um complexo turístico que mimetize uma aldeia medieval pode também proporcionar aos visitantes a mesma paz e tranquilidade, sem no entanto se poder considerar um conjunto urbano.

O platonismo que caracteriza a construção de imagens, alegóricas de um ideal autêntico, sustenta o processo de mitificação que actualmente caracteriza Monsaraz.

4. O processo de mitificação

Actualmente, Monsaraz tem uma imagem pública, que foi construída ao longo do processo que estamos a estudar. De uma elite cultural e económica, frequentadora quase exclusiva da vila nos anos sessenta e setenta (fig. 170), passou-se a um tipo de visitante transversal em todos os grupos sociais, culturais e económicos hoje existentes. Esta situação tem muito a ver com o processo de promoção turística que já referimos, e com a formação da opinião pública através da imprensa.

Frases como “Monsaraz parou no tempo”, “Monsaraz vila medieval preservada”, “Em Monsaraz tudo é medieval”, são exemplos de muitos títulos de peças jornalísticas, hoje repetidos até ao completo desgaste por todos quantos visitam a vila e ficam deslumbrados com o ambiente medieval, com a calçada medieval, com a Casa da Inquisição, com a Casa de Nuno Álvares Pereira, com o castelo onde morava o rei... etc. Tudo isto é construção mítica que confere ao conjunto uma dimensão de mistério que espanta os visitantes. A realidade é que Monsaraz é uma vila de fundação medieval com uma imagem construída no século vinte para parecer um conjunto medieval no seu estado puro.

Devido a esta imagem pública de qualidade e autenticidade medieval, Monsaraz é frequentemente utilizada como cenário para festas privadas, produções artísticas e publicitárias. Os exemplos são muitos mas apenas aqui fixaremos alguns que consideramos mais significativos.

Em 1985 foi realizada em Monsaraz parte de um filme de produção internacional, sobre a Inquisição em Espanha. A vila foi transformada num cenário de destruição e de morte e quase toda a população participou como figurante (fig. 162 a 166).

Há dois anos uma marca de azeite filmou também em Monsaraz a sua publicidade de Natal, facto que constituiu um sucesso retumbante (para o produto em causa, naturalmente)

Recentemente uma conhecida empresa cimenteira utilizou a imagem de Monsaraz na sua publicidade, criando até algum tipo de constrangimento para os que dizem que nas intervenções em Monsaraz apenas são usados materiais tradicionais...(fig. 167).

Monsaraz é também frequentemente escolhida, por pessoas das mais variadas proveniências, para valorizar certo tipo de cerimónias privadas, como os casamentos e baptizados (fig.168 e 169).

Mais recentemente foi também lançado um vinho com o nome “Monsaraz”. Embora Monsaraz nunca tenha tido tradição vitivinícola, pelas razões apontadas na primeira parte

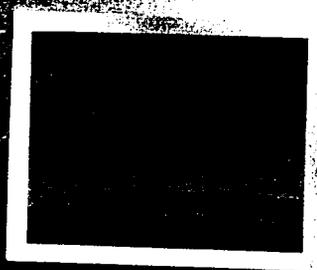


Fig. 161 – Um exemplo cada vez mais raro da autenticidade da vivência quotidiana.



Fig. 162 a 166 – Diferentes aspectos da utilização de Monsaraz e dos seus habitantes na rodagem do filme “E as Trevas Cobriram a Terra”, em 1985.

**A Cimpor investe milhões de contos
para conservar estas obras.**



Por incrível que pareça, há obras de que a Cimpor se orgulha e não ajudou a construir. A Cimpor sabe que não há progresso se não houver harmonia entre desenvolvimento e conservação da natureza.

Por isso, investe constantemente em novas tecnologias e novas formas de proteger o meio-ambiente. Porque, para a Cimpor, só existe uma coisa tão importante quanto construir uma obra. Conservar as que já existem.



A nossa solidariedade faz parte da sua vida.

CIMPOR - Indústria de Cimentos, S.A. • Sede: Rua Alexandre Heróulano, 35 - Apartado 2211 - 1106 Lisboa Codex

Fig. 167 - Utilização da imagem de Monsaraz (curiosamente com a reprodução invertida) em publicidade da CIMPOR.



Fig. 168 e 169 - Utilização de Monsaraz como cenário de qualidade para festas particulares. Realização de um casamento de forasteiros em 1992 .



Fig. 170 – Uma amazona em passeio a Monsaraz, 1967.

do trabalho, esta marca obteve um grande êxito nas vendas, devido à utilização deste nome referencial.

A imagem do conjunto é assim constantemente explorada até à exaustão por um público cada vez mais predador. O facto de o conjunto ser classificado Monumento Nacional não dificulta em nada a utilização e a transformação da imagem para os vários cenários pretendidos.

As teorias sobre conservação, que no século passado preconizavam o restauro estilístico, tiveram consequências muito significativas em Portugal e permanecem até hoje, se bem que de forma inconsciente e adulterada, na opinião pública, como paradigma dos valores atribuídos ao património. A evolução subsequente da disciplina não contribuiu muito para uma modificação na forma de olhar e valorizar o património em termos públicos.

A contribuição de Alexandre Herculano e mais tarde a ideologia do Estado Novo, subjacente às intervenções no património praticadas em Portugal pela DGEMN, estão talvez na base da nossa cultura patrimonial colectiva. As correntes teóricas posteriores e toda a sua evolução até à Carta de Veneza não fazem ainda totalmente parte da nossa consciência colectiva relativamente ao património histórico.

O dado adquirido de que intervir em património é recuperar os edifícios “na traça antiga” facilita a intervenção, isenta de qualquer especialização os intervenientes, e alarga o universo de especialistas da Conservação a autarcas, dirigentes e demais pessoas com alguma responsabilidade na gestão de monumentos, sítios e conjuntos históricos.

Recuperar património é agora, para todos, um factor de prestígio. População e responsáveis políticos regionais e locais têm nesta área a oportunidade da sofisticação cultural e de divulgarem uma “sensibilidade” para as questões relacionadas com o património arqueológico e arquitectónico.

Este é como se sabe um terreno muito fértil para a invenção da história e para a construção de mitos.

CONCLUSÃO

Podemos considerar três ciclos fundamentais para a compreensão da história recente de Monsaraz e da sua conservação.

O primeiro, marcado principalmente pela intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, diz respeito à reconstrução de grande parte da fortificação medieval. Começa no início dos anos quarenta e vai até ao fim da década de cinquenta.

A partir do princípio dos anos sessenta, e a par da continuação do cumprimento do programa da D.G.E.M.N., inicia-se um ciclo de aquisições massivas de prédios em mau estado de conservação, com as consequentes intervenções, determinantes, sobretudo nos edifícios de habitação particular. Estas intervenções promovidas pela iniciativa individual foram realizadas, sem projecto e sem qualquer registo do existente, com base num gosto centrado na tónica pitoresca. Pensamos poder dizer que este período foi determinante na construção embrionária da actual imagem da vila.

Um terceiro ciclo é marcado pelos grandes investimentos públicos feitos em Monsaraz, com objectivo de qualificar a vila para o desenvolvimento turístico, sem qualquer estudo ou planeamento, ao mesmo tempo que continuam as intervenções privadas na linha das anteriores, mas reproduzindo-as sem qualquer coerência ou intencionalidade.

Ao longo de todo o processo, apenas a DGEMN planeia e justifica a sua acção, através de uma filosofia que marcou a intervenção deste organismo em todo o país. Todas as outras intervenções foram realizadas segundo critérios totalmente subjectivos relacionados com o gosto pessoal dos intervenientes, quer sejam privados ou públicos.

Todos os diferentes critérios que avaliam a autenticidade de um lugar são sistematicamente negligenciados nas intervenções realizadas, em nome de vários subjectivismos estéticos.

Os princípios internacionais da conservação urbana não foram tidos em conta. As alterações de uso e tipológicas dos edifícios, e de toda a vila, processaram-se com justificações e fundamentos alheados das práticas de conservação internacionalmente aceites. A arqueologia urbana é praticamente inexistente em todas as obras realizadas.

Com uma população diminuída e envelhecida, cujas actividades tradicionais vão terminando ou são mesmo, em alguns casos, proibidas por imposição oficial, Monsaraz é hoje palco para visitantes. A objectiva musealização deste conjunto é visível até na

designação de uma das principais actividades de animação turística e cultural anualmente promovidas, “Monsaraz, Museu Aberto”.

Terminamos parafraseando Paul Philippot: “El museo de aire libre es una solución de emergencia y casi una contradicción en sí, ya que la arquitectura vernácula está existencialmente unida a la vida que la rodea, más aún que los mayores monumentos que pueden imponerse por sí mismos a sus alrededores. De aquí la tendencia casi inherente del museo al aire libre es transformarse en una Disneyland; ya no preservación de la historia en el presente, sino fantástica proyección de la imaginación dentro de los objetos del pasado, una variedad especial de falsificación”.(Philippot, 1973:5)

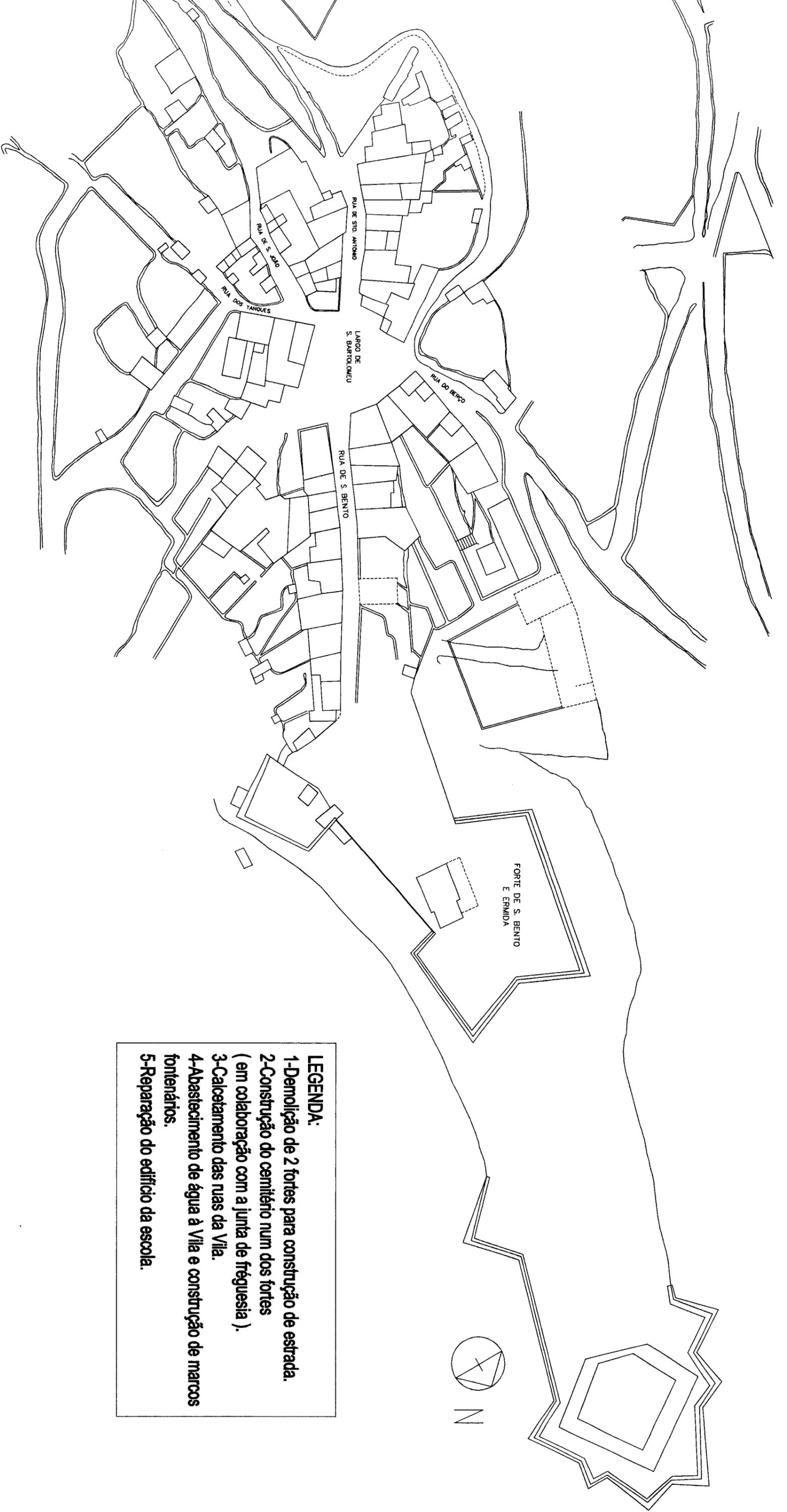
PLANTAS



- LEGENDA:**
- 1-Reconstrução da Fortificação Medieval.
 - 2-Igreja Matriz.
 - 3-Igreja S. João Baptista (Cuba).
 - 4-Ermita de S. Bento.
 - 5-Adaptação de um forte a parque de estacionamento.
 - 6-Casa chamada da Inquisição.
 - 7-Antigos Paços da Audiência.
 - 8-Demolição de edifício para desobstrução da Muralha.

PLANTA I- Intervenções da D.G.E.M.N.

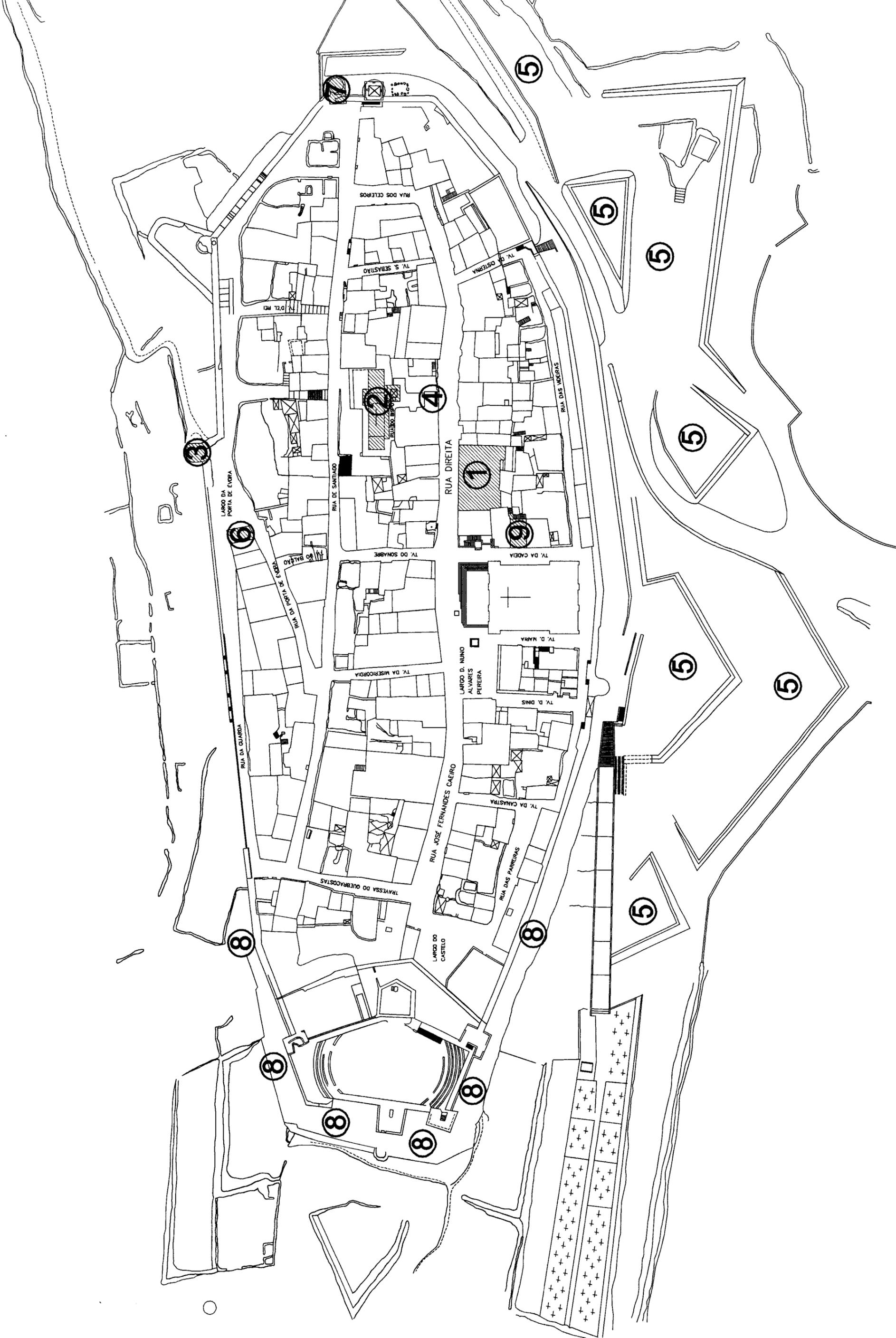
Escala 1/1000



- LEGENDA:**
- 1-Demolição de 2 fortes para construção de estrada.
 - 2-Construção do cemitério num dos fortes (em colaboração com a junta de freguesia).
 - 3-Calçetamento das ruas da Vila.
 - 4-Abastecimento de água à Vila e construção de marcos fontenários.
 - 5-Reparação do edifício da escola.

PLANTA II- Intervenções da Câmara Municipal até 1974

Escala 1/1000

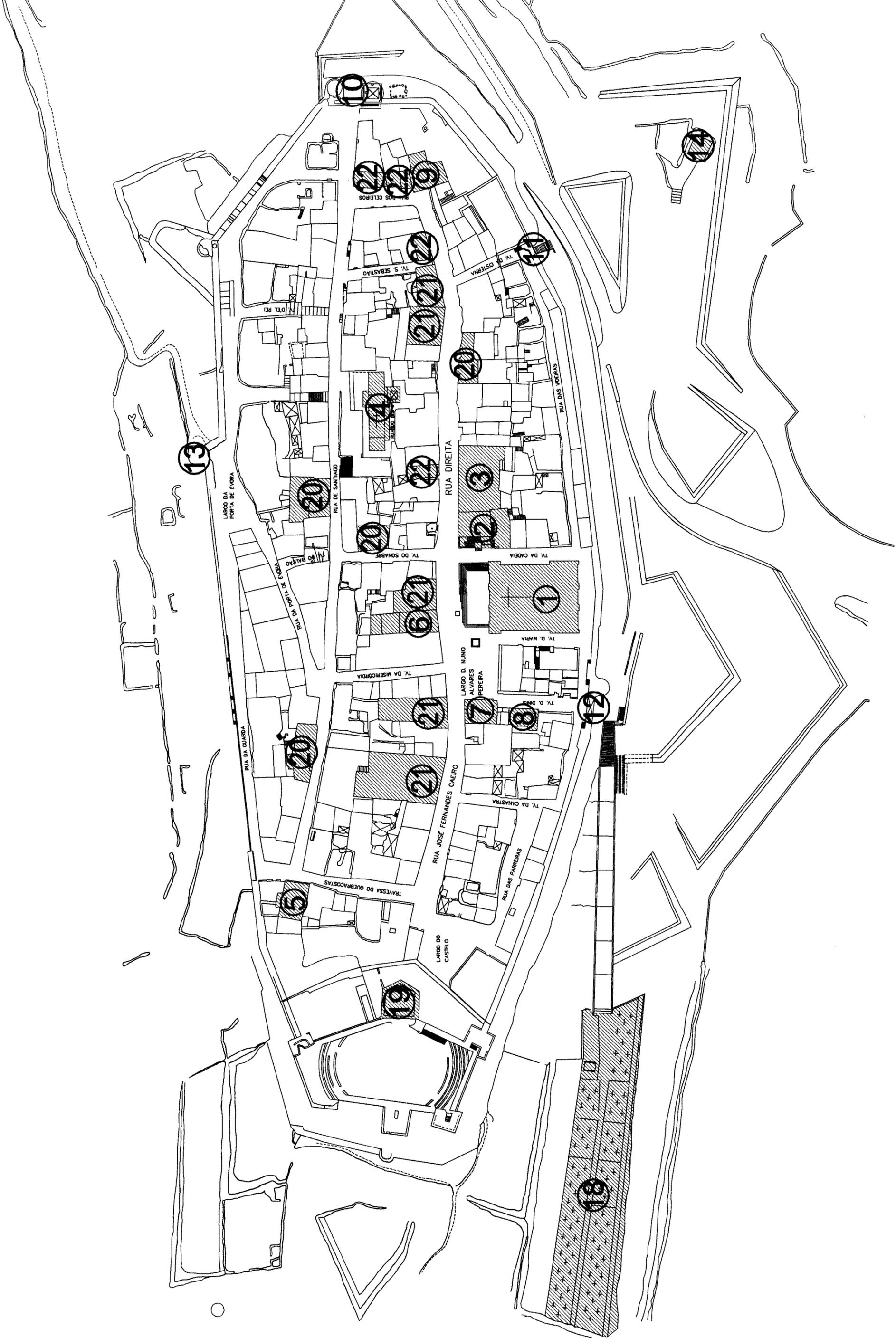


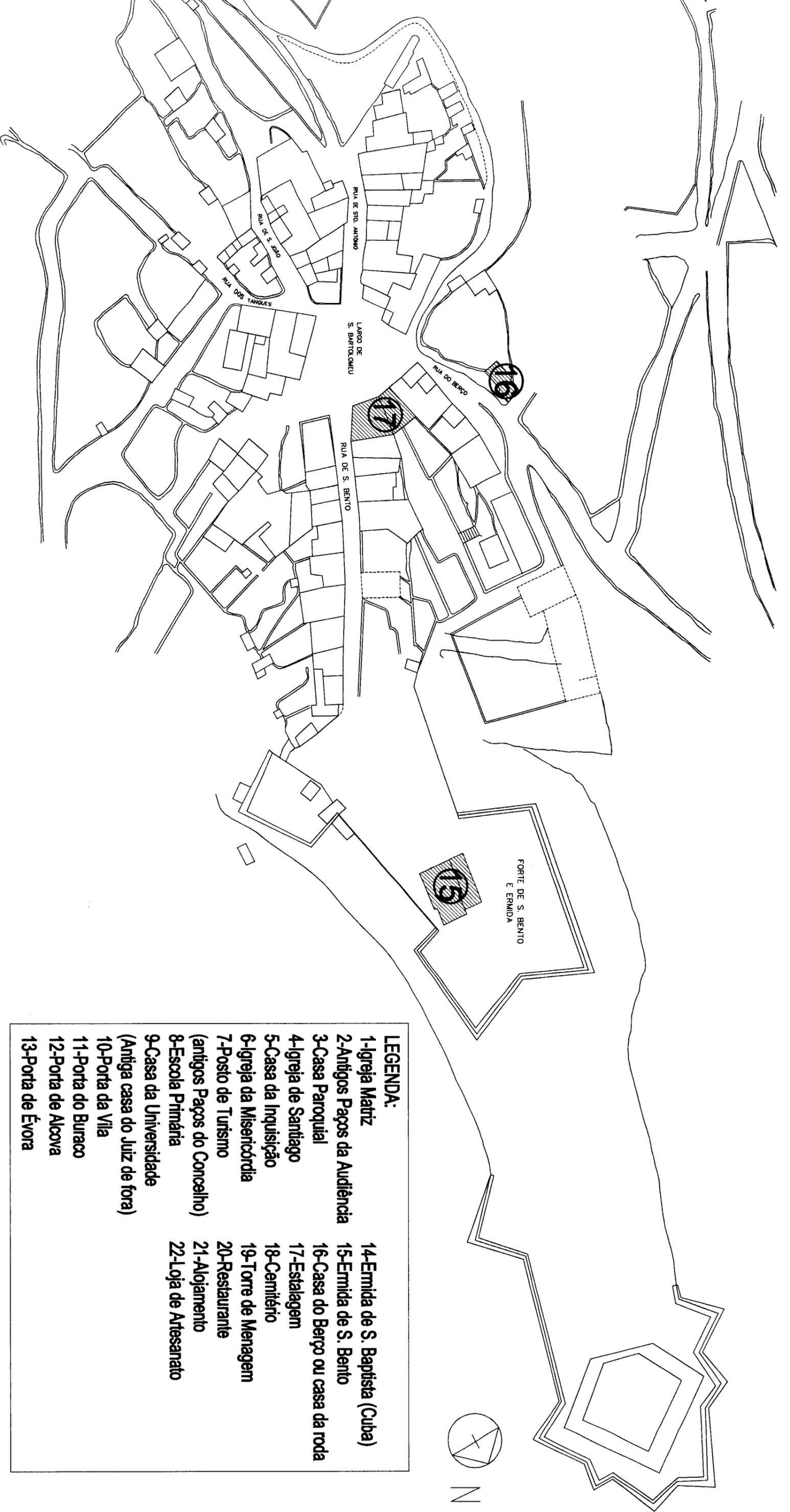


- LEGENDA:**
- 1-Casa Paroquial.
 - 2-Igreja de Santiago.
 - 3-Miradouro.
 - 4-Reabertura da Rua do Bispo.
 - 5-Parques de estacionamento e acesso.
 - 6-Construção do Posto de transformação.
 - 7-Casa da bomba elevatória da água.
 - 8-Percursos pedonais em volta do castelo.
 - 9-Casa das máquinas de controle do sistema de televisão por cabo.

PLANTA III- Intervenções da Câmara Municipal depois de 1974

Escala 1/1000





- LEGENDA:**
- | | |
|-------------------------------|----------------------------------|
| 1-Igreja Matriz | 14-Ermita de S. Baptista (Cuba) |
| 2-Antigos Paços da Audiência | 15-Ermita de S. Bento |
| 3-Casa Paroquial | 16-Casa do Berço ou casa da roda |
| 4-Igreja de Santiago | 17-Estalagem |
| 5-Casa da Inquisição | 18-Cemitério |
| 6-Igreja da Misericórdia | 19-Torre de Menagem |
| 7-Posto de Turismo | 20-Restaurante |
| 8-Escola Primária | 21-Alojamento |
| 9-Casa da Universidade | 22-Loja de Artesanato |
| (Antiga casa do Juiz de fora) | |
| 10-Porta da Vila | |
| 11-Porta do Buraco | |
| 12-Porta de Alcova | |
| 13-Porta de Évora | |

PLANTA IV- Localização dos principais edifícios

Escala 1/1000

APÊNDICES

Apêndice I- Intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Ano	Obras Realizadas	OBS.
1938	<p>Plano Geral de Intervenções em Monsaraz a cumprir nos anos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Demolição de paredes de alvenaria construídas para adaptação do castelo a praça de touros . Demolição de uma construção térrea encostada à muralha, junto da entrada. . Regularização geral de escadas . Reparação de vários panos de muralha . Consolidação de alguns panos de muralha e torres . Restauro de uma varanda de granito sobre a entrada . Construção de cortinas e ameias segundo as existentes . Construção e assentamento de portas de castanho e caixilharia . Reparação de rebocos e pavimentos no interior da torre de menagem . Escavação e transporte de terras 	este trabalho não foi executado
1955	<ul style="list-style-type: none"> . Reconstrução de panos de muralha de acordo com os existentes no castelo e muralhas, de forma a ligar e consolidar outros troços de muralha . Recuperação e consolidação de muralhas compreendendo reconstruir pequenos troços e ainda a tomada de juntas com argamassa hidráulica, de forma a evitar a desagregação da alvenaria e a possível perda de diversos troços de muralha. 	
1956	<ul style="list-style-type: none"> . Reparação e consolidação de muralhas, compreendendo reconstruir pequenos troços e ainda a tomada de juntas com argamassa hidráulica, de forma a evitar a desagregação da alvenaria e a possível perda de diversos troços de muralha. . Reconstrução de panos de muralha em alvenaria com paramentos vistos, empregando xisto da região, de acordo com os troços de muralha já restaurados, de forma a ligar e consolidar as muralhas. . Picar rebocos existentes nas muralhas, de forma a completar a consolidação de uma zona. 	
1960	<ul style="list-style-type: none"> . Reparação e isolamento das abóbadas das capelas de S. João e S. Bento, das muralhas do castelo, de forma a evitar-se a ruína total dos frescos que as revestem interiormente. . Colocação de portas e tapamento de alguns vãos com panos de tijolo. 	
1961	<ul style="list-style-type: none"> . Construção de alvenaria hidráulica em elevação de acordo com as muralhas já existentes para consolidação dos troços em ruína . Construção de uma cinta em betão armado na Igreja Matriz, junto à nascença das abóbadas da parte posterior de forma a evitar-se a ruína desta zona provocada pelos impulsos das referidas abóbadas, o que já ocasionou a abertura de fendas. 	

1962	<ul style="list-style-type: none"> . Escavação e remoção de terras para arranjo do acesso ao baluarte junto à entrada do castelo, virada a Norte, para adaptar o baluarte a parque de estacionamento de veículos. . Construção em alvenaria hidráulica em muralhas, de acordo com o existente, de forma a consolidarem-se diversos troços de muralha. . Reparação de muralhas compreendendo o refechamento de juntas. . Picar rebocos e refechar juntas no torreão das Portas do Castelo, viradas a Norte. . Construção de cobertura do telhado, na capela de S. João das muralhas de Monsaraz. 	<p>neste ano foi também feito o estudo para a escola primária, mas que não chegou a ser executado.</p>
1963	<ul style="list-style-type: none"> . Reconstrução de parapeito de muralha, na zona A, de forma a resguardar o parque de estacionamento já construído. . Construção de alvenaria hidráulica, em panos de muralha, na zona B e na zona A, em tapamento de rombos e reconstrução de troços em ruína. . Limpeza de ervas e arbustos e refechamento de juntas, em panos de muralha na zona A. . Limpeza de telhados, beirados e algerozes nas coberturas da Igreja de forma a evitar-se tanto quanto possível a entrada de águas pluviais no interior, enquanto não se efectuar a reconstrução geral das coberturas 	
1964	<ul style="list-style-type: none"> . Execução de alvenaria em elevação, em panos de muralha . Execução de sondagens, compreendendo escavações, demolições, e reconstrução de alvenarias e pavimentos . reconstrução de panos de muralha com paramentos vistos, de acordo com a muralha já restaurada, empregando pedra rija e argamassa de cimento e areia ao traço 1:3. . Execução de sondagens em paredes e pavimentos, compreendendo demolições, escavações, escoramento, reconstrução de alvenarias e pavimentos 	<p>Na zona B</p> <p>Junto à Sala da Junta.</p>
1965	<ul style="list-style-type: none"> . Reconstrução de panos de muralha com paramentos vistos, de acordo com a muralha já restaurada, empregando pedra rija e argamassa de cimento e areia ao traço 1:3 . Reparação de muralhas, compreendendo o refechamento de juntas, empregando argamassas de cimento e areia ao traço 1:3 	<p>Zona B (muralha) Zona C (torreão)</p> <p>Zona B (torreão)</p>
1967	<p>Obras de conservação</p> <ul style="list-style-type: none"> . Escavação e remoção de terras para desobstrução de panos de muralha e junto à capela de S. João . Apeamento de alvenarias que se encontram desligadas, devido a derrocadas junto à torre de menagem. . Reparação de panos de muralha compreendendo a limpeza de ervas e o refechamento de juntas, na zona 1, junto à torre de menagem . Construção de alvenaria hidráulica em elevação, em muralhas, para tapamento de rombos e restauro do troço de muralha na zona 1 e no Castelo. . Sondagens no pavimento da Capela de S. João, existente num baluarte 	

1968	<ul style="list-style-type: none"> . Escavação e remoção de terras para desobstrução dos panos de muralha. . Construção de alvenaria hidráulica em elevação com um paramento visto, em panos de muralha já restaurada, empregando pedra rija da região e argamassa de cimento e areia. . Reparação de panos de muralha, compreendendo o arranque de ervas e arbustos, e refechamento de juntas de acordo com o existente. 	<p>em vários troços da muralha</p> <p>em diversos pontos da muralha</p>
1969	<ul style="list-style-type: none"> . Escavação de terras para desobstrução de panos de muralha possibilitando a execução das obras de consolidação. . Reparação de troços de muralha, compreendendo o refechamento de juntas. 	
1970	<ul style="list-style-type: none"> . Demolição de pavimentos e alvenarias (tectos) para pôr a descoberto a primitiva entrada da sala onde se situa um precioso fresco, hoje ocupada pela Junta da Freguesia. . Construção de betão armado em lage, para suporte da escada, na mesma zona. . Fornecimento e assentamento de pavimento de lagedo de granito ainda na mesma zona. . Rectificação de um vão de cantaria. . Construção de alvenaria em elevação em panos de muralha . Reparação de panos de muralha . Construção e assentamento de portas e caixilhos na sala do fresco . Reconstrução de rebocos e caiações. 	
1971	<ul style="list-style-type: none"> . Apeamento de alvenarias da escada que obstroi a torre de menagem. . Construção de alvenaria hidráulica em panos de muralha e cortinas. . Levantar os degraus da escada que obstroi a torre de menagem e reassentá-los no seu primitivo local. . Reparação de panos de muralha. . Pintura de portas e caixilhos da antiga sala do tribunal. 	
1973	<ul style="list-style-type: none"> . Demolição de uma casa junto à entrada do castelejo, de forma a desobstruir-se e valorizar-se essa entrada. . Demolição de cobertura de telhado, alvenarias em elevação e pavimentos na casa a demolir. . Construção de alvenaria hidráulica em elevação, para tapamento de rombos existentes em panos de muralha. . Reparação de panos de muralha, compreendendo arranque de ervas e arbustos e refechamento de juntas. . Pintura da porta do Castelejo. 	<p> Junto à entrada</p> <p> Junto ao portão principal</p>
1975	<p>Trabalhos de Conservação, Reparação da Capela de S. João</p> <ul style="list-style-type: none"> . Escavação e remoção de terras para desobstrução da Capela . Demolição de alvenarias e transporte de entulhos a vasadouro para desobstrução da capela e desobstrução de um vão. . Rematar o vão desobstruído, compreendendo rebocos. 	

- . Impermeabilização da cúpula da capela. c/produto betuminoso
- . Fornecimento e assentamento de duas barras em ferro para vedar vãos.
- . Fornecer e assentar nova fechadura na porta da Capela.
- . Reparação e pintura da porta da Capela.

1976

- . Mastro metálico com 7 metros de altura, incluindo roldana, braçadeiras, corda de nylon e pintura com três demãos de tinta de óleo.
- . **Demolição** de alvenaria em tijolo em estado de ruína num pano junto à escada da torre de menagem.
- . **Demolição** de alvenaria hidráulica em elevação para reajustamento da escada da torre de menagem.
- . Fornecer e assentar degraus de cantaria de xisto na escada da **torre**.
- . Fornecer pavimentos de xisto e tijoleira na **torre de menagem**.
- . Execução de alvenaria hidráulica em tapamento de rombos existentes nas muralhas.
- . Consolidação dos merlões da **torre de menagem**.
- . Reparação da escada de acesso à **torre de menagem**
- . Reparação do pavimento do terraço da **torre de menagem**.
- . Refechar juntas em paramentos de cantaria no interior da **torre**.
- . Reconstrução de rebocos no interior da **torre**.
- . Fornecer e assentar uma porta em madeira exótica no vão da entrada da **torre de menagem**.
- . Fornecer uma grade de ferro forjado na boca do alçapão da **torre**.
- . Pintura com óleo fervido, na porta de entrada do castelejo.

1977

Conclusão da Consolidação da **Torre de Menagem**

- . Construção de alvenaria hidráulica em elevação, para tapamento de rombos existentes na torre de menagem.
- . Reparação de panos de muralha, compreendendo o arranque de ervas e arbustos e refechamento de juntas na torre e entrada do castelejo.
- . Isolamento com produto asfáltico do terraço da torre.
- . Fornecimento e assentamento de tijoleiras prensadas no terraço da torre
- . Construção e assentamento de caixilhos de madeira de casquinha, nas janelas da torre.
- . Caiação das paredes e abóbada no interior da torre.
- . Fornecer e assentar prumos de ferro e corda de sisal para resguardo na escada interior da torre de menagem.

1979

- . Remoção a vasadouro de entulhos provenientes da derrocada de um pano de **muralha**. Pano de muralha que ruiu no castelejo, devido ao mau tempo.
- . Construção de alvenaria hidráulica em elevação para reconstrução do pano de **muralha** que ruiu, empregando pedra rija e argamassa de cimento e areia ao traço 1:4.
- . Construção de alvenaria hidráulica em elevação, em cortina para reconstrução da cortina que ruiu empregando pedra rija da região e argamassa de cimento e areia ao traço 1:4.

1980

- . Consolidação de troços de **muralha** e reparação da **Igreja Matriz**
- . Construção de alvenaria hidráulica em elevação para reconstrução de um pano de muralha que ruiu, junto ao castelejo, empregando pedra rija.
- . Construção de alvenaria hidráulica em elevação para tapamento de rombos em panos de muralha, com um paramento visto.
- . Demolição de telhados em estado de ruína, na parte posterior da

Igreja incluindo estrutura, compreendendo limpeza e empilhamento dos materiais.

- . Construção de betão armado em lintéis e cintas de travação dos vos telhados, a construir na parte posterior da igreja.
- . Fornecer e assentar esteira de betão pre-esforçado incluindo isolamento com produto betuminoso nos novos telhados.
- . Reconstrução de telhados, fornecendo e assentando telhas românicas em canais e telhas portuguesas existentes em cobertas, totalmente argamassadas, nos novos telhados da parte posterior da Igreja.
- . Reparação dos telhados das naves da igreja
- . Fornecer e assentar um caixilho num vão da Igreja, compreendendo pintura ferragens e vidros, incluindo remoção a vasadouro dos restos do caixilho existente.

1981

- . Construção de alvenaria hidráulica em elevação para tapamento de rombos existentes em panos de muralha, na zona junto ao **castelejo**. entre o castelo e a casa chamada da Inquisição
- . Reparação de panos de muralha, compreendendo consolidações, picagem de rebocos e refechamento de juntas, na torre de menagem. Junto ao Castelo
- . Arranque de uma árvore que prejudica um pano de muralha, compreendendo apeamento e reconstrução de alvenarias, na zona junto ao castelo.
- . Construção de betão armado em lintéis, cintas de travação e vigas em estruturas de telhados de construções na **Igreja** e em edifícios junto ao **castelejo**.
- . Construção de telhados empregando telhas de tipo português, totalmente argamassadas, compreendendo rincões e beirados, na Igreja e em edifícios junto ao **castelejo**.
- . Construção e assentamento de caixilhos, empregando madeira de casquinha, incluindo vidros, aros, ferragens e pintura, com tinta de óleo, na Igreja.
- . Construção e assentamento de um portado de madeira de casquinha, compreendendo aros, ferragens e pintura com tinta de óleo, numa janela da torre de menagem.

1982

- . Construção de alvenaria hidráulica em elevação para tapamento de rombos existentes em panos de muralha, no **castelejo** e em vários outros locais da **muralha**.
- . Reparação de panos de **muralha**, compreendendo consolidações, picagem de rebocos e refechamento de juntas.
- . Apeamento de um pequeno telhado em estado de ruína num edifício junto ao **castelejo**.
- . Construção de betão armado em cintas de travação, em edifício junto ao **castelejo**. Casa da Inquisição
- . Reconstrução de um telhado num edifício junto ao **castelejo**, compreendendo telhado de betão pre-esforçado, isolamento com produto asfáltico e telhado com telha portuguesa.
- . Construção e assentamento de um portado de madeira de casquinha num vão de janela da **torre de menagem**, compreendendo pintura com três demãos de tinta de óleo.
- . Pintura com tinta de óleo em portas e portadas do castelo.

1984

- . Construção em alvenaria hidráulica em panos de **muralha**, para recuperação e tapamento de rombos, com um paramento visto, empregando pedra da região.
- . Reparação de panos de muralha, compreendendo arranque de ervas e arbustos e refechamento das juntas das pedras.

- . Reparação dos telhados e coberturas em terraços da **Igreja Matriz**, que faz parte do imóvel classificado.
- . Reparação de fendas existentes em paredes e terraços da cobertura da **Igreja Matriz**.
- . Reparação de uma fenda existente na ligação da abóbada e parede da escada de acesso ao trono do altar-mor.

1985

- . Construção de alvenaria hidráulica em **panos de muralha**, para recuperação e tapamentos de rombos, com um paramento visto, empregando pedra da região.
- . Construção de alvenaria hidráulica em cortinas, a fim de se evitarem possíveis acidentes a visitantes do castelo, empregando pedra da região.
- . Reparação de panos de **muralha**
- . Construção de alvenaria hidráulica em pavimentos de adarves de **muralhas**.
- . Arranque de uma árvore e respectiva raiz num pano de muralha do castelo.
- . Reparação do pavimento de tijoleira do terraço da torre de menagem, substituindo tijoleiras em mau estado, de forma a evitarem-se infiltrações no interior da **torre**.
- . Reparação dos telhados da Igreja Matriz
- . Reconstrução de rebocos salitrosos da **Igreja Matriz** - fachada.
- . Construção e assentamento de um portado de madeira, numa janela da **torre de menagem**.
- . Pintura com três demãos de tinta de óleo em portas e caixilhos da torre de menagem.
- . Pintura com 3 demãos de óleo fervido na porta do castelo.

1986

- . Levantamento de alguns degraus da escada interior da **torre de menagem**.
- . Execução de lage em betão armado e fornecer novos cobertores de cantaria de xisto em degraus da torre, de forma a permitir um melhor acesso ao terraço.
- . Fornecedor e assentar silhares em cortinas de muralhas e torres do castelejo.
- . Construção de alvenaria hidráulica em cortinas de muralhas e torres do castelejo, empregando pedra rija da região e argamassa de cimento e areia.
- . Caiação das paredes interiores e abóbadas da **torre de menagem**.
- . Fornecedor e assentar prumos de ferro e corda de sizal para protecção da escada interior da **torre de menagem**.
- . Reparação de um troço de **muralha** na rua das Parreiras: construção de alvenaria hidráulica em elevação do pano de muralha, igual ao existente em bom estado de conservação, empregando pedra de xisto da região e argamassa de cal martingança.

1990

- Reconstrução de três trechos de **muralha** que ruíram devido ao mau tempo
 - . Após a retirada de todos os entulhos provenientes da derrocada, remoção de todas as terras soltas ainda existentes.
 - . Lavagem da área a ser preenchida com água.
 - . Enchimento dos rombos com pedra miuda e mais irregular, utilizando argamassa de cimento, cal e areia.
 - . Depois de preenchidas as partes mais profundas dos rombos, executou-se a camada de acabamentos com a superfície exterior aparelhada, idêntica à existente no restante baluarte. Nas juntas foi utilizada argamassa de cal e areia ao traço 1:2.
 - . toda a pedra recuperada foi limpa de argamassas velhas e terras, escolhida e separada e armazenada em estaleiro para poder ser reutilizada na parte final dos trabalhos.
-

Apêndice II - Transferência da propriedade urbana/Venda de Prédios

fonte: Arquivo da Direcção Regional dos Monumentos do Sul (DRMS)
Arquivo da Câmara Municipal de Monsaraz

Data	Vendedor	Comprador	Localização	Parecer
1963	Monsaraz	Évora	Largo de S.Bartolomeu ³¹⁷ (arrabalde)	Não existe
1964	Monsaraz	Lisboa	Rua de S. Tiago	Não existe
1964	Monsaraz	Lisboa *	Praça D.Nuno Álvares Pereira	Não existe
1964	Monsaraz	Lisboa *	Praça D.Nuno Álvares Pereira	Não existe
1964	Monsaraz	Lisboa *	Rua de S.Tiago	Não existe
1965	Monsaraz	Lisboa *	Praça D.Nuno Álvares Pereira	Não existe
1966	Monsaraz	Lisboa *	Rua do Castelo	Não existe
1966	Monsaraz	Lisboa *	Travessa da Porta de Alcova	Não existe
1966	Monsaraz	Lisboa *	Rua das Parreiras	Não existe
1967	Monsaraz	Lisboa *	Rua do Castelo	Não existe
1967	Monsaraz	Lisboa *	Rua de S.Tiago	Não existe
1967	Monsaraz	Lisboa *	Rua Direita	Não existe
1967	Monsaraz	Lisboa	Rua de S.Tiago	Não existe
1968	Monsaraz	Lisboa*	Rua Direita	Não existe
1969	Monsaraz	Évora	Arrabalde ³¹⁸	Não existe
1969	Monsaraz	Lisboa*	Rua Direita	Não existe
1969	Monsaraz	Brasil	Rua da Porta de Évora	DREMS: favorável ³¹⁹
1969	Monsaraz	Brasil	Rua da Porta de Évora	DREMS: favorável
1969	Monsaraz	Brasil	Rua da Porta de Évora	DREMS: favorável

³¹⁷ Esta compra englobou vários edifícios contíguos no Largo de S.Bartolomeu, a partir dos quais se construiu a Estalagem de Monsaraz.

³¹⁸ Compra feita para construir uma dependência da Estalagem de Monsaraz.

³¹⁹ A informação do arquitecto da DRMS chama a atenção para o facto de o comprador não ter nacionalidade portuguesa, prevendo que poderia não ser positivo se viessem a verificar muitas compras de prédios por parte de estrangeiros.

1969	Monsaraz	Brasil	Rua de S. Tiago	DREMS: favorável
1970	Monsaraz	França	Rua do Quebra Costas	DREMS: favorável ³²⁰
1970	Monsaraz	Chile	Largo do Castelo	DREMS: condicionado ³²¹
1970	Monsaraz	Lisboa	Rua do Castelo	C.M.R.M: não usou do direito de preferência
1974	Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Rua de S.Tiago	Não existe
1974	Monsaraz	Lisboa	Rua de S. Tiago (o logradouro está situado noutra local)	DREMS: favorável ³²²
1974	Monsaraz	Lisboa	---	CMRM: não usou direito de preferência
1975	Monsaraz	Lisboa	---	CM: não usou direito preferência
1975	Monsaraz	Lisboa	---	CM: não usou direito preferência
1975	Monsaraz	Lisboa	Rua de S.Tiago	CM: não usou direito preferência
1981	Monsaraz	Holanda	Rua de S. Tiago	DREMS: favorável
1981	Lisboa (2ª venda)	Holanda	Rua de S. Tiago	DREMS: favorável
1981	Transmissão de um prédio do proprietário para os seus filhos de nacionalidades francesa e brasileira		Rua de S. Tiago	DREMS: favorável
1981	Monsaraz	França	Rua do Castelo	DREMS: favorável
1981	Monsaraz	Lisboa	Rua das Videiras	DREMS: favorável
1981	Monsaraz	Lisboa	---	CMRM: favorável
1982	Monsaraz	França	Rua Direita	DREMS: favorável
1982	Monsaraz	Reguengos (para instalação de restaurante)	Rua Direita	DREMS: favorável
1982	Monsaraz	Lisboa	Rua de Santiago	DREMS: favorável
1983	Monsaraz	Lisboa	Rua Direita, 14	DREMS: favorável
1983	Monsaraz	Lisboa	Rua de S.Bento (arrabalde)	DREMS: favorável

³²⁰ A informação chama novamente a atenção para o facto de a compradora não ter nacionalidade portuguesa.

³²¹ A primeira informação sobre a venda desta ruína foi favorável pondo no entanto a condição de não ser feita nenhuma construção encostada às muralhas, facto que fez desistir o interessado. O vendedor reclamou, uma vez que contava fazer a venda da ruína que só não se realizou devido à imposição do Monumentos. Desta forma a Secção de Évora da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais propôs a aquisição da ruína de forma a ser demolida e assim desobstruir o castelo. A compra pelo Estado efectuou-se em 1973.

³²² Este prédio foi mais tarde vendido a proprietários de nacionalidade holandesa que construíram um prédio independente no logradouro e que funciona hoje como unidade de turismo de habitação.

1983	Monsaraz	Lisboa	Rua da Cruz	DREMS: favorável
1983	—	—	Rua das Videiras	DREMS: favorável
1983	França (2ª venda)	Monsaraz	Rua do Castelo	IPPC: favorável ³²³
1984	Monsaraz	Holanda	Rua dos Celeiros	DREMS: favorável
1984	Lisboa (2ª venda)	Lisboa	Rua Direita	DREMS: favorável
1984	Lisboa (2ª venda)	Holanda	Rua de Santiago	DREMS: favorável
1984	Monsaraz	Mourão	Rua de Santiago	DREMS: favorável
1986	Évora	—	Rua das Videiras	
1989	—	—	Rua dos Tanques	
1989	Lisboa	—	Rua de Sto António (arrabalde)	CMRM: favorável
1989	Monsaraz	Brasil	Rua de S.Bento	_____
1990	Évora	Lisboa	Rua do Castelo nº 2	CMRM: favorável
1990	Monsaraz (vários herdeiros)	Câmara Municipal R.M. (usou do direito de opção)	Rua do Quebra Costas	Casa da Inquisição
1990	Monsaraz	Lisboa	Rua do Castelo	CMRM: favorável, depois de ouvir a Junta
1991	Monsaraz	CMRM	Rua das Videiras	Direito de opção ³²⁴
1992	Évora (2ª venda)	Lisboa	Rua de S.Bento (estalagem)	
1994	Monsaraz	Setúbal	Rua das Videiras	DREMS: favorável ³²⁵
1994	Monsaraz	Évora	Rua Direita	CMRM: favorável
1995	Lisboa	Lisboa	Rua Direita	CMRM: favorável

³²³ Este parecer favorável do IPPC foi dado sobre uma informação da Direcção Regional dos Monumentos contra a venda deste prédio, uma vez que o mesmo se situava junto à entrada do castelo, tapando um troço de muralha com seteiras e por isso deveria ser demolido para desobstruir e beneficiar essa zona de muralhas. O técnico do IPPC que dá o parecer, manifesta-se contra a demolição, comprovando que o mesmo prédio já vem registado na planta de Jacob do século XVIII, contribuindo assim ainda que modestamente para a história urbana da vila.

³²⁴ A Câmara deliberou usar do direito de opção na compra desta habitação degradada para utilizar o prédio para habitação para jovens, não concordando com a venda de mais prédios intramuros a pessoas que não façam dali a sua residência principal” (Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Actas das Sessões, 24 de Julho de 1991, p. 2.

³²⁵ Esta venda incidiu sobre uma parcela do prédio, tendo sido utilizada a figura do destaque, com a justificação de a referida parcela (19 m2) servir apenas para construir uma pequena arrecadação, não sendo considerada por isso operação de loteamento. O que acontece na prática, e que vai sendo já usual, é a construção de um pequeno apartamento tipo T0 que depois é alugado a turistas, reduzindo-se assim os espaços de logradouros intramuros.

Apêndice III

Obras particulares em Monsaraz - 1957 a 1994

fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

DATA	LOCAL	REQUERENTE Residência	OBRAS A REALIZAR	PROC.Nº	Existência Projecto
1957	Rua de S.Tiago	Monsaraz	Reparar o telhado e o sobrado;elaborar a frontaria	81	—
1961	Arrabalde	S.Pedro Corval	Reparar o telhado e duas paredes interiores	49	—
1961	Rua Direita	Lisboa	Rebocar interiormente e substituir os pisos do r/ch e 1º andar	65	—
1962	Rua das Videiras	Monsaraz	Reparar o telhado	186	—
1962	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	77	—
1962	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	232	—
1962		Monsaraz	Reparar o telhado	9	—
1962		Ferragudo	Dar volta ao telhado	68	—
1962	Rua das Parreiras	Monsaraz	Reparar o telhado	121	—
1962	Trav do Hospital	Monsaraz	Reparar o telhado	57	—
1962	Rua de S.Tiago	Aveiro	Reparar o telhado	185	—
1962		Monsaraz	Arranjar o telhado e 2 compartimentos	138	—
1962	Rua de S. Tiago	Monsaraz	Reparação de 1 compartimento do 1º andar	204	—
1962		Monsaraz	Reparação de um telhado de um quarto	150	—
1962	Rua da Porta de Évora	Monsaraz	Reparação do telhado	122	—
1962		Monsaraz	Reparação do telhado e de uma parede interior	192	—
1962	Rua do Castelo	Monsaraz	Rebocar uma parede interior e reparar rebocos exteriores	76	—
1963	Rua do Castelo	Reguengos	Reparação do telhado	254	—
1963	Arrabalde	Monsaraz	Reparação do telhado	245	—
1963	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	71	—
1963	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	137	—

1963	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado e rebocos interiores	268	___
1963		Monsaraz	Reparar o telhado	188	___
1963	Rua de S.Tiago	Monsataz	Reparar o telhado	281	___
1963	Rua de S.Tiago	Monsaraz	Reparar o telhado e rebocar paredes	110	___
1963	Rua de S.Tiago	Monsaraz	Reparar o telhado	121	___
1963		Monsaraz	Reparar o telhado	189	___
1963	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	118	___
1963	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	242	___
1963	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	48	___
1963	Rua de S. Tiago	Monsaraz	Reparar o telhado	67	___
1964	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	164	___
1964	Arrabalde (Estalagem)	Évora	Reparar o telhado, rebocos interiores e pavimentos de um prédio		___
1964	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	46	___
1964	Rua de S.Tiago	Monsaraz	Reparar o telhado, reconstruir todos os pavimentos e rebocos interiores		___
1964	Rua do Castelo	Monsaraz	Reparar o telhado	60	___
1964	Rua das Portas de Évora	Monsaraz	Reparar o telhado	165	___
1964	Rua das Portas de Évora	Monsaraz	Rebocar o telhado	126	___
1964	Rua Direita	Monsaraz	Reparar rebocos interiores e pavimentos de dois compartimentos	203	___
1964	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	83	___

1964	Rua de S.Tiago	Lisboa	Reconstrução de um prédio e reconstruir 31,5m2 de fachada	282	Sim
1964	Pr.Nuno Álvares Pereira	Lisboa*	Reparar o telhado, tectos , paredes interiores e pavimentos	190	___
1964	Pr.Nuno Alvares Pereira	Lisboa*	Arranjo nas paredes interiores	178	___
1964	Rua de S.Tiago	Lisboa*	Reparar os telhados, tectos, paredes interiores e pavimentos	C-48	___
1964		Monsaraz	Reparação de um telhado	C-152	___
1965	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado do anexo do prédio em que habita e uma parede de uma cabana	C-120	___
1965	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	C-5	___
1965		Monsaraz	Arranjar o telhado	C-143	___
1965	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	C-107	___
1965	Arrabalde	Monsaraz	Arranjo do telhado	C-173	___
1965	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado e abrir um vão para duas portas interiores	C-103	___
1965	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado e o pavimento	C-91	___
1965	Pr.Nuno Alvares Pereira	Lisboa*	Reparar os telhados, tectos e paredes interiores	C-56	___
1965		Monsaraz	Reparar o telhado de quatro divisões construir um tecto em plaquet de madeira nas referidas divisões	C-105	___
1965	Rua das Parreiras	Monsaraz	Reparar o telhado	C-154	___
1966	Rua das Videiras	Monsaraz	Reparar o telhado	C-246	___

1966	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado e rebocos interiores	C-84	___
1966		Monsaraz	Reparar o telhado	C-253	___
1966	Arrabalde	Monsaraz	Consertar o telhado	C-77	___
1966	Rua do Castelo	Lisboa	Reparação geral dos telhados, reparação e consolidação das paredes, reparação de pisos, reparação parcial de rebocos exteriores, reparação de tectos, adaptação de uma não divisão a serviços higiénicos, construção de redes de águas e esgotos, electricidade e carpintarias e caiação geral.	C-60	___ (obs: os trabalhos não alteram as fachadas exteriores)
1966	Arrabalde	Monsaraz	Arranjar o telhado de duas dependências	C-78	___
1966	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	C-201	___
1966	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	C-233	___
1966	Rua das Parreiras/ Trav.Porta de Alcova	Lisboa	Reparar o telhado, tectos e pavimento	C-25	___
1966	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	C-47	___
1966	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado e rebocos interiores	C-146	___
1966	Arrabalde	Monsaraz	Construir tectos em dois compartimentos e reparar o telhado	C-179	___
1966	Rua do Castelo	Monsaraz	Reparar o telhado	C-48	___
1966	Arrabalde	Monsaraz	Reconstruir o telhado, substituir todos os pavimentos e rebocos interiores e construir tectos	C-25	___
Obs.: não se altera em nada o aspecto exterior do prédio					
1966	Rua Direita	Monsaraz	Demolir uma parede interior e fazer outra em substituição	C-1	___
1966	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	C-208	___

1966	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	C-101	___
1966	Rua Direita	Monsaraz	Reparação do telhado e reboco interior de um compartimento	C-27	___
1966	Rua de S.Tiago	Monsaraz	Reparar o telhado	C-288	___
1966	Rua Direita	Reguengos	Reparar o telhado	C-95	___
1966	Rua de S.Tiago	Monsaraz	Reparar o telhado e chaminé	C-127	___
1966	Rua das Parreiras e Trav. Porta de Alcova	Lisboa*	Arranjar telhados rebocos tectos e pavimentos	C-60	___
1966	Rua de S.Tiago	Lisboa	Pavimentar as casas de banho	C-91	___
1966	Arrabalde	Évora	Reconstruir, reparar, pavimentar e rebocar uma parede de um prédio	C-176	___
1967	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	C-112	___
1967	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	C-116	___
1967	Rua do Castelo	Lisboa*	Reparar o telhado, tectos, paredes interiores, pavimentos	C-42	___
1967	Rua de S.Tiago	Lisboa*	Reparar telhados, tectos,paredes interiores,pavimentos	C-216	___
1967	Rua Direita	Lisboa*	Reparar telhados, paredes interiores e pavimentos	C-222	___
1967	Rua de S.tiago	Lisboa	Reparar interiormente a casa de banho e fazer uma chaminé	C-228	___
1967	Rua Direita	Monsaraz	Arranjo do telhado	C-131	___
1967	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado e pavimentos e construir uma parede interior. Dividir um compartimento em dois	C-24	___
1967	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado e pavimento	C-68	___
1967	Rua das Videiras	Évora	Reparar o telhado	C-220	___

1967	Rua da Porta de Évora	Brasil	Reparação de telhados, rebocos interiores, pavimentos, tectos, compartimentos, canalizações de águas, esgotos, rede de instalação eléctrica, pinturas, caiações e arranjo do quintal	C-189	___
1967	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	C-88	___
1967	Rua do Castelo	Monsaraz	Reparar rebocos interiores, pavimentos e telhado	C-89	___
1967	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	C-76	___
1967	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	C-52	___
1967	Rua de Santiago	Monsaraz	Reparar o telhado	C-13	___
1967	___	Monsaraz	Reparar o telhado	C-96	___
1967	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	C-79	___
1967	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	C-104	___
1968	Rua Direita	Lisboa*	Reparar os telhados da Casa do Grupo dos Amigos de Monsaraz e no mesmo prédio adaptar um compartimento a casa de banho	C-190	___
Obs. O requerimento refere que a obra está autorizada pelo Grupo dos Amigos de Monsaraz					
1968	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado e rebocar interiormente o prédio	C-163	___
1968	Rua da Porta Évora	Brasil	Reconstruir uma edificação em ruínas e adaptá-la a residência	C-173	SIM
1968	Rua da Porta de Évora	Brasil	Ligação de esgoto de um prédio a um ramal de saneamento já existente que vai reparar sem encargos para a Câmara repondo o pavimento anterior	C-98	___
1968	Rua do Hospital	Monsaraz	Adaptar um compartimento a casa de banho	C-15	___
1968	Rua do Hospital	Monsaraz	Reparar o telhado e restaurar os tectos	C-62	___

1968	Junto à Porta da Vila	Reguengos	Reparar o telhado de um prédio	C-133	_____
1968	Arrabalde	Monsaraz	Reparar uma parede e o telhado	C-14	_____
1969	Arrabalde	Évora	Construção de dependência na unidade hoteleira de S.Bartolomeu	C-6	_____
obs. O pedido foi enviado à Comissão Municipal de Arte e Arqueologia (tem parecer favorável desta Comissão)					
1969	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado	C-261	_____
1969	Rua de Santiago	Brasil	Levantamento do que resta do antigo telhado e substituição do velho madeiramento apodrecido por lage aligeirada de betão pre-esforçado e elementos cerâmicos; reparação, reposição ou reforço das paredes em ruínas conservando-se sempre inalterável o aspecto exterior	C-141	_____
obs. estas construções encontram-se em estado de ruína ameaçando ruir.					
1969	Rua Direita	Monsaraz	Adaptar a casa de banho numa parte de um compartimento	C-129	_____
1969	_____	Monsaraz	Reparar o telhado	C-129	_____
1969	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado e reconstruir um tecto de um prédio	C-321	_____
1969	Rua dos Celeiros	Monsaraz	Reparar um telhado	C-164	_____
1969	Rua do Quebra Costas	Monsaraz	Reparar um telhado	C-140	_____
1969	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	C-156	_____
1969	Praça Nuno Álvares Pereira	Lisboa*	Reparar o telhado	C-210	_____
1969	Arrabalde	Monsaraz	Reparar o telhado	C-166	_____
1969	Rua Direita	Lisboa*	Levantamento do que resta do antigo telhado e substituição por um novo coberto; substituição do madeiramento podre existente, por vigas de cimento ligadas por tijoleiras, construindo uma nova cobertura sobre a qual serão repostas as antigas telhas e o demais que for necessário acrescentar	C-53	_____

de modo a conservar o aspecto exterior; reparação, reposição ou reforço das paredes em ruínas conservando-se inalterável o aspecto exterior da casa.

1970	Rua das Portas de Évora	Monsaraz	Reparar o telhado	C-46	___
1971	Rua Direita	Monsaraz	Reconstruir um muro de divisão entre o quintal do prédio que possui e o quintal do prédio seguinte	C-42	___
1972	___	Monsaraz	Rebocar interiormente uma parede. O reboco é só numa casa e não altera a sua estrutura	C-152	___
1972	Rua Direita	Lisboa	Substituir o madeiramento por vigas de betão armado no telhado do prédio, ficando com o mesmo aspecto actual	C-103	___
1972	Rua Direita	Monsaraz	Picar as paredes de duas casas interiores e rebocá-las a cimento	C-175	___
1972	Rua Direita	Monsaraz	Reparar o telhado voltando as madeiras e tirar várias goteiras	C-158	___
1973	Rua de S.Tiago	Brasil	Arranjo dos telhados e rebocos interiores e exteriores	C-17	___
1973	___	Lisboa*	Reparação de uma parede interior e arranjo do telhado	C-9	___
1973	Rua Direita	Monsaraz	Desaterrar um quintal	C-73	___
1973	P. Nuno Álvares Pereira	Lisboa*	Reparação dos estragos causados por uma camioneta na frontaria do prédio	C-10	___
1973	Rua de S.Tiago	Monsaraz	Reparação do telhado com substituição de madeira e reconstrução de uma parede que ruiu do lado que confronta com o quintal	C-74	___
1973	Rua Direita	Lisboa	Abrir uma porta no muro do quintal do prédio	C-190	___
1973	Rua Direita	Lisboa	Transformar um alpendre em cozinha no quintal do seu prédio	C-252	___
1974	P. Nuno Álvares Pereira	Monsaraz	Reparação de telhados, rebocos interiores e pavimentos	C-127	___
1974	Rua de S.Tiago	Reguengos	Reparar o telhado e arranjar o chão	C-14	___

1975	Rua da Misericórdia	Monsaraz	Reparação de telhados, rebocos interiores, reforçamento de paredes e janelas nos vãos existentes	C-85	___
obs. Não será alterada a estrutura e o aspecto exterior do prédio					
1975	Rua Direita	Monsaraz	Reparar duas paredes interiores, colocar pavimentos e fazer rebocos exteriores sem alterar a estrutura e aspecto exterior	C-138	___
1975	Rua das Parreiras	Monsaraz	Reconstrução de um muro que se encontra em ruínas, com 9 metros de comprimento	C-60	___
1976	Rua Direita	Monsaraz	Rebocos interiores e exteriores e pavimentos	C-15	___
1976	Arrabalde	Monsaraz	Reparação do telhado com substituição de madeiras rebocos interiores	C-91	___
1976	Arrabalde	Monsaraz	Reparação de telhados e rebocos interiores	C-131	___
1977	Arrabalde	Monsaraz	Reparação do telhado e rebocos interiores e exteriores	C-63	___
1977	___	Monsaraz	Arranjo do telhado, rebocar uma parede interior	C-39	___
1977	___	Monsaraz	Reparação e limpeza do telhado com substituição de madeiras sem alteração da sua estrutura	C-68	___
1978	Arrabalde	Monsaraz	Reparação do telhado com substituição de madeiras	C-163	___
1979	___	Estoril	Reparar o telhado com substituição de madeiras e fazer rebocos exteriores	C-168	___
1980	Arrabalde	Monsaraz	Ampliação de uma casa de banho e rebocos interiores	C-56	___
1980	___	Monsaraz	Colocação de pavimentos e rebocos exteriores	C-11	___
1980	Arrabalde	Monsaraz	Colocação de pavimentos e rebocos interiores	C-36	___
1981	Rua de Santiago	Monsaraz	Substituição do telhado existente por placa	C-67	___
1981	Rua de Santiago	Monsaraz	Colocação de tectos direitos sem alterar o exterior	C-6	___

1981	Rua de Santiago	Monsaraz	Abrir uma vala e fazer uma fossa	C-93	___
1982	Rua Direita	Évora (Universidade)	Remodelação e restauro	C-44	SIM
1983	Arrabalde	Monsaraz	Reparação de telhados e fazer rebocos	C-38	___
1983	Rua das Parreiras	Monsaraz	Ampliação de um prédio para dois pisos	C-33	SIM
obs. Indeferido o primeiro andar a construir totalmente					
1984	Rua de Santiago	Lisboa	Reparação do telhado, substituindo as madeiras por vigas e reparação de paredes interiores. Rebocos interiores e colocação de pavimentos	C-137	___
1985	Rua do Celeiro	Monsaraz	Reparação do telhado, substituindo as madeiras por vigas de cimento e fazer rebocos interiores e exteriores sem alterar o existente	C-48	___
1986	Rua de Santiago	Monsaraz	Colocação do telhado e reconstrução de duas paredes	C-58	___
1986	Rua Direita	Monsaraz	Rebocos exteriores e pavimentos (frontaria do prédio)	C-85	___
1986	Gaveto da R. de Santiago com a trav. do Sanabre	Brasil	Remodelação e ampliação da habitação	C-150	SIM
obs. Aprovado com a sugestão dos vãos exteriores terem uma moldura uniforme como é tradicional e não como se vê nas aberturas reduzidas. O gradeamento da varanda em andar deverá ser simplificado, sugerindo-se elementos verticais de ferro.					
1986	Rua de Santiago	Monsaraz	Reparação do telhado com aplicação de vigas, reparação interior do prédio e rebocos interiores e exteriores	C-59	___
1988	Rua de Santiago	Lisboa	Assentar pavimentos, rebocos interiores e exteriores, para acabamento do prédio	3.1.3/88	___
1988	Praça Nuno Álvares Pereira	Loures	Reparação de pisos, telhados, cozinha e casa de banho	C-139	___
1989	Rua das Parreiras	Monsaraz	Ampliação de um prédio	3.4.3/52	SIM
obs. projecto apresentado em 1983, com parecer negativo para construção do segundo piso					

1990	Arrabalde	Monsaraz	Rebocos e substituição do telhado (de madeira por vigas)	3.4.3/39	_____
1991	Rua de S.Tiago	Lisboa	Rebocos interiores e colocação de pavimentos	3.4.3/28	_____
1991	Arrabalde	Holanda	Beneficiações interiores e exteriores sem modificar o existente	3.4.3/40	_____
1992	Rua Direita	Lisboa	Reparação do telhado sem alterar o existente, substituição de madeiras, lages, telhas	3.4.3/44	_____
1992	Arrabalde	Lisboa	Rebocos interiores e exteriores, substituição das madeiras do telhado e pavimentos	3.4.3/20	_____
obs. Estalagem de Monsaraz					
1992	Arrabalde	Lisboa	Rebocos exteriores e reparação do telhado	3.4.3/34	_____
obs. Estalagem					
1992	Arrabalde	Lisboa	Reparação de tectos, soalhos e rebocos interiores	3.4.3/105	_____
obs. Estalagem					
1992	Rua Direita	Monsaraz	Rebocos interiores e colocação de azulejos e mosaicos	3.4.3/68	_____
obs. Restaurante					
1992	Praça Nuno Álvares Pereira	Lisboa	Reparação do telhado sem modificar nem alterar a fachada, nem a estrutura do telhado	69/92	_____
obs. Turismo de Habitação					
1992	Rua das Videiras	Évora	Legalização e recuperação de um prédio	3.4.3/48	SIM
1994	Rua Direita	Monsaraz	Rebocos, colocação de azulejos e pavimento na cozinha	3.4.3/226	_____
1994	Rua Direita	Monsaraz	Colocação de pavimentos e rebocos	3.4.3/137	_____
1994	Arrabalde	Monsaraz	Reparação e/ou limpeza de telhado. Colocação de azulejos num compartimento	3.4.3/53	_____

ANEXOS

Anexo 1**Arquivo Histórico Militar 3ª Div. 9º L CAIXA nº 82 NºA2 s/d****RELATÓRIO. DESCRIÇÃO E ESTADO DA PRAÇA**

MONSARÁS - A fortificação desta Prasa, é a Antiga, coomposta de 5 torres redondas, das quais 3 estão arruinadas até à altura da muralha pela parte superior, e as outras 2 principiam a ter algumas pequenas ruínas.

Os lances de muralha que estão entre as torres da parte do meio dia, que são 2, estão arruinados desde a sua sapata, até meia altura da muralha, e em partes até A altura do parapeito; e em 3 partes penetra toda a grossura da muralha, e o resto é mais ou menos a meia grossura, tanto anteriormente, como no interior. Os parapeitos, banquetas, e escadas, que fasem a subida, estão muito arruinadas.

A prasa é toda cercada de uma couraça, ou falsa-braga, a qual do meio dia e nascente, não tem parapeito, e da parte do norte e poente, tem o seu parapeito em parte arruinado na meia altura que compreende a sesta. Esta falsa-braga, tem 2 torres arruinadas até à sapata. Esta falsa-braga é coberta com 3 meios baluartes, um da parte poente, e os outros dois da parte do meio dia; os quais tem algumas ruínas, e não tem parapeitos; estes 3 meios baluartes são cobertos com 3 grandes contra guardas, que tem a muralha em bom estado, mas não tem parapeito, avendo mais no intervalo 4 revelins com os seus parapeitos arruinados. Todas estas obras são cercadas de um caminho coberto desde o poente, meio dia ate o nascente; lugar do Forte de S.Bento, tendo todo o seu parapeito arruinado.

A prasa tem a poente um castelo, com 6 torres quadradas, uma delas de figura pentagónica, muito bem conservada, serve de armazém de pólvora. Duas das mesmas torres, estão arruinadas pela parte superior até à altura da muralha; e as outras 3, têm os seus parapeitos, e as suas ameias arruinadas, e também as suas escadas; entre as torres na muralha, há duas grandes ruínas, que farão 9 brasas de comprimento; e tem toda a altura da muralha, e o resto tem os seus parapeitos arruinados.

O castelo é de figura rectangular, 2 lados defendem contra a prasa são cobertos por uma couraça, as suas escadas e o seu parapeito, muito arruinadas.

Dois lados do castelo, pelo meio dia, e poente, são cobertos pela falsa-braga, e dois meios baluartes e um revelim, daqueles que pertencem o corpo da praça; e pelo caminho coberto, até ao poente aonde termina.

A praça tem a nascente o forte de S.Bento, distante de 60 a 80 brasas. a sua figura e composta de dois meios baluartes, formando uma cauda de andorinha, unida a um baluarte, para a parte do meio dia, o resto é uma muralha sem defesa, formando um saliente para a parte da praça, este forte terá 25 a 30 brasas por lado.

O forte, coberto por um revelim a nascente a 50 a 60 brasas de distância fazendo para este lado a montanha 400 a 500 brasas de comprimento; tendo o forte e seus revelins, uma pequena altura de perfil, estando muito arruinados os seus parapeitos.

O caminho coberto da prasa continua pelo lado do meio dia, cobrindo o forte e o seu revelim, pela parte do nascente, até ao lado norte aonde termina, de que não restão mais que os vestígios sendo a prasa por este lado norte muito defensável.

A prasa não tem armazem de Guerra nem de boca.

No castelo se vem as paredes de 4 grandes casas, as quais são próprias para armazens, uma delas parece ter servido de cavalaria, e é capaz de contar 40 cavalos; em cima destas casas se encontram vestígios de

quateis, com capacidade para alojar 120 soldados; tem mais a ruína de um grande edifício, que pertence à alcaidaria-mor, ou Governador, entre o Castelo e a couraça, que mostra os vestígios de duas atafonas, uma casa interiormente arruinada.

O forte de S. Bento não tem armazem.

As obras destacadas não tem armazem.

A prasa tem um corpo de guarda, que pertence ao revelim da Porta da Vila; inteiramente arruindo, com capacidade para 40 soldados. O castelo tem um corpo de guarda de abobeda, muito arruinado para 45 soldados: da parte de fora há outro corpo de Guarda, para 36 soldados, que não tem mais que as paredes, a da frente muito arruinada.

No forte de S. Bento e nas obras destacadas, não ha corpo de Guarda. Esta prasa é situada sobre o espinhaço de uma montanha que se dirige do poente, a nascente; sendo muito defensável desde o poente, pela parte norte até ao nascente; tendo da parte do meio dia, umas colinas; formadas pelos outeiros de S. Cristovão a 150 ou 200 brasas, o de Pombal a 260, e o da Forca a 300 para 400 estes outeiros são de alguma sorte circundados pela Prasa, com diferença de nível de 20 ou 30 palmos; e batem esta até a raiz da sapata: na distância de ponto em branco de Artilharia este lado da prasa é o mais fortificado, em atenção a estes mesmos outeiros, e estas peças de fortificação sendo no declive da montanha da prasa, são construidas de tal sorte que a aresta superior dos parapeitos, são inferiores à sapata do corpo da praça

Esta prasa não defende porto de ribeira, de baixo do alcance de artilharia.

A meia legoa de distância para o rio Guadiana, o qual tem um porto chamado o das Carretas, sendo um dos melhores; ficando a raia a meia legoa de distancia para este porto vem de Espanha as estradas de carrugaens, uma de Cheles, outra de Alconchel, outra de Vila Nove del Fresno, e outra de Chares de Cavaleiros; estas estradas se comunicam com a estrada real de Madri, deste porto vai passar a mesma estrada debaixo da Artilharia desta prasa fora do alcance do ponto em branco, dirigindo-se do meio dia para o Norte; confrontando este lado norte da prasa, vai a Aldeia de Réguengos, duas legoas distante, e para Evora 8, ficando o poente e seguindo a direcção norte, vai para Vila Viçosa 5 legoas de distância, 7 1/2 a Estremoz, 9 a Elvas, e para o meio dia uma a Mourão, 6 a Moura, 10 a Serpa; 17 a Mertola.

A distancia mais proxima que ha desta praça a raia, e meia legoa, no sitio chamado Cucos, lugar muito fragoso.

Esta prasa descobre de Estremadura, desde Olovença ate Barrancos que são 14 a 16 legoas de comprimento.

Manuel Joaqum Trevél

Capitao de Mineiro

Monçardis

A fortificação desta Prava, he a Antiga, composta de 5 Torres defendidas, das quaes 3 estão aluinadas até a altura da Murálha nella parte Superior, e as outras 2 precepião até algumas pequenas Ruínas.

Os Lançes de Murálha q̄ estão entre as Torres da parte do meio dia, q̄ são 2, estão aluinados desde a sua Sapata, até a meia altura da Murálha, e em partes até a altura do Parapeito; e em 3 partes penetra toda a grossura da Murálha, e o resto he mais ou menos a meia grossura, tanto exteriormente, como no interior. Os parapeitos, Banquetas, e Escadas, q̄ fazem a subida, estão muito aluinadas.

A Prava he toda cercada, de uma Courasa, ou Falça-braga; a qual do meio dia e nascente, não tem parapeito, e da parte do norte e ponte, tem o seu parapeito em parte aluinado, na meia altura q̄ comprehende a testa.



Esta Falça-braga he cuberta com 3 meios Balluartes, e em da parte do Poente, e os outros 2 da parte do meio-dia; os quaes tem algumas Ruínas, não tem Parapeitos; estes 3 meios Balluartes são cubertos com 3 grandes Contra-guardas, q̄ tem a Murálha em bom estado, mas não tem Parapeitos, avendo mais no interuallo 4 Revelins com os seus Parapeitos aluinados. Todas estas Obras são cercadas de um Caminho-cuberto, desde o Poente, Meio-dia até o Nascente; Lugar do Forte de S. Bento, tendo o seu Parapeito aluinado.

A Prava tem o Poente um Castello, com 6 Torres quadradas, e uma dellas de figura Pentagonica, muito bem conservada, serve de Armazem de Polvora. Duas das mesmas Torres, estão aluinadas nella parte Superior até a altura da Murálha; e as outras 3, tem os seus Parapeitos, e as suas ameias aluinadas, estão bem as suas Escadas, entre as Torres na Murálha, á duas grandes Ruínas, q̄ fazem 3 brancas de comprimento; e tem toda a altura da Murálha, e o resto tem os seus

Parapeitos aluinados.

O Castello he de figura rectangular, 2 lados de feridem contra a Prasa, são cubertos por huma Courasa, as suas escadas, e o seu Parapeito, munto aluinados.

Dois lados do Castello, nella Meio-dia, e Poente, são cubertos, nella Falca-braga, e dois meios Balluartes e hum Revelim, daquellas q pertencem o corpo da Prasa; e nella Caminho-cuberto, athe o Poente a onde termina.

A Prasa tem o Naente o Forte de S. Bento, distante de 60 a 80 braças, a sua figura he composta de dois meios Balluartes, formando huma quadrada de Andorinha, unida a hum Balluarte, para a parte do meio-dia, o resto he huma Muralha sem defenza, formando hum saliente, para a parte da Prasa, este Forte terra 25 a 30 braças por lado.

O Forte cuberto, por hum Revelim o Naente, a 50 a 60 braças de distancia; fazendo para este lado a Montanha 400 a 500 braças de comprimento, tendo o Forte, e seu Revelim, huma pequena attura de perfil, e sendo munto aluinados, e os seus Parapeitos.

O Caminho-cuberto da Prasa continua nella ohada do Meio-dia, e cobrindo o Forte, e seu Revelim, nella parte do Naente, athe ohada Norte, a onde termina, de que não restaõ mais q os vestigios: sendo a Prasa por este lado Norte munto de Fensavel.

A Prasa não tem Armazem de Guerra, nem de Boia.

No Castello ve-se as paredes de 4 grandes cazas, as quais são proprias para Armazens, huma dellas parece ter servido de Cuvallarice, e he capaz de conter 40 Cavallos; em cima destas cazas, se encontraõ vestigios de quartéis, com capacidade para alojarem 120 Soldados; tem mais a luina de hum grande edificio, q pertence a Alcudaria-Mor, ou Governador, entre o Castello, e a Courasa, q mostra os vestigios de duas atafonas, huma

Caixa inteiramente aluinada.

O forte de S. Bento, não tem Armazem.

As obras destacadas não tem Armazem.

A Prasa tem um corpo de guarda, q̄ pertence a lechim da Porta da Villa; inteiramente aluinado, com capacidade para 40 Soldados.

O castello tem um corpo de guarda de abobeda, munto aluinado, para 45 Soldados: Da parte de fora á outro corpo de guarda para 36 Soldados, q̄ não tem mais q̄ as paredes, da frente munto aluinado.

No Forte de S. Bento, e nas obras destacadas, não á corpo de guarda.

Esta Prasa, hé situada sobre o aspinhaso de uma Montanha, q̄ se dirige do Poente, o Nacente; sendo munto defencavel desde o Poente, nella parte do Norte, athe o Nacente; tendo da parte do Meiodia, umas collinas, formadas pellos outeiros de S. Cristovão, a 150 ou 200 brasa; o do Pombal a 200; e o da Forca a 300 para 400: estes outeiros são de alguma sorte commandados nella Prasa, com differença de nivel de 20 a 30 palmos; e batem esta athe a lais da prasa: na distancia de ponto-embranco de Art.ª, este lado da Prasa, é o mais fortificado, em atençaõ a estas mesmas outeiros, e estas passas de fortificação sendo no declivõ da Montanha da Prasa, são construidas de tal sorte q̄ a desta superior dos parapetos, são inferiores a prasa do corpo da Prasa.

Esta Prasa, não defende porto de liberra, de baixo do Alcanse de Art.ª

Armeia Legoa de distancia para o Rio Guadiana, o qual tem um Porto chamado o das Carretas: sendo um das melhores: ficando a laia armeia Legoa de distancia, para este Porto vem de Espanha as estradas de Carruages, uma de Chelles, outra de Alcumpeh,

outra de Villa-Nova-del-Fresno, e outra de Charas-
de Cavalheiros; estas estradas se cumeirão com a Estrada Real de
Madri, desta Porto vai passar a mesma Estrada de baixo da Port. desta
Prasa fora do alcance de ponto em branco, de Legindoe do Meio-dia,
para o Norte; contornando este lado Norte da Prasa, vai a Aldeia de
Leguengas, duas legoas distante, e para Evora 8, ficando o Poente e se
virando a direção Norte, vai para Villa-vieixa 5 legoas de distan-
cia, 7 $\frac{1}{2}$ a Estremoz, 9 aldeias, e para o Meio-dia Evora a Moura, 6
a Moura, 8 a Serpa, 17 a Mertulla.

A distancia mais proxima q' há desta Prasa a aldea, e meia de
goa, no sitio chamado Cueas, leguas muito fragozo.

Esta Prasa das Cobras de Extremadura, desde Olivença até
Barameos, q' são 14 a 16 legoas de comprimento.

Manoel Joaq^m Trevis
Cap^{am} de Minas

Anexo 2**Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 82, nº A1**

Informasam sobre o estado desta Praça de Monseráz

As obras interiores do castello se acham in total ruyna e da mesma forma as da circumvalasão extrior, e os prencipais muros estão amesando a mesma, com abundância de agoas veyo a terra hum lansso de muralha nas costas de hum edificio de sisterna pertencentes a mesma fortificação. de munta conveniensa para a Praça pela falta de agoa nativa que ha na mesma praça.

Joao Rebocho Borya

Monseráz, 30 de Maio de 1774.

Informação sobre o estado da Praça de Monserrate.

As obras emitters dos muros seccundam intotal
doja, e da mesma forma a da circumvallação. E a
os primeiros muros estão a meo do tempo,
com a abundancia de aguas deo a terra dum San-
to de muralla na cõsta deo edificio de Syber-
na pertencente a mesma fortificação. De muralla com
veniencia para a Praça pela foz de aguas nativa
que lá nomea Praça.

João de Deus Borja



Anexo 3**Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Nº A3**

Praça de Monsaraz, Ofício, Assunto: munições e apetrechos de guerra, referência ao estado da Praça, 1762

(..) E pelo q respeita à fortificassão se acha em miseravel estado por demolida e de todas estas faltas e ruinas dei já (...) conta de que não tive resposta por cuja couza tomei a rezulssão de me valer da Companhia de Ordenança desta Praça e seu termo a fim de se taparem algumas portas e destragos das muralhas que só serviam para entrarem e sairem os moradores e os mais que entravão e sahião por onde lhe fazia melhor conta que estas se achão tapadas de pedra e barro por nessecidade ficando só huma aberta para a comunicação e esta quázi sem porttas que para remediala de alguma maneira foi preciso mandarse cortar huma árvore para della se poderem tirar algumas para se remediar em termos que se possa fechar (...)

João Dias da Costa

Anexo 4**Arquivo Municipal de Reguengos de Monsaraz****Auto de Cessão a título precário do Castelo de Monsaraz à Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz**

Auto de Cessão - Aos vinte e cinco dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e quarenta e um, nesta vila de Monsaraz, compareceram perante mim, José Júlio Pascoal, Aspirante do quadro da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, servindo de escrivão deste auto, e as testemunhas idóneas adiante mencionadas, os Excelentíssimos Senhores Juveniano Pinto Angelo, Chefe da Secção de Finanças deste Concelho, outorgando como representante e por parte do Ministério das Finanças, como se mostra pelo officio nº 3.921 - 2ª secção - Processo nº 13/3, do Excelentíssimo Senhor Director de Finanças do Distrito de Évora, de 31 de Julho próximo findo, e Doutor José Garcia da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, outorgando como representante e por parte da mesma Câmara, de harmonia com a deliberação Municipal de treze do corrente mês, a fim de se lavrar o presente auto de cessão.-----

Em presença de todos, pelo primeiro outorgante foi dito: -Que na qualidade que representava e autorizado por despacho Ministerial de dezoito de Julho findo, comunicado à secção de Finanças deste concelho pelo officio acima referido, faz a cessão a título precário, nos termos dos artigos sexto e seguintes do Decreto-lei número 24.489 de 13 de Setembro de 1934, à Câmara Municipal do concelho de Reguengos de Monsaraz, do prédio Militar número um de Monsaraz - Fortificação da Praça de Monsaraz, constituída por um recinto medieval com uma torre de menagem e uma outra que servia antigamente de paiol. Exteriormente a este recinto existem vários baluartes nos lados Sul e Sueste, a maior parte desmantelados, a Nordeste existem duas obras destacadas, mais avariadas, de uma das quais só restam vestígios. As alvenarias são de pedra de xisto ardosiano. Entre os baluartes e o recinto medieval, existem pequenos tratos de terra utilizável; que a referida fortificação se destina a logradouro comum; que, por efeito deste auto, abria mão da aludida Fortificação, que neste acto representa. Esta cessão é feita com o encargo de conservação, defeza e vigilância do prédio cedido, não podendo dar-lhe outra aplicação diferente daquela para que é cedido. Será sempre relacionado no mapa dos bens do Estado, affectos à entidade cessionária.-----

Pelo segundo outorgante, Doutor José Garcia da Costa, foi dito: - Que, na qualidade que representa, aceita a cessão da referida Fortificação, como foi descrita neste auto, com as condições impostas que, em nome da Câmara Municipal do concelho de Reguengos de Monsaraz, se obriga a cumprir. Nestes termos deu o primeiro outorgante a cessão como operada, sem mais formalidades.-----

Foram testemunhas presentes António Lopes Soeiro Júnior, casado e Artur Rosado Sereto, solteiro, ambos funcionários judiciais, residentes em Reguengos de Monsaraz, que vão assinar com os outorgantes, depois de o presente auto ter sido lido em voz alta na presença simultânea de todos.-----

6 Assinaturas ilegíveis.

Anexo 5**Arquivo da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul**

(Proc. S 07 11 03/002, Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz)

**RELAÇÃO ORGANIZADA DOS NOMES E MORADAS DOS PROPRIETÁRIOS DOS
PRÉDIOS SITUADOS NA ZONA DA PROTECÇÃO DAS ANTIGAS
FORTIFICAÇÕES DA PRAÇA DE MONSARAZ, CLASSIFICADA DE MONUMENTO
NACIONAL- 1947**

nº de ordem	Nome dos Proprietários	Moradas
1	Gertrudes Botelho Pinto	Reguengos
2	Belchior Godinho	Monsaraz
3	Herculano Botelho Pinto	Monsaraz
4	José Botelho Pinto	Monsaraz
5	Herculano Botelho Pinto	Monsaraz
6	António Mendes	Monsaraz
7	António José Cardoso	Monsaraz
8	João Leal	Monsaraz
9	Inácio Ventura Palma	Monsaraz
10	António Justino Carriço	Monsaraz
11	Joaquim Caeiro Palma	Monsaraz
12	António Lopes Fernandes	Monsaraz
13	Joaquim Barradas Piza	Monsaraz
14	Joaquim Valadas	Monsaraz
15	Francisco Inácio Cetra	Monsaraz
16	Izalul (?) Morais	Monsaraz
17	João Pereira Cetra	Monsaraz
18	Florinda Maria	Monsaraz
19	Martinho José	Monsaraz
20	Francisco Correia Presado	Monsaraz
21	Berta Rosado Ramalho	Monsaraz
22	Manuel Pego Couto	Monsaraz

23	João José Bragança	Monsaraz
24	Misericórdia de Monsaraz	Monsaraz
25	Joaquim António Gaspar	Monsaraz
26	Inácio Rato	Monsaraz
27	Joaquim Furo	Monsaraz
28	Felicidade Maria	Monsaraz
29	Rosa Maria Caeiro	Monsaraz
30	Luiza Godinho	Monsaraz
31	Cristóvão Godinho Cetra	Monsaraz
32	Felicidade Maria	Monsaraz
33	Joaquim António Gaspar	Monsaraz
34	João Morais	Monsaraz
35	Francisco Fernandes Saramago	Monsaraz
36	Cristóvão Godinho Cetra	Monsaraz
37	José de Sousa Rosado Fernandes	Reguengos
38	José de Sousa Rosado Fernandes	Reguengos
39	Manuel Gonçalves Barradas	Monsaraz
40	Francisco Fernandes Saramago	Monsaraz
41	João Rato	Monsaraz
42	Francisco Caturra	Monsaraz
43	António Maria Modesto	Monsaraz
44	Francisco António	Monsaraz
45	Maria d'Arada	Monsaraz
46	Joaquim Caeiro	Monsaraz
47	Berta Rosado Ramalho	Monsaraz
48	Inácio Pereira Marcão	Monsaraz
49	Francisco Dias Rato	Monsaraz
50	José Rosado Barradas, Herdeiros	Monsaraz
51	Francisco Correia Saramago	Cidade da Beira, Moçambique

52	Luíz Inácio Gonçalves	Monsaraz
53	José Barradas Piza	Monsaraz
54	Joana Maria	Monsaraz
55	Joaquim Valadas	Monsaraz
56	Junta de Freguesia de Monsaraz	Monsaraz
57	Herculano Botelho Pinto	Monsaraz
58	Hospital de Monsaraz	Monsaraz
59	Igreja de Santiago	Monsaraz
60	Igreja da Misericórdia	Monsaraz
61	Igreja Matriz	Monsaraz
62	Joaquim António Gaspar	Monsaraz
63	José Barradas Piza	Monsaraz
64	Edifício Escolar da Câmara Municipal de Reguengos	Reguengos
65	António Saramago Godinho	Monsaraz
66	Francisco Ramalho Gaspar	Monsaraz
67	Domingos Palma	Monsaraz
68	Manuel Rosado Senior	Monsaraz
69	João Valadas	Monsaraz
70	Sebastião Ramalho	Monsaraz
71	João António Barradas	Monsaraz
72	João Pego, Herdeiros	Monsaraz
73	Francisco Caeiro	Monsaraz
74	Domingos Caturra	Monsaraz
75	Joaquim Rodrigues	Monsaraz
76	Herculano Botelho Pinto	Monsaraz
77	Florinda Belo Godinho	Azeitão
78	Inácio Rosado, Herdeiros	Monsaraz
79	Herculano Botelho Pinto	Monsaraz
80	António Patrício	Monsaraz

81	António Miguel Pelica, Herdeiros	Monsaraz
82	José Ramalho	Monsaraz
83	João António Barradas	Monsaraz
84	José Morais, Herdeiros	Monsaraz
85	Bernardino Patrício	Monsaraz
86	Bernardino Patrício	Monsaraz
87	António Manuel Pelica	Monsaraz
88	António Patrício	Monsaraz
89	António Patrício	Monsaraz
90	Miguel Rosado Barradas	Monsaraz
91	Francisco Ramalho Gaspar	Monsaraz
92	Luíz Tomé, Herdeiros	Monsaraz
93	Luíz Tomé, Herdeiros	Monsaraz
94	Maria da Conceição Godinho	Monsaraz
95	Manuel Gonçalves Barradas	Monsaraz
96	Manuel Gonçalves Barradas	Monsaraz
97	Manuel Gonçalves Barradas	Monsaraz
98	Manuel Gonçalves Barradas	Monsaraz
99	Capela de S. João	Monsaraz
100	Junta de Freguesia de Monsaraz	Monsaraz
101	José Barradas Piza	Monsaraz
102	José Barradas Piza	Monsaraz
103	Berta Rosado Ramalho	Monsaraz
104	Francisco Fernandes Saramago	Monsaraz

Reguengos, 3 de Fevereiro de 1947, o Informador Fiscal (assinatura ilegível)
 Évora, 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais, em 22 de Fevereiro de 1947.

Anexo 6

Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

POSTURA

O artº 9º e parágrafos respectivos do Código de Posturas do Concelho, em vigôr desde 1919, passa a ter a seguinte redacção:

Artº 9º - As frontarias dos prédios e faces exteriores das paredes e muros que confinem com a via pública, que não se encontrem rebocadas, estucadas, pintadas ou revestidas de azulejos, mármore ou mosaicos, serão rebocadas, e caiadas ou estucadas com côr branca, salvo excepções que a Câmara e o Arquitecto-urbanista admitam, sempre justificadas, devendo os sócos e cunhaes ter as côres azul, vermelhão ou ocre, e todos os ferros que apareçam na construção, seja de sacadas ou grades defensivas, pintadas a preto.

Parágrafo 1º - A partir desta data, só poderão aplicar a côr branca e as côres azul, vermelhão ou ocre, nos termos do corpo do artigo, os proprietários, usufrutuários ou mesmo inquilinos dos prédios, muros ou paredes, confinantes com a via pública, que, por motivo de limpeza, procedam a nova caiação ou estuque dessas frontarias, muros ou paredes.

Parágrafo 2º - Depois da entrada em vigôr desta Postura, nenhum edificio construído ou reconstruído na área do concelho, poderá ser habitado, sem que as respectivas frontarias e as faces exteriores das paredes ou muros estejam nas condições indicadas no corpo deste artigo 9º.

Parágrafo 3º - Para o exacto cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o responsável pela obra, apenas esta termine, requererá à Câmara que mande averiguar se foram ou não cumpridas todas as condições exigidas por este artigo, afim de que o prédio possa ser habitado.

Parágrafo 4º - A falta de cumprimento do disposto neste artigo e parágrafos, será punida com a multa de trezentos escudos pela 1ª vez.

Parágrafo 5º - Por cada reincidência, será esta multa agravada de um terço.

Parágrafo 6º - Os proprietários ou usufrutuários de prédios nas condições atrás referidas, são obrigados a caiar, lavar ou pintar, conforme os casos, as paredes das suas casas confinantes com a via pública, de 3 em 3 anos, pelo menos; e, bem assim, a olear todas as madeiras que digam para o exterior, de 5 em 5 anos, também pelo menos, sob pena de

300\$00 de multa pela 1ª vez, caso não cumpram o aviso que a Câmara lhes fará para esse efeito.

Parágrafo 7º - Em caso de reincidência, será esta pena agravada de um terço.

Parágrafo 8º - Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, serão as povoações divididas em zonas, de forma a conseguir-se que todos os anos uma parte das mesmas seja devidamente melhorada.

Parágrafo 9º - Sempre que os interessados deixem terminar o prazo constante dos avisos, sem terem começado a executar os trabalhos referidos no parágrafo anterior e depois de paga a multa a que se refere o mesmo parágrafo, serão novamente avisados para que as comecem dentro de dois meses, o mais tardar e prossigam com eles até os terminarem, sob pena de serem considerados reincidentes, tantas vezes quantos os períodos de dois meses que passem sem que o trabalho se execute ou seja suspenso depois de tê-lo começado, sem razão atendível.

Parágrafo 10º - Cada uma destas reincidências, a grava a multa em 50%.

Parágrafo 11º - Na Secretaria da Câmara, tomar-se-ha nota da data em que os avisos são expedidos, prazo marcado nos mesmos, se o munícipe cumpriu ou não, se pagou a multa em caso negativo, etc., a fim de rapidamente se averiguar quem é reincidente e quantas vezes o é.

Parágrafo 12º - A Câmara, em face de razões atendíveis, sobretudo de ordem económica, poderá dispensar, temporariamente, determinados munícipes, de cumprimento do disposto no parágrafo 6º deste artigo.

Parágrafo 13º - O Munícipe que quiser aproveitar-se da faculdade concedida pelo parágrafo anterior, comparecerá na 1ª sessão da Câmara Municipal, após a recepção do aviso para fazer o trabalho, e aí apresentará as razões porque entende dever ser dispensada de fazê-lo nessa altura, devendo a Câmara deliberar sobre o caso imediatamente, colhendo no próprio momento as informações de que necessitar.

Parágrafo 14º - Pertence à Câmara Municipal marcar o momento oportuno em que as disposições deste artigo 9º e seus parágrafos, devam ter aplicação, fora da vila de Reguengos de Monsaraz, devendo atender, para isso, à ansia de progresso que as respectivas povoações manifestem, as condições económicas dos seus habitantes, etc., etc.

Parágrafo 15º - A presente Postura revoga a legislação em contrário e em especial a Postura aprovada em sessão da Câmara de 24 de Novembro de 1938 e do Conselho Municipal de

30 do referido mês e ano, e deverá ocupar, no novo Código de Posturas, a elaborar, o lugar próprio.

Reguengos de Monsaraz, 12 de Fevereiro de 1948

O Presidente da Câmara e proponente

José Garcia da Costa

(aprovada em reunião da Câmara de 19 de Fevereiro de 1948)

Anexo 7

Arquivo da Direcção Regional de Monumentos do Sul

(procº S 07 11 03/002 Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz)

Cópia da Carta ao Presidente do Conselho assinada por um grupo de habitantes de Monsaraz contra a venda dos fortes e dos seus materiais depois da demolição.

Monsaraz, 10 de Janeiro de 1949. - Senhor Presidente do Concelho - Excelência.-----

A velha vila de Monsaraz, do Concelho de Reguengos de Monsaraz, ergue-se dentro da sua antiga Fortificação, constituída pelo Castelo de Muralhas, pelos quais toda a população tem o maior orgulho, em virtude de nelas terem combatido muitos dos seus maiores.- Cerca das muralhas, testemunhas sagradas de um passado heróico de árduas batalhas, em defeza do seu rincão natal e de Portugal inteiro, existem uns fortes que, pela sua situação estratégica, se vê que, na engenharia militar antiga, eram as defezas-avançadas de Fortificação, classificada de Monumento Nacional.- Porém, a resolução agora tomada de promover a venda dos materiais dos fortes para demolição, causou o maior dos desapontamentos em toda a vila e concelho, por vir ferir no mais íntimo dos seus sentimentos o orgulho de todos os habitantes, pelo desaparecimento - será possível? - daqueles documentos históricos.- EXCELENCIA Não se compreende o contra-senso da adopção de tal medida.- Aqueles fortes, alguns em ruína - bem como o Castelo e Muralhas, onde ha tempo uns pedreiros realizaram umas pequenas obras, não mais aparecendo - fazem parte integrante da Fortificação como se indica no esboço junto, e, por isso, deviam antes ser restaurados do que vendidos os seus materiais para demolição, da qual só resultariam, terra, entulho e pedras que a ninguém interessariam.- Um benemérito, que ha dois anos mandou construir um edificio escolar em Telheiro, sua terra natal, pertencente àquela freguesia, assim como tem mandado realizar outros melhoramentos, requereu ao organismo público competente, a venda desses forte, a fim de os mandar restaurar, ou que fossem cedidos à Junta de Freguesia local par idêntico fim.- Porém, a resposta foi de que iam ser demolidos! - A este assunto se referiu já a “Revista Português” no seu nº 57, conforme a página junta.- Ora o Governo da Nação não consentirá em tal desacato às tradições históricas da vila de Monsaraz, e V. Exª., como orientador da obra de renovação nacional que se verifica por toda a terra Portuguesa, certamente que não deixará de ordenar que fique sem efeito tão devaneante quanto infeliz medida.- Em V. Excia confiamos, pois, certos de que, aqueles fortes, serão mantidos e conservados como relíquias que são do passado histórico da nossa antiquíssima vila de Monsaraz.- Assinam a presente exposição pedindo justiça: (aa) Manuel Patinho Berjano, Regedor da freguesia de Monsaraz, Francisco Saramago Godinho, proprietário, José Godinho Caeiro Lopes, proprietário, Francisco Calado de Figueiredo, comerciante, António Caeiro Segurado, comerciante, Joaquim E. F., proprietário, Padre António Júlio Nogueira, Joaquim António Gaspar, comerciante, Herculano Botelho Pinto, proprietário, Francisco Ramalho Pinto, proprietário, Herculano Rosado Pinto, proprietário, Francisco Caeiro Segurado, proprietário, António Ventura Vilares, José Henrique M. (médico da freguesia).-----

Tem os seguintes despachos:-”Presidência do Conselho Gabinete do Presidente ao Ministério das Obras Públicas - 18-1-49 - assinatura ilegível; Ministério das Obras Públicas 22 JAN. 1949 Gabinete do Ministro RGTº.262 Lº.9 - A informar, com a possível urgência, à D. G. dos Edifícios - assinatura ilegível; Ao Exmº. Sr. Director dos Mon. Nacionais para informar e devolver - data 24/1/949 - O Engenheiro Director Geral (a) Gomes da Silva; À 3ª. Secção para cumprimento do Despacho da Exmª. Direcção Geral - 25/1/949 - Pelo Director dos Serviços (a) V.Martins”.-----

-----Está conforme-----Évora, 3ª Secção da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais em 28 de Janeiro de 1949.

Anexo 8**Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz****Estatutos do Grupo dos Amigos de Monsaraz (excertos)****Capítulo I - Denominação, fins e sede do Grupo**

Artº 1º: É criado o “Grupo dos Amigos de Monsaraz”, com sede na vila do mesmo nome.

Artº 2º: O “Grupo” propõe-se promover a propaganda de Monsaraz e do seu termo, utilizando para tal efeito todos os meios que se afigurem pertinentes, nomeadamente: a) promover a defesa e conservação dos monumentos e locais típicos e fundamentais da vila, intra-muros, bem como os monumentos e aspectos paisagísticos da sua periferia; b) promover a valorização urbanística da vila e seu termo dentro das suas típicas características históricas; c) proteger e restaurar os costumes, tradições e festas, feiras e romarias tipicamente locais; d) promover a criação de uma biblioteca, museu e arquivo histórico regional, deligenciando a publicação de um Boletim privativo para propaganda dos monumentos e história de Monsaraz e divulgação turística; e) auxiliar os organismos oficiais em todas as iniciativas que possam contribuir para o engrandecimento e bom nome de Monsaraz.

Artº 3º: Não é permitido ao Grupo imiscuir-se, seja qual for o motivo, em assuntos de natureza política ou em quaisquer outros que possam desviá-lo dos fins para que é criado.

Artº 4º: O Grupo adopta como emblema privativo o antigo escudo do concelho de Reguengos de Monsaraz, em esmalte com uma cercadura branca e com a legenda: Grupo dos Amigos de Monsaraz.

Anexo 9

Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz,

Actas das Sessões, Livro 74, 9 de Fevereiro de 1966, fl.66-68.

POSTURA SOBRE A CONSERVAÇÃO E DEFESA DOS VALORES MONUMENTAIS, HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS E NATURAIS DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ:

Artigo primeiro - Consideram-se sob protecção e vigilância municipal, com vista à sua conservação e defesa, todos os valores monumentais, históricos, artísticos e naturais existentes no concelho e classificados de “interesse municipal”.-----**Artigo segundo** - Sem prejuízo da legislação geral do país dirigida à protecção dos valores arqueológicos, monumentais, artísticos ou naturais e com respeito pelos preceitos fixados nessa legislação, ficam os descobridores desses valores, obrigados a participar no prazo máximo de dez dias contado do momento da descoberta, à Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, o local exacto do achado.-----**Artigo terceiro** - O reconhecimento e arrolamento de todos os valores monumentais, históricos, artísticos e naturais a que se refere o artigo primeiro incumbem à Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, que propondrá seguidamente à Câmara a sua classificação de “interesse municipal”, independentemente de deliberação da Câmara, todas as espécies já reconhecidas superiormente como “monumentos nacionais” ou de “interesse municipal”, devendo ser imediatamente inscritas no respectivo livro de cadastro.-----**Artigo quarto** - Os detentores ou possuidores da espécie arrolada ficam expressamente proibidos de lhe introduzirem alterações ou modificações sem autorização escrita de Câmara Municipal que só será concedida depois de ouvida a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.-----**Parágrafo único** - A alteração ou modificação com desobediência do determinado no corpo deste artigo, é punida com multa de cinco mil escudos a dez mil escudos, que será elevada ao dobro em caso de reincidência, ficando ainda o transgressor obrigado a repor a espécie alterada ou modificada na sua traça primitiva.-----**Artigo quinto** - Aquele que, voluntariamente, mutilar, danificar ou destruir qualquer espécie arrolada incorre nas penas do artigo quatrocentos e setenta e quatro do Código Penal, para o que, depois de levantado o respectivo auto de notícia e organizado o competente processo, será o mesmo remetido ao poder judicial.-----**Artigo sexto** - As espécies classificadas e arroladas como de “interesse municipal” poderão ser beneficiadas ou restauradas pela Câmara Municipal, de conformidade com o parecer emitido pela Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.-----**Parágrafo único** - Estes trabalhos de beneficiação e restauro poderão, voluntariamente e mediante prévio parecer escrito da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, ser confiados ao detentor ou possuidor da espécie arrolada.-----**Artigo sétimo** - Os proprietários das espécies classificadas e arroladas como de “interesse municipal” serão, no prazo de dez dias após a classificação e arrolamento, notificados pela Câmara e no acto da notificação ser-lhes-à entregue

uma cópia da presente postura.-----**Parágrafo primeiro** - Em caso de venda ou transferência da propriedade onde se encontre localizada a espécie arrolada o proprietário vendedor fica expressamente obrigado a participar essa venda ou transferência à Câmara.-----**Parágrafo segundo** - A Câmara, por sua vez, não fica obrigada à notificação do novo proprietário e a transferência do direito de propriedade não implica, para a espécie arrolada, a perda da sua classificação de “interesse municipal”.-----
-----**Artigo oitavo** - Competem à Polícia de Segurança Pública, à Guarda Nacional Republicana e aos funcionários municipais a fiscalização do rigoroso cumprimento das disposições desta postura e o levantamento dos autos de transgressão pelas infracções verificadas.-----

Artigo nono - O cadastro de todas as espécies classificadas de “interesse municipal” será feito pela Secretaria em livro próprio, e dele constarão o número de ordem, a descrição da espécie, o local onde se encontra situada, o nome do proprietário e a data do arrolamento.-----**Parágrafo único** - Os elementos de identificação a que se refere o corpo deste artigo sendo elaborados pela Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.-----

Artigo décimo - Compete à Comissão Municipal de Arte e Arqueologia a organização do arquivo fotográfico e monográfico das espécies arroladas, sempre elaborado de acordo com o número de ordem do cadastro a que se refere o artigo anterior.-----**Artigo décimo primeiro** - Nos projectos de obras apresentados à Câmara para alterações ou modificações de prédios, deverá a secretaria informar sempre se os mesmos se encontram ou não arrolados nos termos do artigo décimo desta postura.-----

Artigo décimo segundo - As transgressões às disposições desta postura para as quais n~so esteja prevista a penalidade correspondente, serão punidas com multa de duzentos escudos, independentemente da indemnização a que haja lugar por dano causado.-----

A postura foi aprovada por unanimidade.

Anexo 10

Jornal *Palavra*, Reguengos de Monsaraz, nº54, 13/11/71

Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz

Monsaraz sob o signo dos restauros (por J.Pires Gonçalves)

No contexto da civilização tecnográfica actualmente vivido pelo homem, em que quase tudo o que o rodeia e lhe devora saturnalmente a existência se submete aos fascínios do burocrático papel químico e do satírico parafuso chaplinesco, temos de reconhecer, corajosamente, que o simples anseio de evocar, melancolicamente, o passado e o espírito das coisas constitui, nos tempos que correm, uma temerária aventura.

Vem isto a propósito da nossa confessa e quase quixotesca paixão por Monsaraz, e também do belo e penetrante ensaio jornalístico há dias publicado pelo Arq^o Mário de Oliveira nas colunas de um conceituado matutino da capital, sob o título “Monsaraz e a iniciativa particular”.

Nesse curto mas nem por isso menos notável ensaio o Arq^o Mário de Oliveira, na límpida e serena beleza formal do seu inconfundível estilo e com a sua habitual e acerada penetração psicológica, faz-se eco a do extraordinário interesse de Monsaraz como pólo de atracção turística no Alentejo e rende ainda justa homenagem a um grupo de homens de fina sensibilidade, na sua maioria “estranhos” à velha povoação medieval do Guadiana, todos eles atraídos pelo absorvente sortilégio das velhas pedras e das paisagens deslumbrantes daquele singular ambiente que ali se refugiaram, um dia, para o enriquecerem com preciosas colecções de Arte e para o darem, com intuítos de gentes civilizadas, a conhecer a todos os portugueses que, triste e inexplicavelmente ainda o continuavam a ignorar.

Dispensa-se denunciar-lhes os nomes por tão conhecido que é já em Monsaraz esse pequeno núcleo de homens bons que, à maneira daqueles cavaleiros de antanho para quem o ideário de bem fazer não ombreava com os equívocos e mesquinhos servilismos dos abortos acomodaticios que poluem todas as sociedades, vivem hoje enleados na tela dos seus amores pelas musguentes e tisonadas pedras de Monsaraz.

Todos nós os conhecemos e, libertos de mesquinhas paixões, todos os exaltamos na irrecusável e devotada tarefa da valorização de Monsaraz ao serviço dos interesses nacionais o que, com puro sentido localista, equivale a dizer ao serviço dos mais legítimos interesses humanos daquelas gentes que a voluntária e indomável explosão emigratória não roubou ao quotidiano convívio das almas e ainda hoje por ali moram, intramuros de Monsaraz, “waiting for death” como em qualquer outra nesga de terra economicamente mais privilegiada e fecunda.

Apesar dos nossos humildes antepassados terem nascido e queimado as suas vidas agarrados ao rabo do arado a rasgar a terra de Monsaraz, nós não tivémos a honra de sermos aspergidos com as suas águas baptismas e também por isso podemos ser votados ao ostracismo de nos considerarem como “estranhos” ao velho burgo medieval do Alentejo e de nos exilarem, ciosamente da sua grei.

Podíamos repudiar fundamentalmente a injustiça mas enquanto os perros ladram à lua, continuaremos, por direito de adopção, por devoção a Monsaraz e no exercício da nossa

alcaidaria espiritual, a incensá-la com o mesmo amor ardente que tem queimado os melhores anos da nossa vida, a desvendar-lhe, ao serviço dos seus mais puros filhos e da redenção do seu glorioso passado, todos os seus mistérios e a sofrer ainda, com ela, os anseios das suas próprias dores e as inquietações dos seus mais candentes problemas.

Neste último campo, e Mário de Oliveira já magistralmente o salientou no seu modelar ensaio, afigura-se-nos que o problema mais candente de Monsaraz, como conjunto urbano de raro e transcendente tipismo medieval, reside, precisamente, no carácter ímpar da sua primitiva arquitectura e na intransigente preservação desse carácter e dessa climática ambiental que está na base do seu renome turístico, todo ele repleto de subtis e delicadas vivências estéticas.

Reconhecida como está toda a sua área urbana como um património de interesse nacional e como um pólo de cultura, Monsaraz não pode continuar alvo da poluição dissonante de ocasionais e absurdos caprichos arquitectónicos e nós, os amigos de Monsaraz, por muito que o gesto nos torture, temos de levantar a nossa luva contra essas injustificadas dissonâncias que despersonalizam o espírito do velho burgo e adulteram o carácter dos seus mais nobres e belos edificios públicos.

Mesmo sem nos podermos amparar ao bordão da cultura técnica, apenas pelo que nos é dado retirar dos ensinamentos acessíveis a toda a gente nos mais autorizados especialistas da arquitectura civil da Idade Média e com severo esforço de objectividade crítica, parece-nos lícito denunciar que as recentes obras de restauro levadas a cabo no antigo edificio do Tribunal de Monsaraz não foram inspiradas com rigoroso acordo dos princípios da arquitectura trecentista e que a solução adoptada perante a alta e delicada tarefa da reconstituição, não foi verdadeiramente canónica e não atendeu nem respeitou a primitiva climática urbana do velho burgo medieval.

Quando, em Outubro de 1958, foi casualmente descoberto o notável fresco trecentista com a temática alegórica da Justiça dos homens, ainda se desconhecia, completamente a função de tribunal a que o edificio havia estado votado durante séculos.

O nosso saudoso e querido amigo Prof. Mário Chicó, sem dúvida a maior autoridade portuguesa no campo da arquitectura medieval, que muitas vezes acompanhámos nas suas frequentes visitas a Monsaraz, embora desconhecendo a função judicial deste edificio, considerava-o como um dos mais notáveis exemplares da arquitectura civil da Idade Média existentes em Portugal.

Coube-nos a nós a felicidade de encontrarmos a prova arquivística que identificava este edificio como tendo sido o antigo Tribunal da vila de Monsaraz, pelo menos cronologicamente datável do terceiro quartel do século XIV e nessa época já conhecido pela sugestiva designação de “Paços da Audiência”, implicando necessariamente a específica função para que havia sido construído e a que, durante muito tempo, esteve votado.

Mais tarde, nas páginas da I parte da nossa monografia sobre “Monsaraz e seu termo” e apesar da ausência de iconografia epocal do antigo Tribunal de Monsaraz, ensaiamos nos termos seguintes uma tentativa de reconstituição que julgamos a mais harmónica com o espírito e com as normas da arquitectura civil medieval e até com os elementos materiais de comparação recolhidos noutros edificios portugueses atribuídos à mesma época: “Situava-

se este edifício gótico na fachada oriental da Rua Direita, provavelmente com o seu granítico portal, ou galilé, abrindo para a praça da povoação e encarando o adro da primitiva igreja de Santa Maria da Lagoa”(pgs. 93).

Quando isto escrevíamos o nosso pensamento dirigia-se, intencionalmente, para a traça do conhecido Paço Real de Estremoz, com o seu formoso alpendre corrido e montado sobre arcaria gótica, a preceder o pórtico de acesso.

Ora os Paços da Audiência de Monsaraz são, pelo menos, contemporâneos do Paço Real de Estremoz, se é que não lhe são mesmo anteriores e este notável edifício, ninguém o ignora, está datado dos princípios do século XIV.

Tanto um como outro destes Paços, sensivelmente da mesma época, e obedecendo aos mesmos princípios arquitectónicos então correntes, abriam, muito provavelmente, os seus portais para um alpendre coberto apoiado em arcarias e este alpendre desembocaria para o amplo espaço livre de uma praça talvez aquelas praças onde, já no século XVI, se vieram a erguer as duas igrejas de Santa Maria edificadas pelo arquitecto Pero Gomes que ainda hoje se podem admirar em Estremoz e em Monsaraz.

Relativamente a Monsaraz, pelo que nos é dado alcançar através do seu processo histórico, não se levantam dúvidas ao nosso espírito a este propósito.

Os lances do mísero escadório posteriormente cuspidos na fachada nobre dos Paços da Audiência montessarense, a ocultarem e a destruir o alpendre primitivo, não passam, por certo, de uma desgraçada adição ou enxertia teratológica de argamassa ainda fresca que ali estão a desafiar a sensibilidade das gentes para, em holocausto da estética medieval, apararem os golpes do camartelo piedoso e demolidor.

Esses mesquinhos lances de escadas desempenham actualmente, é certo, uma função utilitária mas que nem por isso deixa de ser incómoda para os fregueses e pobres doentes esgotados que diariamente os têm de galgar para recorrerem aos serviços públicos que ali se encontram instalados: a Junta de Freguesia e a Casa do Povo.

Para se alcançarem as soluções assistenciais mais válidas e mais económicas tudo se parece congregar hoje em Portugal- o bom senso e o pudor dos esbanjamentos - para coarctar clamorosas, onerosas e tantas vezes desumanas duplicações e aquele vasto edifício ilustrado pela tradicional caridade pública montessarense que é a Santa Casa da Misericórdia seiscentista, com a sua igreja privativa, com o seu escritório médico, com as suas enfermarias, ali está, e bem perto, a apontar o rumo de uma centralização funcional, ao serviço dos doentes e, pela libertação de espaço consentânea com a ampliação e desafogo das instalações no piso alto dos Paços da Audiência, ao serviço da própria Junta de Freguesia.

O que não se compreende e só dolorosamente se pode aceitar é a estranha solução arquitectónica adoptada para a obstinada manutenção da escadaria de acesso às modestas instalações da Junta de Freguesia, em tudo atentatória dos mais elementares princípios da arquitectura civil medieval e nua do balbuciente sentido de valorização dos antigos Paços da Audiência de Monsaraz e da rara e preciosa jóia da pintura mural portuguesa patente, com precárias condições de iluminação, no interior deste notável edifício do século XIV.

Tal solução, vista do ângulo da pressão dos interesses pessoais dos serviços públicos ali instalados actualmente em regimen de babel, talvez possa ser uma hábil “trouville” técnica mas falta-lhe sem dúvida a austera nota de dignidade arquitectónica que os montessarenses têm o direito de reclamar para os passos restauradores do mais rico e notável edificio civil jamais construído inta-muros da sua terra.

Aquele corredor sombrio rasgado nos esconsos de uma escadaria enxerto a ocluir uma bela galeria de ogivas geminadas, a esconder um nobre portal de cantaria granítica, a apagar a luz que devia cair a jorros sobre a pintura mural da sala das audiências; aquele arremedo de frestas medieval a afogar em penumbras misteriosas as dardejantes claridades do nosso céu e a incutir-nos a temerosa ilusão de estarmos a penetrar nos labirintos de uma fortaleza e, finalmente, aquela porta emoldurada a xisto, toda enfeitada e transvestida de falsos arcaísmos são, na verdade, e à luz da crítica objectiva que não vê os homens mas só pretende curar da infelicidade das soluções, fatais para os pergaminhos arquitectónicos do belo edificio trecentista dos Paços da Audiência de Monsaraz.

Anexo 11

Arquivo da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul,

Proc. S 07 11 03 Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz.

OFÍCIO DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS DIRIGIDO AO DR.

JOSÉ PIRES GONÇALVES, 5 de Abril de 1972

Exmo. Senhor,

Chegou ao conhecimento desta Direcção de Serviços o artigo publicado no jornal “A Palavra”, da autoria de V^a Ex^a, relativo ao trabalho efectuado por este departamento no edifício dos antigos Paços da Audiência de Monsaraz.

Citava V^a. Ex^a um outro artigo, anteriormente publicado no Jornal “Diário de Notícias” da autoria do arquitecto Mário de Oliveira, intitulado “Monsaraz e a iniciativa particular”, no qual se acentuava o impulso decisivo que a valorização da Vila ficou devendo à iniciativa privada, não havendo uma única palavra para a acção empreendida pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, iniciada muito antes de a “iniciativa particular” ter descoberto Monsaraz.

Estes aspectos e estes lapsos não constituem, todavia a razão de ser do presente ofício, tanto mais que não tem V. Ex^a qualquer responsabilidade pelas considerações formuladas pelo signatário desse mesmo artigo.

A finalidade desta comunicação, que me permito endereçar a V. Ex^a. embora com algum atraso, relaciona-se, apenas, com os pontos de vista que V. Ex^a defende quanto ao critério seguido na valorização do antigo Tribunal da Vila de Monsaraz.

É manifesto que esta Direcção de Serviços não pretende estabelecer princípios dogmáticos quando adopta determinados critérios nas suas intervenções, aceitando plenamente quando, como no caso vertente, estas objecções são formuladas por um investigador atento e qualificado com V^a Ex^a, que à região de Monsaraz e aos seus monumentos tem dedicado uma profunda e ponderada observação.

Deplora V^a Ex^a que não tenha sido encarado um restauro integral do edifício, afirmando que, tal como se efectivou, a nossa intervenção não foi correcta e diminuiu o valor deste imóvel que, na opinião abalisada do falecido Professor Dr. Mário Tavares Chicó, é “um dos mais notáveis exemplares da arquitectura civil da idade média existentes em Portugal”.

Como é do conhecimento de V^a Ex^a, os conceitos de intervenção em imóveis classificados vem sofrendo uma lenta e criteriosa estruturação combatendo-se, hoje em dia, as reintegrações integrais.

Com efeito, à observação literária de um edificio classificado, como obra de arte, sucedeu a sua análise técnica, científica e cultural.

Em sucessivas reuniões nacionais e internacionais de peritos, foram debatidos, na verdade, todos os problemas e conceitos que a estes aspectos específicos se vinculavam, tendo-se considerado que, prioritariamente, era fundamental a obtenção de uma linguagem comum, que disciplinasse, através dos Serviços responsáveis, a promoção e valorização do património arquitectónico que cada país possui e pertence ao património cultural da humanidade.

Foram sendo clarificados e adoptados por todos os países, e Portugal participou em algumas destas reuniões normativas, determinados conceitos genéricos orientadores dos processos de actuação, uma vez que se reconheceu que as teorias expostas, consequência lógica de uma longa perspectiva e de uma lenta sedimentação, poderiam constituir um positivo reajustamento das anteriores, possuindo um substrato solidamente alicerçado em pormenores(?) da maior validade no que se relaciona com a evolução histórica e estilística dos imóveis classificados.

Nesta base de raciocínio, às românticas e quase sempre fantasiosas reconstruções integrais, segundo um “restauro” que corresponderia, melhor ou pior, à sua traça primitiva, sucederam, pois, prudentes, sensatos, criteriosos e coerentes princípios científicos orientados, mediante uma sistemática observação e atenta análise dos edificios, com vista à conservação de todos os elementos arqueológicos e arquitectónicos definidores das variadas épocas que neles se apontam.

Na verdade, a história da evolução da humanidade ficou documentada, neste sector específico, pela justaposição de contribuições estilísticas correspondentes às diversas épocas, estratos esses que testemunham a actuação do homem em determinado momento e perante determinadas circunstâncias internas ou exteriores ao seu próprio meio ambiente.

As suas dúvidas ou as suas convicções, os grandes acontecimentos colectivos ou os pequenos acidentes representam, hoje em dia, elementos valiosos que devem catalogar-se, valorizar-se e expor-se pelas incidências que os testemunhos encontrados em tantos imóveis classificados documentam.

Considera-se, pois irreversível a cronologia dos acontecimentos que se vinculam à história de cada um deles, não se concebendo, actualmente, que possam efectuar-se restaurações integrais, na medida em que estas acarretam a destruição abrupta e radical de todo um conteúdo histórico, da maior valia para o estudo e documentação da evolução do imóvel, quer arqueológico, quer arquitectónico..

Possui-se, pois, uma temática coerentemente edificada à custa de um aturado estudo dos problemas e, até, de sucessivos insucessos ocorridos, que não deverá ignorar-se, dentro dos parâmetros em que se inscrevem as nossas intervenções, se não se pretender que elas venham a constituir - ao contrário do que será mister - acções nefastas e contra indicadas, portanto, para os imóveis em que somos forçados a actuar.

Deve ponderar-se, portanto, que, a orientação aceite se apoia, basilaramente, numa conservação cuidada e criteriosa dos imóveis, promovendo-se a sua valorização por pequenos ajustamentos que considerem a coexistência harmoniosa de todos os elementos definidores das sucessivas intervenções que neles se documentam, com vista à leitura e estudo da sua lenta e profunda evolução histórica, nas implicações que se vinculam também, à sua própria evolução estilística.

No caso concreto dos antigos Paços da Audiência de Monsaraz verifica-se, precisamente, todo este complexo panorama que resulta de sucessivas ampliações sofridas pelo edifício.

Originalmente de um só pavimento - na fase inicial a que corresponde a época medieval - foi acrescentado com mais um piso, sobreposto, que contém elementos arquitectónicos com valor suficiente para nos conduzirem à sua manutenção.

A escada exterior, praticada para assegurar o acesso a este piso elevado, integra-se correctamente no local e constitui, até, um elemento com certo valor plástico.

Demolir esta escada para libertação da porta de acesso à sala do antigo tribunal, conduziria a construir uma outra, interior, da qual resultaria uma perda muito sensível para o equilíbrio da composição, tal como existe hoje em dia; obrigaria a anular áreas úteis para outras finalidades e, por fim, impediria, do mesmo passo, uma leitura integral do primitivo edifício, na medida em que se não poderia encarar a supressão do andar superior, e, portanto, o imóvel se apresentaria, de qualquer modo, como uma solução híbrida, isenta da pureza e características originais.

Porque se apoia plenamente a opinião do Dr. Mário Tavares Chicó, considerando-se que o conjunto medieval contém um interesse singular nesta zona do país, é que, na

verdade, se entende que não deveremos diminuí-lo com obras menos estruturadas que visem um “restauro integral” do qual, o menos que se poderá afirmar é que será hipotético, pois nenhum elemento resta que documente o referido alpendre exterior, se, por acaso, existiu.

Em paralelo, a manutenção dos dois pisos é fundamental, ainda, por razões de equilíbrio de volumes do local, impondo-se - até por esta razão - a existência do andar posteriormente acrescentado.

Concluindo, pode afirmar-se a V^a. Ex^a. que a solução executada na antiga sala do tribunal de Monsaraz é manifestamente positiva, constituindo um exemplo correcto à luz dos conceitos actuais de intervenção dos Serviços especializados desta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Eis o que, sobre o caso - e muito cordialmente - se me oferece afirmar a V^a Ex^a.

Aproveitando o ensejo, apresento a V^a Ex^a a expressão dos meus cumprimentos de elevada consideração e subscrevo-me ao incondicional dispor de V^a. Ex^a..

A bem da Nação

O Arquitecto Director dos Serviços

Fernando Augusto Peres Guimarães

Anexo 12

Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. Documento manuscrito não classificado

“O Estranho caso da compra de casas em Monsaraz - Título da crítica do Diário de Lisboa à emissão da TV que inseriu o programa ‘Ensaio’ no qual ‘foi estranhamente chocante a ausência da habitual ficha técnica’.

Pois ninguém realizou esta emissão (?), ninguém a montou (?), ninguém foi responsável pela captação sonora (?). Os técnicos não fizeram questão de apôr a sua assinatura num acto de desagravo e rectificação que vai, decerto, abrir um fecundo precedente na televisão deste país?

Dúvidas que ficaram a escavar uma sombra quase fúnebre sobre esta última emissão de ‘Ensaio’ (crítica do jornal República).

(As interrogações entre parêntesis são nossas). Eles lá sabem as razões pelas quais não desejaram o seu nome ligado a tal emissão...

E nós povo do concelho de Reguengos de Monsaraz, também as conhecemos...”

“A quem prestou atenção,
 Parece mentira isto!
 Vir a nossa televisão
 Com um ‘programa-papão’
 Conter um pobre de Cristo.
 Fez crime de monta tal,
 Que a TV foi obrigada
 A formar um tribunal
 Num programa especial,
 De audiência ilimitada,
 Apenas para injuriar
 Um homem pobre e honrado
 Que nunca quis descansar
 Sob a sombra tutelar
 Dum palácio abrasonado.
 Um homem bom, que trabalha
 Sem ter em mira a riqueza
 E desprezou a migalha
 Que alguém deixou na toalha
 Duma rica e farta mesa
 Que conquistou com valor
 Sem carta de alforria
 Sem temer todo o furor
 Que a matilha do senhor
 Por certo lhe moveria

Mas têm de perceber
 Que a TV não é capaz
 De a justiça corromper;
 Se duvidam venham ver
 O ‘fresco’ de Monsaraz”

O Ectótipo caso da compra de casas em Housaraz

Título da crítica do Diário de Lisboa é emissão da TV que insere o programa "Ensaio", no qual foi apresentada a doutrina da habitualidade técnica. Pois ninguém realizou esta emissão? Ninguém a montou? Ninguém foi responsável pela captação sonora? Os técnicos não fizeram nenhuma de apor a sua assinatura num acto de desagravo de rectificação (que vai, decerto, além dum fecho de procedimento neste país)? Ou, ainda, que ficaram a deixar uma notícia quase fideiussor sobre esta matéria em "Ensaio" (do Diário de Lisboa do jornal República), de interrogação entre parêntesis (de quem é a culpa?).

Éles é a culpa usaram os nomes dos seus pais não desfigurados o seu nome mantendo o nome a tal em modo...

3.º mês, ~~1977~~ para do Conselho de Regulação de Housaraz, Também os seus nomes conhecidos...

A quem presta a atenção,
Parece mentir isto!
Vai a narrativa de uma
boa um "pro grama-papão"
Conte uma fábula de Bécato.

Que a matéria do deputado
Em auto lhe moventia.

Figurine de monta tal,
Que a TV foi obrigada
A formar um tribunal
Num programa especial,
De audiência de metade,
Apeiros para injunção
Abon ho mau police e homado,
Que nunca quis desconsar
Sob a romba teatral
do palácio de caso nado.
Uma homem bon, que tin balda
Seu tes em nisa a us quogy
E des prego a mi galba
Que algum de nao me to alho
duma nica e porta para
Que compri tes com valor
Seu caste de o para
Um tes todo o para

Das tes de peculer
Que a TV mas e la pag
de a forética corromper,
Se luridam, rombam por
O "pesso" de Housaraz.

Anexo 13

Arquivo da Junta de Freguesia de Monsaraz

Mário Henriques

AS CASAS DE MONSARAZ

Diário de Popular, 26 de Abril de 1972

Em Monsaraz, vila medieval, fortaleza erguida sobre colinas, à vista de terras de Espanha o sr. Teófilo Lopes Peixoto é neste momento a figura mais popular. A tradição apresenta-o como um homem afável para todos, portador de um saber comum que resolve os problemas comezinhos ou invulgares da população, que orienta os pequenos trabalhos públicos com a mesma presteza com que cuida da assistência médica aos seus vizinhos. O presente consagra-o como um herói sacrificado pelo amor à terra que é como sua. Será assim?...

Homem sereno mas perspicaz, de aspecto humilde mas corajoso, discreto mas de palavra afoita, recebe-nos às arrecuas, delicadas mas firmes, no dia soalheiro e frio em que o procuramos na vila de Monsaraz.

A figura modesta, quase apagada, ilude-nos enquanto não o ouvimos falar. O discurso aparece fácil e fluente, vigoroso e sem lacunas, só entrecortado das expressões de prudência, mais próprias de um político que receie comprometer-se. Confessa-se farto de situações complicadas em que nunca se quis ver envolvido, e teme, agora que se vê remetido à situação de derrotado, aqueles que sempre designará respeitosamente, por “homens bons”. E remata as suas palavras com um aceno em volta, acercando e já nos rodeira como uma muralha firme e intransponível:

“Eles que falem, se quiserem. Eles que falem por mim, que também têm que dizer!”

A senhora Antónia, quitandeira na rua principal da vila insurge-se vigorosamente contra a curiosidade dos estranhos. Ouvindo-a, convenço-me de que a eloquência aparece como uma das características singulares do povo de Monsaraz. A senhora Antónia é ardente, de expressão rica a que os olhos e as mãos imprimem maior vigor, e está animada de um poder de convicção a que dificilmente resiste.

“Gostava que me dissessem por que não nos deixam sossegados, porque continuam a falar de nós, e o que fizemos nós para sermos assim falados nos jornais e noutros lados! O povo daqui é trabalhador e honesto, e não tem nada que se lhe aponte. Porque não nos deixam em paz? Tenho uma casa aberta e preciso de me dar bem com toda a gente! Porque é que se preocupam tanto connosco?”

GANHOU EM POPULARIDADE O QUE PERDEU NA LETRA DO PAPEL

O grande caso de Monsaraz começou em Dezembro quando o sr. Teófilo Lopes Peixoto foi à televisão distinguir com palavra acesa os “homens bons” que, de há dez anos a esta parte, têm vindo a adquirir casas medievais no interior da vila amuralhada. O seu entrevistador, rematando as palavras enérgicas, afirmara: **“No espaço de poucos anos a população de Monsaraz caiu quase para metade. Ao contrário do que possa supor-se, não foi a emigração a responsável, mas a compra de casas por pessoas que queriam transformar Monsaraz em mansão privada.”**

O conflito, aqui iniciado teve seguimento com a intervenção de algumas pessoas “acusadas” de comprar casas em Monsaraz. A televisão também as ouviu, e das suas

declarações quase se deduzia a inexistência de qualquer verdade nas palavras de Teófilo Lopes Peixoto.

Paralelamente, os autores dessa reacção televisiva instauraram, no tribunal de Reguengos de Monsaraz, uma acção contra o homem que pusera em causa a sua actuação na vila medieval, **“pedindo que fossem julgados menos verdadeiros os factos transmitidos na emissão do dia 11 de Dezembro e obrigado o responsável por tal a reconhecer essa inexactidão e a pagar a indemnização de perdas e danos que se liquidasse em execução de sentença.”**

Instado pela parte acusatória, instado pelo seu próprio defensor, Teófilo Lopes Peixoto acaba de aceitar uma forma de conciliação em que restitui aos seus opositores uma parte da respeitabilidade de que estes se sentiam diminuídos, não se esquecendo de acentuar, porém, com sábio espírito de penetração.

“Embora reconheça que Monsaraz não constitui, nem poderia constituir uma excepção ao fenómeno emigratório que afecta todo o país, nem por isso deixa de considerar que as compras das novas casas não facilitaram a instalação intramuros de Monsaraz, de habitantes da vila que nela desejem instalar-se.”

Reservas para ambos os lados ao fim e ao cabo, e pública derrota para o sr. Teófilo graças à publicidade que se fez sobre a solução jurídica do problema. O réu, porém, como pude verificar em Monsaraz, ganhou em popularidade o que perdeu na letra do papel selado.

DA “VILA MORTA” DE PROENÇA À DECADÊNCIA DEMOGRÁFICA DO PRESENTE

Há cerca de meio século Raul Proença classificava Monsaraz de “vila morta”. As muralhas do velho castelo, construído por D.Dinis, caíam aos pedaços, mas a povoação conservava todo o carácter da sua medievalidade quase intacto. A alvura da cal e a limpeza imaculada dos soalhos lajeados, eram as características mais aliciantes desta terra, cuja importância histórica se deixava, pouco a pouco ultrapassar pela utilidade económica de Reguengos de Monsaraz, erguida a poucos quilómetros de distância, à ilharga das principais vias de comunicação.

Nessa época, a população de Monsaraz rondaria os dois mil habitantes. Em 1960, já descera para cerca de meio milhar. Ao presente, não vivem dentro das muralhas mais de trezentas pessoas. A causa desta decadência demográfica não residirá, é certo, na compra de umas duas dezenas de casas por pessoas de teres e haveres estranhas à povoação. Mas, como muito bem me salientam em Monsaraz, a venda de vinte e poucas casas significará a natural expulsão de mais de cem pessoas ao longo dos últimos dez anos, número que explicaria a queda populacional registada nos últimos anos.

Aliás, o problema não surgiu, ao contrário do que poderia pensar-se, com a ida do sr. Teófilo Lopes Peixoto à televisão. Já em 1965 um diário alentejano - “A Democracia do Sul” - em artigo intitulado **“Monsaraz em leilão” (...)** indivíduos que se convenceram de ser senhores de Mundo, só porque possuem dinheiro suficiente para comprar o que lhes apetece. São precisamente estes que estão a comprar a vila de Monsaraz, casa por casa, o que lhes é relativamente fácil, pois, vivendo a maioria dos seus habitantes numa região cuja economia está artificialmente estrangulada, não lhes é possível resistir quando lhes é feita uma **“boa proposta”** de compra das suas respectivas moradias. Mas, efectuada a venda e por não haver casas disponíveis, as famílias têm de abandonar a sua terra e ir procurar vida em paragens estranhas”.

E, noutra ocasião, o mesmo jornal afirmava: **“Com o que não podemos concordar é que essas compras em série sejam consentidas. E isso porque pensamos que de cada**

vez que uma casa é vendida, essa venda, inevitavelmente, representa o êxodo de certo número de habitantes da singular vila. Ora, por esse andar e dentro de algum tempo, Monsaraz transformar-se-ia em propriedade de meia dúzia de “invasores” para seu deleite pessoal, o que não pode nem deve ser consentido, tratando-se, como se trata, de uma autêntica “jóia histórica” do nosso país. Nesta ordem de ideias temos esperança que os que actualmente nos governam, uma vez sabedores do que se está passando em Monsaraz, através da imprensa, decretam, mas sem comprometedoras demoras, sanções drásticas na defesa da histórica vila e dos seus poucos habitantes. Assim o esperamos, confiadamente”.

Isto publicava-se em 1965, e não me consta que os alvejados tenham nessa altura intentado qualquer processo contra quem assim escrevia. Foi preciso que um dos homens que mais intensamente vivem o problema, e que se encontra em situação ideal para conhecer as aspirações e as queixas da população de Monsaraz, o trouxesse de novo a público - desta feita por meio de televisão - para que o simples fenómeno de uma terra empobrecida e de presente sem história se transformasse num caso de sensação.

A LIBERDADE DE COMPRAR E A NECESSIDADE DE VENDER

Corre-se sempre o risco, em casos como este, de exagerar, senão as repercussões, pelo menos a importância de um episódio que não passaria os limites da anedota provinciana. Como é evidente, em sociedade guiada pela lei da oferta e da procura, compra quem pode e vende quem precisa, por força das necessidades ou por compreensível tentação. Esse o processo que tem vigorado em Monsaraz, à imagem do que já aconteceu noutras localidades de características semelhantes, como Óbidos, por exemplo. O fenómeno causa problemas humanos, é certo, pode determinar um fluxo emigratório, torna mais precárias as relações sociais e económicas, envolve em neblina o futuro de uma povoação - mas verifica-se pela força de duas inevitáveis condições: a liberdade de comprar e a necessidade de vender.

Todavia existem, por vezes - ou deveriam existir -, limitações legais a processos que se possam considerar degenerativos ou susceptíveis de adulterar as características mais naturais e verdadeiras. Monsaraz, por exemplo, despojada da sua população, não passaria de um cemitério silencioso e triste, desumanizado e frio, uma reminiscência apagada e falsa de séculos passados. É esse, a meu ver, o possível grande drama de Monsaraz: a compra de casas antigas, imediatamente despojadas da presença humana pode contribuir, isso sim, para a agonia lenta e inelutável de uma terra que, a exemplo de todas as terras, não será nada sem a existência das pessoas que lhe dão vida.

E há ainda outra acusação que o povo de Monsaraz dirige aos compradores das suas casas, visando um procedimento que parece passar pelas malhas de regras legais (naturalmente instituídas para serem observadas): a de que alguns dos novos proprietários da vila sujeitaram as habitações, em especial no seu interior, a alterações que atraíam o espírito da arquitectura tradicional - e isto, para mais, sem a vigilância ou a autorização da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Sobre este assunto terá, decerto, uma palavra a dizer o próprio organismo citado. Qualquer opinião que o jornalista emitisse nesse sentido ser-lhe-ia levada à conta de bisbilhotice, pois não parece legítimo que a sua curiosidade chegue ao ponto de espreitar para o interior das casas alheias. O mesmo não deve acontecer com o organismo para esse fim criado, e ao qual não se põem - assim o cremos, ainda que com possível ingenuidade - problemas de bisbilhotice... No entanto, para já, uma observação que não deve provocar desmentido: a única casa realmente mal conservada que encontrei, pelo menos no seu

exterior, é a própria sede do Grupo dos Amigos de Monsaraz. Lá dentro, segundo dizem, há teias de aranha.

TERÃO FUNCIONADO AS VIAS LEGAIS

Recuemos a Junho de 1970, altura em que outro órgão de Imprensa regional, o “Notícias de Setúbal” escrevia, na sequência de uma entrevista com o Dr. Pires Gonçalves, presidente daquela associação: **“Tem sido o Grupo dos Amigos de Monsaraz o principal fomentador da conservação da aldeia. Porém, as casas são quase nas ua generalidade pertença de ricos, que as desfiguram alterando-lhes a traça primitiva”**.

Não consta que também nesta altura os adquirentes de casas de Monsaraz tenham processado o articulista que assim escrevia. Como também não parece que o Dr. Pires Gonçalves a quem se devam as informações que provocaram aquele artigo, continue a pensar como então. A avaliar, pelo menos, pelas declarações que fez na televisão, aonde foi desagrar os compradores de casas. À pergunta: **“Como é que se vai impedir que aquelas casas, que já estão em ruínas, vão ruir de todo?”**, respondeu: **“Isso não me compete a mim dizer-lhe!”**. A resposta afigura-se-me incoerente com a própria função do Grupo, mas acaba por adquirir certa lógica, se pensarmos no estado precário da própria associação.

Ponham-se de parte, no entanto, estes aspectos miúdos de política aldeã - sintomas, embora de uma situação de fundo a justificar uma necessária denúncia. O que conta ainda - já que a opinião popular parece correr o risco da intervenção jurídica - é a vigilância a nível superior e a necessidade de a exercer sem tergiversar. Sabe-se, por exemplo, que as transações de edificios em localidades classificadas como monumentos nacionais estão sujeitas a parecer da Direcção Geral dos Assuntos Culturais, que decidirá de acordo com o interesse público e a necessidade de proteger o património em causa. Terá esta via funcionado no já tão falado caso de Monsaraz? - Eis a dúvida que nos resta.

Entretanto, sem grande esperança, embora - e com menor ousadia, agora que o tribunal lhe impôs prudente discricção - o sr. Teófilo Lopes Peixoto continuará a mostrar aos visitantes a bela pintura quinhentista do bom e do mau juiz e a falar do tempo em que Monsaraz ainda não era a “vila morta”, de que Raul Proença já falava há cinquenta anos...

As casas de Monsaraz

EM Monsaraz, vila medieval, fortaleza erguida sobre colinas, à vista de terras de Espanha o sr. Teófilo Lopes Peixoto é neste momento a figura mais popular. A tradição apresenta-o como um homem afável para todos, portador de um saber comum que resolve os problemas comexinhos ou invulgares da população, que orienta os pequenos trabalhos públicos com a mesma presteza com que cuida da assistência médica aos seus vizinhos. O presente consagra-o como um herói sacrificado pelo amor à terra que é como sua. Será assim?...

Homem sereno mas perspicaz, de aspecto humilde mas corajoso, discreto mas de palavra afolta, recebeu-nos às arcueas, delicadas mas firmes, no dia soalheiro e frio em que o procuramos na vila de Monsaraz.

A figura modesta, quase apagada, ilude-nos enquanto não o ouvimos falar. O discurso aparece fácil e fluente, vigoroso e sem lacunas, só entrecortado das expressões de prudência, mais próprias de um político que receie comprometer-se. Confessa-se farto de situações complicadas em que nunca se quis ver envolvido, e teme, agora que se vê remetido à situação de derrotado, aqueles que sempre designam, respectivamente, por «homens bons». E remata as suas palavras com um aceno em volta, acercando o já nos rodéia como uma muralha firme e intransponível:

«Eles que falem, se quiserem. Eles que falem por mim, que também têm que dizer!»
A senhora Antónia, quitandeira na rua principal da vila, insurge-se vigorosamente, contra a curiosidade dos estranhos. Ouvindo-a, convence-me de que a eloquência aparece como uma das características singulares do povo de Monsaraz. A senhora Antónia é a dante, de expressão rica e que os olhos e as mãos imprimem maior vigor, e está animada de um poder de convicção a que dificilmente resista.

«Costava que dissessem por que não nos deixam sossegados, porque continuam a falar de nós, e o que fizemos nós para sermos assim falados nos jornais e noutros lados! O povo daqui é trabalhador e honesto, e não tem nada que se lhe aponte. Porque não nos deixam então em paz? Tenho uma casa aberta e preciso de me dar bem com toda a gente! Porque é que se preocupam tanto conosco?»

CANHOU EM POPULARIDADE O QUE PERDEU NA LETRA DO PAPEL...

O grande caso de Monsaraz começou em Dezembro, quando o sr. Teófilo Lopes Peixoto foi à televisão distinguir com palavra acurada os «homens bons» que, de há dez anos a esta parte, têm vindo a adquirir casas medievais no interior da vila amuralhada. O seu entrevistador, remetendo as palavras enérgicas, afirmou: «No espaço de poucos anos a população de Monsaraz caiu quase para metade. Ao contrário do que passa su-

ultrapassar pela utilidade económica de Reguengos de Monsaraz, erguida a poucos quilómetros de distância, à ilharga das principais vias de comunicação.

Nessa época, a população de Monsaraz rondaria os dois mil habitantes. Em 1960, já desce-ria para cerca de meio milhar. Ao presente, não vivem dentro das muralhas mais de trezentas pessoas. A causa desta decadência demográfica não residirá, é certo, na compra de umas duas dezenas de casas por pessoas de fora e haveres estranhas à povoação. Mas, como muito bem me salientam em Monsaraz, a venda de vinte a poucas casas significará

bitantes, da singular vila. Ora, por esse andar e dentro de algum tempo, Monsaraz transformará-se em propriedade de meia dúzia de ainvosores para seu deleite pessoal, o que não pode nem deve ser consentido, tratando-se, como se trata, de uma autêntica jóia histórica do nosso país. Nesta ordem de ideias temos esperança que os que actualmente nos governam, uma vez sabedores do que se está passando em Monsaraz, através da imprensa, decretam, mas sem comprometer as demoras, sanções drásticas na defesa da histórica vila e dos seus poucos habitantes. Assim o esperamos, confiadamente.

Isto publicava-se em 1965, e não me consta que os alveitados tenham nessa altura tentado qualquer processo contra quem assim escrevia. Foi preciso que um dos homens que mais intensamente vivem o problema, e que se encontra em situação ideal para conhecer as aspirações e as queixas da população de Monsaraz, e trouxe de novo a público — desta feita por meio da televisão — para que o simples fenómeno de uma terra empobrecida e da presente sem história se transformasse num caso de sensação.

ESCREVE MÁRIO HENRIQUES

xistência de qualquer verdade nas palavras de Teófilo Lopes Peixoto.

Paralelamente, os autores dessa reacção televisiva instauraram, no tribunal de Reguengos de Monsaraz, uma acção declarativa contra o homem que pusera em causa a sua acção na vila medieval, e pedindo que fossem julgados como verdadeiros os factos transmitidos na emissão de televisão. É impossível por tal reconhecer essa inexactidão e a pagar a indemnização de perdas e danos que se liquidasse em execução de sentenças.

Instado pela parte acusatória, instado pelo seu próprio defensor, Teófilo Lopes Peixoto acabou de aceitar uma forma de conciliação em que restitui aos seus opositores uma parte da respeitabilidade de que estes se sentiam privados, não se esquecendo de acentuar, porém, com sábio espírito de pontuação:

«Embora reconheça que Monsaraz não constitui, nem poderia constituir uma excepção ao fenómeno emigratório que afecta todo o país, nem por isso deixa de considerar que as compras das novas casas não facilitaram a instalação intramuros de Monsaraz, de habitantes da vila que nela desejem instalar-se».

Reservas para ambos os lados ao fim é ao cabo, e pública derrota para o sr. Teófilo, graças à publicidade que se fez da solução jurídica do problema. O réu, porém, como pôde verificar em Monsaraz, ganhou em popularidade o que perdeu na letra do papel selado.

DA «VILA MORTA» DE PROENÇA À DECADÊNCIA DEMOCRÁTICA DO PRESENTE

HÀ cerca de meio século Raul Proença classificava Monsaraz de «vila morta». As muralhas do velho caetlo, construído por D. Dinis, caíam aos pedaços, mas a povoação conservava todó o carácter da sua medievalidade quase intacto. A alvura da cal e a limpeza imaculada dos soalhos lajeados, eram as características mais salientes desta terra, cuja importância histórica se deixava pouco a pouco

a natural expulsão de mais de cem pessoas ao longo dos últimos dez anos, número que explicaria a queda populacional registada nos últimos anos.

Aliás, o problema não surgiu, ao contrário do que poderia pensar-se, com a ida do sr. Teófilo Lopes Peixoto à televisão. Já em 1965 um diário alentejano — «A Democracia do Sul» — em artigo intitulado «Monsaraz em lição de divórcio» se compe-ram de ser senhores do Mundo, só porque possuem dinheiro suficiente para comprar o que lhes apetece. São precisamente estes que estão a comprar a vila de Monsaraz, casa por casa, o que lhes é relativamente fácil, pois, vivendo a margem dos seus habitantes numa região cuja economia está artificialmente estrangulada, muitas é possível resistir quando lhes é feita uma boa proposta de compra das suas respectivas moradas. Mas, efectuada a venda e por não haver casas disponíveis, as famílias têm de abandonar a sua terra e procurar vida em paragens estranhas.

E, noutra ocasião, o mesmo jornal afirmava: «Com o que não podemos concordar é que essas compras em silêncio sejam consentidas. E isso porque pagamos de cada vez que uma casa é vendida, essa venda, inevitavelmente, representa o êxodo de certo número de ha-

PROENÇA E A NECESSIDADE DE VENDER

Em casos como este, de exacerçar, senão as repercussões, pelo menos a importância de um episódio que não passaria os limites da actualidade provinciana. Como é evidente, em sociedade guiada pela lei da oferta e da procura, compra quem pode e vende quem precisa, por força das necessidades ou por compreensível tentação. Esse o processo que tem vigorado em Monsaraz, à imagem do que já aconteceu noutras localidades de características semelhantes, como Óbidos, por exemplo. O fenómeno causa problemas humanos, é certo, pode determinar um fluxo emigratório, torna mais precárias as relações sociais e económicas, envolve em neblina o futuro de uma povoação — mas verifica-se pela força de duas inevitáveis condições: a liberdade de comprar e a necessidade de vender. Todavia existem, por vezes — ou deveriam existir —, limitações legais a processos que se possam considerar degenerativos



A entrada de Monsaraz

ou susceptíveis de adular as características mais naturais e verdadeiras. Monsaraz, por exemplo, despojada da sua população, não passaria de um cemitério silencioso e triste, dehumanizado e frio, uma reminiscência apagada e falsa de séculos passados. É esse, a mover, o possível grande drama de Monsaraz: a compra de casas antigas, imediatamente despojadas da presença humana pode contribuir, isso sim, para a agonia lenta e inelutável de uma terra que, a exemplo de todas as terras, não será nada sem a existência das pessoas que lhe dão vida.

E há ainda outra acusação que o povo de Monsaraz dirige aos compradores das suas casas, visando um procedimento que parece passar pelas mãos de repórteres, talvez mesmo instituídos para serem observados: a de que alguns dos novos proprietários da vila sujeitaram as habitações, em especial no seu interior, a alterações que atropam o espírito da arquitectura tradicional — e isto, para mais, sem a vigilância ou a autorização da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Sobre este assunto terá, de certo, uma palavra a dizer o próprio organismo citado. Qualquer opinião que o jornalista emitisse nesse sentido seria-lhe levada à conta de bisbilhote, pois não parece legítimo que a sua curiosidade chegue ao ponto de espreitar para o interior das casas alheias. O mesmo não deve acontecer com o organismo para esse fim criado, e ao qual não se põem — assim o cremos, ainda que com possível ingenuidade — problemas de bisbilhote... No entanto, para já, uma observação que não deve provocar desmentido: a única causa realmente mal conservada que encontramos, pelo menos no seu exte-

rior, é a própria sede do Grupo dos Amigos de Monsaraz. Lá dentro, segundo dizem, há teias de aranha.

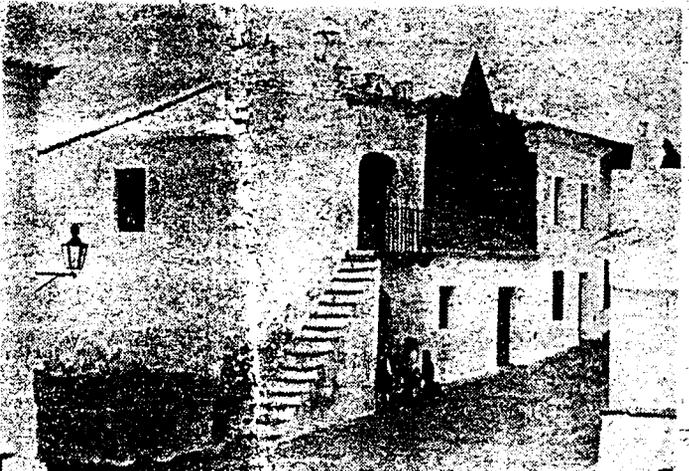
TERÃO FUNCIONADO AS VIAS LEGAIS?

RECEMOS a junho de 1970. R altura em que outro órgão da imprensa regional, o «Serviços de Setúbal», escrevia, na sequência de uma entrevista com o dr. Pires Gonçalves, presidente daquela associação: «Tem sido o Grupo dos Amigos de Monsaraz o principal fomentador da conservação da aldeia. Porém, as muralhas são quase na sua generalidade propriedade de ricos, que as desfiguram alterando-lhes a traça primitiva».

«Não consta que também nestas muralhas adquiridas de pessoas de Monsaraz tenham passado o articulista que assim escrevia. Como também não parece que o dr. Pires Gonçalves, a quem se deviam as informações que provocaram aquele artigo, continue a pensar como então. A avaliar, pelo menos, pelas declarações que fez na televisão, aonde foi desagravado comprador de casas. A pergunta: «Como é que se vai impedir que aquelas casas, que já estão em ruínas, vão ruir de todo?», respondeu: «Isso não me compete a mim dizer-lhas!» A resposta afigura-se-me incoerente com a própria função do Grupo, mas acaba por adquirir certa lógica, se pensarmos no estado precário da própria sede da associação.

Penham-se de parte, no entanto, estes aspectos miúdos de política aldeã — sintomas, embora, de uma situação de fundo a justificar uma necessária denúncia. O que conta ainda — já que a opinião popular parece correr o risco da intervenção jurídica — é a vigilância a nível superior o a necessidade de a exercer sem tergiversar. Sabe-se, por exemplo, que as transações de edifícios em localidades classificadas como monumentos nacionais estão sujeitas a parecer da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, que decide de acordo com o interesse público e a necessidade de proteger o património em causa. Terá esta via funcionado no já tão falado caso de Monsaraz? Eis a dúvida que nos resta.

Entretanto, sem grande esperança, embora — e com menor ousadia, agora que o tribunal impôs prudente discriminação —, o sr. Teófilo Lopes Peixoto continuará a mostrar aos visitantes a bela pintura quincentista do bom do mau juiz e a falar do tempo em que Monsaraz ainda não era a «vila morta», de que Raul Proença já falava há cinquenta anos...



Um aspecto de Monsaraz. A casa de esquina, ao que parece sede do Grupo dos Amigos de Monsaraz, apresenta-se como uma das mais mal conservadas da vila

Anexo 14

Jornal Palavra, Reguengos de Monsaraz, nº 56, 13 Janeiro 1972.

Monsaraz tem que ser zona de Turismo

Sob este título publicou o sr. dr. José Pires Gonçalves, nosso ilustre e dedicado colaborador, na Capital de 19 do mês findo, um judicioso artigo, no qual preconiza, para se não andar no campo das abstracções e a gastar ingloriamente palavreado, a constituição duma “zona de turismo” para Monsaraz como já se fez em relação a outras terras de interesse turístico. Sem se lançarem sólidas infra-estruturas, como vias de fácil acesso e comodidades de instalações, é esgrimir contra moinho de vento pretender fazer turismo.

O património artístico e arqueológico de Monsaraz e sua zona envolvente bem o merece, como lembra o devotado Presidente da Direcção dos Amigos daquela fascinante povoação medieval. Na verdade esse património engloba:

O mais notável núcleo de menires megalíticos da Península Ibérica, um estranho monumento árabe dos mais arcaicos da Península, no seu contexto tipológico, um fresco do século XIV, de extrema e curiosa raridade temática no Mundo, uns Paços da Audiência (Tribunal), famoso modelo de arquitectura civil trecentista em Portugal, uma ermida (Santa Catarina) que é uma das mais tardias manifestações do estilo românico do nosso país, um sarcófago de mármore esculpado do século XIV, que envolve um dos mais notáveis exemplares da escultura tumular portuguesa, uma torre de menagem de cinco quinas, contemporânea da torre do Sabugal, e, também, com esta de fábrica dionisiana, dois solares rurais quinhentistas, um dos mais notáveis edificados em Portugal, nesta época, uma Misericórdia quinhentista, detentora de um notabilíssimo historial assistencial, um famoso templo do século XVI, de traça jesuítica, que inspirou, à distância, a traça de algumas igrejas do Brasil colonial... uma cerca de torres e muralhas que remontam, ainda à época da Reconquista cristã!

Anexo 15**Jornal Palavra, Reguengos de Monsaraz, nº 57, 13 de Janeiro de 1972**Grupo dos Amigos de Monsaraz - Relatório de 1972

No passado dia 15 de Janeiro, no Salão de festas do Reguengos Clube, gentilmente cedido para o efeito, realizou-se a Assembleia Geral do “Grupo dos Amigos de Monsaraz”.

Presidiu o sr. engº Carlos Martins Pereira, que deu a palavra ao sr. dr. Pires Gonçalves, para expôr qual tem sido a acção do Grupo e quais as perspectivas do futuro. A sua dissertação clara e notável, foi escutada com a mais viva atenção. Dada a sua importância inserímo-la neste número.

Pelo sr. Guilherme Gyão foi proposto um voto de louvor à Direcção, nomeadamente ao seu ilustre presidente, o qual foi aprovado por unanimidade. Também o sr. dr. Mário Garcia da Costa propôs que os srs. dr. Bustorff Silva e José Fernandes Caeiro, fossem proclamados sócios de honra, o que foi aprovado por aclamação.

DIRECCÃO

A Mesa da Direcção ficou assim constituída:

Presidente - Dr. José Pires Gonçalves

Vice-Presidente - Manuel Morgado Murteira

Secretários - Dr. Baltasar de Carvalho Alberto e Demóstenes Espanca

Tesoureiro - Romualdo dos Santos Quintas

Vogais - José Fernandes Caeiro e P. Luís Lopes Perdigão

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente - Engº Carlos Leal Martins Pereira

Vice-Presidente - Guilherme Correia Gyão

1º Secretário - António Gomes Bento Marcelino

2º Secretário - Dr. José Rosa Sereto

CONSELHO FISCAL

Presidente - Dr. António Duarte Gerald

Vice-Presidente - Engº Leonel Vogado Franco

Vogal - Óscar Bustorff Gião

Relator - Fernando Martins Carrilho

“Como todos VV.Ex^{as} sabem ‘O GRUPO DOS AMIGOS DE MONSARAZ’, com objectivos específicos bem definidos na letra dos Estatutos foi, sob o signo de um ardente e apaixonante amor pelo carácter da velha vila de Monsaraz e pelo que ela poderia vir a representar na promoção turística do Alentejo, constituído em 1964.

O escasso núcleo inicial de inscritos no Grupo foi recrutado, podemos afirmá-lo sem temores de contradita séria, em regimen de puro voluntariado e constituído,

fundamentalmente, pelas mais representativas personalidades de Reguengos e ainda, consoladoramente, por altas individualidades não residentes nesta vila - os homens a quem as perversas e coleantes maquinações de um apaixonado sectarismo, agora, tão virulentamente, apodam de “estranhos” a Monsaraz - mas irmanados com as gentes da terra nas mesmas vivências espirituais de amor e devoção pelo velho burgo a que Raul Proença, já lá vai quase meio século e parafraseando Rodenhach a propósito da flamenga Bruges, chamou, melancolicamente, a “vila morta” de Monsaraz.

E, na realidade, a Monsaraz dos tempos de Proença, quase despovoada, com o seu casario a cair aos pedaços, as suas calçadas desmanteladas sem vias de acesso praticáveis, sem luz eléctrica, sem o doce murmúrio da água a correr nos domicílios, sem telefone, sem qualquer ensaio de estudo e classificação dos seus mais típicos e notáveis monumentos, vazia de processo histórico acessível ao mundo da cultura, mergulhada nas trevas da ignorância e da miséria, não passava, na verdade, de uma vila morta, perdida e esquecida nas ásperas brenhas ribeirinhas do Guadiana!

Hoje, pelo contrário, graças ao esforço de uma plêiade de homens bons, silenciosa e humildemente devotados à problemática montesarense e, sobretudo, aos desvelos da Câmara presidida pelo Dr. Mário Perdigão Garcia da Costa, Monsaraz tem quase totalmente reconstituída a sua típica e antiga rede de calçadas de xisto - o trabalho e as arrelias que isto custou! - e solucionados, sem escandalosos exibicionismos, os mais importantes problemas de fomento urbanístico: a iluminação eléctrica o abastecimento e distribuição de águas, as comunicações telefónicas.

Quando o Grupo dos Amigos de Monsaraz se constituiu, dos insuspeitos e legítimos filhos de Monsaraz, desses que ali mergulharam as fronteiras na pia baptismal de Santa Maria da Lagoa ou à velha povoação medieval se encontravam vinculados por raízes ancestrais, podem contar-se pelos dedos aqueles que, espontaneamente, logo nos anos honraram com a entusiástica adesão. Vale a pena distingui-los e render-lhes aqui, o preito da nossa homenagem e da nossa gratidão: os já falecidos capitão António Maria Caeiro, e Abel Caeiro, seu irmão José Fernandes Caeiro, nosso camarada na Direcção do Grupo, e ainda o Dr. Francisco Caeiro Queimado.

Por outro lado, ainda mais pungente, não consta dos arquivos do nosso Grupo a espontânea adesão de qualquer outro desses psitacídios falaciosos e malabaristas agora tão desabrida e truculentamente apostados em clamorosos e espectaculares cânticos À sua tão cândida dama de Monsaraz!

E não se diga que este sombrio e negativo acto de inibição pela sua bela adormecida, numa povoação medieval onde não existe uma única colectividade de Educação e Recreio de carácter particular, se possa filiar no sacrifício do modestíssimo contributo de cotização (sic) do nosso Grupo!

Constituídos os quadros directivos sob um ardente signo de entusiasmo sem tão pouco possuímos uma sede local própria, o Grupo iniciou humildemente a sua vida.

À excepção do Senhor José Fernandes Caeiro, personalidade aliás ao abrigo de qualquer suspeição, nenhum dos membros se sentia vinculado a Monsaraz por problemas de essência material e por isso necessariamente, a nossa acção teria de processar-se num campo dimensional de ordem puramente espiritual.

Importava, antes de mais nada, estabelecer contactos directos com as entidades oficiais e particulares passíveis de connosco colaborarem e nos concederem o seu valioso auxílio. Dentro deste plano de acção contactamos o nosso saudoso amigo José de Sousa Rosado Fernandes que, com a desataviada generosidade que emprestava altura humana à sua personalidade logo se prontificou a ceder-nos, gratuitamente e a título de empréstimo, as dependências desabitadas do seu prédio urbano da Rua Direita, no rés do chão da capelinha de S. José, mesmo na frente daquela alucinante porta gótica tão atrabiliariamente rasgada por mandatário da Junta de Freguesia nos belos Paços da Audiência de Monsaraz.

A cedência deste imóvel em precárias condições de habitação e desprovido das mais simples instalações sanitárias objectivava, como medida de emergência, a criação d euma sede social do Grupo na Vila de Monsaraz.

A remoção desta grave deficiência sanitária no edificio votado a sede provisória do Grupo ficou a dever-se à gentileza e indesmentível generosidade do nosso consócio Dr. António Bustorff Silva que logo se prontificou a solucioná-la e a custeá-la, inteiramente, do seu próprio bolso.

Para o efeito da captação inicial e permanente de fundos indispensáveis à vida e às actividades do Grupo não podemos deixar de exprimir a nossa gratidão e render aqui as nossas mais vivas e sinceras homenagens à alta generosidade e bela prova de apreço que nos foi concedida pelos ex-presidentes de Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e da Junta Distrital de Évora, os nossos amigos, Drs. Mário Perdigão Garcia da Costa e Armando Perdigão.

Compreensivelmente e não só fieis aos altos princípios das responsabilidades públicas inerentes aos cargos que ambos exerciam mas, também, dando evidentes provas do seu incontido e apaixonado amor por Monsaraz, logo com o maior aprumo se prontificaram a conceder-nos apoio material de harmonia com os limitados e precários orçamentos dos departamentos que se encontravam confiados à sua direcção.

A Junta Distrital de Évora brindou-nos com um subsídio de fundação de 10 000\$00 e o seu Presidente Dr. Armando Perdigão honrou-nos, ainda, solicitando espontaneamente a sua inscrição como sócio do Grupo e a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, por seu lado, não obstante as costumadas e reconhecidas limitações orçamentais para obras materiais de fomento municipal, não hesitou atribuir-nos, com carácter regular e permanente, um subsídio mensal de auxílio da importância de 500\$00.

Do ângulo dos normais contactos públicos, de carácter oficial, cultural e publicitário, a Direcção do Grupo avistou-se com o então Governador Civil de Évora sr. José Félix de Mira, com a Delegação dos Monumentos Nacionais em Évora representada pelo sr. Arquitecto Rui Couto e ainda com a Imprensa Regional, a quem apresentou cumprimentos e a quem solicitou e ofereceu colaboração para todos os problemas onde o interesse de Monsaraz se mostrasse em causa.

Infelizmente, com profunda melancolia o afirmamos, por motivos imprevistos e alguns até bem dolorosos para todos nós, a Direcção inicial do Grupo encontra-se hoje reduzida a 4 dos seus primitivos membros. Perdemos, como sabem, o valioso concurso do Dr. Miguel Lopes da Silva, de Carlos Martins Pereira e do Padre António Júlio Nogueira.

Necessariamente a abertura destes vácuos e, também, a ilimitada confiança tão nobremente em nós depositada pelo Grupo iria ter reflexos na acção que nos competia.

Já na última reunião do Grupo, presidida pelo nosso Presidente Guilherme Gião, tivemos ensejo de focar, verbalmente, esta delicada situação de gerência e nela salientámos, então, os manifestos e graves prejuízos que daí resultavam não só para uma mais justa e equitativa distribuição do trabalho que *a todos* os membros do corpo directivo competia levar a cabo mas, e principalmente, para a defesa e promoção de Monsaraz como um dos mais valiosos e prometedores pólos turísticos da região de Évora e, extensivamente, de todo o Alentejo.

Teremos, por isso, nesta reunião, que tentar colmatar esta lacuna de rarefacção dos nossos quadros directivos, brecha que se tem vindo a alargar e a agravar em face da crescente importância de Monsaraz como pólo de atracção turística no Alentejo e há, portanto, que reconstituir integralmente os corpos gerentes do Grupo, não só para darmos cumprimento aos preceitos fixados na letra dos Estatutos mas, sobretudo, para o revitalizarmos e para lhe insuflarmos novo sopro de alento mais coeso e harmónico com a actual e, por vezes, já impertinente, sinuosa e subtil problemática de Monsaraz.

Evasivamente, e após tão demorado exercício, não obstante não sentirmos qualquer esmorecimentos no ardor e na pureza da nossa tarefa, poderíamos resignar a continuidade do mandato directivo que, oportuna e confiadamente e com tão alto e generoso testemunho de apreço, esta assembleia nos outorgou e solicitar, com este fundamento, a nossa rendição.

Neste momento da vida do Grupo entendemos, todavia, proclamar, alto e abertamente, que não viemos para formularmos pedidos de resignação e que, pelo contrário, nos anima a clara determinação de continuarmos e ficarmos com os pés bem assentes no posto que esta assembleia oportunamente nos marcou e para o qual já temos dado, segundo supomos, uma boa cota (*sic*) das nossas vidas e do nosso trabalho.

Mesmo que essa continuidade envolva, como certamente bem compreenderão, a recolha de mais alguns sacrifícios e novos dissabores para as nossas próprias vidas pessoais!

A não ser que a assembleia, no normal exercício da sua soberania, entenda o contrário. Se assim vier a acontecer nós, impregnados do belo espírito missionário do Grupo, continuaremos placidamente noutra posto a trabalhar ardentemente para o mesmo ideal e a consumir as melhores forças da nossa Vida ao serviço de Monsaraz e “sans rancune” por ninguém.

Penso que todos aqui encontramos sem ressentimentos e sem ocultos propósitos, animados do mesmo calmo espírito de uma família bem unida e todos, à margem de cargos estatutários, somos cavaleiros da mesma hoste e teremos de nos unir irmanados na ética dos mesmos nobres objectivos.

Aliás estes pequenos sacrifícios espirituais, embora quixotescos, somos os primeiros a reconhecê-lo, são também por vezes, como costumam dizer os brasileiros com delicado e requintado sabor de especiaria literária, iguarias muito gostosas.

Mas VV. Ex^{as}., com toda a razão, estarão certamente ansiosos para saberem, concretamente, qual foi o trabalho levado a cabo pela Direcção do Grupo nestes longos anos de gerência?

Antes de mais nada desejamos chamar a nós toda a responsabilidade pelo trabalho do Grupo realizado sob o mandato desta destroçada Direcção a que temos tido a honra de presidir.

Os nossos ombros não são largos mas, mesmo assim ainda podem suportar sem sobressaltos o peso deste fardo directivo!

O nosso trabalho, pela dimensão eminentemente espiritual e pela limitação de verbas ao nosso alcance que fundamentalmente o caracterizaram, não se revestiu de ostensiva espectacularidade, temos de o reconhecer com apurmo e certa melancolia.

Todavia alguma coisa se tentou fazer no campo espiritual e, disso estamos íntima e profundamente convencidos que não nos situamos perante uma miragem e que nesse campo, alguma coisa se alcançou e se fez ao serviço do futuro de Monsaraz.

Os ecos do velho burgo medieval do Guadiana, da tal vila morta contemporânea de Proença, repercutem-se hoje em Portugal, todos os temos ouvido, clamorosamente, a apontá-la como vila renascida, e este topónimo “Monsaraz”, de mera ressonância local há um quarto de século, já hoje se pode escutar além fronteiras e, disso não temos ilusões, com mais insistência e sonoridade do que a maioria das gentes podem suspeitar.

Todos nós, os amigos de Monsaraz aqui presentes, cada um à sua maneira, para essa ampla projecção sonora temos oferecido a dádiva do nosso coração.

E, facto estranho e curioso, esta conquista do espaço europeu por Monsaraz até parece impor-se, com o amargor de um castigo ou de uma tortura, a todas as mesquinhas e pérfidas vivências que afligem agora as almas sombrias de certos espúrios e ambiciosos pirilampos da última hora.

Nos domínios do restrito campo material importa salientar ainda, e com o relevo que lhe é devido, o trabalho realizado na mais íntima colaboração com a prestimosa Junta Distrital de Évora, objectivando o levantamento e reposição dos dois famosos menires do Outeiro e da Abelhoa como monumentos fundamentais para o enriquecimento e valorização dos patrimónios cultural e turístico do nosso país.

Sangraria a nossa consciência se aqui não deixássemos, comovidamente proferida, uma palavra de homenagem e gratidão a essa autarquia distrital e à bela e nobre personalidade do seu ex-Presidente, o nosso querido amigo Dr. Armando José Perdigão, pelo admirável e generoso concurso que nos dispensaram na recuperação desses tão notáveis monumentos ao serviço dos altos interesses de Monsaraz e, também, de Portugal.

Depois deste árido exórdio parece-nos lícito podermos continuar e serenamente o nosso trabalho, planear e realizar novos projectos e prosseguir, indiferentes às rondas pérfidas e oportunistas dos ventos, a nossa cruzada de evangelização cultural ao serviço do futuro de Monsaraz.

Com o arranque funcional da Estalagem de S. Bartolomeu, de inauguração prevista para o próximo domingo de Páscoa, para o qual já por mais de uma vez temos dado o nosso modesto contributo, Monsaraz fica apetrechada com o seu mais válido instrumento de

promoção turística e carece, sem dúvida, de ser dotada com um Guia Turístico e com um desdobrável.

O Guia está escrito, o nosso consócio Dr. Bustorff Silva - o mesmo homem que permitiu que a água potável voltasse a correr nas casas dos montessarenses - silenciosamente e sem enfáticos alardes, investiu nas traduções francesa, inglesa e alemã desse Guia um bom punhado de contos de reis e nós teremos de o publicar, não obstante o tom literal dessas traduções não satisfazer inteiramente as nossas exigências pessoais.

O desdobrável está, também, ao nível da nossa capacidade de numerário.

O posto de vendas do artesanato de Reguengos já dotado com um subsídio de fundação de 5000\$00 por parte da Junta Distrital de Évora e contando com o compreensivo e entusiástico apoio da Câmara de Reguengos e do seu ilustre Presidente senhor Dr. Armando de Almeida terá, também, de ser uma realidade.

O arranjo urbanístico do “forum” de Monsaraz com a anulação das recentes dissonâncias arquitectónicas praticadas sobre o mais nobre e belo edificio civil da terra - os antigos Paços da Audiência - terá, ainda, de constituir uma das preocupações dominadas da futura acção do Grupo.

Se alcançarmos, como é de inteira justiça, o apagamento dessa nódoa arquitectónica o Grupo terá de intervir no sentido de conseguir a sensata centralização dos serviços assistenciais de Monsaraz na velha Misericórdia quinhentista para, depois, poder instalar na bela sala de julgamento do antigo Tribunal, sob a égide estética do famoso e notável mural a fresco do século XIV, um pequeno Museu local.

Outro problema sobre o qual teremos de nos empenhar na mais estreita colaboração com a Presidência da Câmara Municipal de Reguengos e com o Ministério das Obras Públicas é o da reparação da estrada municipal que liga as aldeias do Telheiro a Monsaraz, com passagem por Outeiro e Barrada.

Esta estrada encontra-se, praticamente intransitável e sem uma faixa de relageme capaz os menires da Abelhoa e do Outeiro - dois monumentos da maior relevância turística para Monsaraz - continuarão mortos para o turismo da região.

Sublinhe-se, com alguma responsabilidade, que Monsaraz possui hoje o mais importante e notável núcleo de menires isolados da Península Ibérica e que dois menires já erguidos, o da Abelhoa e o do Outeiro, se podem considerar, sem favor, dos mais belos monumentos megalíticos deste tipo existentes na Europa.

Finalmente, se o Estado vier superiormente a entender que Monsaraz merece ser classificada como zona de turismo no Alentejo, e nesse sentido já lançámos o primeiro grito na imprensa de Lisboa, teremos de instalar um Posto de Turismo e que o dotar com pessoal qualificado para o desempenho das suas funções que competem a estes serviços especializados.

Todas estas tarefas implicam a devotada colaboração de uma “equipe” e essa “equipe” temos de a constituir todos nós os sócios do Grupo dos Amigos de Monsaraz.

Não é trabalho para poucos. É trabalho para todos.

É um trabalho do Grupo.

Pela Direcção

José Pires Gonçalves

Relator

Anexo 16**Arquivo da Direcção Regional de Monumentos do Sul****JUNTA DE TURISMO DE MONSARAZ****Plano de Actividades para o ano de 1974**

Em cumprimento do disposto no corpo do Artº 119º do código Administrativo tenho a honra de submeter à apreciação e aprovação do Exmo. Senhor Director-Geral do Turismo o Plano de Actividades desta Junta de Turismo elaborado para o ano de 1974.

Introdução - Ao iniciar o seu mandato, sob o signo da humildade orçamental, esta Junta de Turismo, não obstante a sua pálida experiência na complexa problemática que vai constituir o objectivo central do seu trabalho, terá preliminarmente de se empenhar na criação das infra-estruturas que, no futuro, lhe consintam promover com alguma segurança o crescimento e a expansão turística da região de Monsaraz. Também em virtude de se tratar de zona particularmente farta em variadas e qualificadas potencialidades turísticas e dotada de personalidade ímpar nos campos da arqueologia, da arte e da história medievais, da etnografia e da paisagística, aliás ainda passível de enriquecimento sob a influência da futura realização do grandioso empreendimento da barragem de Alqueva - por certo uma força de imprevisíveis e tentaculares reflexos nos domínios do turismo interior do Alentejo e particularmente desta região - teremos, necessariamente, de considerar como objectivos dominantes e absorventes da acção desta Junta a preservação do tipismo urbanístico de Monsaraz - por forma a impedir que ele se degrade ao sopro de brisas subtis - e a manutenção intransigente daquela climática medieval que tanto carácter e irresistível força de atracção turística lhe vem emprestando.

Para alcançar esse transparente objectivo sabe esta Junta poder contar com o lúcido e devotado apoio de Vª Exª. na sua alta qualidade de Director -Geral e, também, com a valiosa colaboração e reconfortante amparo da notável e experimentada "équipe" de trabalho da Direcção-Geral do Turismo.

Mas, por outro lado, Monsaraz oferece, nesta fase inicial do seu arranque turístico, uma vasta gama de problemas e necessidades inadiáveis, aliás passíveis de realização a curto prazo, e que, por dependerem directamente de outros sectores da vida pública e, também, pelo consistente numerário que implicam, são estranhos à esfera da competência desta Junta e não podem, por isso mesmo, ser por ela promovidos e executados.

Apontaremos, clara e concretamente, algumas das necessidades que reputamos fundamentais para que a promoção turística de Monsaraz possa trilhar serenamente a sua estrada de Damasco e para que esta privilegiada zona do turismo interior do Alentejo, que sempre desejaremos ver articulada ao turismo da cidade de Évora, se encontre tecnicamente equipada com as infra-estruturas turísticas, que, num futuro que não se antevê distante, lhe permitam suportar sem apreensões o vigoroso impacto que, por certo, irá sofrer no decurso da espectacular obra realizadora do IV Plano de Fomento, com a criação da albufeira do Alqueva.

1 - Medidas de saneamento urbanístico:

- 1-1 - Conclusão da rede de abastecimento de águas à vila de Monsaraz.
- 1-2 - Planeamento e instalação da rede de esgotos à mesma vila.
- 1-3 - Serviço regular de recolha de lixos e instalação de um depósito comum, sempre implantado a apreciável distância do circuito exterior das muralhas de Monsaraz.
- 1-4 - Completa eliminação da vergonhosa rede de estábulos e chiqueiros que parasitam e poluem actualmente o mesmo local envolvente da povoação.

2 - Medidas de restauro, valorização e dignificação do ambiente monumental:

- 2-1 - Conclusão do programa de restauro das fortificações medievais de Monsaraz incluindo o coroamento de muralhas e torres por parapeito dentado de merlões, acesso às várias torres incluindo o acesso ao eirado da menagem e protecção com gradeamento de ferro das bocas do aljube no interior desta torre e da cisterna privativa da alcáçova.
- 2-2 - Iluminação exterior das fortificações e de alguns recantos e monumentos mais típicos, incluindo a Igreja Matriz quinhentista, no interior da vila.
- 2-3 - Iluminação adequada do arruamento que, do interior da vila, conduz ao largo de S. Bartolomeu do Arrabalde e à estalagem considerada de interesse turístico.
- 2-4 - Urbanização e dignificação do limitado espaço envolvente da “koubá” de Monsaraz, um dos raros monumentos de paternidade arábica actualmente existentes no Alentejo.
- 2-5 - Restauro integral da ermida templária de Santa Catarina, como precioso e raro exemplar do românico tardio do século XIII no Alentejo.
- 2-6 - Supressão dos postes de cimento armado condutores da energia eléctrica e sua substituição por condutores subterrâneos no interior da zona protegida e arrolada como de interesse nacional.
- 2-7 - Supressão das antenas exteriores (cegonhas) dos receptores de televisão e substituição por antenas interiores.

3 - Medidas de acesso a valores monumentais de interesse turístico:

- 3-1 - Urgente reparação com faixa de rodagem betuminosa no troço de caminho municipal nº 1125 de ligação entre as aldeias do Telheiro e Motrinos com passagem pelas aldeias do Outeiro e da Barrada.
- 3-2 - Reparação e dignificação dos arruamentos calcetados de acesso ao referido caminho municipal nº 1125, no interior da área urbana da aldeia do Telheiro.
- 3-3 - Acessos por faixa de rodagem betuminosa aos já famosos menires do Outeiro e da Bulhã, praticáveis a autocarros de turismo.

4 - Medidas de sinalização do pólo turístico de Monsaraz:

- 4-1 - Sinalização dos valores arqueológicos, arquitectónicos e paisagísticos no interior da zona geográfica do concelho de Reguengos de Monsaraz.
- 4-2 - Sinalização da zona turística de Monsaraz nos entroncamentos viários articuláveis a esta zona:
Ramal de S. Manços enlaçando com Beja e Algarve; Posto fronteiriço de S. Leonardo por Mourão e actual Ponte do Guadiana; Elvas por Juromenha, Alandroal e Terena; Vila Viçosa por Alandroal e Terena; Redondo por Montoito.

5 - Plano de actividades para 1974:

5-1 - Admissão de guia intérprete e funcionário de Secretaria.

5-2 - Publicação de desdobrável e de Guia turístico tetralingue, ilustrados.

5-3 - Instalação em Monsaraz de um Posto de Vendas de produtos do artesanato local (mantas, cobres, ferros forjados, olaria popular, etc.).

5-4 - Montagem de espectáculo nocturno (representação de teatro popular medieval ou qualquer outro adequado ao ambiente) no interior do páteo do castelo de Monsaraz.

5-5 - Montagem de exposições artísticas (artes plásticas ou outras).

5-6 - Sessões culturais adequadas ao ambiente.

Reguengos de Monsaraz, 14 de Outubro de 1973

O Presidente da Junta de Turismo,

(José Pires Gonçalves)

Aprovado em reunião da Junta de Turismo de 14 de Outubro de 1973.

Anexo 17

Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz,
(documentos avulsos, não classificados)

JUNTA DE FREGUESIA DE MONSARAZ

E D I T A L

Relação de fogos devolutos

A Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Monsaraz publica o presente edital em obediência ao disposto no nº5 do artº 7º do Decreto-Lei nº 198 - A/75, de 14 de Abril. Julga-se no entanto necessário esclarecer o público interessado de que, não obstante o referido Decreto-Lei ter a data de 14 de Abril, esta Junta só dele teve conhecimento no dia 8 do corrente mês de Maio.

Em cumprimento portanto na disposição legal citada se dá seguidamente nota dos fogos que em nosso entender podem ser considerados como devolutos, em relação aos quais podem os interessados apresentar a sua pretensão por escrito perante esta Comissão Administrativa nos termos do nº 6 do Artº 7º do já referido Decreto-Lei nº 198/75, no prazo de 10 dias a contar da data do presente edital.

Relação de fogos devolutos

Monsaraz

Duas casas na Rua Direita - pertencentes a José de Sousa Rosado Fernandes, Herdº.

Uma casa na Rua direita - pertencente ao Padre António Júlio Nogueira

Uma casa na Rua Direita - pertencente à família Bustorff Silva

Três casas na Travessa da Alcova - pertencentes à família Bustorff Silva

Quatro casas na Rua de Santiago - pertencentes à família Bustorff Silva

Uma casa nas Escadinhas - pertencente a José Joaquim Pires

Uma casa na travessa do Hospital - pertencente a Manuel Vinhas e Mário Vinhas

A esta relação seguir-se-ão outras, logo que esta Junta de Freguesia tenha conhecimento de outros fogos devolutos, pelo que se aceitam informações dos moradores da Freguesia.

Junta de Freguesia de Monsaraz, 17 de Maio de 1975.

O Presidente da Comissão Administrativa

(Joaquim Inácio Coelho Neves Cardoso)

Anexo 18

Jornal *Palavra*, Reguengos de Monsaraz, nº 234, 13 de Novembro de 1986

Monsaraz e a UNESCO

No passado dia 22 de Outubro, a Câmara Municipal, nas pessoas do seu Presidente e da s^a Vereadora da Cultura e Turismo, promoveu uma pequena roda de imprensa para explicar o empenho da mesma na recuperação e conservação do Património da Monsaraz. Entre perguntas e respostas, os digníssimos autarcas descreveram acções conducentes à intervenção da UNESCO no caso Monsaraz; os projectos de repovoamento da vila medieval; o desenvolvimento a incrementar naquela vila turística. Como, em parte, a reunião teve em mira desenvolver um documento-síntese, aqui o publicamos, a fim de os leitores se inteirarem daquilo que preocupa presentemente a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz:

Síntese sobre a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal no Projecto de Recuperação e Renovação do Património de Monsaraz

“Dadas as condições de degradação, esquecimento e subaproveitamento da vila alentejana de Monsaraz, decidiu a Autarquia iniciar um processo cujo objectivo principal é mudar o estado em que se encontra aquela povoação, quer dizer iniciar um estudo que permita tirar conclusões e apresentar propostas de solução para a recuperação e renovação urbana de Monsaraz, bem como dos monumentos megalíticos circundantes.

Para orientar e apoiar este trabalho, a autarquia solicitou à UNESCO que enviasse a Monsaraz um dos seus técnicos superiores, para que através de uma visita de trabalho, se inteirasse da necessidade de uma intervenção daquele organismo internacional, inventariasse as situações em que é preciso agir e fizesse um plano de apoio para a realização de tal objectivo. Deste modo, e respondendo à nossa solicitação, a UNESCO enviou um técnico com formação em arquitectura e urbanismo, o sr. Tochermann, que foi acompanhado na sua visita pela Dra. Graça Sampaio, da Comissão Nacional da UNESCO e Dr. António Nabais do I.P.P.C.. O programa da visita contemplou, além do conjunto intramuros da vila de Monsaraz, toda a zona de arrabalde, as ermidas de St^a. Catarina e S.Bento, o convento da Orada, o artesanato da região, nomeadamente o centro oleiro de S.Pedro do Corval, a tecelagem, os cobres e os chocalhos de Reguengos de Monsaraz, e também um conjunto dos mais importantes monumentos megalíticos e um povoado pré-histórico da região. Duma forma geral foi feita uma visita a todos os pontos do concelho de forma a proporcionar uma visão mais completa da realidade concelhia.

Em termos de resultado final desta deslocação, podemos dizer que se iniciou a primeira parte de um trabalho mais vasto. Assim começou-se já um trabalho base de levantamento exaustivo de todas as situações, arquitectónicas, sociais, demográficas, económicas e culturais da vila, de modo a que possamos dizer com conhecimento o que há por fazer, como fazer e para quê fazer, ou seja, é preciso recuperar para qualquer fim e saber que utilidade dar aos edifícios recuperados. Recuperar por recuperar é uma filosofia já ultrapassada. Recuperar para renovar é neste momento o nosso objectivo.

É na sequência deste pressuposto que começámos já um primeiro inquérito à população, dividido em vários pontos, que vão desde o inquérito individual, por edifício, até ao inquérito sócio-económico, passando até pelo inquérito de imagem.

Depois de um primeiro trabalho de levantamento e de inventariação de situações, vem a análise pormenorizada de cada caso, de modo a poder fazer-se um trabalho integrado ou seja, fazer o plano global de renovação da vila, em que se definem as várias reutilizações para os velhos edifícios.

Relativamente a esta segunda etapa ficou já acordado a realização em Monsaraz de um atelier de arquitectura promovido pela UNESCO reunindo técnicos nacionais e estrangeiros a efectuar no segundo semestre de 87 de modo a serem elaboradas diversas propostas de recuperação e renovação de Monsaraz, para que se possa fazer uma primeira aproximação ao problema, quer dizer, não adoptar modelos rígidos, mas proporcionar uma certa flexibilidade com a importância do trabalho que pensamos realizar.

Este é o estado actual dos trabalhos. Esperamos até ao fim do corrente ano terminar a primeira fase de levantamento e arrancar em 87 com a preparação e organização do encontro de Architectos.

Pensamos que este é um trabalho prioritário em termos de recuperação do património, uma vez que Monsaraz, bem como a zona circundante, constituem um conjunto homogéneo de valor histórico e cultural bastante importante, quer em termos nacionais, quer sobretudo no que se relaciona directamente com a importância patrimonial do concelho de Reguengos de Monsaraz”

Anexo 19**Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Acta da Sessão nº 16 de 1 de Agosto de 1990****E D I T A L****NORMAS EXPERIMENTAIS DE TRÂNSITO E ESTACIONAMENTO NA VILA DE MONSARAZ**

Depois de auscultada a população da vila de Monsaraz em reunião realizada na Igreja de Santiago, e considerando prioritariamente a necessidade imperiosa e urgente de salvaguardar o valioso interesse patrimonial e histórico da nossa vila medieval, por forma a sustentar a degradação dum monumento nacional sem paralelo no país e tendo em atenção também os interesses dos agentes económicos e da população em geral, no desejo de harmonizar uns e outros, deliberou esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária realizada no dia 1 de Agosto corrente, revogar a deliberação do 18 de Julho último, transmitida à população em comunicado de 19 do mesmo mês, e substituí-la pela que a seguir se transcreve:

1º - É proibido todo o trânsito automóvel dentro das muralhas de Monsaraz, excepto no que respeita a cargas e descargas e acesso de veículos destinados aos estabelecimentos hoteleiros e similares, para entrada e saída de passageiros, pelo tempo estritamente necessário.

2º - Quando se trate de cargas e descargas e acesso aos estabelecimentos hoteleiros e similares, a circulação deve fazer-se com entrada pela Porta da Vila, à semelhança do que já acontecia e saída pela Porta de Alcova, junto ao Posto de Turismo.

3º - É no entanto permitido o estacionamento dos veículos dos residentes, desde que estacionados na faixa direita, no sentido entrada - saída, e em fila única, respeitando os seguintes horários:

De 1 de Abril a 30 de Setembro,
das 21 horas até às 9 horas.

De 1 de Outubro a 31 de Março,
das 18 horas até às 9 horas.

4º - Uma Zona dos Parques de Estacionamento situados junto à Porta da Vila e à Porta de Alcova, que será assinalada, passa a Parques Privativos dos residentes, orientando-se a sua ocupação de acordo com a localização da sua residência.

5º - Durante os períodos festivos será proibido totalmente o trânsito dentro da vila, com excepção das cargas e descargas.

6º - Será passado um cartão para cada veículo dos residentes a fim de se proceder à sua identificação, o qual deverá estar em lugar visível dentro do veículo.

7º - Este esquema de trânsito e estacionamento entra imediatamente em vigor, a título experimental durante 60 dias, sendo assegurada a sua execução e cumprimento pela G.N.R. e os infractores penalizados de acordo com a lei vigente.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Reguengos de Monsaraz, 02 de Agosto de 1990
O Presidente da Câmara Municipal

BIBLIOGRAFIA E FONTES

BIBLIOGRAFIA

A.A. V.V., 1968, Premier Colloque sur L'étude de la conservation, de la Restauration et de la Réanimation des Ensembles Historiques, Caceres: ICOMOS .

A.A. V.V., 1975, Colloque sur la Conservation des Petites Villes Historiques, Rothenburg ob der Tauber: ICOMOS

A.A. V.V., 1994, Conference on authenticity in relation to the world heritage convention (Preparatory workshops), Bergen: Taper Publishers

A.A. V.V., 1995 a, Nara Conference on Authenticity (Japan 1994) UNESCO, ICOMOS, ICCROM, Trondheim: Tapir Publishers

A.A. V.V., 1995 b, Conférence Européenne de l'ICOMOS, Cesky Krumlov (Czech Republic): ICOMOS

A.A. V.V., 1995 c, La Charte de Venise, 30 ans plus tard, Colloque organisé par Les Amis de l'UNESCO, ICOMOS Wallonie et Facultés Universitaires Notre-Dame de la Paix à Namur, Bruxelles

AGUIAR, J. e HENRIQUES, Fernando, 1994, O Problema da cor na conservação e reabilitação do nosso património urbano, 2º Encore, Lisboa: LNEC

AGUIAR, José, 1995, Dificuldades na Conservação e Reabilitação do Património Urbano Português, Sociedade e Território 21: 24-35, Porto: Edições Afrontamento

ALARCÃO, Jorge de, 1982, Introdução ao estudo da história e do património locais, Coimbra: IAHA/FLC

ALMEIDA, Fortunato de, 1957, *História da Igreja em Portugal*, Porto: Portucalense Editora

ALMEIDA, João de

. 1943, *Livro das fortalezas de Duarte Darmas*, reprodução anotada, Lisboa: editorial Império.

. 1947, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, vol. III, Lisboa: ed. do autor .

ALLEN, Eduardo, 1887, *Notícia e descrição de um sarcophago romano*, Porto.

AMENDOEIRA, Ana Paula, 1996, *La ville de Monsaraz: Étude de Cas*, Symposium "Le Patrimoine et les Changements Sociaux", Sofia: ICOMOS.

ANDRADE, Amélia Aguiar, 1989, *Um percurso através da paisagem urbana medieval, Povos e Culturas* (d direcção de Artur Teodoro de Matos e Carlos Laranjo Medeiros): 57-78, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa

BARATA SALGUEIRO, Teresa, 1992, *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, 2ª edição, Porto: Edições Afrontamento.

BENÉVOLO, Leonardo

.1966, *Introduzione al l'architettura*, Roma: Editori Laterza, 3ª ed.

.1989, *O Último Capítulo da Arquitectura Moderna*, Lisboa: Edições 70.

.1995, *A cidade na história da Europa*, Lisboa: Presença

BOGDANOWSKI, Janusz, 1993, *Methodological Problems in Urban landscape. Reconstruction of a Historic Town-case*, Rev. Ciudades Históricas, 2, ICOMOS, pp:218-229.

BOYKOVA, Rossita, 1993, *Le rôle du Tourisme Culturel dans une commune frontiere en temps de crise économique*, Rev. Ciudades Históricas, ICOMOS, pp:236-238.

BRITO CAMACHO, 1920, Por Cerros e Vales (Alto Alentejo), Livraria Guimarães

BRUNI, Silvio, 1994, "Illuminazione dei centri storici", *Recuperare*, nº 3, Milão, pp. 214-217.

CALADO, Maria, 1991, Os estudos históricos no contexto da Reabilitação Urbana, *Sociedade e Território* 14/15: 8-15, Porto: Edições Afrontamento

CASTELLANOS AVILA, Carolina, 1996, Paquimé-Casas Grandes, Mexico: Estudio de un caso. Relatório elaborado para o Instituto Getty de Conservação.

CHOAY, Françoise

. 1965, *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*, Paris: Éditions du Seuil

. 1972, *Le sens de la ville*, Paris: Éditions du Seuil

. 1992, *L'Allégorie du patrimoine*, Paris: Éditions du Seuil

. 1993, *L'Invention du patrimoine urbain. Quel patrimoine aujourd'hui?*,

Ciudades Históricas, 2, Galiza: ICOMOS, pp.:179-183

CHUECA GOITIA, Fernando, 1982, *Breve história do urbanismo*, Lisboa: Editorial Presença

COELHO, Maria Helena Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1986, *O poder concelhio, das origens às cortes constituintes*, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica

CORREIA, João Rosado, 1991, *Monsaraz e o seu Termo*, Lisboa: Fundação do Convento da Orada

COUTO, João, 1961, *Monsaraz*, Porto: ed. Marques Abreu, col. *A Arte em Portugal*, nº 21

CROSBY, A. e outros, 1992, *Informe Preliminar sobre Conservación y la Preservación del Monumento Arqueológico Joya del Ceren*, San Salvador, El Salvador.

CULLEN, Gordon, 1988, Paisagem urbana, Lisboa: Edições 70

CUSTÓDIO, Jorge, 1993, De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1864) in Salva-guarda do Património, Dar Futuro ao Passado, Lisboa: IPPAR.

CUTILEIRO, José, 1977, Ricos e Pobres no Alentejo, Lisboa: Sá da Costa

DAVID, Celestino, 1951, Páginas de Evocação: Monsaraz e Florbela in Boletim A Cidade de Évora, Évora: Câmara Municipal de Évora, Nº25-26: pp.411-428.

CUSTODIS, Paul-Georg, 1993, Preservation and Turism, Rev. Ciudades Históricas, 2, ICOMOS, pp:276-281

DIX, Gerald, 1993, Conservation, Turism, Development and the spirit of Place, Rev. Ciudades Históricas, 2, ICOMOS, pp:292-301

ESPANCA, Túlio

. 1976, Estudos Alentejanos (Igreja Matriz de Monsaraz), in Boletim A Cidade de Évora, Évora: Câmara Municipal de Évora, nº 59:pp.147-255

. 1978, Inventário Artístico de Portugal (Distrito de Évora), Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

FARIA, José Santiago, 1994, Salva-guarda do património edificado - perspectivas de futuro, I curso de gestão do património cultural: 49-60, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica

FEILDEN, Bernard e JOKILEHTO, Jukka, 1993, Manegement guidelines for world cultural heritage sites, Roma: ICCROM

FEILDEN, Bernard, 1994, Conservation of historic buildings, Oxford: Butterworth-Heinemann

FELGUEIRAS, Octávio Lixa, 1994, Da preservação dos ambientes locais, I curso de gestão do património cultural:205-224, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica

FONSECA, Helder Adegar, 1996, O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

FROT, Jean-Louis, 1993, A la recherche du développement durable. La ville et son patrimoine face au tourisme, Rev. Ciudades Históricas, 2, ICOMOS, pp: 313-316

GASPAR, Jorge, 1969, A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média, in Finisterra, vol IV, 8, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 198-215

GAVIRA, Carmen, 1991, Efectos sociales de las intervenciones en los Centros Históricos de las ciudades españolas, Sociedade e Território 14/15: 79-85, Porto: Edições Afrontamento

GONÇALVES, José Pires

. 1963, Monsaraz e seu termo, 2 vols., Boletim da Junta Distrital, Évora.

. 1964, A Cuba de Monsaraz, Boletim A Cidade de Évora, nº47, Évora: Câmara Municipal, pp: 9-47.

. 1966, Monsaraz, vida morte e ressurreição de uma vila alentejana, Lisboa: Casa do Alentejo.

. 1967, A ermida românica de Santa Catarina de Monsaraz, Boletim da Junta Distrital 8, Évora.

. 1968 a, Ainda o fresco de Monsaraz, Palavra 13, Reguengos de Monsaraz

. 1968 b, O fresco de Monsaraz, Palavra 15, Reguengos de Monsaraz

. 1968 c, Valor da prospecção toponímica no levantamento de uma região portuguesa do Guadiana incluída no reino mouro de Badajoz, Revista de Portugal - série A: Língua Portuguesa, vol. XXXIII: pp. 89-108

. 1968 d, Guia de Monsaraz, (exemplar dactilografado), Évora: Centro de Documentação da Câmara Municipal.

. 1969, Para a valorização arqueológica de Monsaraz, Palavra, 28, Reguengos de Monsaraz

- . 1970 a, A ermida românica de Sta. Catarina de Monsaraz, Palavra 34, Reguengos de Monsaraz
- . 1970 b, Murmúrios em torno da história de Reguengos, Reguengos de Monsaraz: Palavra
- . 1971 a, Templários em Monsaraz, Palavra 49, Reguengos de Monsaraz
- . 1971 b, As alcovas de Monsaraz, Palavra 52, Reguengos de Monsaraz
- . 1972 , Arte rupestre de Monsaraz, Palavra 64, Reguengos de Monsaraz
- . 1973, Monsaraz e a ermida românica de Santa Catarina, Palavra 79, Reguengos de Monsaraz
- . 1976, Projecção europeia dos menires de Monsaraz, Palavra 109, Reguengos de Monsaraz
- . 1979, Monsaraz da Reconquista, Anais da Academia Portuguesa de História, II série, vol 25, Lisboa
- . 1980, O Papel de Giraldo Sem Pavor na Reconquista Cristã da Península, no século XII, Évora: Livraria Nazareth.

GONÇALVES, Nogueira e FONSECA, Álvaro da, 1954, Os pelourinhos e o urbanismo, boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 2º vol., Lisboa: Ministério das Obras Públicas

GONÇALVES, Victor dos Santos, 1993, Revendo as Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz, Lisboa: Unidade de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GONZÁLEZ, Antoni

- .1996 a, “La intervención en las murallas como paradigma de la restauración monumental”, in La Ciudad y sus Murallas, Granada, Universidad de Granada, pp. 145-159.
- . 1996 b, “Falso historico o falso arquitectónico, cuestión de identidad”, in LOGGIA, Arquitectura & Restauración: 1, Valencia: Universidad Politecnica: 16-23.

GROMICHO, António Bartolomeu, 1942, Urbanização e Turismo, Boletim A Cidade de Évora, nº1, Évora: Câmara Municipal, pp:7-9

GUERREIRO, José Emilio, 1991, O processo de recuperação do Centro Histórico de Évora. Planeamento e prática urbanística - Ligações à população, Sociedade e Território 14/15: 41-46, Porto: Edições Afrontamento

HENRIQUES, Fernando, 1991, A conservação do património histórico edificado, 2º Encore, Lisboa: LNEC

HILBERSEIMER, Ludwig, 1979, La Arquitectura de la Grand Ciudad, Barcelona, Gustavo Gili.

HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS E DO PODER LOCAL (Dir. de César de Oliveira), 1996, Lisboa: Temas e Debates

ICCROM, 1995, Viewpoints: the debat on authenticity, Roma: Newsletter ICCROM

ICOMOS UK, 1995, The English World Heritage Sites Monitoring Reports, London: ICOMOS UK

INSTITUTO GETTY DE CONSERVAÇÃO, 1992, Conservación de Sítios, una cuestión de valores, Conservación (Boletim do Instituto Getty de Cosnervação): 2, nº 2 (Primavera-Verão): 4-7.

ISAC, Angel, 1996, “Ciudad cerrada y ciudad abierta. La muralla en la historia de la Ciudad”, in La Ciudad y sus Murallas, Granada, Universidad de Granada, pp. 65-85.

IVARS, Marja, 1988, Buiding Conservation 88 Symposium, report, Helsinki

JORGE, Virgolino Ferreira, 1992, Princípios de Salvaguarda do Património Monumental, Correio da Natureza, nº 17, Lisboa: S.N.P.

JOKILEHTO, Jukka,

.1988, “Conservation Principles and Their Theoretical Background”, in Durability of Building Materials, 5, Amsterdam, Elsevier Science Publishers B.V.: 267-277.

.1994, Questions about 'authenticity'. ICCROM, BDA - Viena: ASC 96

.1996, Authenticity, a General Framework for the Concept. ICCROM, BDA - Viena: ASC 96

KRIER, Rob, 1984, Lo Spazio della Città, Milano:Clup

LAMAS, José M. Ressano Garcia

.1993, Morfologia urbana e desenho da cidade, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e J.N.I.C.T.

.1995, Salvaguarda e Valorização do Património Construído, Sociedade e Território 21:18-23, Porto: Edições Afrontamento

LAPIDUS, Luis, 1993, Crear Aptitudes y Atitudes frente al Património, Rev. Ciudades Históricas, 2, ICOMOS, pp: 338-351

LETELLIER, Robin, 1996, Lineamentos para el Registro, la Documentación y el Manejo de la Información para los Sitios Património Cultural Mundial. Estratos traduzidos em castelhano para o Curso Pan Americano sobre a Conservação y Manejo del Patrimónioo Arquitectónico Histórico-arqueológico de tierra, Perú, Trujillo.

LIMA, Baptista de, 1935, Terras portuguesas, arquivo histórico-corográfico, vol. III-IV, Póvoa de Varzim: tip. Camões

LOURINHO, Maria Angélica Moleiro, 1954, Subsídio para a instalação de uma Cooperativa Vinícola no concelho de Reguengos de Monsaraz, relatório final do curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa: I.S.A.

LUXEN, Jean Louis, 1995, L'ICOMOS et la question de l'authenticité, Cesky Krumlov (Rep. Checa), Conférence Européenne de l'Icomos

LUZIA, Maria Ângela Correia, 1996, A Memória, a Cidade e o Rio, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dissertação de Mestrado em Museologia e Património.



LYNCH, Kevin, 1982, A imagem da cidade, Lisboa: Edições 70

MANTAS, Vasco Gil, 1989, As primitivas formas de povoamento em Portugal, Povos e Culturas (d direcção de Artur Teodoro de Matos e Carlos Laranjo Medeiros): 13-56, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa

MATEUS, Rui, 1995, Recuperação e conservação em zonas históricas. Contribuições metodológicas para a investigação geo-histórica associada ao planeamento urbano - Mértola, um caso de estudo, dissertação de Mestrado em Recuperação de Património Arquitectónico e Paisagístico, Évora: Universidade

MATTINON, Maire, 1993, Sustainable Development and Building Conservation, Rev. Cidades Históricas, 2, ICOMOS, pp:139-142

MENESES, Marluci, 1995, Centro Histórico: mito ou realidade turística, Seminário Animação de Centros Históricos, Monsaraz

MENESES, Marluci, 1995, Espaço: cultura e arquitectura, dissertação sobre a perspectiva interdisciplinar entre ciências sociais e arquitectura, Lisboa: LNEC

MOREIRA, Bastos, 1971, Fortaleza de Monsaraz, Jornal do Exército, nº139, Arquivo Histórico Militar, Lº nº6036.

MOURA, Abel de, 1961, O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz, in Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 106, p. 17.

MUNFORD, Lewis, 1964, La Cité à travers l'histoire, Paris: Éditions du Seuil

NOGUEIRA, Cónego Pedro Manuel, 1887, Memória Histórica sobre o concelho de Reguengos de Monsaraz, in Revista O INSTITUTO: vol. XXXIV.

NORBERG-SCHULZ, 1987, Luogo e Identità, in Centro Histórico, Restauro o progetto?, La Casa Usher, Florença: Fondazione Giovanni Michelucci.

PAÇO, Afonso do, 1962/63, Arqueologia e Turismo na Região de Évora, Boletim A Cidade de Évora, Évora: Câmara Municipal de Évora, nº 45-46, PP: 17-20.

PIRES, Jorge Fragoso, 1994, Centro Histórico de Évora. Vocabulário de Recuperação, I curso de gestão do património cultural:225-227, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica

PETONCELLI, Elvira, 1993, Centres Historiques et systèmes territoriaux, Rev. Ciudades Históricas, 2, ICOMOS, PP:209-217

PEREIRA, Gabriel, 1934, Estudos Diversos, Coimbra: Imprensa da Universidade

PHILIPPOT, Paul, 1973, Restauration: Filosofia, Critérios, Pautas, 1er

SERLACOR (Seminario Regional Latinoamericano de Conservación y Restauración), México: INAH-UNESCO Centro de Roma.

PORTAS, Nuno

.1981, Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando, Coimbra: Museu Machado de Castro.

.1985, Notas sobre a intervenção na cidade existente, in Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, Ano I.

.1990, Viver na Cidade, Colóquio Viver (n)a Cidade, Lisboa: LNEC/ISCTE

.1992, Pasado, Presente y Futuro de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad, Congreso Internacional Urbanismo y Conservación de Ciudades Patrimonio de la Humanidad, Cáceres.

PULIN, Fernando, 1993, Conservación e integración socio-económica, Ciudades Históricas 2, Galiza: ICOMOS, pp.:329-337

PROENÇA, Raul, 1991, Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo e Algarve, vol VII, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (1ª edição: 1927).

RAMOS, Francisco Martins

- . 1990, Vila Velha e o efeito Rashomon, Rev. Economia e Sociologia 49: 71-79, Évora
- . 1992, Os Proprietários da Sombra. Vila Velha Revisitada, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora.

RIBEIRO, Orlando

- . 1960, Atitude e Explicação em Geografia Humana, Porto: Galaica
- . 1961, Geografia e Civilização, Lisboa: Instituto de Alta Cultura
- . 1977, Introduções geográficas à História de Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional
- . 1987, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, 5ª ed., Lisboa: Sá da Costa

RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Herman, 1987, Geografia de Portugal, 4 vols. (comentários e actualização de Suzanne Daveau), Lisboa: Sá da Costa

ROCA, Javier Gallego, “Criterios y metodologias para la conservación y restauración de los revestimientos y el color en la arquitectura” in LOGGIA, Arquitectura & Restauración: 2, Valência: Universidad Politecnica: 68-72.

ROCHA, M. Manuela Ferreira Marques

- . 1989, Élite económica e redes de crédito em Monsaraz na 1ª metade do século XIX (dactiloscrito), comunicação apresentada ao colóquio “Poder Central e Poderes Periféricos em Perspectiva Histórica”, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- . 1994, Propriedade e níveis de riqueza. Formas de estruturação social em Monsaraz na 1ª metade do século XIX, Lisboa: Edições Cosmos

RODRIGUES, Ferro e HOMEM CHRISTO, António, 1984, Monsaraz - Ninho de águias com asas cortadas, Eva, nº 1248, Dezembro, pp.28-35.

ROMAN, Andras, 1993, The International Charter of Historic Towns, Rev. Ciudades Históricas, 2, ICOMOS, pp.179-183

ROSA, João

. 1926, Iconografia Artística Eborense, subsídios para a história da arte no distrito de Évora, Lisboa:Imprensa Nacional

. 1955-56, Famosa Fraseologia nos programas de festas e romarias (curiosidades etnográficas), Boletim A Cidade de Évora, nº 37-38, pp: 159-172.

ROSSI, Aldo, 1977, A arquitectura da cidade, Lisboa: Edições Cosmos

RYKWERT, Joseph

. 1976, La maison d'Adam au paradis, Paris: éditions du Seuil, Coll.Espacement (dir. Françoise Choay).

. 1985, La Idea de Ciudad. Antropologia de la Forma Urbana en el Mundo Antigo, Madrid, Hermann Blume.

SÁ, Mário Vieira de, 1905, O Alentejo, s/l. s/ed.

SANTORO, Lucio, 1988, Ieri e domani dei centri storici, Beja, 1º encontro internacional de municípios com centro histórico

SARAIVA, José de Sá Nogueira, s.d., Regime Jurídico do Património Monumental da Nação, Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Acções de Defesa do Património

SERRA, Joan Casadevall, “Metodología para la investigación cromática del patrimonio”, in LOGGIA, Arquitectura & Restauración, 2, Valencia: Universidad Politecnica: 58-67.

SILBERT, Albert

. 1977, Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista. Lisboa, Livros Horizonte, 2ª ed.

. 1978, Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe siècle-début du XIXe siècle, Lisboa, I.N.I.C., 2ª ed.

SILVA-CUERVO, Eulália, 1996, La restauration de la couleur: dichotomie entre le présent et le passé, Symposium Le Patrimoine et les Changements Sociaux, Sofia: ICOMOS, pp: 625-629

SILVA, Henrique Gomes da, 1935, Monumentos Nacionais orientação técnica a seguir no seu restauro, Porto, Boletim da DGEMN, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, nº 1: 9-20.

SILVA, Augusto; RAMOS, Francisco; CRUZ, Jorge e SILVA, Carlos, 1995, Turismo e Território: o caso particular de Monsaraz, Évora: Universidade

SPPC - Sociedade para a Preservação do Património Construído

. 1996 a, Gestão e tutela do património, cadernos SPPC 2, Évora

. 1996 b, Que Utilizações para o Património Construído?, Cadernos SPPC 3, Évora.

. 1997, Formação/Profissão em Conservação do Património Histórico Edificado, Cadernos SPPC 4, Évora.

TEIXEIRA, José de Monterroso, 1993, Centro Histórico de Évora, in Salvaguarda do Património, Dar Futuro ao Passado, Lisboa: IPPAR.

TEIXEIRA, Manuel, 1993, A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes, Análise Social 121(quarta série): 371-390, Lisboa: ICS

TEUTONICO, Jeanne Marie, 1996, La História y la Teoria de Conservación, Curso Pana Americano sobre a Conservação y Manejo del Património Arquitectónico Histórico-arqueológico de tierra, Perú, Trujillo.

YEDID, Adam,

.1992 a, Centres Historiques. Méthodes d' Analise, Paris: les éditions du STU

.1992 b, Centres Historiques. Les outils de lecture, Paris: éditions du STU.

YOUNG, Gregory, 1993, Deconstructing Authenticity, Rev. Ciudades Históricas, 2, ICOMOS, pp:193-198

VEYNE, Paul, 1971, Comment on écrit l'histoire, Paris: Éditions du Seuil

VINCENT, Jean Marie, 1993, Patrimoine et Tourisme. Contribution à la réflexion sur les conditions de la compatibilité du développement touristique et de la conservation du patrimoine, Rev. Ciudades Históricas, 2, ICOMOS, pp:417-423

VITRUVIO, Marco Lúcio, 1987, I Dieci Libri del l'architettura, Milão: Edizioni Il Polifilo.

ZEVI, Bruno, 1996, Architectura in Nuce. Uma Definição de Arquitectura, Lisboa: ed. 70, Col. Arquitectura e Urbanismo

CARTAS, CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

Carta de Atenas, 1931

(texto das conclusões da conferência promovida pelo Serviço Internacional de Museus, organização dependente da Sociedade das Nações), Atenas.

Carta de Veneza, 1964

(II Congresso de Arquitectos e técnicos de Monumentos Históricos), Veneza.

Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975, adoptada pelo Conselho da Europa, Amsterdão.

Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Contemporânea, 1976, aprovada na 19ª reunião da UNESCO, Nairobi.

Recomendação sobre o Turismo Cultural, 1976, ICOMOS.

Apelo sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território, 1976.

Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas, 1987, aprovada pelo ICOMOS.

La Charte Urbaine Européenne, 1993, Conselho da Europa, Estrasburgo.

Documento de Nara sobre Autenticidade, 1994, ICOMOS.

Declaração de Sófia, 1995, XVI Assembleia Geral do ICOMOS.

CARTOGRAFIA

Atlas do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente

- . Carta de Solos, 1971
- . Geadas, 1974
- . Vento, 1974
- . Insolação, 1974
- . Precipitação, 1974
- . Recursos Aquíferos Subterrâneos, 1975
- . Índice do Conforto Bioclimático, 1992

FONTES

1. MANUSCRITAS

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Leitura Nova:

ODIANA Livros III e VIII

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 82, nº A1. 1774.

“Informasam sobre o estado desta Praça de Monseraz”.

3ª Divisão, 9ª Secção, caixa 82, nº A2, s.d.

Relatório. “Descrição e Estado da Praça”

3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 82, nº A3, 1772

“Praça de Monsaraz. Munições e apetrechos de guerra. Estado da Praça”.

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Livros Paroquiais de Santiago de Monsaraz, 1853.

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Código de Posturas Municipais

Índices das Actas das Sessões 1898-1940

Livros de Actas das Sessões 1898-1996

Correspondência Expedida 1896 - 1972

Correspondência Recebida 1896 - 1972

Recenseamento dos cidadãos da vila de Monsaraz 1943-1950

Posturas Municipais do concelho de Monsaraz

Documentos avulsos não classificados:

- .Índice Chronológico das plantas e orçamentos d'obras. Estrada para Monsaraz, 1890.
- .Mappa das famílias agrícolas desta freguesia de Santa Maria da Lagoa,s.d..
- .Arrolamento ou inventário de todos os bens mobiliários e imobiliários das Igrejas da freguesia de Monsaraz,1911.
- .Ofício do Presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz para o Director dos Serviços de Urbanização do Sul (Estrada para Monsaraz), 14 de Maio de 1946.
- .Proposta de orçamento para calcetamento das ruas de Monsaraz, 1956.
- .Recenseamento dos chefes de família com direito a voto nas eleições da Junta de Freguesia, 1954.
- . O Estranho caso da compra de casas em Monsaraz, 1972,.
- .Ofício da Comissão Administrativa da freguesia de Monsaraz para a família Bustorff Silva (Lisboa), 3 de Junho de 1975.
- .Relação dos fogos devolutos na freguesia de Monsaraz,1975.
- .Requerimento a solicitar deliberação administrativa da Comissão Administrativa da Câmara Municipal sobre as ocupações devolutas em Monsaraz,1975

ARQUIVO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONSARAZ

Correspondência expedida 1940 - 1988.

Correspondência Recebida 1940 - 1988.

Acta da Reunião Extraordinária da Junta de Freguesia a propósito da publicação do relatório de Gerência do Grupo dos Amigos de Monsaraz, 1972.

2. IMPRESSAS

«Livro da Fazenda da Mesa Episcopal do Bispo de Évora nos séculos XIV e XV», sep. do Boletim da Junta Distrital de Évora,1967, nº6, Évora (introdução, leitura e anotações de Sebastião Martins dos Reis).

CUNHA RIVARA, J.H., 1841, Reguengos e Monsaraz, Rev. Panorama, Lisboa: tipografia da Sociedade, vol. 5:44-46 e 58-60.

«Descrição Económica e Política da vila de Monsaraz e seu termo», Memória anónima do século XIX anotada por José Pires Gonçalves, Évora, Palavra, 1975.

GARCIA da COSTA, 1951, “Reguengos de Monsaraz” in Mais Melhoramentos, Mais trabalho, Lisboa: Ministério das Obras Públicas (Comissariado do Desemprego) I volume: 530-533

LEAL, Pinho, 1875, Portugal Antigo e Moderno, Lisboa: Matos Moreira & Companhia, vol V: 431-436.

SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso, «Taboas Topográficas e Estatísticas de todas as Comarcas de Portugal e das terras de cada uma em ordem alfabética com a povoação existente no anno de 1801», in Subsídios para a história da estatística em Portugal, Lisboa, I.N.E., 1948, vol. 2 (1ª ed. 1802).

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Código de Posturas do Concelho de Reguengos de Monsaraz, 1920 Reguengos de Monsaraz, ed. da Câmara Municipal.

Resposta da Câmara Municipal ao inquérito especial mandado proceder pelo Instituto Nacional de Estatística, 1935.

Parecer de José Pires Gonçalves sobre as calçadas de Monsaraz, 1956.

Estatutos do Grupo dos Amigos de Monsaraz, 1964.

Plano de Actividades da Junta de Turismo de Monsaraz para 1974, 1973

Processos de Obras Particulares 1957-1996.

Normas Experimentais de trânsito e estacionamento na vila de Monsaraz, 2 de Agosto de 1990.

Estatutos da Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz, 1991.

Plano Director Municipal, 1995

ARQUIVO DA DIRECÇÃO REGIONAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS DO SUL:

Processo nº S 07 11 03/002 Fortificações e todo o conjunto intramuros de Monsaraz.

1937-1995

ARQUIVO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONSARAZ

Dados Estatísticos referentes a Monsaraz e Arrabalde, 1977.

Estatísticas da população de Monsaraz, 1978.

Relação das crianças pertencentes ao núcleo escolar da vila de Monsaraz, ano lectivo 1967/68.

3. IMPrensa

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA:

Periódicos:

Jornal de Reguengos, 1898-1932 (J.723 ₅ A)

O Eco de Reguengos, 1909-1959 (J. 4110 M)

A Folha Nova, 1910 (J. 1926 G)

O Guadiana, 1927-1935 (J. 3278 ₅ M)

A Alvorada 1925-26 (J. 2582 B)

1931 (J. 2896 ₄ M)

A Verdade, 1916-1917 (J. 3239 ₆ M)

O Clarim, 1921 (J. 3789 ₉ M)

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ.:

Palavra, 1963 - 1996

Correio de Monsaraz, 1988 - 1989

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Democracia do Sul, 1965.

Portugal Ilustrado, 1929-30, Grande Album de Turismo, Lisboa: Rev. Terras de Portugal, nº 2.

ARQUIVO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONSARAZ

Diário Popular, 26 de Abril de 1972

4. PLANTAS

Arquivo Histórico Militar

- Miguel Luiz Jacob, 1755, Planta da Praça de Monsaraz
- Configuração do terreno onde está a praça de Monsaraz suas vizinhanças, estradas, porto onde de Inverno da barca e de Verão se passa vau, s.d.
- Planta da Praça de Monsaraz, 24 de Fevereiro de 1758.
- Plan de Montsara et de ses environs levé par ordre de son Altesse Mons. le Comte Regnart de Shaumbourg Lippe Marechal Général, par Pierre Robert de Basfenond, Ingen. 1763.

Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

.Cópia de parte da planta técnica para construção do último lanço da estrada municipal, de Reguengos a Monsaraz compreendida entre os perfis nº82 a 121 na qual se cortam dois fortes próximos à vila de Monsaraz, Planta aprovada pela Comissão Distrital em 5 de Dezembro de 1898.

5. FOTOGRAFIAS

.Figuras 1 a 14; 17 a 24; 39; 50; 53; 61; 62; 66 a 70; 79; 100; 102 a 104; 137 e 138.

(Fonte: Arquivo da DREMS)

.Figuras 26 a 33; 36 a 38; 41; 43 e 44; 86 e 87; 105; 109

(Arquivo da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz)

ÍNDICE

Agradecimentos.....	p.004
INTRODUÇÃO.....	p.005
I - ANÁLISE GEO-HISTÓRICA.....	p.007
1.Território.....	p.007
2. História.....	p.012
2.1 As primeiras ocupações.....	p.012
2.2 Fundação e evolução até ao século XIX.....	p.013
2.3 O século XIX e a transferência da sede do concelho.....	p.015
2.4 Monsaraz na transição do século.....	p.022
II - ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO.....	p.024
1. O núcleo urbano. Formação e consolidação.....	p.024
2. Intervenções.....	p.028
2.1 Os primeiros quarenta anos do século.....	p.028
2.2 Principais intervenientes e períodos de actuação.....	p.034
2.2.1 Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.....	p.034
2.2.2 Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.....	p.037
2.2.3 Junta de Freguesia de Monsaraz.....	p.039
2.2.4 Paróquia de Monsaraz.....	p.041
2.2.5 Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.....	p.044
2.2.6 Grupo dos Amigos de Monsaraz.....	p.047
2.2.7 Junta de Turismo de Monsaraz.....	p.050
2.2.8 Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz.....	p.053
2.2.9 Intervenções particulares.....	p.054
2.3 Fortificações.....	p.055
2.3.1 Intervenções da D.G.E.M.N.....	p.062
2.3.2 Intervenções da Câmara Municipal.....	p.064
2.4 Conjunto Intramuros.....	p.067
2.4.1 Intervenções da D.G.E.M.N.....	p.070
2.4.2 O processo de transferência da propriedade urbana e as intervenções particulares.....	p.076
2.4.3 Intervenções da Câmara Municipal.....	p.085
2.5 Arrabalde.....	p.101
III - TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÓMICAS.....	p.105
1. População.....	p.105
2. Actividades sociais e animação turística.....	p.109
3. Actividades económicas e estrutura profissional.....	p.112

